

**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO,  
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES  
VOL. 3 ANO 2008 SEM CORTES (CRÓNICAS 49 A 60 - 2008)**

Versão inédita não totalmente editada



**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO  
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES  
VOLUME 3**



J. CHRYS CHRYSTELLO 2017

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA, LER UMA BOA POESIA, VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL, DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS. GOETHE

O TEMPO É UM ÓTIMO PROFESSOR. PENA É QUE MATE OS SEUS ALUNOS. (HECTOR BERLIOZ)

Ficha técnica – Outras obras do autor:

LIVROS, PREFÁCIOS E TRADUÇÕES DE LIVROS
2018 FOTOEMAS foto book, fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores de Chrys Chrystello e-livro <a href="http://www.blurb.com/b/8776650-fotoemas">http://www.blurb.com/b/8776650-fotoemas</a> ISBN: 9781388351083
2018 revisão, compilação e Nota Introdutória de Missionários açorianos em Timor vol2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas
2018. Crónicas Açores: uma circum-navegação, vol. 2, 3ª ed. <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1012/ChronicAcores-uma-circum-navegacao-vol-2-(3%C2%AA-ed-2018).pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1012/ChronicAcores-uma-circum-navegacao-vol-2-(3%C2%AA-ed-2018).pdf</a>
2018. Crónicas Açores: uma circum-navegação, vol. 1, 3ª ed. <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1013/chronicacores-uma-circum-navegacao-vol-1--3%C2%AA-ed-2018.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1013/chronicacores-uma-circum-navegacao-vol-1--3%C2%AA-ed-2018.pdf</a>
2017. Bibliografia Geral da Açorianidade em 2 vols. 19500 entradas, Ed. Letras Lavadas Publiçor, Ponta Delgada
2'17, revisão, compilação e Tradução de "O mundo perdido de Timor-Leste" de José Ramos-Horta ed. LIDEL
2017. Poema "Maria Nobody" IN VIII Volume da Antologia de Poesia Portuguesa Contemporânea "Entre o Sono e o Sonho" Chiado ED.
2017. A língua portuguesa na Austrália, Capítulo em "A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro". Ed. Universidade da Beira Interior, org. Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório
2017. "Três poemas açorianos" in Antologia ed. Artelogy dezº 2016
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", in "Povos e Culturas - A ilha em nós", Revista Povos e Culturas nº 21-2017 Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", capítulo do livro "A condição de ilhéu", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2016, compilação, revisão e Prefácio de Missionários açorianos em Timor "Um missionário açoriano em Timor" vol. 1 de D. Carlos F Ximenes Belo ed. AICL e Moinho Terrace Café
2015. CD Trilogia da História de Timor. 3760 páginas, contém os 3 vols. e ed. em inglês do 1º vol., ed. AICL, Colóquios da Lusofonia. 4ª ed. AICL, Colóquios da Lusofonia <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf</a> <a href="https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRILOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/">https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRILOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/</a>
2015. Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 4ª ed. 2015
2014. Prefácio de "O voo do Garajau" Rosário Girão & Manuel Silva, ed. Calendário de Letras e AICL <a href="http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0807-89672015000300016">http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0807-89672015000300016</a>
2013. Crónicas Austrais 1978-1998, monografia, 3ª ed. <a href="https://www.scribd.com/doc/3051472/cronicasaustrais">https://www.scribd.com/doc/3051472/cronicasaustrais</a>
2012. Trilogia da história de Timor, ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0 (Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975 vol. 1, Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter e Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0
2012, Crónica do Quotidiano Inútil. Obras Completas (poesia) 5 volumes, 40 anos de vida literária, ed. Calendário de Letras 2012 - ISBN 9789728985646 <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1001/CRONICA-DO-QUOTIDIANO-INUTIL-VOL-1-5--2012.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1001/CRONICA-DO-QUOTIDIANO-INUTIL-VOL-1-5--2012.pdf</a>
2012, volume 3 da trilogia da História de Timor, As Guerras Tribais, A História Repete-se 1894-2006, 1ª ed. <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf</a> <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf</a>
2012, volume 1 da trilogia da História de Timor: East Timor - The Secret Files 1973-1975 3ª ed. <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf</a>
2012, Tradução "Uma pessoa só é pouca gente / A lonely person is not enough people, the sex and the divine" de Caetano Valadão Serpa
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed.
2012, volume 2 da trilogia da História de Timor: Historiografia de um repórter - Timor-Leste 1983-1992 DVD – 1ª ed. 2005-2012 <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1008/TRILOGIA-vol-2-Historia-de-Timor.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1008/TRILOGIA-vol-2-Historia-de-Timor.pdf</a> <a href="https://www.scribd.com/document/40234122/Timor-Leste-Historiografia-de-um-reporter-vol-2-193-1992">https://www.scribd.com/document/40234122/Timor-Leste-Historiografia-de-um-reporter-vol-2-193-1992</a> <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf</a>
2011, Tradução da Antologia Bilingue de (15) autores açorianos contemporâneos, ed. AICL e Calendário de Letras
2011, Crónicas Açores uma circum-navegação vol. 2, 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Ed. Calendário de Letras <a href="http://www.calendario.pt/index.php?id=246&amp;cat=203&amp;pid=55">http://www.calendario.pt/index.php?id=246&amp;cat=203&amp;pid=55</a>
2010, tradução para inglês dos Guia de Mergulho da Madeira; Guias de Mergulho das Ilhas dos Açores, Ed. VerAçor
2009, Crónicas Açores: uma circum-navegação, vol. 1 esgotado, online <a href="https://www.scribd.com/doc/39955110/CHRONICACORES-UMA-CIRCUM-NAVEGACAO-DE-TIMOR-A-MACAU-AUSTRALIA-BRASIL-BRAGANCA-ATE-AOS-ACORES-VOLUME-UM-DA-TRILOGIA">https://www.scribd.com/doc/39955110/CHRONICACORES-UMA-CIRCUM-NAVEGACAO-DE-TIMOR-A-MACAU-AUSTRALIA-BRASIL-BRAGANCA-ATE-AOS-ACORES-VOLUME-UM-DA-TRILOGIA</a> <a href="https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-cores/oclc/357576846&amp;referer=brief_results">https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-cores/oclc/357576846&amp;referer=brief_results</a>
2009, Crónicas Açores: uma circum-navegação, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor ed. 2009
2008, Tradução para inglês de "S. Miguel uma ilha esculpida" Daniel de Sá, Ed. VerAçor.
2008, Tradução de "Ilhas do Triângulo, viagem com Jacques Brel" Victor Rui Dóres, prelo, ed. VerAçor.
2008, Prefácio e Revisão "A Freira do Arcano, Margarida Isabel do Apocalipse" de Mário Moura, ed. Publiçor, Ponta Delgada
2007, Tradução para inglês "E das pedras se fez vinho" de Manuel Serpa ed. VerAçor, Açores Portugal
2007, Tradução para inglês, "Santa Maria Ilha Mãe" Daniel de Sá, ed. VerAçor, Açores, Portugal
2005, coautor tradução para português "The Lost painting" Jonathan Harr, ed. Presença
2005, Cancioneiro Transmontano, ed. Santa Casa da Misericórdia Bragança, <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1000/cancioneiro-braganca-2005.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1000/cancioneiro-braganca-2005.pdf</a> - <a href="http://www.lusofonias.net/chryscv/CANCIONEIRO%20TRANSMONTANO%202005).pdf">http://www.lusofonias.net/chryscv/CANCIONEIRO%20TRANSMONTANO%202005).pdf</a>
2004, tradução para português "A People's War" de Vo Nguyen Giap, Editora Sílabo Portugal
2004, tradução para português, "Dien Bien Phu" de R. H. Simpson, Editora Sílabo Portugal
2002, tradução de "La familia: el desafío de la diversidad" Adelina Gimeno (castelhano, Psicologia), Instituto Piaget Portugal
2000, Crónicas Austrais - 1978-98 (monografia) (1ª ed.) <a href="http://www.ebooksbrasil.org/microrader/cronicasCA.lit">http://www.ebooksbrasil.org/microrader/cronicasCA.lit</a> <a href="http://www.ebooksbrasil.org/REB/cronicasCA.rb">http://www.ebooksbrasil.org/REB/cronicasCA.rb</a>
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed. <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf</a> <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor0.pdf">www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor0.pdf</a>
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste The secret files 1973-1975, 2ª ed. <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf</a> <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1004/TRILOGIA-VOL-1-East-Timor-secret-file-73-75-eng.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1004/TRILOGIA-VOL-1-East-Timor-secret-file-73-75-eng.pdf</a> <a href="https://www.worldcat.org/title/east-timor-the-secret-file-1973-1975/oclc/66016286&amp;referer=brief_results">https://www.worldcat.org/title/east-timor-the-secret-file-1973-1975/oclc/66016286&amp;referer=brief_results</a> <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf</a> <a href="https://www.scribd.com/doc/253855631/East-Timor-the-Secret-Files-1973-1975-Eng-">https://www.scribd.com/doc/253855631/East-Timor-the-Secret-Files-1973-1975-Eng-</a>
1999, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) 1ª ed. ISBN 10: 972-8305-75-3 / ISBN 13/EAN: 9789728305758 <a href="https://www.worldcat.org/search?q=chrystelllo&amp;fq=&amp;dblist=638&amp;fc=ap:25&amp;at=show_more_ap%3A&amp;cookie">https://www.worldcat.org/search?q=chrystelllo&amp;fq=&amp;dblist=638&amp;fc=ap:25&amp;at=show_more_ap%3A&amp;cookie</a>
1991-2011 Yawuji Barra e Yawuji Baia Os avós de barra e Avós de Baia, ed. 1991-2011 <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1003/Yawuji-Os-Avos-de-Barra-e-os-Avos-de-Baia.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1003/Yawuji-Os-Avos-de-Barra-e-os-Avos-de-Baia.pdf</a>
1985 crónica X Aborígenes na Austrália <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1002/cronicaX-aborigenes-na-australia.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1002/cronicaX-aborigenes-na-australia.pdf</a>
1981, Crónica do quotidiano inútil vol. 3&4 (1973-81) poesia, ed. Macau (esgotada) <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1016/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-3-4-.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1016/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-3-4-.pdf</a> <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidiano inutil.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidiano inutil.pdf</a> <a href="http://www.scribd.com/doc/77870662/cronica-do-quotidiano-inutil-cqi-Volume-3-4#scribd">http://www.scribd.com/doc/77870662/cronica-do-quotidiano-inutil-cqi-Volume-3-4#scribd</a>
1974, Crónica do quotidiano inútil vol. 2 (poesia) ed. abril 1974 Dili, Timor Português (esgotada) <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1015/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-2-.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1015/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-2-.pdf</a>
1972, Crónica Do Quotidiano Inútil vol. 1 (Poesia) Porto (Esgotado) <a href="https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1017/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-1-1972-original-1%C2%AA-ed-CQL.pdf">https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1017/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-1-1972-original-1%C2%AA-ed-CQL.pdf</a> <a href="http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidiano inutil.pdf">http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidiano inutil.pdf</a>

Contacto do autor: (+351) 919287816 drchryschrystelllo@yahoo.com.au / chryschrystelllo@journalist.com

## Crônica 0

Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) que foi poeta, escritor, conferencista, professor, tradutor, criador de jornais e revistas, disse certa vez de Platão e Aristóteles que colocaram "dois sistemas opostos diante da mente do mundo". E disse mais: "Todo homem nasce aristotélico ou platónico. São duas classes de homens, ao lado das quais é praticamente impossível conceber uma terceira". Platão ambicionava a sabedoria do além, do mundo das ideias, do qual o nosso mundo é apenas uma sombra pálida. Idealista. Aristóteles procura a sabedoria aqui, com os dois pés no chão. Foi Aristóteles um dos primeiros a procurar uma verdade objetiva sem a necessidade de "mágica". Aristóteles aconselhava a não discutir com qualquer um, uma recomendação que confirma a famosa Lei de Murphy, segundo a qual quando a gente discute com um idiota poderia ocorrer que outros não percebessem a diferença. A conduta, os artigos, a forma cética e irreverente de JC falar, sempre obcecado por ser "politicamente incorreto" já há muito denotavam aquilo que o velho Aristóteles categorizava como um "idiota".

Nesta fase adiantada da minha vida, era mais um *homo domesticus* que ficava em casa, incapaz ou sem querer interferir de forma ativa nos assuntos da "civitas". Não aceitava como minha a responsabilidade de lutar sozinho contra déspotas, tiranos, corruptos, medíocres, ao contrário do que fizera já, sem grandes resultados, durante várias décadas. Um autor açoriano, de seu nome Daniel de Sá, já o havia intuído:

*Existe um "castelo" na Lomba da Maia. Não tem torres nem ameias nem tampouco o fosso protetor contra invasores e atacantes. Também não tem nome nem dono. Foi assim batizado por aquele escritor, por lá se avistar (dia e noite) um castelão, agarrado ininterruptamente ao seu computador, organizando os Colóquios da Lusofonia.*

De facto, dali do topo da sua "falsa" (o nome micalense para o sótão) a minha janela abria-se sobre todo o mundo: podia observar os mares e os montes, as vacas, as eternas brumas que se aproximavam e, por vezes, desapareciam sem deixar rasto. Outras vezes era a chuva inclemente e impiedosa que vinha ora do norte, ora do oeste ou do sul, e aí sim, ela abatia-se sobre o seu "castelo" e as grossas gotas corriam pela sua janela e toldavam-lhe o juízo, arrefecendo a sua paciência oriental. Mas não foram essas chuvas quem apagara o fogo da minha paixão pela verdade, equidade, justiça e liberdade, extinto há muito pela sublimação do hábito que torna os quotidianos em tarefas cada vez mais pesadas, quando o desespero se apossa subitamente, sem premeditação. Martelava ferozmente o teclado em frente ao qual gastei a última grosa de anos (não eram doze dúzias, mas assim lhe pareciam) da sua vida, deixava que a vida lá fora corresse sem pressas. Devagarosamente debitava palavras que a gaveta iria consumir com a humidade que, aliás, era muita naquela ilha sempre verde. Sempre a gaveta para onde desde miúdo atirava tudo o que produzia na esperança de um dia lhe vir a ser útil.

Felizmente sempre tive a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim cheguei a ler tudo o que escrevi ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. Outros ocupavam o lado outro de folhas A4, recicladas de traduções, notícias e outras. Foi um trabalho longo. Ler e rever tudo o que me aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. Alguns faziam parte de escritos e reescritos já publicados, outros nem por isso, e havia os mais recentes publicados já sob o pomposo e deshumble título de *Crônicas: uma circum-navegação*. Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos (e muito ficara por ler e desvendar, para memória futura) a minha tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde passara, que nem um caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mãe, um lar.

E é sobre essa fluente e vasta escrita que este livro versa. Já aprendera isso com o meu pai e repetia-o até à exaustão pois a experiência ditava-me de que poderiam ser úteis tais anotações. Já o tinham sido por várias vezes. Era difícil aos que me rodeavam compreenderem aquele frenesim, aquela angústia de escrever e por muito que lhes explicasse (o que já deixara de fazer havia tempo) recusavam-se a ver a minha irrepreensível lógica. Sabia que tinha uma missão diferente de todas as outras e teria de a levar a cabo, embora sem ter cartas de marear nem rotas nem itinerários. Era quase um eremita rodeado de gente pouca, por todos os lados, como convém a quem é uma ilha, incapaz de se deixar contagiar pelos clamores externos. Não havia ambiguidades na minha postura, optara por ser aquilo que atualmente era. Já não tinha nem ressentimentos nem ilusões. Já passara o tempo da dor, limitava-me a sorrir pouco e rir qb. A vida passada só fazia sentido para o ego que fora meu, mas já não era. Não poderia repeti-la agora. Tê-la-ia vivido da mesma forma se confrontado com idênticas circunstâncias. O presente devia ser aproveitado sem os hedonismos do passado, com a frugalidade que o meu padrão de vida me permitia, sempre otimista quanto aos melhores dias que podem sempre vir, quando menos se espera, sem nunca desesperar.

Considerava-me um privilegiado, vivi três vidas numa só. Criei três carreiras distintas que prossegui em paralelo e nada de material tinha para mostrar, mas trazia comigo uma pesada bagagem de conhecimentos e cultura que teimava em acarretar sempre que mudava de residência. Tal como George Steiner em "Os livros que não escrevi" não se definia politicamente, eu nunca declarava abertamente as minhas ideias políticas, nem a minha verdadeira posição. Afirmei sempre nunca pertencer a nenhum partido ou clube, e dessa forma reneguei qualquer afiliação que pudesse ter existido nos meus anos formativos. Mesmo quando visualizava os espetáculos desportivos não me deixava levar pelas emoções ou por simpatias, via friamente o que o pequeno ecrã me proporcionava e chamava àquilo o meu entretenimento gratuito. Evitava a todo o custo pronunciar banalidades e raramente subscrevia manifestos. Pelo contrário ridicularizava a impreparação dos jornalistas que debitavam decibéis em telejornais vazios de conteúdo, incitava-os a fazerem as perguntas corretas sem medo de perderem os seus empregos. Raramente via uma coluna vertical e proba naqueles escribas atuais, meus colegas de profissão, sempre de costas vergadas à censura económica dos seus patrões. Raros os editoriais ou artigos de opinião que subscrevi, pois poucos podiam escrever livremente e menos ainda os que os queria ler. Muitas vezes no meu blogue e nas minhas crônicas, fazia análises da conjuntura mundial ou nacional usando meramente o senso comum e interrogava-me porque é que o povo à minha volta não podia ver as coisas com a mesma claridade e transparência com que eu as via.

Escolhi esta forma de isolamento, quiçá aprendido da obra de Nietzsche que fora bandeira da minha juventude revolucionária, de aprendizagens várias. Afirmei sempre prezar imensamente a incomensurável liberdade de expressão e de discussão que a revolução de abril (1974) nos trouxera. Tinha esse desprendimento próprio de quem nunca perdoava ter tido o meu primeiro livro de poesia, quase juvenil e inóspita, cortado pelo lápis azul da censura e reduzido a um terço da sua dimensão. O meu retiro no "castelo" aparentava uma passividade que não me era inerente, mas era assim que eu reagia ao desapontamento da democracia conjugado com uma utópica visão do mundo que herdei dos muitos livros

que li, sobretudo na infância e juventude. Temia todos os totalitarismos e fundamentalismos, e já não receava ser acusado de elitista. Nauseavam-me os espetáculos de voyeurismo que as televisões colocavam no ar, sem intimidades, nem privacidades, como se fosse a transposição de tudo aquilo que os malfadados formulários burocráticos haviam conservado de cada um e os resolvesse expor na praça pública para deleite geral. Uma espécie de Maria Antonieta no cadafalso para todos verem e vilipendiarem. Era similar às ações encenadas dos políticos para todos verem o que pretendiam que vissem, como se as decisões sobre o presente e o futuro do país se definissem através desse jogo de sombras chinesas ou de marionetas indonésias.

Teologicamente definia-me como ateu e não como agnóstico, mas lamentava-me de ter perdido a fé com que cresci, embora ainda hoje me limitasse a aplicar na prática todos esses bons ensinamentos. Ironizava ser mais católico do que muitos praticantes do rito romano, e de ter feito mais bem sem olhar a quem, do que muitos daqueles que se continuavam a benzer, e a ir comungar num espetáculo de voyeurismo público que me repugnava. Ao decidir ficar em casa, no meu "castelo" era uma espécie de observador neutral do mundo que se desenrolava a meus pés, ainda, e sempre, convicto de que os seres humanos podem ser iguais, independentemente do seu género ou sexo, da sua nacionalidade ou cor de pele. Estava, porém, lucidamente consciente, desta utopia, pois haveria sempre os favorecidos pela "sorte", os ricos (e quem enriquece à custa de trabalho honesto?) e todos aqueles cuja única missão no mundo era contrariar os meus arreigados princípios de probidade e dedicação a causas perdidas. Estava consciente de que a lei, qualquer que ela seja, qualquer que seja o país, está cheia de iniquidades e favorece obviamente os ricos e os corruptos e quem se "lixo é sempre o mexilhão", pois são sempre os pequenos e os incómodos que servem para dar exemplo da luta contra o nepotismo e corrupção.

Bastava nascer-se no Congo ex-belga, em Kiribati (no Pacífico Sul) ou na Terra do Fogo para as hipóteses de futuro serem radicalmente distintas daquele que nasceu no palácio de Buckingham, só para dar um exemplo dum "rapaz da sua idade". Embora não tivesse nascido com deformações ou deficiências genéticas viria a adquirir uma perigosíssima estirpe viral: a do conhecimento e da insaciável sede pelo mesmo. Aí, congratulava-me por não ter nascido cego, pobre de espírito, ou delinquente. Outra deficiência que adquirira em novo, por influência paterna, tinha a ver com a sôfrega sede do direito inalienável à liberdade de expressão e de pensamento, uma malformação congénita que me valera muitos dissabores pessoais e profissionais ao longo da vida.

Viera um dia, descendo das nuvens que pairavam sempre sobre estas ilhas, como quem não quer poisos certos e acabei por ceder ao peso das dúvidas e das dívidas. O meu andar não era tão ereto nem certo como fora em tempos, a cabeça baixa, os olhos baços e encovados do cansaço e desespero. Arrastava-me penosamente pelo calendário dos dias, sem deixar grandes marcas além das baforadas dos cigarros sorvidos sofregamente. Tinha ainda uma missão a cumprir na vida, das duas ou três que guardara para estes anos finais quando as chamas se apagavam e os sonhos esmorecidos não passavam já de memórias. Atribuía o facto à idade, embora me gabasse de envelhecer suavemente, sem pressas nem negações, mas finalmente deixei de lutar e de sonhar com as áreas vastas e os horizontes sem fim, mais típicas do meu australiano continente-ilha. Aliás, sabia que estava a ficar caduco desde aquele dia em que ao espirrar me saltara a dentadura postiça com estrondo para cima da secretária. Aqui e agora, estava tolhido pelas colinas verdes, as tais vacas alpinistas, as brutais variações climatéricas diurnas, a neblina de mar que vislumbra pela sua janela. O verde afetava-me quase tanto como a frequente falta de sol de que carecia para a função clorofilina. Obrigara-me a nunca me queixar, a estar sempre contentado sem nunca me contentar. Resignado deveria ser o termo, mas fingia que nada me afetava nem inquietava. Isto passava-se enquanto as dúvidas e os temores me assolavam, cada vez mais frequentemente, se bem que numa escala metafísica pouco consentânea com as preocupações mais comezinhas daqueles que me rodeavam.

Tomara-me taciturno, quase monossilábico, não tinha com quem dialogar, eram todos surdos em volta e falavam uma língua diferente com sotaques estranhos e quiçá incompreensíveis. Sentia-me estrangeiro. Duas vezes ao ano partilhava palavras com os meus pares ideológicos nos Colóquios da Lusofonia, mas para isso precisava de organizar esse tipo de reuniões intelectuais à custa de muita labuta e sem proveito qualquer. Perguntava a mim mesmo se era este o preço a pagar para poder falar. Sempre falara, e muito, e agora via-me calado e ensimesmado. Deixara de viajar frequentemente, como fizera toda a vida, e os locais estranhos eram visitados apenas no pequeno ecrã com que entretinha as horas que não passava a teclar.

Politicamente incorreto até à medula, sem ser libertário, raramente deixava perceber quais os meus ideários, mas nunca me cansava de falar em liberdade, em especial, a de expressão e de opinião. Falava da liberdade individual como se ela fosse mais vital do que o pão para a boca ou o dinheiro para pagar as contas. Era de opinião de que todos deviam ter a liberdade que eu (e nós próprios) temos e por isso não me coibia de dizer **não** quando o entendia, em vez de cortesmente dizer sim quando a mente me dizia não. Não pactuava com falsas noções. Era por isso socialmente incorreto quando dizia que não tinha aparecido porque não lhe tinha apetecido ir, ou quando afirmava que preferia ficar em casa, no meu "castelo" a juntar-se às proles.

Aliás, sem cerimónia dizia que me custava estar no meio de multidões, e havia já escrito em 1972 no meu primeiro poema que abria o volume de poesia [Crónica do Quotidiano Inútil] "

-- 11 h.

*A correr do café com leite para o elétrico torrado.*

*Palavras marteladas pelo HÁBITO INCÓMODO.*

-- Quinze tostões.

*Direito a empurrões, pisadelas.*

*O pó é grátis*

*por vezes, o cheiro da democracia custa a engolir...".*

Devia ser uma ideia premonitória, dado que quando o escrevera ainda não vivera a democracia, pois decorria então a dita primavera marcelista estiolada que foi o estertor do Estado Novo salazarista. Mas é sempre difícil os outros aceitarem estas declarações verdadeiras e honestas, ninguém gosta de saber que alguém não quer estar connosco e prefere ficar sozinho. Não aceitam que seja preferível uma pessoa ficar em paz e sossego consigo mesmo, essa coisa banal que se resume a estar consigo mesmo e não com os outros.

Há momentos para tudo, para estarmos connosco e momentos para estarmos com os outros. Era dessa liberdade que falava e que procurava, quando não estava bem com algo, não deixava que isso me atormentasse e punha termo ao mal-estar. Mesmo que isso implicasse os outros sentirem-se aparentemente ofendidos e tristes por se preterir a companhia deles ao silêncio dum teclado a ser martelado suavemente com ideias. Era dessa liberdade que falava e era essa liberdade individual que prezava mais do que tudo. Era avesso a todas as formas de dirigismo ou de manipulação, queria decidir por mim mesmo, ainda que inconscientemente estivesse a ser manipulado ou influenciado pelo que lia e ouvia.

Já tinha sido assim quando me proibiram de fumar em locais públicos australianos no fim da década de 80 e depois quando em Portugal a mesma cegueira protecionista da saúde se abateu sobre cafés e outros locais em janeiro de 2008. Para mim tratava-se de mais um fundamentalismo que não estava disposto a aceitar. Se as minhas idas ao café já eram pautadas por períodos limitados a mero conjunto de segundos, frações minúsculas de minutos, estes passaram a ser mais curtos ainda, pois embora habitualmente não acendesse um cigarro após o café, passei a acendê-lo apenas para provar que o podia fazer quando queria e não quando os outros deixassem. A minha relação com os outros era sempre problemática e resumia-se à minha aversão pelos ditames alheios. Fora assim com a autoridade paternal, com as autoridades militares no decurso da minha vida como oficial do exército e no decurso da minha vida profissional. Era avesso aos “carneiros” e talvez por isso mesmo acabaria por casar com uma pessoa desse signo.

Despeitava a inveja alheia, noção que me era alienígena, pois invejava nada ou ninguém. Criticava os outros pela fachada que mantinham, pelos estereótipos com que se regiam: conversas balofas e mesquinhas, sem profundidade. Ansiava por conversas profundas, preferia argumentos “intelectuais” ou até mesmo “pseudointelectuais” em que se esgrimissem argumentos, ideias e propostas concretas de melhorar o mundo, pois isso nem a sociedade, em si, nem os políticos, em especial, se encarregariam jamais de fazer. Acreditava que podia marcar a diferença e começava as revoluções em casa.

Deixei sempre aos filhos a liberdade de escolherem a sua vocação religiosa quando tivessem idade, nunca ia à missa só porque sim, como o meu pai fizera sempre, acompanhando religiosamente a minha mãe, essa sim praticante dessas coisas do culto da missa. Os tempos eram outros e não havia já aquele estigma forte de se ser um não-praticante ou um não frequentador de missas. De qualquer modo acreditava ser coerente. Ao contrário dos meus pais, que raramente me deixavam usar o telefone, cedo coloquei telefones nos compartimentos todos da casa para que o filho mais novo pudesse falar ao telefone ou usar a internet, com moderação. Lembrava-me ainda do tempo em que o telefone tinha apenas trinta centímetros de fio e uma pessoa tinha de ficar ali agarrada aquele pedaço de baquelite preto a falar por monossílabos, com o resto da família perscrutando as ondas e o éter a conjeturarem toda uma conversa que se queria privada. Mais tarde, inventei um sistema com um fio de extensão do telefone que se ligava na tomada e dava para esticar o aparelho pelo resto da casa. Fosse onde fosse que me fechasse: no quarto, na casa de banho, na varanda, já podia falar com privacidade, mas só o fazia de noite quando os pais já dormiam para poder falar longamente... infelizmente o filho tinha um desprezo para com o telefone igual ao que ele agora sentia por esse meio de comunicação retrógrado e que raramente utilizava por prazer. Mais voltado para as novas tecnologias e um típico autoensinado, o filho desfazia-se em digressões e divagações tecnológicas cibernéticas sempre em busca de descoberta do Santo Graal mesmo que não o soubesse nem sabendo bem o que procurava.

Nasci em 1949, fruto dum pós-guerra que abalou profundamente os alicerces da minha família. De abastada em 1906 e possuidora de três carros durante a 1ª Grande Guerra, pouco se via da velha família com laivos de nobreza. A família sobreviveu mal à Grande Depressão de 1929 com grandes perdas financeiras e a sua redução a uma mera burguesia “cheia de pergaminhos nobres, mas sem cheta” como soía dizer-se então. Embora crescessem a falar francês, inglês, italiano ou castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza. Tinha, também, muito orgulho no apelido Meira, cuja origem descobri ser muito antiga.

*Família que tomou o apelido de Meira no bispado de Tui (Galiza) o mais antigo que se conhece é Rodrigo Afonso de Meira, senhor do solar de Meira. Mais tarde Gonçalo Pais de Meira, alcaide de Guimarães que, com seus filhos, organizou a defesa da praça, ao serviço da Corte de Espanha, livrou do cerco a cidade de Guimarães no ano de 1369.*

*Dizia a lenda que saíra da nossa posse um Palácio na Galiza, por um tio-bisavô do lado Meira, que se recusava a tornar espanhol e por isso perdeu todas as propriedades em Espanha dado que os não-Espanhóis estavam então proibidos de possuir terras e bens. Mas a sua verdadeira identidade nunca descobri nem encontrei ligação nossa do lado Meira (radicado em Afife, mas originário de Lugo, Santa Maria de Meira) nem desse antepassado que alegadamente havia sido o dono do Pazo de Meirás em El Ferrol, que é um Palácio de Verão pertença da Coroa espanhola, mas só muito mais tarde vim a descobrir que parecia nunca ter havido ligação nenhuma a esse Palácio de Verão que o ditador Francisco Franco “anexara” na década de 1930 e do qual usufruía por 36 verões consecutivos e que hoje recusam devolver ao estado.*

*Embora crescêssemos com a capacidade de falar castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza.*

As origens de outro ramo da família datam de 960 d.C., anteriores a Afonso Henriques, a cujo aio judeu estavam ligadas pelo casamento da filha de Egas Moniz, ou seja, anterior à formação do próprio Condado Portucalense e de Portugal.

*No que diz respeito ao apelido este originou-se com D. Sancho Nunes Barboza, senhor da Quinta de Barboza, na terra do mesmo nome. Era seu solar a Quinta de Barbosa, no termo do Porto, donde tomaram o nome, no lugar de Barbosa, na freguesia de S. Miguel de Rãs (Penafiel, Norte de Portugal). Segundo Miguel de Sousa (in “As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas”, SporPress, 2001), os Barbosas foram uma importante família nobre portuguesa no século XII, mas que entrou em decadência nos séculos XIII e XIV. D. Sancho Nunes Barboza era descendente de D. Nuno Guterres, aliás Conde D. Nuno de Cela Nova, filho do Conde D. Teobaldo Nunes, um dos mais ilustres e valorosos cavaleiros do tempo do rei D. Bermudo II de Leão. D. Nuno era irmão de S. Rosendo, famoso bispo de Dume no ano de 925. Este nome pode ter sido documentado muito antes da data mencionada acima. Apelido português toponímico, indica um lugar onde há muitas barbas de bode ou barbas de velho (espécie de planta). Como topónimo, José Pedro Machado (in Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa) considera que Barbosa é originalmente um adjetivo na expressão «(terra) barbosa», isto é, «(terra) onde haja abundância de plantas chamadas barba» (ver barba no Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, de António de Morais Silva, 2.ª edição).*

A ligação ao título de Conde de Celanova permaneceu na família durante gerações, mas por razões que não vêm ao caso já não estão atuais. Havia também uns primos diretos, mais velhos do que eu, nascidos no Brasil e lá residentes, que queriam o título, a que legitimamente tinham direito por consanguinidade e hierarquia. Passados os dias difíceis da Grande Depressão quando o meu avô morreu (1930) em que terrenos, casas, propriedades e fábricas foram sucessivamente roubados por outros membros da família ou perdidos na voragem da bancarrota, a família sobreviveu à Segunda Grande Guerra.

A Quinta do Cabeço em Afife foi uma das perdas mais sentidas pelo meu pai. Cheguei a conhecer as suas casas de infância, uma na Rua Visconde de Setúbal e Rua da Regeneração (atual Rua João das Regras, onde está um tribunal

agora), mas as casas de verão na Foz e Matosinhos onde passavam o Verão já não as conheci. Consta que alguns membros da família (em especial um cunhado que era contabilista do meu avô) a quem dera apoio com trabalho e benesses foram os que mais se aproveitaram dele estar em maus lençóis.

*Ainda viríamos a herdar algo que eles deixaram por não terem descendentes). Com a derrocada financeira e subsequente morte do patriarca viria a impossibilidade de o meu pai acabar o liceu e ter de se resignar a acabar os estudos numa Escola Comercial, tendo cedo começado a trabalhar nos escalões inferiores duma multinacional norte-americana<sup>1</sup>. Entretanto, de tenra idade o meu tio, irmão mais velho do pai, emigrou para o Brasil (teria uns 7 ou 8 anos, por volta de 1918) com um tio-avô que ali fez fortuna e deixou descendentes que ainda hoje continuo a descobrir.*

Segundo consta, e era tradição oral, o meu pai escandalizou o resto da família e teve de arcar com um certo e duradouro ostracismo. Casara em 1948, segundo o culto católico romano, com uma mulher trabalhadora, noção de todo herege aos olhos do conservadorismo familiar, cheio de pergaminhos, de manias de aristocracia (falida) e sangue azul. Dir-se-ia que nascera, assim, no seio duma atmosfera hostil. A minha mãe era professora primária numa altura em que mais nenhuma mulher (na família do meu pai) trabalhava ou sequer pensava nessa hipótese. Eram, então, todas as restantes mulheres da família de seu pai respeitáveis donas de casa, com tradições a venerar e manter, enquanto tocavam piano e falavam francês, segundo o provérbio popular. Era às criadas que competiam as tarefas de cuidar das crianças, educá-las, ensiná-las, enquanto outras colegas mais qualificadas se encarregavam dos trabalhos domésticos divididos por tarefas como limpezas e cozinha. Aos pais do sexo masculino (nessa altura, os pais eram ainda apenas um de cada sexo) competia trabalhar, manter o bom nome da família, e prover a todas as necessidades (expressas ou não) desta

Do meu lado materno viriam os apelidos Menezes, Madureira, Rodrigues, Magalhães, Moraes e Alves todos consignados ao distrito de Bragança.

*Ali teriam toda a sua ancestralidade, ligada entre outros a Dom Nuno Álvares Pereira (1360-1431) descendente de Desidério, último rei dos lombardos, que tentou invadir Portugal e tomar a Galiza em 740 (D. Afonso I). Os Pereira estabeleceram-se em Trastâmara antes da chegada dos mouros. Eram senhores do Castelo de Lanhoso. Aos 16 anos casou com D. Leonor de Alvim, um casamento de conveniência. Deixou descendência a quem D. Duarte deu o título de Duques de Bragança.*

Nunca vi a clarificação dessa ligação genealógica à família da minha mãe e mantinha-me céptico em relação à mesma. Já não havia dúvidas quanto ao resto da família embora me intrigassem alguns relatos de que um meu bisavô materno teria sido cônego, casado e pai de filhos, mas também aí nunca descobri a confirmação do sacerdócio desse antepassado, embora houvesse muitas dúvidas matrimoniais não-consubstanciadas em documentos.

*Como poucos na família se interessavam pelo assunto e como havia uma política de silêncio profunda, os poucos dados de que dispunha fui-os arranjando na fase monárquica da juventude quando passava as férias nas aldeias transmontanas em busca de histórias e lendas de família. Parecia não restar dúvida, quer pelas imagens quer pelo resto, de que se tratava de uma família (pelo lado materno) com inúmeras ligações a judeus novos ou marranos. Renegados por todas as gerações até aos meus dias, havia os nomes típicos de cristãos-novos como Ester (hebraico: estrela) e Jesuína (latim: aquela que crê em Jesus) que não deixavam grandes dúvidas, a menos que se ignorasse a etimologia dos mesmos. Seriam um peso grande a acarretar durante a vida estas heranças genealógicas das quais só viria a libertar-se muito mais tarde.*

*Rompendo com a tradição iria ajustar a minha identidade à persona que aceitei como meu alter-ego e com a qual teria de coabitar para o resto dos dias. A minha mulher jocosamente comentara um dia que o meu grande problema existencial era saber qual dos dois venceria o duelo, eu ou o meu alter-ego. Fora importante esta dicotomia para definir a minha personalidade, independentemente das heranças genéticas e outras. Sempre quisera construir o meu rumo sem transportar o peso morto das expectativas, e uma albarda cheia de nomes como alguns membros da família chamados – por exemplo – Alberto Eduardo Miguel Carlos Manuel Filipe José Pedro Arcanjo Francisco e seus respetivos apelidos. Cingir-me-ia, por exemplo, às iniciais JC ou JCC tomadas no seu sentido mais lato como as do filho do deus dos cristãos. Não seria isto mais uma demonstração da minha não-aceitação de destino marrano, e a necessidade de reafirmação da minha cristandade?*

Em minha casa no Amial, viviam os meus pais, a minha avó paterna, duas irmãs de meu pai ainda solteiras e a tia-avó Orbela (então separada ou já viúva) que faleceria dois anos depois. Os meus pais levantavam-se muito cedo para irem trabalhar e eu ficava a cargo da empregada e da minha avó, que eu sempre considerei uma pessoa adorável e terna, mas que nunca trabalhara um dia em toda a sua vida e jamais se capacitara de que a família não era rica como dantes.

Vivia num mundo seu, encapsulada num vórtice temporal que nunca transcendeu. Os primeiros quatro anos da minha vida eram preenchidos por longos passeios pela Estrada da Circunvalação Interna no Porto, pois vivíamos no Bairro Garantia, Vivenda Estremadura, na Rua do Amial, mesmo junto a essa saída de portas, antiga barreira fiscal que impedia a entrada e saída de pessoas desse burgo que era o Porto. A casa ainda existe e aparte uma pintura exterior não parece ter mudado nada desde que de lá saímos. No entanto abster-me de ir bater à porta e pedir para visitar o sítio onde passei os primeiros anos de vida, como quem parte em busca de soluções para problemas que desconhece, ou em busca de pistas para a minha maneira de ser conturbada.

As lembranças dessa época são mais decorrentes das fotos que vi e das quais retive ou recriei uma memória dos eventos por via fotográfica. O que mais persiste na lembrança, e disso não vi fotos, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha e o hábito de a minha avó tomar ao lanche um chá com leite, o chá inglês como ela lhe chamava e que por vezes me convidava a acompanhá-la. A casa tinha dois quartos para a frente, dois laterais, além da sala de jantar e cozinha. Se bem que tenha uma vaga recordação da maior parte dos quartos e da sala e cozinha, há dias interrogava-me onde estava localizada a mobília de escritório do meu avô, que o meu pai herdou.

*A minha avó tinha no quarto de dormir uma pianola onde se entretinha a tocar e que mais tarde deixou de fazer parte da nossa mobília quando mudámos. Foi para casa da minha tia (irmã mais velha do meu pai) porque a minha mãe achava que era um "mono" demasiado grande para um apartamento e como não era dada às músicas viu-se livre da pianola e mandou a minha avó tocar em casa dos outros. Ainda está em casa deles.*

Na casa do Amial havia uma criada ou "sopeira" como era vulgo conhecida em calão da época (nome usual na época, antes de se passarem a denominar empregadas domésticas, ou auxiliares de serviços domiciliários) que nos acompanhou na mudança e, mais tarde, casou de nossa casa para emigrar para França. Quando regressou de férias, tinha eu sete anos servi de padrinho ao filho dela, meu único afilhado o José Alberto Cortez que nunca mais vi e deve ter cinquenta anos... e a única coisa que o padrinho lhe deu foram os dois nomes...pequena herança.

<sup>1</sup> (Mobil Oil, então chamada Socony Vacuum pela junção em 1931 da Standard Oil Co. de Nova Iorque (Socony) e a Vacuum Oil Co. Em 1955 tornou-se Socony Mobil Oil Co., e em 1963 Mobilgas, ou Mobil Oil, que finalmente em 1999, foi adquirida pela Exxon)

la começar as crónicas deste ano a falar-vos outra vez dessa magia do Pico e de olhar o Pico pelos olhos de quem está no Faial, Horta. Tentar transmitir-vos essa atração irreprimível que aquelas duas ilhas exercem sobre mim e que me desejam levar a empacotar a casa e mudar-me para lá, não obstante as mil e uma ameaças de tremores de terra catastróficos e de vulcões semiadormecidos.

la falar-vos de como era o Pico com neve em pleno natal. De como era difícil arranjar onde jantar na véspera de Natal, no dia de Natal e dia seguinte (a que os anglófonos chamam de Boxing Day ou para nós prosaicos de dia 26 de dezembro).

la contar-vos como era o vento nos Capelinhos a fazer lembrar o frio que os termómetros não marcavam, pois assinalavam sempre entre 14 e 17 °C. Dizer-vos que o meu filho benjamim, de seu nome, João, adorou esta visita já que ali não fora em agosto connosco.

la dizer-vos que descobrimos cento e uma crateras na ilha do Pico e andamos a ver as pequenas lagoas existentes nas caldeiras de vulcões há muito extintos (dizem que há 440 mil anos, mas podem ser menos...) houve uma paisagem que não esqueço e aqui reproduzo, bucólica e mágica, encantada mesmo, dava uma paz interior que nos fez desejar construir uma cabana ali mesmo, naquele sopé do Pico voltado a norte.

Isto pouco depois de ali termos chegado dia 23 de dezembro. Levantamo-nos pelas seis da manhã pois o barco arrancava pelas 07.40 da manhã, que ainda não nascera, armados com o farnel e uma máquina fotográfica. Levantámos o carro de aluguer, e mal nele entrámos, a chuva começou a cair, a princípio hesitante e depois assertiva, numa forma continuada e sem desfalecimentos.

Não me amedrontei, pois, nestas ilhas chove, chove, chove e depois brilha o sol outra vez... Só que no Pico quando chove assim, não mais para e andamos durante duas horas ao longo de sinuosas estradas, estreitas, cobertas de água, com uma visibilidade reduzida a 20 ou 30 metros, sem sabermos para onde ir e sem nada ver. Houve um certo momento, o ponto decisivo, em que estávamos a uma altitude considerável já nas faldas sul da cordilheira central do Pico, em que o vento abanava de forma ameaçadora o carro. Havia mais estrada de montanha, pela frente e a chuva impiedosa nada nos deixava ver.

Indecisos e a medo, retrocedemos, convencidos de que o melhor era voltar à Madalena do Pico e apanhar o barco das 13 horas de regresso à Horta. Descemos, devagarosamente que a visibilidade era nula, até Santo Amaro e fomos redescobrir os locais por onde andáramos em agosto. Parou-se para um café, a chuva abrandou, o nevoeiro levantou e a esperança de descobrirmos o que nos faltava conhecer surgiu.

Resumidamente acabámos por voltar à estrada que atravessa o Pico transversalmente e nos sítios por onde andáramos havia lagoas que não tínhamos visto, não obstante estarem a escassos metros da estrada. Estivéramos no sopé do Pico sem o vislumbrarmos. Recuperamos o nosso sorriso e fomos mostrar ao filhote júnior o resto da ilha que sabíamos iria gostar, nomeadamente os Lajidos do Verdelho com as suas veredas estreitas tal qual o labirinto de Creta ou Micenos.

Regressámos à Horta pelas 18 horas com 300 km de estrada feita em poucas horas. A promessa de voltarmos ficava desde então lavrada na lava vulcânica que a todo o passo encontrávamos.



LAGOA DO PAUL

la falar-vos do jantar de dia 24 de dezembro, no Hotel Canal, a única unidade hoteleira aberta nesses dias, pois na sala de jantar imensa éramos apenas nós três e a funcionária. la quase pedir-lhe desculpa de a ter obrigado a estar ali naquela noite santa, quando um grupo de 7 alemães, e outro de 5 espanhóis entrou na sala e deixei de me sentir responsável pela reserva efetuada em outubro passado. Dia de natal cozinhou-se na pequena cozinha kitchenette que tínhamos na habitação (da alemã Ruth Bartenschlager, a "Estrela do Atlântico") e ainda conseguimos sair duas vezes para tomar um café. Rapidamente se passou a semana que decidíramos passar ali e tivemos de regressar ao rural meio onde vivemos o resto do ano.

la falar-vos disto tudo e dar-vos mais imagens e mais detalhes, mas mal o ano começou, fui confrontado com a morte do Miguel, um amigo numa "irmandade" de verdadeiros amigos que tenho, bem mais jovem do que eu, com um ataque cardíaco fulminante quando se encontrava de trabalho em Cabo Verde. Fiquei e ainda estou transido.

Ainda há poucos meses, em agosto 2007, falecera o Cristóvão Santos, assessor do Ramos Horta, que fora um (colega e amigo) jornalista das minhas primeiras lides de jornalismo político e com o qual combati a ausência do 25 de abril em Timor Português. Isto veio trazer-me de volta a esta realidade nua e crua, de que a passagem terrena é curta e o melhor a fazermos é aproveitá-la bem, enquanto cá andamos, pois nunca se sabe quando chega o prazo de validade de cada um. A quantidade de horas desperdiçadas em guerras, desentendimentos, amuos é enorme considerando o já imenso tempo desperdiçado a dormir e a efetuar outras atividades sem impacto na nossa marca terrena, mas é assim a matéria humana e quem sou eu para endireitar este mundo? Já o deixei de fazer há mais de uma década.

A morte, como já escrevi muitas vezes, é tabu na sociedade ocidental que não se prepara para ela nem a aceita livremente quando ela chega. Prefiro a maneira de ser oriental, em que toda a vida é vivida tendo em mente que a morte é o fim de cada vida, o objetivo primário. A vida é uma fase transiente e passageira, e não um fim em si. Apenas uma curta etapa da passagem por esta orbe que diariamente destruimos. A morte da minha avó materna em 1966, do meu melhor amigo em 1976, do meu pai em 1992, dos meus tios em 2000, da minha sogra especial em 2005, além de outros amigos nestes últimos anos são as que mais me marcaram e a ausência dessas pessoas pesa na minha forma de estar na vida hoje, pois muitas vezes existem pequenas conquistas e alegrias que gostaria de partilhar com elas e já o não posso fazer da forma mais direta.

Costumo dizer que (no máximo) terei uns 20 anos à minha frente se repetir a durabilidade do fumador inveterado que o meu pai era e ainda há tanta coisa por fazer e tão pouco tempo para o concretizar, quanto mais tempo livre teoricamente temos menos tempo para o fazer. Para nos dedicarmos ao que é verdadeiramente importante.

Quando comecei a escrever estas crónicas para incluir numa espécie de livro autobiográfico era para poder deixar alguns apontamentos sobre o que penso e sinto, mas falta-me muito engenho e imensa arte, além de que tenho esta certeza (talvez infundada) de que nenhum dos meus "rebentos" a vá ler ou dela retirar os ensinamentos que retirei dos ensinamentos dos meus pais.

Tenho saudades da Austrália, de Bragança e agora morro de amores pelo Faial (e pelas outras ilhas açorianas que já conheço) mas tenho a certeza de que estou aqui preso e amarrado e dificilmente sairei deste buraco, bem verde e bonito é verdade, mas que, por vezes, é tão ou mais deserto que o Saara. Estes silêncios enormes que partilho comigo mesmo estão a tornar-me - cada vez mais - árido.

Como esta sociedade conformista e carneirista em que vivemos, com a ASAE (DGS) a assumir o papel de controladora da vida privada e pública, nesta caça às bruxas que agora se chamam fumadores. Há já artigos de opinião a serem escritos diariamente por fanáticos "aiatolas" a exigirem que o SNS (Serviço Nacional de Saúde) não pague os tratamentos dos fumadores, mas são esses fumadores que pagam os seus impostos, descontam para o SNS, e veem o Estado arrecadar milhões em impostos sobre o tabaco que não têm o apoio do Estado se quiserem deixar de fumar.

Mais hipocrisia que esta não imagino. Ao menos proibam, de vez o tabaco como se fosse uma droga dura, deixem de arrecadar milhões e tratem-nos a nós todos, fumadores, como drogados. Depois prendam-nos, pois como é sabido dentro das prisões pudemos fumar à vontade. Pouco tempo falta para chegarmos ao ponto em que estávamos em 1989 na Austrália em que se tornava quase missão impossível alugar uma casa sendo-se fumador, e nos poucos casos em que se conseguia era-se obrigado a fazer uma desinfestação e uma pintura geral ao largarmos a casa.

Se começamos a usar os estilos de vida para proibir o acesso ao SNS daqui a pouco vem a vez dos obesos, dos diabéticos ou doutros para se poupar no SNS e excluí-los da sociedade. Podemos começar já com os STD (que têm doenças sexualmente transmissíveis), toxicod dependentes e alcoólicos que nem gerem grandes receitas para o fisco, mas são um enorme peso social e económico para o Estado e a família. Depois vamos incluir os que não fazem ginástica ou não se pavoneiam em trajo de jogging como o excelso senhor primeiro-ministro Sócrates, alargando-se depois (através de um qualquer estudo) para provar uma relação causa-efeito com qualquer outra coisa como por exemplo a heterossexualidade.

O Hitler começou com os judeus...podemos começar com isto ou com os ciganos (ah..., mas criem uma cláusula de exclusão como a dos casinos para o tabaco, que inclua o jogador de futebol Quaresma que é cigano).

Na China apenas executaram 1010 pessoas em 2006, por crimes violentos (assassinio, violação e roubo) e crimes não violentos como a fraude fiscal e o desfalque, nós podíamos começar com os políticos que mentem, roubam e acumulam mordomias. Isto recorda-me Milan Kundera (n. 1929) "Nada há de mais inútil do que querer provar alguma coisa a um imbecil" embora eu acrescentasse, a menos que ele tenha frequentado e terminado a sua graduação na Universidade Independente...

Ou como escreve hoje 16 janeiro de 2008 no Público, Catarina Almeida:

*Enquanto o Governo proíbe o cigarro, permite e paga o aborto.*

*O Presidente da República Portuguesa convocou hoje o referendo à despenalização do fumo em locais públicos, depois de o Tribunal Constitucional se ter pronunciado favoravelmente à pergunta: "Concorda com a despenalização do fumo em locais públicos, se realizado por opção do fumador maior de idade ou emancipado?"*

*Desde 2008, conhecem-se 130 processos terminados, com 344 arguidos (todos de baixos rendimentos) e 103 condenações. Segundo a análise feita pelos deputados que requereram o referendo, a maioria dos fumadores julgados tinha entre 35 e 50 anos e fumava por prazer. Conhece-se agora o primeiro movimento a favor da despenalização, Sim, Fumamos!*

*No documento constitutivo do movimento, que reúne fumadores de vários quadrantes políticos, partidários e culturais, lê-se: "Os julgamentos de Lisboa, Coimbra e Braga são exemplos da ineficácia da atual lei - não evita que se fume e coloca os fumadores numa posição desumana de penalização e humilhação." Aquando da elaboração da lei, o Governo de Sócrates afirmou ter em conta sobretudo a prevenção do tabagismo, proibindo-o, protegendo assim a sociedade, principalmente os cidadãos mais vulneráveis. "É vergonhosa a condição a que nós, fumadores, somos remetidos. Empurram-nos para a barra do tribunal, abrindo espaço a que se criem espaços privados de higiene e condições. Somos atualmente vítimas do fumo do vão de escada e sentimentos verdadeiros criminosos. No entanto, aqueles que têm posses conseguem fumar sem ser importunados."*

Enquanto a atual lei se mantiver, acontecerão as denúncias e, como consequência, a investigação policial sobre fumadores e suas famílias. O tabagismo clandestino é um flagelo e um problema de saúde pública. A atual política de proibição impede o SNS de ajudar os fumadores, prevenindo os seus riscos através da educação para a saúde. Talvez não cheguemos a ler esta notícia no ano de 2028. É, claro está, uma analogia aparentemente exagerada e desproporcionada entre o aborto e a caça aos fumadores.

Independente sempre fui, desde que me rebelei contra a tirania paterna, seguida da rebelião contra o Exército Colonial Português mais conhecido como SMO (Serviço Militar Obrigatório) e que me levaria a desertar em janeiro de 1974 para a Austrália. Não será agora por esta lei antitabágica que passarei a ser mais racional e conformista. Concordo com a lei em termos gerais, e como tal, os meus filhos mais novos são incentivados a adotarem uma postura contra o tabaco, mas este macaco velho precisa de incentivos fiscais e estatais para deixar de fumar.

Deixei de beber há uns 12 anos e outros prazeres da vida têm-se extinguido com o passar dos anos, resta-me apenas este vício, esta droga, mas quero que me seja permitido fumar sem ter de me esconder ou de fugir para a rua para poder desfrutar duma baforada de nicotina. Não quero que façam de mim mais pária do que já sou pelas minhas ideias e atos. Moderado como sou sempre acreditei que era possível a coexistência pacífica ou coabitação e é isso que os não-fumadores deviam tolerar. Já basta ter a ASAE a proibir os sabores tradicionais...

Ainda não os vi proibir o pisar do vinho que enche a minha memória e que ainda ocorre nalguns locais. Aqui na freguesia, apesar de ser proibido ainda há quem mate o porco em casa (e conheço um que até é autarca) que o faz todos os anos. Sei disto por que ele me convidou para a célebre matança do porco.

Se a ASAE descobre lá se vai o convite que me permite contactar com este povo e com as suas tradições mais sagradas. Depois só me restarão as procissões, e isto apenas enquanto a ASAE não fiscaliza as hóstias e a higiene do vinho da missa...



Ter humor é possuir a capacidade de perceber a discrepância entre duas realidades: entre os factos (brutos) e o sonho, entre as limitações do sistema e o poder da fantasia criadora. No humor ocorre um sentimento de alívio face às limitações da existência e até das próprias tragédias. O humor é sinal da transcendência do ser humano que sempre pode estar para além de qualquer situação.

O humor é libertador. Por isso sorrir e ter humor sobre o que nos rodeia, sobre a violência com a qual a sociedade e as suas regras limitadoras nos pretendem submeter, é uma forma de nos opormos a ela. Somente aquele que é capaz de relativizar as coisas mais sérias, embora as assuma, pode ter bom humor.

O maior inimigo do humor é o fundamentalista e o dogmático. Ninguém viu um terrorista sorrir ou um severo conservador cristão esboçar um sorriso. Geralmente são tão tristes como se fossem ao seu próprio enterro. Basta ver os seus rostos crispados.

Como afirmava Nietzsche, "festejar é poder dizer: sejam bem-vindas todas as coisas". Pela festa o ser humano rompe o ritmo monótono do quotidiano. Façamos uma festa enquanto me despeço daqui com esta baforada tabágica.



### CRÓNICA 50. O DESENSINO. 18-31 JANEIRO 2008

Podia começar esta crónica com o comezinho incómodo que tive nas últimas semanas enquanto deitavam abaixo a casa centenária que em ruínas aqui ao lado.

Também podia começar com a remodelação governamental mas não me apetece falar da política do jardim à beira-mar prantado pois teria de mencionar a mais ridícula de todas as deliberações legais levada a cabo pela zelosa ASAE: O milho para os pardais ou galinhas só pode ser vendido em sacos de 5 kg, nem mais nem menos...isto mesmo que se trate de velhinhas que só podem levantar dois quilos de cada vez, para darem às galinhas que sobrevivem no pátio enquanto não são comidas na noite de consoada em memória dos perus que já não comem há muito. Um cronista da nossa praça dizia com razão que, a continuar assim, mais valera a ASAE acabar com as velhinhas...

Mas a razão por que não queria falar de política é que o ministro Correia de Campos da pasta da Saúde (ou falta dela) ora demissionário (será este o novo nome que dão aos despedidos ou demitidos?) andava a tentar rapidamente fechar todo o país interior: começara pelas urgências e por outras coisas com nomes esquisitos SAP, SAPU, VMR, etc. Mas os desígnios dele eram mesmo fechar o interior para ficar como coutada dos ricos que ali poderiam comprar umas casinhas ao desbarato para passarem férias.

Eram vários os começos que idealizei para esta crónica demicentenária, mas como eram muitos acabei por esquecê-los.

Neste interior pacato da ilha de São Miguel, nesta costa norte com chilrear de passarinhos, vaquinhas a pastar nos campos verdes, ar puro, a luz falha frequentemente, mas quem precisa de Internet? Estou a pensar em mandar cortar a luz e comprar uns candeeiros a azeite, a eletricidade é uma modernice desnecessária para estas bandas...

*In Informativo Notícia 2008-01-18 11:09:00 publicadas alterações ao Estatuto do Aluno em Diário da República*

*As alterações ao estatuto do aluno, datado de 2002, foram aprovadas com os votos contra de toda a oposição e após um período de controvérsia em torno das faltas dos estudantes, tendo sido realizadas três alterações ao projeto.*

*O novo diploma permite que os estudantes passem de ano sem frequentar as aulas, desde que sejam aprovados nas provas de recuperação.*

*A reprovação só ocorre se o aluno faltar sem justificação à prova de recuperação, ficando refeito, no caso do básico, ou excluído da frequência da disciplina, no caso do secundário.*

*Este documento estipula que o prazo limite de faltas não justificadas é de duas semanas, se o aluno estiver no primeiro ciclo, e do dobro dos tempos letivos semanais de uma disciplina, se o estudante frequentar os restantes níveis de ensino.*

*O estatuto do aluno até agora em vigor, introduzido em 2002 no Governo PSD-CDS/PP, previa a retenção automática de um aluno do ensino básico que excedesse o limite de faltas injustificadas ou a sua imediata exclusão da frequência de uma disciplina, no caso de estar no secundário.*

Foi pena não ter havido coragem para também desobrigar totalmente os alunos de frequentarem aulas, pois com isso reduzia-se imenso o défice nacional, dispensando milhares de professores que só seriam necessários no caso de haver exames ou provas de avaliação. Qualquer dia os ladrões vão todos dar aulas para saberem como é. O que é preciso é estar nas boas graças do chefe e ser mais papista que o Papa e o futuro pode estar garantido com a promessa dum lugar executivo numa qualquer empresa do Estado ou naquelas privadas onde o Estado é que manda...

Adiante, começaram em janeiro as quatro semanas de celebração do carnaval com a passagem ritual na noite da quinta-feira do Jantar dos Amigos que é uma cena curiosa pois as mulheres ficam em casa e os homens reúnem-se. Depois do jantar há sessões de striptease que decerto ajudam o ego frustrado de tanto macho latino reprimido que aqui deve haver. Na semana seguinte foi a vez da Noite das Amigas em que elas fizeram o mesmo, mas com striptease masculino para se vingarem dos machos que têm. A menos que sejam de preferências sexuais alternativas.

Depois foi a Noite dos Compadres e a das Comadres que antecedem o Carnaval e o S. Valentim ou Dia dos Namorados. Curiosos estes hábitos - a que chamam tradições embora relativamente recentes - da ilha de S. Miguel que tiveram direito a espaço informativo nas televisões do continente. Lentamente se vai aprendendo de que é feita a massa (cinzenta e outra menos cinzenta) destas gentes. Era vê-los em frente às câmaras de televisão todos lampeiros, satisfeitos depois de se alambazarem com imensa comida e bebida à espera da "sobremesa". Eu só estou a falar disto porque segundo me parece não estou ainda de forma nenhuma integrado na sociedade local, dado que ninguém me convidou a ir a uma destas noites.

Para terminar esta crónica numa área em que sou (mais ou menos) especialista, devo alertar-vos já para a necessidade de acordarmos todos, mesmo os que têm a consciência escondida ou pesada pelas atoardas com que diariamente nos metralham na comunicação social. É preciso é haver jornalistas, que como eu nunca se calaram nem se vergaram ao peso do que era conveniente ou não dizer, sem olhar a atenuantes ou consequências. Temos (agora, mas do que nunca) que ser arautos dos que não têm voz, e que como lemos acima, cada vez é maior o seu número. Temos de ter uma

probidade e ética para afrontar tudo e todos, contra o que se está a passar, sem encolhermos os ombros cómodos tal como os nossos antepassados fizeram e que os levou ao deflagrar da 1ª e da 2ª Grande Guerra.

## Dia dos Amigos nos Açores



Bem, era disto que vos queria falar, mas sei que apenas os desempregados ou reformados me podem apoiar pois os outros temem ser punidos, como aquele Charrua da DREN (Direção Regional de Educação do Norte) que ao fim de 20 anos naquela Direção foi punido e obrigado a dar aulas como dizia o Zink há dias.

### CRÓNICA 51. REVISITANDO 1984, GEORGE ORWELL 24 FEV.º 2008

#### 51.1. A REALIDADE EXCEDE A FICÇÃO

Vou deixar de comprar a minha habitual dose de livros de ficção, pois a realidade não para de se exceder e tornar-se mais inverosímil que a própria ficção como li esta semana. Se não, vejamos:

*Mohamed al-Fayed sublinhou que o provável assassino do casal foi o paparazzo James Andanson, que constava da folha de pagamentos dos serviços secretos (britânicos) e terá, entretanto, sido morto por aqueles serviços, segundo afirmou.*

*Outra acusação foi a de que a tripulação da ambulância que levou Diana para o hospital, em Paris, era constituída por membros dos serviços de segurança (franceses e britânicos), para se certificarem que a princesa chegava sem vida ao hospital.*

*O milionário declarou que a ambulância demorou uma hora a chegar ao hospital Pitié Salpêtrière, quando o trajeto entre o túnel de Alma e o hospital demorava apenas dez minutos a ser percorrido.*

*Sobre o mordomo de Diana, Paul Burrell, e a recente descoberta de que poderá ter cometido perjúrio, al-Fayed disse, citado pela Sky News: "Ele tem estado sentado no banco das testemunhas a dizer aldrabices. É importante trazê-lo de volta".*

*O egípcio acusou Tony Blair, o MI-5, o MI-6 e o embaixador britânico em França de fazerem parte da conspiração que matou Diana e o seu filho, mencionando uma nota – a chamada "nota Michael" – escrita pelo advogado de Diana em 1995, expressando os receios da princesa sobre o plano para a assassinar num acidente de automóvel.*

*A nota foi entregue ao comissário da Polícia de Londres após a morte da princesa de Gales, mas nunca chegou às mãos dos investigadores."*

O pior disto tudo é que é altamente possível que isto tenha acontecido, mas que só se venha a saber daqui a 20, 30 ou 50 anos...tal como no caso de Camarate ou no assassinato de J. F. Kennedy e tantos outros de gente que foi suicidada.

Entretanto aqui no pequeno jardim à beira-mar plantado as liberdadezinhas vão sendo ameaçadas com a cidadania a ser sinónimo de coragem. Há uma crise das instituições democráticas que ninguém ousará negar, a própria democracia saída do 25 de abril resvalou já para a pura demagogia encabeçada pelos discursos gloriosos do nosso líder intocável (primeiro-ministro Sócrates), o tal que fez um curso por faxe num domingo e assinou projetos de casas de emigrantes em cima de pocilgas de porcos sem saneamento.

Os nossos representantes eleitos estão - cada vez mais - sem ideias e sem horizontes, que não sejam os dos benefícios pessoais e dos seus mais próximos colaboradores numa teia de corrupção e nepotismo que está a por em causa a própria democracia. Os ataques à liberdade começaram há muito com a autocensura imposta pelos poderes económicos que dominam os meios de comunicação.

Depois, seguindo um processo a nível mundial que tem por centro o politicamente correto, assiste-se à criação artificial do ser imperfeito: agora é o fumador, daqui a uns tempos serão os obesos e outras coisas, tudo isso será tão grave como não pagar impostos.

As represálias irão fazer-se sentir sobre aqueles que exercem um mero ato de cidadania. Já há escutas telefónicas, câmaras de videovigilância (em todas as esquinas de Londres e em breve num bairro perto de si), existem ficheiros sobre cada um de nós que convenientemente (e em nome do antiterrorismo global) se fundiram num documento único de cidadania ou cartão único, tal como constava das previsões de George Orwell<sup>2</sup>. ([LER CRÓNICA 47.2](#))

Mas tudo isto é já a quase realidade virtual em que vivemos neste mundo em que a privacidade de há 10, 15 ou 20 anos seria impensável, tudo em nome da defesa dos valores sagrados da civilização ocidental e da luta contra o terrorismo ou outra qualquer luta que os nossos líderes hão de inventar, como a das armas químicas que o malandro do genocida do Saddam Hussein não tinha.

Assim nem imaginem fugir a esse pesadelo de constante vigilância sobre os mais pequenos movimentos das nossas vidas: fugir às portagens onde se controlam os nossos movimentos, fugir do multibanco, da internet que traça todos os nossos movimentos virtuais cibernéticos, não entrando em locais vigiados por câmaras tais como bancos, supermercados, centros comerciais, repartições, tribunais, e outros locais. Isso decerto chamaria a atenção de um qualquer bufo de serviço para

<sup>2</sup> Eric Arthur Blair, n. Bengala, 25 de junho de 1903 — m. Londres, 21 de janeiro de 1950

as autoridades que iriam vigiar ainda mais o nosso comportamento antissocial e instaurar o respetivo inquérito de averiguações, pois alguém que assim procedesse era - de facto - muito suspeito de estar a esconder algo de muito grave.

No tempo do Salazar a PIDE podia torturar legalmente, mas os EUA de Bush levaram mais longe essa prática e pediram a "países amigos" que fizessem os interrogatórios e torturas por eles, além de terem criado esse Gulag que se chama Guantánamo e que faria a inveja dos estalinistas mais ferrenhos. Claro que tudo isto tem sido feito em nome da liberdade, da sua defesa em estados de Direito. E é tudo legal e feito em nome da liberdade, que ameaça colocar na reforma todos os terroristas pois os tais Estados de Direito efetuarão o seu (deles, terroristas) trabalho sujo. O abismo está já ao virar da esquina em nome dum pragmatismo qualquer.

Ninguém nota, pois como sabemos, os que votam neles são tão irresponsavelmente ignorantes como os exemplos seguintes que à guisa de piada circulavam na internet.

## 51.2. CUIDADO, ESTAS PESSOAS TAMBÉM VOTAM... (AH! ENTÃO FORAM ESTES QUEM OS ELEGEU?)

### 51.2.1.

Alguém comprou um frigorífico novo e para se livrar do velho, colocou-o no passeio, com o aviso: "Grátis. A funcionar. Se quiser, pode levar". O frigorífico ficou três dias no passeio sem receber um olhar dos passantes. Chegou à conclusão que as pessoas não acreditavam na oferta, boa de mais para ser verdade. Mudou o aviso: "Frigorífico à venda por 50,00 €". No dia seguinte, tinha sido roubado! Cuidado! Este tipo de gente vota!

### 51.2.2.

Ao visitar uma casa para alugar, perguntou à agente imobiliária para que lado era o Norte, porque não queria que o sol o acordasse todas as manhãs. A agente perguntou: "O sol nasce no Norte?" Quando lhe explicou que o sol nasce a Nascente (aliás, daí o nome e que há muito tempo que isso acontece!) ela disse: "Eu não estou atualizada a respeito destes assuntos". Ela também vota!

### 51.2.3.

Alguém que trabalhou num centro de atendimento a clientes em Ponta Delgada – Açores, um dia, recebeu um telefonema de um sujeito que perguntou em que horário o centro de atendimento estava aberto. Respondeu: "O número que o senhor discou está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana." Ele então perguntou: "Pelo horário de Lisboa ou pelo horário de Ponta Delgada?" Para acabar logo com o assunto, respondeu-lhe: "Horário do Brasil." Ele vota!

### 51.2.4.

Durante um almoço no self-service da empresa ouvimos uma das assistentes administrativas falar a respeito das queimaduras de sol que tinha, por ter ido de carro para o litoral.

Estava num descapotável, por isso, "não pensou que ficasse queimada, pois o carro estava em movimento." Ela também vota!

### 51.2.5.

Uma pessoa amiga tem uma ferramenta salva-vidas no carro, para cortar o cinto de segurança, se ficar presa nele, mas guarda a ferramenta no porta-bagagens! Ela também vota!

### 51.2.6.

Uns amigos foram comprar cerveja para uma festa e notaram que as grades tinham desconto de 10%. Como era uma festa grande, comprou 2 grades. O caixa multiplicou 10% por 2 e fez-nos um desconto de 20%. Ele também vota!

### 51.2.7.

Um amigo viu uma mulher com uma argola no nariz, ligada a um brinco, por meio de uma corrente e disse: "Será que a corrente não dá um puxão cada vez que ela vira a cabeça?"

Expliquei que o nariz e a orelha de uma pessoa permanecem à mesma distância, independentemente de a pessoa virar a cabeça ou não. O amigo também vota!

### 51.2.8.

Ao chegar de avião, as malas nunca mais apareciam na área de recolha da bagagem. Fui à secção de bagagem extraviada e disse à mulher que as minhas malas não tinham aparecido.

Ela sorriu e disse-me para não me preocupar, porque "era uma profissional treinada e eu estava em boas mãos." Diga-me, perguntou ela... O seu avião já chegou?" Ela também vota!

### 51.2.9.

Numa pizzeria observei um homem a pedir uma pizza para levar. Estava sozinho e o empregado perguntou se preferia que a pizza fosse cortada em 4 pedaços ou em 6.

Pensou algum tempo, antes de responder: "Corte em 4 pedaços; não estou com fome suficiente para comer 6 pedaços." Isso mesmo, ele também vota!

Agora já sabem QUEM elege os (nossos) políticos!

Seguindo este tipo de raciocínio vai ser difícil qualquer dia concorrer a um emprego, dado o excesso de qualificações dos candidatos entretanto formados por uma qualquer fábrica universitária dessas que produzem "canudos" que para nada servem, exceto para enganar as estatísticas de Bruxelas. Mas ficaremos decerto bem na fotografia pois estaremos com um nível de qualificações elevado face ao resto do mundo, embora os nossos diplomados possam apenas exercer a sua profissão em países altamente desenvolvidos como a Indonésia, Sri Lanka, Maldivas, Filipinas, Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau. Nos outros países é provável que não durem muito dada a sua incompetência pessoal e profissional.

Isto é o retrato do que espera os nossos filhos e netos que, entretanto, se vão deparar com um país e uma Europa demasiado envelhecidos para pagarem as reformas das gerações anteriores.

Com esta dívida que herdarão desta famosa geração "a baby-boom generation" ficarão também para eles resolverem problemas como o das autoestradas sem custo para nós que eles terão de pagar com juros e dividendos e as obras faraonicamente desnecessárias que os seus antepassados foram construindo para deixarem o seu "legado" às gerações vindouras.

Pareceu-me, pois, apropriado recortar estas receitas para quem se candidate a emprego nos tempos mais próximos. Dá que pensar e é isso que pretendo com esta crónica.



**CRÓNICA 52. 3º ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA MAIO 2008**  
**52.1. COLÓQUIOS NOS AÇORES (ENCONTROS AÇORIANOS DA LUSOFONIA)**

Faz tempo que eu não voltava aqui a este recanto do meu "castelo" para escrever uns textos. Mas a ocupação causada por Colóquios da Lusofonia tem destas desvantagens. Por isso hoje vou concentrar-me numa viagem ao 3º Encontro Açoriano da Lusofonia que este ano decorreu na Lagoa de 8 a 11 de maio. Ao chegar a S. Miguel em nova etapa da diáspora pessoal logo me dispus a criar nos Açores uma versão insular dos Colóquios da Lusofonia (a única iniciativa, concreta e regular em Portugal sobre esta temática lusófila).

*Os primeiros dois Encontros tiveram lugar na Ribeira Grande, descentralizado com o 3º Encontro Açoriano da Lusofonia na simpática urbe da Lagoa em 2008.*

*Motivo de enorme interesse centrava-se na presença dos escritores açorianos DIAS de MELO e DANIEL de SÁ, que autografaram as suas obras durante a sessão de abertura. Havia ainda mais autores presentes numa mostra de livros.*

*Dias de Melo então com 83 anos escrevia, não só sobre os baleeiros que o tornaram célebre, mas sobre o basalto da sua ilha natal do Pico. Um escritor sempre revolucionário que sente o pulsar das suas gentes nas suas palavras, na sua atitude de escutar tudo e depois traduzir para livro, ele que é basalto e mar como muitas das gentes tradicionais do Pico.*

*A sua obra merecia ser divulgada por todas as escolas e universidades do país, mas continua - infelizmente - olvidada. A Universidade dos Açores passa, por vezes, à margem dos escritores açorianos como quem tem vergonha dos seus filhos.*

*Estes Encontros visavam repor um pouco a justiça que merecem e no lugar de destaque que devem ter. Apreciam-se os que venceram lá fora nas Américas e obnubilam-se os que não emigraram.*

*Sem querer desmerecer as mais de 3 dezenas de apresentações feitas pelos oradores ao longo de quatro dias, ressaltam-se duas que justamente honravam Daniel de Sá.*

*Fora já com espanto que as pessoas o viram surgir para a cerimónia de autógrafos dado ser um escritor recluso, mas maior foi o espanto quando acedeu a partilhar o palco e a responder aos autores que falavam de si e da sua obra.*

Por momentos, tenho necessidade de parar, um momento, admirado com tudo o que não me canso de aprender sobre este arquipélago de uma beleza estonteante, uma vasta família de nove irmãs debruadas a cores diferentes.

*Pouco sabia antes de chegar a S. Miguel para além do sotaque "afrancesado" difícil de entender. Pena tinha da ignorância dos outros que continuavam a desconhecer ou a ignorar sobre estes cumes de montanha que assomam, a intervalos, aqui no meio do Oceano. O pouco que se aprendia nos bancos de escola era exíguo, já esquecido ou nunca ensinado.*

*Naquela época, raramente se ouvia falar do arquipélago. No Continente apenas mencionavam o anticiclone e os terremotos frequentes. Agora, graças a esse deprimente meio de comunicação unilateral chamado telenovela já se sabia, pelo menos, que os Açores existem.*

*É como se estas nove ilhas fizessem parte dum mundo à parte, quiçá ainda por descobrir. Como se fosse um triângulo das Bermudas onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou (até 2015) quanto à visibilidade real destas ilhas para a pessoa comum.*

*Aqui se mantinham gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, em torno duma família nuclear que noutras partes foi já dizimada pelo chamado progresso do século 20.*

*Aprendia-se depressa o significado de quatro estações num só dia, o clima mudando constantemente e tanto chovia como fazia sol...a paisagem não parava de espantar, eternamente verde no verão ou inverno, com a beleza inigualável das suas lagoas, crateras e dos montes peçados de vacas alpinistas.*

*Ao estudar a história destas ilhas senti essa vontade irreprimível de partilhar com o mundo os meus novos saberes, porque sem sabermos a história, sem falarmos a língua e sem conhecermos as tradições e cultura nunca conheceremos nenhum povo.*

*Em volta, pairavam os chamados milhafres também conhecidos por milhanos ou bilhanos, quais abutres na espera duma presa. Eram o ex-líbris da minha nova derradeira morada.*

Nem a visão dessas imponentes aves me entusiasmava como outrora o mar me fascinara ao ponto de ter escrito um testamento no qual exigia que as suas cinzas fossem lançadas ao Oceano Pacífico. Era o Atlântico em toda a sua pujança que ignorava absorto pelas montanhas, vulcões, lagoas e tremores de terra. Estava longe do mar Pacífico de nome, mas

guerreiro nos seus efeitos, neste desterro voluntário no meio do Atlântico, o velho mar que banhara a Atlântida dos sonhos e utopias de poetas como eu.

A vida era assim, acordei um dia e os deveres da profissão da minha mulher mandavam-me sobreviver numa ilha, parada em pleno Oceano, agitada por vulcões e outros fenômenos do gênero. Ninguém me dera a escolher entre ficar na recém-adotada mátria de Bragança ou regressar à austral pátria longínqua.

Vim a Portugal por mor duns tratamentos. Acabei por ficar, como se o meu destino estivesse previamente delineado, sem qualquer respeito pelas decisões que assumira até então. Apenas me foi dado saber que tinha de partir e (re)começar. Sentia-me errante, nómada sem estepes nem desertos a calcorrear ou a cavalgar.

Parti jovem. Voltei amadurecido. Tinha ido em descoberta de paragens longínquas que o destino me reservara, para a minha natureza errante, não-sedentária. Conheci povos, aprendi línguas e vivi em mundos que nem Marco Polo imaginava. Sentia-me irremediavelmente alinhavado a essas paragens longínquas, a essas gentes e suas maneiras e houve que reaprender os modos ocidentais, falsos e superficiais, feitos de códigos refinados ao longo dos séculos pelas várias civilizações, desde a Idade Média obscurantista ao século das Luzes.

Ainda bem que aprendi na infância as falas desses povos gentios disfarçados para agora poder comunicar com eles, sem que jamais suspeitassem ser eu um espião infiltrado na corte da ocidental praia lusitana, tal como alegadamente Cristóvão Colón o fora na corte de Castela ao serviço de Dom João II. Iria lutar por salvar a língua e os costumes daqueles povos, que nem sequer conheciam o valor do que tinham. Ser-me-ia mais fácil como "estrangeiro".

Haviam passado muitos anos, muitas luas sobre as minhas cavalgadas na crista das ondas e do mundo. Nem me lembrava bem como tudo começara ou porquê, se fora uma fuga já encenada e premeditada ou mero acidente de percurso que esses também surgem quando menos se espera.

Certo é que as amarras nunca tinham sido fortes à terra onde o cinzento e o granito me viram nascer num pós-guerra de incertezas que o meu signo de Balança acentuaria. Por via disso encarregara-me de colorir a minha vida, tanto quanto possível, com a cultura doutros e tornara-me resiliente como essa pedra granítica da terra onde nascera.

Aqui mesmo lançaria as sementes do meu novo projeto. Quem sabe se não era já o meu último grande projeto de vida? Andavam todos tão ocupados na sua lufa diária de sobreviver no poder que olvidados estavam da presença mágica destas ilhas de reduzidas proporções e populações que novos mundos deram ao mundo e apenas eram lembradas pelas catástrofes naturais e pelo mau tempo.

Era imperioso alguém ler esses autores insulares, que andava a traduzir, e lhes desse vida, os trouxesse à mais que merecida ribalta. Foi assim que aproveitando o ensejo meti as mãos ao teclado e fiz o meu primeiro escrito sobre a literatura açoriana mesclando-a com o perigo do genocídio das línguas.

## 52.2. PROJETO DE ESTUDOS AÇORIANOS 2008-2012

*A vida sem provações não vale a pena ser vivida.  
– Sócrates, Apologia, 38*

O meu mais recente projeto megalómano era dar voz universal aos escritores destas ilhas mágicas e assombradas a que ora chamava já minhas, abaná-los das suas consciências súbditas e resignadas. Teria de acenar-lhes com o mundo que bem sabia, intimamente, iria querer conhecê-los e lê-los, mal soubessem que eles existiam. Pena eles se terem contentado com as ilhas como audiência.

Esta era mais uma ideia daquelas destinadas a granjear inimigos e invejas, quem sabe até se os poucos que ainda lhe falavam não o iriam votar definitivamente ao ostracismo por ousar defender interesses que tomara como seus. Ninguém me contratara para essa missão impossível, afinal, todos haviam sobrevivido até então, sem as minhas boas intenções megalomaniacas.

Eram todos esses autores conhecidos nos seus círculos restritos e gozavam de boa reputação no seio dos expatriados. Que mais era preciso? 300-500 livros era (então) uma excelente tiragem (um best-seller) para a maioria das edições desses escritores açorianos que o mundo infelizmente desconhecia e eu me ia empenhar em dar a conhecer. Era urgente e imperioso. Tinham de ser ouvidos, lidos e estudados antes de serem tragados por um cataclismo como o que afundara a Atlântida.

Tudo começara no dia em que me pusera a traduzir alguns desses autores e descobrira neles a vida e a imortalidade que julgava inexecutáveis. Não era um trabalho fácil pois um escritor raramente se alcandora à fama daqueles jogadores efémeros de futebol que, em cada dois ou em cada quatro anos, tentam arrebatam as multidões atrás deles, como se fossem velhos deuses gregos descidos do Olimpo.

Eram a antítese deles, com a sua sobriedade, honestidade, integridade e humildade. Não se julgavam salvadores do mundo, nem tampouco enviados por uma qualquer divindade para gravarem as palavras na rocha sagrada que iria perpetuar uma civilização. Aqui não se tratava dum retângulo com mais de cem metros e vinte e duas pessoas a correrem atrás dum esférico para o enfiarem numa rede. Era apenas um enorme campo, sem delimitações, nem marcações onde se traçavam no alvo papel os hieróglifos, nesse fluir ritmado das palavras ao som das ondas destes mares, entremeadas pelo cíclico estremecer dos solos numa lembrança de Hefesto, Deus do fogo, dos metais e da metalurgia, filho de Zeus e Hera.

*Ou seria recordando Hades, irmão de Zeus e Posêidon? Enquanto o primeiro detém os Céus e o segundo os Mares, Hades é o senhor do mundo subterrâneo, o Inferno local genérico para a moradia dos mortos.*

A escrita dos autores açorianos fluía como lava incandescente, era como o próprio magma descendo a 25 de junho de 1563, da Serra de Água de Pau para destruir Vila Franca do Campo, todas as suas casas, igrejas e ermidas. E, como todos sabemos, três dias depois houve a erupção do Pico das Berlengas, seguida de inundações torrenciais que arrastaram para o mar tudo quanto havia ficado de pé na Ribeira Grande, incluindo os seus moinhos. No lugar do Pico das Berlengas surgiu a enorme cratera hoje conhecida como a Lagoa do Fogo.

*Nada do que escrevi parecia ter paralelo na, enormemente rica e diversa, literatura açoriana que lentamente ia conhecendo com cada livro que traduzia. Esses autores locais eram tão persistentes como tenazes foram os habitantes da Ribeira Grande que durante quatro décadas labutaram na sua reconstrução. Aqueles homens não se deixavam vencer nem pela doença nem pela natureza. Sofrendo as inclemências do tempo, reconstruíram tudo, limpando as terras, recompondo os moinhos, refizeram as suas casas e repararam os seus templos, erguendo a nova ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, depois incluída na Igreja de S. Francisco onde hoje forma a capela do Senhor Santo Cristo da Coluna. Embora os autores açorianos tenham os seus livros lidos apenas por umas, bem poucas, centenas de pessoas no arquipélago e na diáspora, continuavam, ano após ano, a arar as palavras como se fossem terreno pedregoso sem húmus, mais duro que o basalto e mais inóspito que os terrenos do Pico. Estavam assim esses autores tão olvidados como a população esquecera já as erupções mais célebres do arquipélago.*

## A Erupção da Lagoa do Fogo: (um vulcão que pode estar sempre prestes a despertar)

Em 1563, com a erupção de um vulcão em cuja cratera está a Lagoa do Fogo, deu-se um novo cataclismo em S. Miguel de maiores proporções que a subversão de Vila Franca do Campo.

Ora, o Dr. Gaspar Frutuoso, embora não estivesse na ilha, fixou residência na Ribeira Grande, dois anos depois nas cinzas daquele cataclismo. Já o Nordeste se encontrava devastado e ainda ninguém ali sabia a origem do que estava a suceder. O povo entregava-se à proteção da Virgem, implorando a misericórdia divina.

Terra farta e de excelentes criações, via toda a sua riqueza desfeita e imaginava chegando o fim dos seus dias. Com este dilúvio morreram todos os pássaros de toda a sorte. Dilúvio - chama Frutuoso a esta chuva de pedras de várias "granduras" e de cinza fina e branca, que havia de petrificar-se, transformando as. Os povos, cheios de pavor, abandonaram as casas e saíram para as ruas, largos e praças, e os lamentos e preces misturaram-se e ouviram-se em toda a parte. E os abalos seguiram-se, a pequenos intervalos, toda uma noite... a terra tremeu quarenta vezes.

Os habitantes do Nordeste, da Ribeira Grande, de Vila Franca, não cessaram de implorar a clemência divina. E parecia que as suas preces tinham sido ouvidas, porque durante o domingo, 28 de julho, nenhum abalo se sentiu.

Porém logo na segunda-feira começou outra vez a terra a tremer mui amiúde e rijamente, mais horrenda e espantosamente. Ao anoitecer, notou-se uma densa e grande nuvem que pairava sobre a serra de Água de Pau. A nuvem subiu e alastrou-se.

Em toda a ilha foi visível e a todos deu a ilusão de que caminhava na sua direção, quer estivessem em Ponta Delgada, quer na Ribeira Grande, quer em Vila Franca. Os povos olhavam-na estarrecidos e no seu ânimo abalado e supersticioso não lhes parecia já uma nuvem, mas um monstro colossal e fabuloso. E a nuvem crescia tão obscura e tão mal-assombrada que, estando a noite algum tanto serena e clara, a tornou tão triste e desairosa que a todos dobrou a desconsolação e medo, dando de si mostras de aparências mui espantosas, variando-se com a sua feia escuridão em diversas figuras e mui horrendas... não parecendo nuvem, mas coisa fabricada para destruição das gentes. E o monstro aéreo, que assim parecia aos ânimos espavoridos, abriu grandes bocas e por elas vomitou línguas de fogo que iluminaram todo o horizonte, caminhando negro e pavoroso sobre Vila Franca.

### Diz o cronista:

Vendo-a (a nuvem) todos se puseram de joelhos, pedindo misericórdia. Estariam assim tanto espaço quanto se poderiam dizer quatro credos de vagar, e em todo este tempo a nuvem não descansou de botar de si fuziladas por todo o corpo dela, sem estrondo que parecia que se abria o céu com fogo, chegando com a ladainha a dizer-se: Santa Maria, ora pro nobis, se abalou a esta palavra a nuvem de cima da gente e se tornou ao norte com as três bocas diante, porque deu uma volta sobre a gente, como um navio e virou as bocas, como proa caminho do norte.

Pareceu àquelas almas crentes que as suas fervorosas preces tinham afastado o monstro fantástico e fabuloso e que o terrível castigo que as ameaçava tinha sido suspenso pela clemência divina, mas pouco tempo durou esta ilusão porque pouco depois começou a sair do alto da serra, donde viera a nuvem, um sopro grande, branco, sem trovoadas, e a terra a tremer muito, logo seguido de uma densa chuva de cinzas e pedras em tal quantidade que as pessoas ficaram cobertas e barradas como se em caldeiras de cinzas delidas fossem metidas. Então o pânico apassou-se de novo da multidão.

A lembrança do cataclismo de 1522 invadiu os ânimos e a população fugiu desordenadamente para os campos, para os montes, para Ponta Garça, para a Ribeira das Tainhas, para o mar.

O vulcão que, no alto da Serra de Água de Pau, rebentara, poupou a antiga capital de S. Miguel, por terem caído as suas ardentes lavas sobre a parte norte da ilha, na então vila da Ribeira Grande e seus termos.

A terrível erupção dera-se no mais alto sítio da Serra de Água de Pau - já denominada o vulcão - junto dos picos das Berlengas e das Mesas, entre os quais ficava situada uma pequena lagoa. Começou naquele dia 28 de junho, como dissemos, o pico diante a vomitar torrentes de lava ardente, que corriam pelas vertentes norte da serra, como ribeiras caudalosas, abrindo sulcos nos terrenos.

Submergiram-se, por vezes, estas correntes impetuosas para aparecer mais adiante, alastrando-se em pastosos lagos sobre as terras lavradas. Formaram-se assim, pelo posterior arrefecimento, os vastos espaços de rugosas pedreiras que chamam biscuitos e que aqui e ali mancham de negro e de infecundidade a terra arável desta ilha fértil. No dia 2 de julho uma outra erupção, no Pico do Sapateiro, mais próximo da vila da Ribeira Grande, veio juntar-se àquela na sua fúria destruidora. E as duas crateras, ao desafio, expulsavam das suas entranhas as lavas candentes que, correndo, como ribeiras, por colinas, campos e vales, tudo assolavam, ao mesmo tempo, que, com violento ímpeto, arremessavam para o ar, a alturas inauditas, massas ígneas e grandes pedras, algumas da grandura de bois, diz o cronista, que ao caírem se fragmentavam, juncando os terrenos, ou o mar, com pedras-pomes que, por mais leves, iam a maior distância, flutuando as que caíam no mar.

Foi tal a quantidade dessas pedras que flutuavam no mar, que se acumulando, chegaram a formar pequenas ilhas, derivando ao sabor das águas. Foram as piores erupções que ocorreram em S. Miguel.

Contudo, embora o das Furnas seja o mais ativo e perigoso, está mais ou menos controlado. No vulcão da Lagoa do Fogo, as águas da lagoa começam a aquecer, com pequenos abalos de origem tectónica com falha no graben Lagoa-Congro.

### A erupção do vulcão das Furnas: (o vulcão mais perigoso dos Açores).

Erupção do Cinzeiro, Ano do Cinzeiro ou simplesmente Cinzeiro, é o nome porque ficou conhecida a grande erupção do Vulcão das Furnas de 3 de setembro de 1630. Foi a maior das erupções registadas após a colonização dos Açores, do tipo pliniano, com grande explosividade, emitindo um gigantesco volume de pedra-pomes e de material pomítico pulverizado para a atmosfera. A nuvem obscureceu o Sol por três dias e cobriu a ilha com uma camada de cinzas que nalgumas zonas distantes excedeu 1,5 m de espessura. A erupção atirou cinzas para a alta atmosfera que se depositaram na ilha das Flores, mais de 360 km para oeste. A camada de pedra-pomes flutuante impedia a navegação nas proximidades da ilha. Causou centenas de mortos. Terminou a 2 de novembro de 1630, isto é, 61 dias depois do seu início.

Mas quem quereria saber disto ou de tudo o que mais rico existe neste arquipélago esquecido e distante das mentes e vontades dos governantes de Lisboa desde o Terreiro do Paço aos nossos dias? E se os governantes se descuidam há séculos em cuidar dos açorianos que dizer dos restantes que mal sabem da nossa existência? Nem sempre assim é. De quando em vez, surge uma exceção, como foi o caso a 10 de junho de 2008 quando o escritor Daniel de Sá foi merecidamente agraciado com o grau de oficial da ordem do Infante D. Henrique. Um grupo de amigos homenageou-o num jantar a 13 de junho e aí, em nome dos Colóquios da Lusofonia apresentei a proposta, que se segue, de criação dos Estudos Açorianos.

É um privilégio estar aqui hoje nesta singela, mas sentida homenagem a um ser muito especial, que noutro país, noutro continente, certamente teria sido convidado para representar a cultura.

Felizmente novas vozes fazem ouvir o seu clamor para o reconhecimento mais do que merecido a este grande homem das letras e da cultura. Resta-me esperar que a sua obra continue a ser editada, reeditada, traduzida e divulgada nos quatro cantos do mundo, como um verdadeiro representante desta açorianidade micaelense e universal que tanto orgulho devia incutir em todos os que aqui habitam.

Infelizmente a Universidade dos Açores carece de um curso de literatura e cultura açorianas onde esta e outras vozes se possam fazer ouvir. A Universidade de Brown tem há anos uma cadeira chamada Literatura Açoriana - e na Universidade dos Açores, Urbano Bettencourt ministrou desde 1990 o curso de literatura açoriana (enquanto unidade curricular das licenciaturas) com a duração de dois semestres; havendo outro curso, "Portugal atlântico e a açorianidade" como módulo de 10 horas integrado nos Cursos de verão.

O próprio Urbano nos declarou, que, de momento não sabe se, "para lá do que o Onésimo leciona na Brown existem outros cursos de iniciação à Literatura açoriana; embora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Assis Brasil oriente um curso de literatura açoriana, mas já em pós-graduação.

**Considero que é indecoroso não haver esta disciplina nos açores.**

Chegou a altura de criar os Estudos Açorianos e Daniel de Sá a liderá-los com o apoio de nomes como Urbano Bettencourt...

Posteriormente, foi avançada uma proposta mais ambiciosa de Rafael Fraga. O desafio é concretizar este desiderato, com apoios e mecenas que o concretizem, dentro ou fora do seio da universidade [dos Açores], entidade estática e formal a quem desafiamos, diversas vezes já, para aceitar o repto. Podemos criar a cadeira de estudos e literatura açorianos, através de educação à distância, incluindo autores de todas as nove ilhas, com o apoio duma instituição, fundação, etc., mesmo que não seja num qualquer programa curricular de licenciatura ou mestrado.

São precisas vontades férreas e abnegação para levar este projeto avante, pois era como se se sentisse em toda a ilha um grandíssimo e espantoso tremor de terra, durando por espaço d'um credo, em que parecia que os elementos, fogo, ar e água, pelejavam no centro d'ela, fazendo-a dar grandes abalos, com rancos e movimentos horrendos, como ondas de mar furioso, parecendo a todos os moradores, que se virava o centro d'ela para cima e que o céu caía, e acabando o espaço do Credo ou de um Pater Noster e Ave-maria a todo o mais, e ainda não foi tanto, tornou outra vez a tremer mais brandamente outro tanto e sendo já dia claro, se ajuntaram algumas pessoas, que viviam pelos montes e nas quintas, e os que ficaram vivos no arrabalde, espantados todos dos grandes tremores e estrondos que ouviram; e vendo a vila no estado em que se encontrava pasmavam da enorme força desta ideia.

## 52.3. INTRODUÇÃO 3º ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA

Em 2005, ao chegarmos a S. Miguel nesta nova etapa duma diáspora pessoal logo nos dispusemos a criar nos Açores uma versão insular dos Colóquios Anuais da Lusofonia (que organizamos desde 2001/02 e que têm sido a única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos anos sobre esta temática lusófila). Pretendíamos debater os problemas típicos da identidade açoriana no contexto da Lusofonia e foi assim que em maio de 2006 o 1º ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA ocorreu na Ribeira Grande. O ponto de partida continua a ser o de aqui trazer académicos, estudiosos, escritores e outras pessoas para debater a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições, sempre numa perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA, tal como a entendemos com todas as suas diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar.

Pretendemos manter anualmente este fluxo de personalidades para que, conjuntamente com os que vivem nestas nove ilhas, no continente e no resto do mundo, debatam a lusofonia nos quatro cantos do mundo.

Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou qualquer outro ramo de conhecimento científico, podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana.

Pretendemos contribuir para o levantamento de fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona e criativamente questionar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do caráter açoriano.

Debata-se também a problemática da língua portuguesa no mundo, em articulação com outras comunidades como agentes fundamentais de mudança.

Iremos manter uma sessão dedicada à tradução que é também uma forma de divulgação cultural. Veja-se o recente exemplo de Saramago que já vendeu mais de um milhão de livros nos EUA, e onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Queremos lembrar o caráter independente dos Encontros, interessados em alargar parcerias e protocolos sem serem subsídio-dependentes, de forma a descentralizar a realização destes eventos e assegurando essa sua "independência" através do simbólico pagamento das inscrições dos participantes.

Esta independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Claro que contamos com a indispensável parceria da Direção Regional das Comunidades estabelecendo as pontes com os Açorianos no Mundo e o imprescindível apoio da autarquia da Lagoa ao nível logístico.

Este importante evento é totalmente concebido e levado a cabo por uma rede organizativa de voluntários. Simultaneamente, ao contrário de conferências de formato tradicional em que as pessoas chegam, debitam o seu trabalho, e partem com uma ata posteriormente elaborada cheia de boas intenções e conclusões que não se concretizam, estes Encontros inovaram e em 2002, introduziram o hábito (hoje normal) de entregarem CDS das Atas no início das sessões.

Estes Colóquios podem ser (ou não) marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes (de Lisboa ou de Brasília) mas têm servido para inúmeras pessoas aplicarem na prática as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados.

Visa-se aproveitar a experiência (profissional e pessoal) de cada um dentro da sua especialidade e dos temas em debate, para que os restantes possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e de residência e utilizarem esses instrumentos que já deram resultados noutras comunidades.

Criámos uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, prolongado ao longo destes anos.

Em 2004 fizemos a campanha que ajudou a salvar o Ciberdúvidas; em 2005 presidimos ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP; em 2006 lançámos as pedras para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Em 2007 assistiu-se à atribuição do 1º Prémio Literário da Lusofonia da Câmara Municipal de Bragança.

Em 2008 iniciámos parcerias com Universidades e Politécnicos rumo à concretização desse grande projeto que é a Dicipédia Contrastiva ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa dos Colóquios da Lusofonia e o Dicionário de Açorianismos, formalizado no 2º Encontro Açoriano da Lusofonia em S. Miguel no ano de 2007.

Por último, a componente lúdico-cultural destes Encontros, permite induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio saem reforçados os elos entre as pessoas, a nível pessoal e profissional. Os participantes podem trocar impressões, falar e partilhar projetos, ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal das sessões.

O desconhecimento, a nível do Continente e do (resto do) mundo, da nossa realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta para divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma Lusofonia alargada. Pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua. A meritória ação de várias entidades nos Açores nas últimas décadas tem proporcionado um estreitamento entre açorianos, expatriados e descendentes: uma espécie de círculo fechado e limitado. Nós pretendemos ir mais além, e levar os Açores ao mundo. Independentemente da sua Açorianidade, mas por via dela, pretendemos que mais lusofalantes e lusófilos fiquem a conhecer esta realidade insular com todas as suas peculiaridades, trazendo aos Açores outras vozes para que desse intercâmbio se possa difundir a verdadeira cultura açoriana no seio da lusofonia alargada que preconizámos. A terminar, resta-nos a esperança de ajudar a combater a insularidade em termos culturais. Portugal é um país macrocefalo e em S. Miguel existe essa mesma macrocefalia cultural em torno de Ponta Delgada sendo muito raro que outras cidades ou vilas tenham acesso a debates desta natureza, daí termos decidido descentralizar o evento e trazê-lo para a simpática urbe da Lagoa.

## 52.4. DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Antes de mais quero expressar os meus agradecimentos

À Doutora Maria Barroso, por ter acedido a honrar-nos com a sua presença,

Dr Rodrigo Vasconcelos de Oliveira em representação do Governo Regional,

Dra. Alzira Serpa Silva diretora Regional das Comunidades, e Dra. Rita Machado Dias,

À Câmara Municipal da Lagoa nas pessoas do seu Presidente e Vice-Presidente, respetivamente, João António Ferreira Ponte e Roberto Manuel Lima Medeiros,

À Chefe de Gabinete Dra. Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota por darem o seu patrocínio a este evento cultural, 3º Encontro Açoriano da Lusofonia agora descentralizado para esta simpática urbe da Lagoa. Os meus agradecimentos pessoais aos nossos patronos professor doutor Evanildo Bechara e professor doutor Malaca Casteleiro que se dignaram vir aos Açores partilhar connosco o seu saber. Obrigado também aos membros das Comissões dos Colóquios e a Andreia Cordeiro e Paula Bento do nosso Secretariado. Não podemos deixar de salientar com amizade a contribuição voluntária de todos aqueles que integram as nossas atividades culturais paralelas, a pianista Ana Paula Andrade, a pintora Vilca Merizão, o compositor Marco Montandon, toda a companhia GIRA TEATRO de Santa Catarina, a documentarista Teresa Tomé, Rafael Fraga e Augusto Macedo autores do Songbook Açoriano e ainda aos escritores Daniel de Sá e Dias de Mello que aqui vieram mostrar alguns dos seus livros. Por último queremos agradecer a todos os presentes e em especial aos 83 participantes inscritos como oradores e assistentes presenciais, vindos de todo o mundo e representando Portugal Continental, a Madeira, os Açores, Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Bulgária, Itália, Bélgica e Galiza, nos quais incluímos a delegação oficial do governo do Estado de Santa Catarina no Brasil.

O tema destes Encontros, a insularidade e o isolamento, fatores de preservação da língua e cultura portuguesas no mundo, retratam o meu percurso. Primeiro em Portugal, essa ilha perdida e isolada da Europa durante o Estado Novo, e depois, nas ilhas de Timor, de Bali, na então ilha de Macau fechada da China pelas Portas do Cerco, nessa imensa ilha-continente denominada Austrália, e por fim Bragança nessa ilha esquecida que é o nordeste transmontano. Fruto dessas andanças no seio duma diáspora prolongada consegui manter sempre viva a parte portuguesa da minha herança cultural e linguística.

Ao aterrar nesta ponta mais ocidental do antigo Império Português chamada Açores constatei o meu quase total desconhecimento sobre o arquipélago. O pouco que aprendera nos bancos de escola era exíguo e já esquecido ou nunca ensinado. Raramente se ouvia falar deste arquipélago, no Continente apenas mencionavam o anticiclone e os terremotos frequentes. Agora graças a esse deprimente meio de comunicação unilateral chamado telenovela já há quem saiba que os Açores existem. É como se estas nove ilhas fizessem parte dum mundo à parte, quicá ainda por descobrir. Como se fosse um triângulo das Bermudas onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ilhas para a pessoa comum. Para além de saber que havia um sotaque difícil de entender, pouco sabia antes de chegar a S. Miguel. Vim a descobrir aqui gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, em torno duma família nuclear que noutras partes foi dizimada pelo chamado progresso do século 20.

Aqui aprendi o significado de quatro estações num só dia, o clima muda constantemente e tanto chove como faz sol... Mas a paisagem é eternamente verde no verão ou inverno, com a beleza inigualável das suas lagoas, crateras e dos montes peçados de vacas alpinistas. Resolvi estudar a história destas ilhas que quero partilhar convosco porque sem sabermos a história, sem falarmos a língua e sem conhecermos as tradições e cultura nunca conheceremos nenhum povo. Não existem provas de que os Açores sejam o remanescente da mítica Atlântida outrora próspera e culta, desaparecida nas profundezas. Curiosamente, no livro de banda desenhada de Blake e Mortimer, "O Enigma da Atlântida", S. Miguel é uma das portas de saída da Atlântida. Mesmo que os Atlantes tenham habitado aqui não foram ainda descobertos quaisquer vestígios arqueológicos. Falta explorar as insondáveis profundezas dos seus mares. Há um nevoeiro histórico que assombra a data do descobrimento dos Açores: muitas são as dúvidas e poucas as certezas. O Doutor Gaspar Frutuoso, cronista açoriano do século XVI, indica que Gonçalo Velho Cabral, a mando do Infante D. Henrique, chegou a Sta. Maria em 1432 e a S. Miguel em 1444. A carta do catalão Gabriel de Valsequa de 1439 apresenta dados mais precisos e na legenda lê-se que teriam sido descobertos por um Diego. De acordo com Damião Peres, este seria Diogo de Silves, marinheiro do Infante D. Henrique, no ano de 1427. Ou como escreve Daniel de Sá:

"O padrão erguido (em Santa Maria) para comemorar o quinto centenário do Descobrimento tem uma data: 1432! Era a que a gente aprendia nesse tempo. E também aprendíamos que o descobridor fora Gonçalo Velho Cabral. Ainda não chegara aos livros de História a decisão que Damião Peres tomara em 1943 de atribuir tal feito a Diogo de Silves. E digo que se tratou de uma decisão, porque o achado pouco parece ter rigor histórico. No mapa que Gabriel de Valsequa, judeu convertido da Escola Hebraica da Catalunha, fez das ilhas dos Açores em 1439, consta uma legenda que diz que elas foram encontradas em 1427 por um piloto do rei de Portugal. Quanto à data, poucos discordam, aceitamos 1427. Questão resolvida, portanto. Poucas dúvidas também para o nome de batismo do enigmático navegador: Diogo. (Gabriel de Valsequa, que era maiorquino, teria escrito Diego). A leitura mais antiga que se conhece da carta de Valsequa é de 1789, e foi feita por um tal Pasqual, também maiorquino. E ele leu Guullen. Depois disso, sucederam-se leituras diferentes, com

uma repetição desta. Para complicar tudo, em 1838, no palácio dos condes de Montenegro e de Montouro, em Palma de Maiorca, a tinta de um tinteiro derramou-se sobre o mapa, e não encontrou outro lugar onde cair senão no apelido do navegador. George Sand, que acompanhava o seu amado Chopin que ali fora procurar melhoras para o mal da tuberculose que haveria de matá-lo, assistiu horrorizada à cena, que descreveu mais tarde. Foi uma simples testemunha, mas ainda há quem a culpe do desastre." A opinião de Daniel de Sá é a "de aceitar, tal como Viriato Campos, que o nosso descobridor terá sido um qualquer Diogo de Guillen ou alguém parecido no nome. A minha dúvida, mais do que esta, é saber se tal Diogo terá algo a ver com Gullén de las Casas, que recebeu o privilégio de senhor das Canárias em 1433. Ou se Pasqual e Bover de Rosello, outro maiorquino, que com certeza sabiam da existência desse Gullén de las Casas, se terão deixado influenciar por este nome para o atribuir ao nosso Diogo."<sup>3</sup>

No mais antigo documento régio referente aos Açores, de 2 de julho de 1439, é dada permissão ao Infante D. Henrique para mandar povoar e lançar ovelhas nas sete ilhas dos Açores, pressupondo que, apesar de as viagens entre o continente e as ilhas terem ocorrido desde 1427 com Gonçalo Velho, o povoamento só se terá iniciado em 1439. Neste documento são referidas sete ilhas uma vez que as Flores (164 km<sup>2</sup>) e Corvo (16 km<sup>2</sup>), só terão sido descobertas por Diogo de Teive e seu filho João no ano de 1452.<sup>4</sup> A carta régia de 5 de abril de 1443 atesta o desenvolvimento registado nos primeiros anos de povoamento, pois nela o regente D. Pedro isenta, por cinco anos, os seus habitantes do pagamento da dízima e portagem dos gêneros vindos do arquipélago para o Reino. O Infante D. Henrique terá encarregue Gonçalo Velho de dirigir o povoamento de Sta. Maria, com seus sobrinhos, Nuno e Pedro. Sobre o povoamento da Terceira, está comprovado que o flamengo Jácome de Bruges foi nomeado capitão desta ilha, por doação do infante D. Henrique, em 1450, tendo encetado uma ação pioneira incentivando o seu povoamento. Relativamente à Graciosa, o seu povoamento esteve a cargo de Pedro Correia e Vasco Gil Sodrê, antes de 1510. Quanto ao Faial e Pico, foram doadas, antes de 1466, ao flamengo Josse Van Huertere (Joz de Utra), casado com Beatriz de Macedo e sogro do famoso Martinho da Boémia. Na sua companhia teriam vindo muitos flamengos, dentre os quais se destacou Wilhelm Van der Haagem (Guilherme da Silveira), que, passou às Flores e desta para a Terceira e S. Jorge, promovendo, desse modo, o povoamento. A pequena ilha do Corvo foi ocupada por simples extensão do povoamento das Flores. Sabe-se, portanto, que o povoamento das ilhas açorianas se deveu a portugueses e flamengos, o que se explica pela intervenção de D. Isabel, condessa da Flandres e mulher de Filipe de Borgonha, junto de seu irmão o infante D. Henrique, primeiro donatário dos Açores. Nos primeiros tempos houve ainda mouros e judeus. Mais tarde haveria o influxo de italianos, castelhanos, franceses, ingleses, escoceses, norte-americanos, etc. O elemento flamengo, não obstante o seu grande número, depressa seria absorvido, pelo elemento nacional. O nome destas ilhas vem da palavra açor<sup>5</sup> segundo pesquisas efetuadas por Luiz António de Assis Brasil<sup>6</sup>, que foi professor de literatura na Universidade dos Açores, há uma versão contando que os primeiros navegadores que aqui chegaram viram milhafres, muito comuns no arquipélago e provavelmente as confundiram com açores, originando-se daí o nome das ilhas. Inicialmente eram em uma Donataria Hereditária, constituindo as ilhas, Capitánias. Ao donatário pertenciam todos os tributos, dízimos, impostos, rendas e foros das terras e um domínio incontestado sobre os seus habitantes. Pertencia-lhe, ainda, a jurisdição civil, criminal e administrativa, nomeando funcionários e confirmando eleições. A vila de Angra na antiga ilha de Jesus Cristo e atual ilha Terceira foi a primeira a ser elevada a cidade, por foral de 1534 e nesse ano passou a sede do bispado açoriano pelo Papa Paulo III. Ponta Delgada foi elevada a cidade, por carta régia de 1546. A donataria ficou na coroa real até 1580. A partir daí, foi nomeado um Governador-Geral, com poderes civis, políticos e militares e escolhida a cidade de Angra como sede do governo do arquipélago.

Após a Restauração de 1640, esse sistema continuou até 1653, data em que se voltou ao sistema de Capitánias. Após Portugal perder el-rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, o seu sucessor cardeal-rei D. Henrique morreu em 1580, legando o trono ao reino de Castela. O filho bastardo do Infante D. Luís, D. António Prior do Crato, apresentou-se como sucessor do reino, disputando-o pelas armas, contra Filipe II de Espanha. Perdida a causa em desastrosos combates, apenas resistiu heroicamente a ilha Terceira, capital do arquipélago, onde encontravam abrigo os partidários de D. António, o infeliz príncipe que encarnava a alma nacional. Durante três anos resistiu esta ilha ao domínio espanhol, sendo o único ponto do país onde se erguiam as cinco quinas da bandeira portuguesa, chegando a ter trono, Casa da Suplicação, Mesas de Desembargo do Paço e Casa da Moeda. Após subjugar a revolta local, os Castelhanos organizaram ali um governo-geral. Em 1589 e 1597 as armadas inglesas dos condes de Cumberland e de Essex e os piratas devastaram e pilharam as ilhas, especialmente o Faial.

Após 60 anos de domínio filipino, e aclamado em 1640, D. João IV, as ilhas imediatamente aderiram ao movimento restaurador, verificando-se grande resistência dos castelhanos sitiados na fortaleza principal de Angra do Heroísmo a qual durou até março de 1642.

Em 1766, os Açores passaram a ser governados por um capitão-general em Angra do Heroísmo. A revolução liberal de 1820 teve repercussões sobretudo na Terceira. Na Vila da Praia, em 1829, travou-se uma grande batalha entre miguelistas e liberais, com a vitória destes. Em 1830 formou-se na Terceira um conselho de regência e em 1832 chegava aos Açores D. Pedro IV, aí formando um governo sob a presidência do marquês de Palmela e de que fazia parte Mouzinho da Silveira, coadjuvado por Almeida Garrett. As grandes e discutidas reformas deste último foram todas promulgadas nos Açores, que passaram a constituir uma província. Em 1832, a Capitania-Geral deu lugar à formação da Província Açoriana com sede em Angra. Em 1836, dividiram-se as ilhas em três grupos denominados Distritos Administrativos. Durante as duas guerras mundiais o arquipélago desempenhou papel de relevo a favor dos países aliados.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, a nova Constituição instituiu o regime político-administrativo autónomo para os arquipélagos dos Açores e Madeira. Atualmente o arquipélago é uma Região Autónoma com assembleia e governo regional.

Em 1976 foram eleitos os primeiros deputados para a Assembleia Regional dos Açores e o seu primeiro Governo Regional. Atualmente, a sede da Região Autónoma dos Açores está na cidade de Horta, ilha do Faial, num imponente e caro edifício que serve para justificar as visitas dos deputados insulares e o custo das suas deslocações.

Alguns grandes vultos portugueses nasceram nos Açores, como Gaspar Frutuoso (1522-1591 historiador), António José de Ávila o conde de Ávila, marquês e duque de Bolama, Manuel de Arriaga (1840-1917), Roberto Ivens (1850-1898), Antero Tarquínio de Quental (1842 -1891 filósofo e poeta), Teófilo Braga (1843 -1924 escritor político e presidente da República), Canto da Maya (1890 -1981 escultor), Vitorino Nemésio (1901-1978 escritor), António Dacosta (1914 -1990 pintor) ...etc.

Convém, antes de terminar, lembrar onde estamos. Aqui surgiu o primeiro convento açoriano. A Lagoa é uma vila com 9 mil habitantes. É sede de um pequeno município com 45,5 km<sup>2</sup> e 14 mil habitantes (2001), subdividido em 5 freguesias, limitado a norte pela Ribeira Grande, a leste por Vila Franca do Campo, a oeste por Ponta Delgada e a pelo Oceano Atlântico.

Diz-se que foi no lugar de Porto de Carneiros que o infante D. Henrique mandou lançar gado, antes da colonização da ilha de São Miguel. Água de Pau é uma das mais antigas freguesias deste concelho. A documentação oficial cita a sua existência desde o séc. XVI. Dom Manuel I elevou-a à categoria de vila em 28 de julho de 1515, com "meia legoa de termo em redor".

O seu brasão de armas é constituído por um escudo bipartido, que tem de um lado as armas portuguesas e do outro a imagem de Nossa Senhora dos Anjos. Em 1521, D. Manuel I dera a esse templo o hábito de Cristo<sup>7</sup>, concedido como galardão pelo comportamento dos filhos desta terra no oriente. Em 21 de novembro de 1522, um grande sismo derrubou a igreja paroquial, que já existia, procedendo-se à sua reconstrução três anos depois.

Data do início do séc. XVI a fundação do Convento da Caloura em Vale de Cabaços. Este foi, provavelmente, o primeiro Convento de Religiosas da ilha. Um grupo de jovens mulheres decidiu viver em clausura numa ermida existente junto à pequena baía da Caloura. A criação do Convento deveu-se à devoção das filhas de Jorge de Mota de Vila Franca do Campo. Como a comunidade religiosa necessitava da Bula Apostólica para autorizar a constituição do convento, diz a lenda que duas religiosas foram enviadas a Roma. O Papa Paulo III (1534/1549) atribuiu a Bula e ofereceu-lhes uma imagem do "Ecce Homo" para o novo mosteiro, a qual foi trazida pelas duas religiosas e colocada num nicho, no Vale de Cabaços que era um lugar ermo exposto às incursões dos piratas.

Construído sobre rochedos à beira-mar, o pequeno convento de arquitetura simples, tem uma igreja anexa dedicada a Nossa Senhora das Dores, com fachada ladeada por duas torres sineiras e apresenta um frontispício com nicho contendo a imagem de Nossa Senhora da Conceição. O corpo da igreja é revestido por um raro conjunto de azulejos oitocentistas policromados, apresentando o altar-mor um retábulo de talha dourada com curiosos anjos de bigode e valiosas imagens. O Convento foi habitado por freiras até 1541, ano em que foram substituídas por uma comunidade religiosa masculina, devido ao constante ataque de piratas. Petronilha da Mota<sup>8</sup> (filha de Jorge de Mota sobreviveu à catástrofe por não se encontrar em Vila Franca na altura<sup>9</sup> e com uma amiga e irmãs menores saíram de casa em 1522 e foram então para a Caloura e só quase 10 anos depois é que algumas saíram para Vila Franca (para o Convento de Santo André, que, entretanto, ficara pronto) e as últimas para o Convento da Esperança em 1541, quando a religiosa galega Madre Maria Inês de Santa Iria levou para lá a imagem do Senhor Santo Cristo.

3 Há três teses do descobrimento: primeiro as que sustentam que se terá verificado no segundo quartel do século XIV, no reinado de D. Afonso IV (H. Major, Ferreira de Serpa, etc.); segundo as que afirmam que terá ocorrido na primeira metade do século XV por Fr. Gonçalo Velho (cardenal Saraiva, Aires de Sá, etc.); e terceiro as que conciliam aquelas duas correntes de opinião (Jordão de Freitas, Velho Arruda, etc.). As primeiras fundamentam-se na existência de vários mapas genoveses onde, a partir de 1351, aparecem esboçadas várias ilhas que muitos investigadores identificam com os Açores, pela sua situação e pelos seus nomes. A existência desses mapas teria resultado do regresso das expedições feitas às Canárias, no tempo de D. Afonso IV, por marinheiros genoveses ao serviço de Portugal. As teses que defendem o descobrimento dos Açores como obra do infante D. Henrique e, de um modo expresso, por Fr. Gonçalo Velho, baseiam-se essencialmente na tradição oral que o cronista micalense Gaspar Frutuoso terá recolhido no arquipélago, na segunda metade do século XVI. Contudo, escritores portugueses, como Azurara, Duarte Pacheco Pereira e outros, nunca citam o nome de Gonçalo Velho. Frutuoso e os historiadores desta linha opinam que o início das explorações atlânticas para os Açores data de 1431. As teses ecléticas consideram que o descobrimento se terá verificado realmente no tempo de D. Afonso IV e que as viagens feitas por ordem do infante D. Henrique teriam dado lugar a um simples reconhecimento. O mapa de Beccario, por exemplo, datado de 1435, assinala a maior parte das ilhas dos Açores como "insule de nuovo reperte". O Prof. Damião Peres defende que "estas ilhas foram achadas por Diogo de Sunis (ou de Silves), piloto de el-rei de Portugal no ano de 1427" (Descobrimientos Portugueses). Por esse motivo é atribuído a Gonçalo Velho, depois primeiro capitão donatário das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, o papel, de não menor importância, de lançador de gados e de colonizador

4 (cf. Frutuoso, Luís Ribeiro, etc.).

5 O açor (Accipiter gentilis), do latim acceptore, é uma ave de rapina da família Accipitridae, distribuída por todas as regiões temperadas do hemisfério norte. É a ave que aparece na bandeira dos Açores. O arquipélago dos Açores deve o seu nome ao açor, porque quando os descobridores do arquipélago lá chegaram pensaram ver açores. Mais tarde, concluíram que as aves eram, afinal, milhafres. É uma ave de rapina diurna, parecida com o falcão, com um comprimento de aproximadamente 50 cm, cor preta e ventre branco com manchas pretas; asas e bico pretos, cauda cinzenta, manchada de branco e pernas amareladas. Era muito apreciado antigamente em falcoaria. A espécie americana, A. atricapillus, mede cerca de 60 cm de comprimento. Estas intrépidas aves, notáveis pelos seus habilidosos voos com que seguem todos os movimentos das suas presas, constituem, juntamente com o gavião, os mais implacáveis inimigos dos passarinhos.

6 <http://assisbrasil.org/acoeres.html>

7 <http://confessioxxi.blogspot.com/2007/05/senhor-santo-cristo.html>

8 [http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia\\_all.asp?noticiaid=46160&seccaoid=3&tipoid=6](http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=46160&seccaoid=3&tipoid=6)

9 (ver livro Convento da Caloura do Dr. António Albuquerque Jácome Correia)



Dentre os pontos mais importantes na Lagoa destacamos o Convento da Caloura, Água de Pau, o museu de arte sacra e etnografia, o museu agrícola e jardim botânico, Igreja de Sta Cruz e o Convento dos Franciscanos<sup>10</sup>. Alguns destes locais serão visitados amanhã. É por isso, com muito prazer, que escolhemos a Lagoa para ser o palco deste 3º Encontro Açoriano numa perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA, tal como a entendemos com todas as diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar.

A LUSOFONIA diz respeito a todos os que falam a língua (portuguesa), independentemente da sua origem, cor, credo, religião ou nacionalidade. Quando aqui chegámos logo nos dispusemos a criar nos Açores uma versão insular dos Colóquios Anuais da Lusofonia (que organizamos desde 2001/02 e que têm sido a única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos anos sobre esta temática lusófila).

Pretendíamos debater os problemas típicos da identidade açoriana no contexto da Lusofonia e foi assim que em maio de 2006 ocorreu o 1º Encontro Açoriano da Lusofonia. O ponto de partida continua a ser o de trazer aqui os académicos, estudiosos, escritores e outras pessoas para debater a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições. Pretendemos manter anualmente este fluxo de personalidades para que, conjuntamente com os que vivem nestas nove ilhas, no continente e no resto do mundo, debatam a lusofonia nos quatro cantos do mundo. Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou qualquer outro ramo de conhecimento científico, podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana.

Pretendemos contribuir para o levantamento de fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona e criativamente questionar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do caráter açoriano.

Debateremos também a problemática da língua portuguesa no mundo, em articulação com outras comunidades como agentes fundamentais de mudança. Iremos manter uma sessão dedicada à tradução que é também uma forma de divulgação cultural.

Veja-se o recente exemplo de Saramago que já vendeu mais de um milhão de livros nos EUA, onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Queremos lembrar o caráter independente dos Encontros, interessados em alargar parcerias e protocolos sem, no entanto, serem subsídio-dependentes. Esta independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Claro que contamos com a parceria da Direção Regional das Comunidades estabelecendo as pontes com os Açorianos no Mundo e com o imprescindível apoio da autarquia da Lagoa ao nível logístico e lúdico-cultural. Este importante evento é totalmente concebido e levado a cabo por uma rede organizativa de voluntários. Ao contrário de conferências de formato tradicional com uma ata posteriormente elaborada cheia de boas intenções e conclusões que não se concretizam, em que as pessoas chegam, debitam o seu trabalho e partem anónimas, os nossos colóquios inovaram logo em 2002 introduzindo o hábito (hoje normal) de entrega das Atas em CD no início das sessões. Estes Colóquios podem ser (ou não) marginais em relação às grandes diretrizes teóricas aprovadas nos gabinetes de Lisboa ou de Brasília, mas têm servido para inúmeros colegas aplicarem as experiências doutros à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados na prática. Visa-se aproveitar o saber de cada um, da sua especialidade ou dos temas em debate, para que os restantes possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e residência e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Criámos uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, prolongado ao longo dos anos.

Em 2004, lançámos uma campanha que ajudou a salvar o Ciberdúvidas; em 2005 presidimos ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa posteriormente integrado na CPLP; em 2006, lançámos as pedras para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa de quem temos hoje aqui uma representante.

Em 2007 assistiu-se à criação do 1º Prémio Literário da Lusofonia e em 2008 iniciámos parcerias com Universidades e Politécnicos rumo à concretização desse grande projeto que é a Dicipédia ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa dos Colóquios da Lusofonia, formalizado no 2º Encontro da Lusofonia em 2007. Por último, saliente-se a componente lúdico-cultural destes Encontros, que permite induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio saem reforçados os elos entre as pessoas, a nível pessoal e profissional. Os participantes podem trocar impressões, falar e partilhar projetos, ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal das sessões.

O desconhecimento, a nível do Continente e do (resto do) mundo, da nossa realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta para divulgar o nome dos Açores no seio de uma Lusofonia alargada. Pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua. A meritória ação de várias entidades nos Açores nas últimas décadas tem proporcionado um estreitamento entre açorianos, expatriados e descendentes: uma espécie de círculo fechado e limitado. Nós pretendemos ir mais além, e levar os Açores ao mundo. Independentemente da sua Açorianidade, mas por via dela, pretendemos que mais lusofalantes e lusófilos fiquem a conhecer esta realidade insular com todas as suas peculiaridades, trazendo aos Açores outras vezes para que desse intercâmbio se possa difundir a verdadeira cultura açoriana.

Concluindo, resta-nos a esperança de ajudar a combater esta insularidade cultural. Portugal é um país macrocéfalo. Em S. Miguel, essa mesma macrocefalia cultural existe em torno de Ponta Delgada e é muito raro que outras cidades ou vilas tenham acesso a debates desta natureza, daí termos decidido descentralizar e trazer o Encontro para esta simpática urbe da Lagoa como palco deste evento, tão diferente na sua conceção e finalidade. Esperemos que todos usufruam das suas especificidades para o tornarmos no mais relevante evento regular do arquipélago. Como dizia Caetano Valadão Serpa<sup>11</sup> "o açoriano por nascimento é "sonhador de noites de luar e de estrelas errantes; apreciador das pedras por polir e das plantas sem jardim; amante das aves sem medo e dos animais sem peias; enamorado das águas livres rolando pelas encostas, em cantares de embalar; ternamente grato à sombra gratuita das árvores e dos rochedos com cheiro a terra virgem". Deixem-me citar esse grande lusófilo António Tabucchi<sup>12</sup> na sua viagem pessoal: "mulher de Porto Pim". Nesse espaço convivem a verdade e a alusão, a realidade e a metáfora.

"Concretas e visíveis são as baleias, mas também poderosos arquétipos que atravessam lendas e literatura; certas e evidentes são as tempestades, mas os naufrágios são sobretudo os das aventuras inacabadas, histórias impossíveis, vidas destroçadas, onde os olhos brilham inundados de ilhas e promontórios, de planaltos e portos onde não há nada a fazer senão "escrever" e ir vendo os barcos chegar e partir, deixando um rasto de histórias impossíveis e aventuras esquecidas, miragens esfumadas e redutos da memória no arquipélago sonhado dos Açores".

Termino parafrazeando Vitorino Nemésio<sup>13</sup> "o mar é não só o seu conduto terreal, como o seu conduto anímico. As ilhas são o efémero, o contingente: só o mar é terreno e necessário"<sup>14</sup>.

10 Caloura - Em Água de Pau, considerado o ex-líbris do concelho de Lagoa, com as suas vinhas, porto de pescadores e convento, bem como o recentemente inaugurado Centro Cultural. Fábrica de Cerâmica Vieira - Fábrica de louça da Lagoa, localizada na Vila, embora disponha de máquinas elétricas no seu fabrico, envolve ainda processos artesanais, incluindo a modelagem a pintura e a secagem ao sol. São produzidas diversas peças, como cinzeiros, tigelas, boiões, jarras, serviços de chá e café, entre outras, pintadas a azul sobre o vidro branco. Núcleos Museológicos "Oficina de Tanoaria" e "Tenda do Ferreiro" localizam-se na Vila da Lagoa. Neles podemos encontrar diversos utensílios de tanoaria e de ferraria. Museu do Presépio Açoriano, aqui na Câmara Municipal de Lagoa. Engloba a diversidade e especificidade da produção dos "bonecreiros da Lagoa", desenvolvida por artesãos locais. Podemos encontrar, no presépio, as práticas e costumes ancestrais, bem como as atuais, da sociedade açoriana. Quintal Etnográfico, Museu Agrícola e Jardim Botânico, situados na freguesia da Ribeira Chã. Dispõe de espaços e equipamentos característicos da sociedade rural dos inícios e meados do séc. XX. Além das tendas do sapateiro, do marceneiro e da barbearia, existe ainda o cofeão (para secagem do milho), o curral, o galinheiro, a adega. O Museu apresenta uma coleção de alfaia agrícola usadas ao longo dos tempos e um "pisão" original usado na "granagem" do pastel. No Jardim Botânico podemos encontrar exemplares da flora endémica da Região, ervas aromáticas, plantas medicinais, bem como os diferentes ciclos históricos de culturas (trigo, pastel, linho, laranja, etc.) Museu de Arte Sacra e Etnografia na freguesia da Ribeira Chã. Dispõe de peças de grande valor histórico e artístico. Igreja Matriz de Santa Cruz na freguesia com o mesmo nome é a Igreja Matriz da Lagoa. Destaque para as abóbadas manuelinas da capela-mor e da capela do Santíssimo, e para o púlpito com notável baldaquino barroco. Convento dos Franciscanos na Vila da Lagoa. Na Igreja de Santo António temos um bom exemplo do barroco açoriano, a fachada profusamente decorada, a boa talha do altar-mor e uma valiosa imagem da senhora da Conceição. Igreja de Nossa Senhora do Rosário no centro da Vila da Lagoa. Destaque para um notável conjunto escultórico de Machado de castro e uma primorosa naveta de prata cizelada.

11 Valadão Serpa, Caetano op. cit. pp. 9,10

12 Tabucchi, António. obra cit.

13 Nemésio, Vitorino op. cit. p. 134

14 Bibliografia Completa

Albuquerque, Luís de, Os Descobrimientos Portugueses, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

Arruda, Manuel Monteiro Velho "Ensaio Crítico", in Coleção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. LXII.

Campos, Viriato, Sobre o Descobrimiento e Povoamento dos Açores, Lisboa, Europress, 1983.

Cardeal Saraiva, Índice Cronológico das Navegações, etc. Lisboa. 1841.

Cordeiro, P. António. História Insular, Lisboa, 1717.

Dicionário de História de Portugal - Direção de Joel Serrão.

da Silva Ribeiro, Luís. Formação histórica do povo dos Açores, in Açoriana, Angra, 1941.

de Freitas, Jordão. As Ilhas do Arquipélago dos Açores na História da Expansão Portuguesa, Lisboa.

de Sá, Aires. Frei Gonçalo Velho, Lisboa (2 vols).

de Sá, Daniel. Santa Maria, Ilha-Mãe, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

do Canto, Ernesto, Biblioteca Açoriana, Pta. Delgada, 1890.

Ferreira de Serpa, A. O Descobrimiento dos Açores, Porto, 1925.

Ferreira Drumond, F. Anais da Ilha Terceira, Angra (4 vols.).

Frutuoso, Gaspar, Saudades da Terra, vols III e IV.

Lisboa, Luís João, "Açores", in Luís de Albuquerque Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses vol. I Lisboa Círculo de Leitores 94 pp. 12-15.

Major, Henry. Vida do Infante D. Henrique, Lisboa, 1876.

Monteiro, Jacinto, "Descobrimientos das Flores e Corvo", in Os Açores e as dinâmicas do Atlântico - do Descobrimiento à II Guerra Mundial, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989, pp. 247-255

Monteiro Velho Arruda, Manuel Documentos Relativos ao Descobrimiento e Povoamento dos Açores Ponta Delgada 1932.

Moreira da Silva, Armindo de Melo, Ribeira Grande De ontem até hoje

Nemésio, Vitorino "O Açoriano e os Açores", Sob os Signos de Agora, Coimbra, 1932

Tabucchi, António. Mulher de Porto Pim e outras histórias, 1983

Valadão Serpa, A gente dos Açores, ed Prelo, Lisboa 1978

A imprensa e a televisão deram bastante destaque a este evento, que começou com uma conferência de imprensa em finais de abril e que mereceu três minutos de cobertura no telejornal, com um programa de uma hora na RTP Açores denominado Estação de Serviço e no qual iriam intervir Daniel de Sá, Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara.

Os telejornais da noite e da manhã referiram o acontecimento. Vejamos aqui alguns exemplos da cobertura da imprensa: sexta-feira | 4 de setembro | 14h31

sexta-feira | 4 de setembro | 14h31

Diretor: Eduardo Jorge S. Brum [correio@eduardobrum.com](mailto:correio@eduardobrum.com)

Chrys Chrystello salienta que o conjunto que constitui os colóquios é capaz "de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem." Dar a conhecer ao mundo a verdadeira realidade insular. Os Encontros Açorianos de Lusofonia têm como objetivo debater a identidade açoriana, a escrita, as lendas e as tradições do Arquipélago. Os Encontros Açorianos da Lusofonia são organizados desde 2001. Este evento anual começou sob a égide de José Augusto Seabra.

Em conversa com o [expressodasnovas.pt](http://expressodasnovas.pt), Chrys Chrystello, da organização do evento, diz que "o ponto de partida foi a discussão das problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 em diante, os colóquios realizaram-se em Bragança, devido à sua insularidade em termos culturais. Portugal, como todos sabem, é um País macrocéfalo, existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais mais remotos do interior, como Bragança, terem acesso a debates relevantes sobre a língua".

Chrys Chrystello faz questão de salientar, ainda, que em pouco tempo os colóquios conseguiram afirmação "como a única realização regular, concreta e relevante em Portugal sobre esta temática. Os colóquios são totalmente independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais. Asseguram essa sua 'independência' e sobrevivência através do pagamento das inscrições dos participantes.

Este importante evento é totalmente concebido e levado a cabo por uma rede organizativa de voluntários. Esta independência, permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos". Nestes encontros, os quais recebem apoio logístico da autarquia do local em que são realizados, "debatem-se as problemáticas da língua portuguesa, em articulação com outras comunidades como agentes fundamentais de mudança. Apesar do carácter vincadamente independente dos colóquios, temos estabelecido parcerias e protocolos que nos permitam embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica", diz uma das responsáveis pela iniciativa.

"Nos Açores, os encontros tiveram início em 2006 e o ponto de partida tem sido o de trazer a S. Miguel académicos, estudiosos, escritores e outras pessoas para debater a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições, sempre numa perspetiva de enriquecimento da lusofonia, tal como a entendemos com todas as suas diversidades culturais que, com a nossa, podem coabitar. Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou a qualquer outro ramo de conhecimento científico, podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana."

Chrys Chrystello salienta que o conjunto que constitui os colóquios é capaz "de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem. Acreditámos que somos capazes de fazer a diferença. Os nossos oradores 'típicos' juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as refeições, as comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratassem. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio". Na opinião deste membro da organização, "o desconhecimento, a nível do Continente e do resto do mundo, da nossa realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta para divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma lusofonia alargada".

Para o próximo ano os planos são diferentes, sendo que "iremos tentar descentralizar mais o evento, levando-o para o continente sul-americano", afirma Chrys Chrystello.

#### ACORIANIDADE E LITERATURA SOB O SIGNO DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Este ano foi possível reunir, nos Açores, representantes das três Academias de Língua Portuguesa para debater a Açorianidade e a Literatura Açoriana sob o signo do novo acordo ortográfico. Desta forma, estiveram presentes Adriano Moreira (Academia das Ciências de Lisboa), Artur Anselmo (Academia de Ciências de Lisboa e presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia).

A estes juntaram-se João Malaca Casteleiro (Academia de Ciências de Lisboa), Evanildo Cavalcante Bechara (Academia Brasileira de Letras), Carlos Reis (Universidade Aberta), Ângelo Cristóvão (Academia Galega da Língua Portuguesa), além do secretário de articulação internacional em representação do Governador do Estado de Santa Catarina, deputado José Natal e mais representantes daquele Estado.

O evento contou ainda, numa sessão sobre literatura açoriana, com nomes como Cristóvão Aguiar, Daniel de Sá, Sidónio Bettencourt e Mário Moura.

PATRICIA CARREIRO [patriciacarreiro577@hotmail.com](mailto:patriciacarreiro577@hotmail.com) 22 de maio de 2009

22 de maio de 2009



Deste texto tiram-se os seguintes excertos:

O facto deste Encontro se realizar na Lagoa, vai de encontro à intenção de "descentralizar", salientou, acrescentando que Ponta Delgada é "macrocéfala".

Trata-se de "contrapor" um pouco o que é feito a nível oficial. Têm sido feitos muitos congressos e encontros de açorianos, lusodescendentes, a que chama encontros de família e amigos.

"Vimos que podemos levar bastante mais longe a mensagem de que os Açores existem, que existe uma cultura e uma açorianidade e uma literatura própria. Temos trazido não só gente de Santa Catarina, que como todos sabem são descendentes de açorianos, mas de outros estados brasileiros, de outras regiões para conhecerem a realidade açoriana" – enfatiza.

Segundo Chrys, os Açores continuam a ser "tão desconhecidos como eram antes do 25 de abril". A maioria das pessoas com quem fala, como tradutor, não tem "a menor noção da existência destas nove ilhas, destas nove realidades distintas, nem de que existe uma literatura muito própria dos Açores".

"Estamos a constituir um léxico açoriano, dentro de um projeto que lançámos no II Encontro de Lusofonia, a Diciopédia da Língua Portuguesa que inclui um dicionário de açorianismos" - revela, avançando ter já "duas parcerias", com a Universidade Mackenzie de São Paulo e com o Instituto Politécnico de Setúbal através da Escola Superior de Educação.

"Estamos à espera que o magnífico reitor da Universidade dos Açores se digne estudar a proposta que lhe foi feita na mesma altura" – declara, mencionando a falta de apoios da Universidade dos Açores.

"Gostava que a Universidade dos Açores tivesse sido anunciada, logo na sessão de abertura como um dos parceiros neste projeto", que diz ter a "vantagem" de ser "megalómano".

Os intervenientes do encontro, diz, vêm "por sua conta e risco, não são subsidiados", salientando serem uma organização "independente, subsídio independente. Recebemos apenas um pequeno apoio da direção regional das comunidades, que em nada afeta esta nossa independência".

Aborda também o apoio logístico "magnífico" da câmara da Lagoa, que lhes proporcionou um "salto qualitativo, quer na apresentação de trabalhos quer. É a primeira vez em todo o mundo que se entregam umas atas em livro no ato de registo e de acreditação dos oradores" - enfatizou. "As pessoas estão aqui, porque querem, não vêm fazer currículo, somos bastante informais, temos um relacionamento bastante bom. Criam-se laços impossíveis de criar em qualquer outra organização, em que o tratamento é formal".

Fazemos uma seleção bastante rigorosa dos trabalhos. É o que têm feito nos dez colóquios "ferozmente independentes", mas sempre dispostos a aceitar parceiras e protocolos de colaboração, pois estão a crescer a uma velocidade "demasiado rápida" para uma organização voluntária da sociedade civil.

Afirma funcionarem como uma organização governamental (ONG), que tem como único propósito "irmanar todas as pessoas com a língua portuguesa em comum". Apesar disto, admite que a Lusofonia tem sido bastante "denegrada" em alguns setores, o que considera "fruto de pessoas como aquelas que agora se opõem ferozmente ao acordo ortográfico e que sonham ainda com o quinto império.

A língua é a única coisa que lhes resta, as colónias já se foram. Agarram-se a ela e querem ser os seus donos, porque, segundo eles, a língua foi originada em Portugal", o que diz ser "mentira, estão errados. A língua foi originada na Galiza e se alguém pode outorgar a paternidade da língua são os galegos, mas as colónias e os quintos impérios já acabaram. Vivemos numa sociedade global, globalizante".

Na sua opinião, os Açores estão muito divulgados dentro das comunidades, das novas gerações, mas Chrys pretende levá-los a quem "nunca ouviu falar dos Açores", como ele próprio "há uns anos atrás".

Afirma ter encontrado na Região um povo "orgulhoso, cioso da sua língua e da sua cultura. Fala-se micaelense nesta ilha e é importante que seja ouvido, conhecido e falado. E acho que não está a ser feito o suficiente".

Para Chrystello, "o grande mal dos portugueses, e afirma falar de uma perspetiva açoriana, é não darem valor à sua língua, à sua cultura. Tudo o que é estrangeiro tem mais valor do que o que é português" - lamenta, dizendo partir do princípio contrário.

"Uma das coisas que mantive sempre bem viva nos anos em que estive na Diáspora foi a língua e cultura dos meus antepassados portugueses".

Afirma prezar e ter bastante "orgulho" da língua e cultura portuguesas, defendendo que as pessoas têm de fazer isso. Os próprios brasileiros querem continuar a falar português, exemplifica, salientando que estes têm um orgulho "imenso" nas suas raízes.

"É bom que os portugueses um dia acordem, comecem a ter orgulho nas suas origens e preservem os poucos artífices e artesãos que ainda temos, que deviam ser considerados funcionários públicos, que deviam ser tratados e cuidados em vez de estarmos a gastar em subsídios tantas vezes inúteis, a trazer pessoas que não vão dar mais-valia nenhuma, quando aquele homem, [o ferreiro da Lagoa] é um verdadeiro exemplo da história dos Açores, um dos poucos que resta e que devia ser preservado e mantido".

Enquanto outros países preservam a sua história, "em Portugal, nem se consegue manter aquilo que ainda está vivo".

A Austrália foi descoberta pelos portugueses, mas a maior parte das pessoas não "quer saber, não está interessada, não tem orgulho. Eu tenho imenso".

"Os portugueses não têm orgulho naquilo que são e foram e sendo assim estão condenados a continuarem na cauda da Europa, do mundo" - evidencia.

Fazendo um balanço, avança que além de uma proposta concreta, que farão para que a autarquia ou o governo regional "salve" o ferreiro da Lagoa, surgiu já uma contraproposta para uma petição em linha, não online, de "apoio ao acordo ortográfico, fruto das banalidades que têm sido ditas por algumas pessoas".

Pessoas "influentes" de quem, diz, esperava "bastante mais, como o escritor e Filósofo Eduardo Lourenço e tantos outros, que subscreveram o movimento contra". Diz-lhes que "não sejam saudosistas", o que diz não ser, pois tenta ver sempre "mais além e mais para o futuro". Estes colóquios têm o condão de "desassossegarem bastante" as pessoas e a "bola de neve" do acordo ortográfico não para de crescer, argumentando ser "ótimo que se discuta e debata".

"Existe o perigo, em Portugal, de se tomarem decisões, sem nunca serem debatidas". No caso do acordo ortográfico, avança ser um bocado "ridículo", porque este já foi debatido, retificado, faltando apenas ser publicado pelo Diário da República, após a aprovação de Cavaco Silva. "O que havia a debater, já foi debatido entre 1986 e 1990, já não há mais nada a debater. Haverá, sim, para o próximo acordo ortográfico e devíamos estar já a pensar nisso, em vez de estarmos a negar este, porque na altura as pessoas escolhidas decidiram e é o que está decidido. Se é bom, se é mau, não é a mim que compete, porque não sou filólogo, não sou especialista da área, mas este é o que temos e é com este que vamos arrancar". Se podemos fazer o próximo melhor, então é necessário começar a "estudar, a alinhar pessoas" para o próximo, que, acrescenta, irão por em vigor, pois "já três países o aceitaram, o formalizaram e vamos aproveitá-lo, para conseguirmos ainda manter a língua unificada", pelo menos a nível gráfico.

Afirma serem uma organização da sociedade civil "orgulhosamente independente. O que nos move é a liberdade de podermos discutir".

"Esta liberdade diz muito a quem é da minha idade e a quem foi censurado na sua juventude. Logo o meu primeiro livro de poesia, foi cortado de 100 páginas para 32", recorda, salientando que algo que "muito preza é a liberdade, que quer manter, a liberdade de pensamento, de discussão e a liberdade de podermos defender o que é nosso, a língua e a cultura portuguesa."

"Mas a língua não é só nossa, é de todos aqueles que falam português, incluindo os ucranianos que já são cidadãos portugueses".

Referindo-se às temáticas que podiam suscitar mais interesse no encontro, chama a atenção para o tema da "tradução", como tradutor que é. "A tradução faz parte da preservação da língua.

Se os nossos livros não forem traduzidos, a nossa língua perde-se, os nossos autores perdem-se" - explica, lamentando a "fraquíssima" penetração de autores portugueses nos mercados internacionais, à exceção de Saramago que conseguiu, "finalmente", exceder um milhão de livros vendidos nos Estados Unidos, o que é perfeitamente notável para um autor português.

Quando cheguei aos Açores, há três anos nada sabia e muito tenho aprendido e falta-me ainda aprender muito. Uma das coisas que me chocou foi constatar o desconhecimento que havia de toda a gente, a todos os níveis, quer em Portugal, quer no estrangeiro sobre os Açores. Nós saímos da comunidade açoriana ou lusodescendente e ninguém sabe nada sobre os Açores.

Mesmo que lhe falem das telenovelas, afirma que estas passam apenas "algumas imagens que, creio, eram passadas em várias ilhas e sem nexos".

Diz não querer ser crítico de nenhum governo, de nenhum governante, o que quer dizer é que não foi feito o suficiente para dar a conhecer os Açores, o que considera uma "motivação ótima" para realizar estes encontros. E são estas sinergias que nós criamos entre as pessoas, que vão permitir que os Açores sejam falados em sítios para além de Santa Catarina, do Canadá, dos Estados Unidos e das comunidades portuguesas lá.

Falando na possibilidade das questões da Lusofonia terem um maior peso para os emigrantes, afirma que "os açorianos em geral mostram mais orgulho na sua língua e cultura, do que a média dos portugueses continentais". Os emigrados têm uma perceção bastante "profunda" e tentam manter tradições com mais força do que as outras comunidades emigradas.

"O açoriano ainda tem uma ligação nuclear, com a família nuclear, uma característica de religiosidade, que já se perdeu no continente e na maior parte dos países" - reconhece, salientando que estes carregam essa cruz e vivem-na de uma forma "bem intensa".

"Para mim, é quase uma viagem ao passado, a Portugal de 30 ou 40 anos" - enaltece, avançando que existem "coisas que se passam aqui e que no continente já não acontecem há 30 ou 40 anos".

Alerta não estar a dizer que são boas ou más, mas "aspectos importantes da cultura que talvez se estejam a perder fruto das novas gerações, da emigração dos mais novos, dos próprios casamentos interétnicos".

Se será possível levar esse peso para as próximas gerações, essa é uma dúvida que o "assola sempre". "Será possível preservar algumas coisas, nem que seja só o folclore, mas isso também é importante. O importante é que as pessoas meditem naquilo que é verdadeiramente importante e que se está a perder, como as velhas tradições".

Daniel de Sá foi o primeiro autor com quem tomou contacto como tradutor, recorda, acrescentando que além de ser habitante da costa norte, como Chrys, e di-lo com "muito orgulho", considera que os habitantes da costa norte têm um certo "sentido de independência em relação a esta macrocefalia da costa sul, são mais rebeldes, são mais selvagens e não gostam de ser dominados por este centralismo político".

Além disso, revela que a sua obra toca-o "profundamente", argumentando que este consegue exprimir, "de uma forma simples, estados de alma que eu gostaria de saber exprimir da mesma forma".

"Tem sido um desafio titânico transcrever para outra língua estados de alma, cores, sabores, que emanam da sua escrita e tem sido um desafio interessantíssimo que faço comigo mesmo" sublinha, esclarecendo que a hipótese de um tradutor trabalhar com o autor cria, por vezes, "magias e subtiléguas [sortilégios subtis] que são raros de conseguir".

"Normalmente, o tradutor trabalha sempre longe do autor e, muitas vezes, sem possibilidade de contacto. Neste caso, o tradutor e o autor conjugaram-se para o produto final. É a melhor tradução que podemos ter".

O genocídio linguístico é um dos seus temas favoritos, que aborda sempre, porque as pessoas esquecem-se que "morre uma língua em cada quinzena".

Assim como o português estará condenado, quem sabe quantas outras línguas não estarão condenadas da mesma forma, questiona-se, avançando ser uma forma de "alertar as pessoas que mais do que a biodiversidade estar afetada, a diversidade linguística está muito mais afetada, só que nós não a sentimos. Sentimos a inflação, o preço dos combustíveis a subir, mas a perda das línguas não".

Afirma ser "contra qualquer forma de acordo", pois é "muito anarquista", e não gosta de "decisões governamentais". Considera-se "um puro democrata e entende que a língua não se faz por decreto, mas tem de haver normas e este acordo, bom ou mau, é o que existe, e é de ir para a frente. Se for para corrigir, corrija-se depois".

Para já, vamos por este a funcionar e ver se retiramos alguns dividendos dele sem o perigo de perder a nossa identidade. Sejamos práticos, o que nos interessa é salvaguardar a língua portuguesa e uma ortografia unificada". "Acordos e decretos, nunca, sejam eles quais forem, porque não gosto do poder divino, o que chamamos top down, irrita-me bastante. A língua é feita pelo povo, que a tem moldado ao longo dos séculos, sob a condução de alguns académicos e linguistas, mas o povo é que fará, ou não, este acordo ortográfico vingar. Mas como sou pragmático e a língua portuguesa é a minha herança, sou totalmente a favor deste acordo". Aproveita ainda a ocasião para dizer que as pessoas não vejam os Colóquios da Lusofonia, como um encontro elitista, pois todos são "bem-vindos".

## 52.6. CONCLUSÃO

01. Considerações em torno do Manifesto-Petição dirigido ao Senhor Presidente da República e aos Membros da Assembleia da República contra o novo Acordo Ortográfico de 1990.

O noticiário da imprensa portuguesa veicula as razões que levaram numerosas personalidades da cultura do país a assinar o Manifesto-Petição contra o Acordo Ortográfico de 1990, a ser examinado pela Assembleia da República, provavelmente no próximo dia 15. No Acordo se propõe a unificação ortográfica nos países de expressão oficial de língua portuguesa.

É incontestável o peso e o prestígio, justamente alcançados, dos signatários do Manifesto-Petição; o que vamos tentar mostrar é o peso e autenticidade das críticas feitas ao texto do Acordo em discussão, segundo as declarações que se dizem extraídas do referido Manifesto-Petição e divulgadas pela imprensa.

O primeiro conjunto de críticas atribuídas à proposta de reforma ortográfica diz que ela é "mal concebida" e "desconchavada".

Ora, quem faz a história crítica das diversas propostas de reforma ortográfica em Portugal, percebe claramente que elas constituem um texto matriz a partir do estudo inicial de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, entre 1885 e 1886, passando pelo livro seminal Ortografia Nacional, de Gonçalves Viana, saído em 1904 e, finalmente, consubstanciadas as ideias fundamentais na reforma oficial de 1911, referendada pelo governo português, consoante proposta assinada por um grupo dos mais conceituados filólogos da época, onde luziam os nomes de J. Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, J. J. Nunes, Gonçalves Guimarães, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, A.G. Ribeiro de Vasconcelos, entre outros.

De então a esta parte, as bases das reformas ortográficas que se sucederam, independentemente ou em conjunto, em Portugal e no Brasil, vieram tecendo esse texto matriz, ora reduzido, ora ampliado em aspetos secundários; mas, na essência, as linhas mestras garantiam o ideário e a conceção dos ortógrafos que, a partir de 1911, puseram o problema da reforma ortográfica no trilho da ciência linguístico-filológica

As bases que orientam a proposta de 1943 e, principalmente, de 1945 são filhas diletas dessa tradição do texto matriz. Nesta última, ressalte-se a erudição e a competência do saudoso ortógrafo Rebelo Gonçalves; na proposta de 1986, a participação desse mestre incomparável que foi L. F. Lindley Cintra.

O Acordo Ortográfico de 1986, retocado na proposta de 1990, graças às críticas e sugestões recebidas, pertence, inexoravelmente, a essa tradição científica, e, portanto, custa atribuir a ambos os textos qualificativos de "mal concebida" e "desconchavada".

Aceitá-los, sem um exame acurado, como está a exigir um Manifesto-Petição da natureza e propósito dirigido à Assembleia da República, representa, no mínimo, desmerecer o trabalho dos que, em Portugal, melhor fizeram para o estabelecimento e progresso das ciências da linguagem.

Pelas mesmas razões até aqui exaradas, não se há de aceitar a crítica, segundo a qual a reforma peca por apresentar-se "sem critério de rigor".

Pode-se dizer, em sã consciência, de uma reforma que não se caracteriza pelo critério de rigor, quando essa mesma reforma, publicado o texto de 1986, acolhe as críticas e sugestões que lhe chegam ao conhecimento, e os incorpora, quando possíveis, à nova redação de 1990?

Diz também o Manifesto-Petição que a proposta é "perniciosa, e de custos financeiros não calculados". Ora, a crítica não se aplica, em rigor, só à reforma em discussão, mas a toda a série de reformas que se propuseram - e não foram poucas! - desde 1911 até nossos dias. Um inteligente e razoável prazo fixado pelas autoridades e editoras tem minorado os custos financeiros de quem se considerou prejudicado.

Toda a motivação que tem justificado as sucessivas reformas ortográficas insiste em que elas pretendem garantir a defesa da língua e facilitar o estudo e ensino do idioma. Por isso, também parece não caber à presente proposta a declaração exarada no Manifesto-Petição de que ela é, "nas suas prescrições, atentatória da defesa da língua". Só num ponto concordamos, em parte, com os termos do Manifesto-Petição, quando declara que o Acordo, para servir de base a uma proposta normativa, contém "imprecisões, erros e ambiguidades".

Os doutos linguistas da Universidade de Lisboa, professores de ambas as margens do Atlântico e especialistas de línguas africanas já apontaram nele falhas e sugestões. Mas isso tem ocorrido com todas as propostas de reforma, e elas têm sido aceitas e adotadas mesmo assim, com promessas de melhorias no futuro. A mesma reforma de 1911, que tem sido considerada a mais feliz de todas, tão logo foi oficialmente aprovada, mereceu palavras de elogio, mas também de receio da boa solução para alguns problemas da nossa rica fonologia das vogais e da flexão verbal. Essas apreensões partiam do alto saber de D. Carolina Michaëlis, signatária do texto da referida reforma. As falhas que se podem apontar no Acordo Ortográfico, facilmente sanáveis, não devem impedir que a língua escrita portuguesa perca a oportunidade de se inscrever no rol daquelas que conseguiram unificação no seu sistema de grafar as palavras, numa demonstração de consciência da política do idioma e de maturidade na defesa, difusão e ilustração da língua da Lusofonia.

A necessidade de ações que melhorem a competência efetiva e reflexiva dos utentes do idioma não está, em rigor, na dependência direta de uma proposta de unificação ortográfica, mas sim de uma efetiva e inteligente vontade política dos órgãos governamentais, a que deve se juntar a colaboração das agências culturais de que dispõe a sociedade.

Assinado Evanildo Cavalcante Bechara, Lagoa, S. Miguel, Açores, 8 a 11 de maio de 2008, (seguem-se 34 Assinaturas)

## CRÓNICA 53. PORTAS DO MAR E NOVA JUNTA NA LOMBA, JULHO AGO 08

### 53.1. AS PORTAS DO MAR ABRIRAM

Ainda os últimos acordes da véspera (6 julho 2008) se não tinham escoado e já lá estavam centenas de mirones interessados em desvendar que obra faraónica era aquela de que dispunha Ponta Delgada a partir dessa data.

As Portas do Mar não são necessariamente as portas do progresso, apenas porque alguns governantes assim o dizem.

O empreendimento é uma obra excessiva e desnecessária, monstruosa, que agrupa vários e distintos equipamentos num espaço exíguo e a conquistar ao mar, perfeitamente desenhada, e que custará 50 milhões.

Indubitavelmente que as Portas do Mar têm efeitos nefastos e agressivos no ambiente, devido essencialmente à sua enorme volumetria, qual jamanta de betão colocada na boca do porto de Ponta Delgada.

São demasiados equipamentos para aquele exíguo local: um terminal de cruzeiros e ferry e respetiva gare marítima, uma zona comercial de apoio à atividade turística de 5.300 m<sup>2</sup>, um pavilhão de exposições e espetáculos de 4.000 m<sup>2</sup>, uma zona de lazer e banear envolvente das piscinas de S. Pedro, um parque de estacionamento e uma marina de recreio náutico. Tem ainda efeitos nefastos na qualidade de vida de Ponta Delgada tornando-se assim num polo de concentração de trânsito numa zona sem as adequadas acessibilidades para o efeito.

Os comerciantes tradicionais do centro histórico de Ponta Delgada não perceberam ainda que esta obra vai ter uma superfície comercial de 5.300 m<sup>2</sup>, que vai provocar uma concorrência muito forte e impedir que os passageiros se desloquem ao centro para as suas compras, em mais uma enorme machadada no comércio citadino. Os empresários de restauração não perceberam ainda que vai ser construído um restaurante de 3 pisos e que vai concorrer direta e deslealmente com os seus estabelecimentos.

Equipamentos como as Portas do Mar há por este mundo fora, nas grandes metrópoles e nos principais destinos turísticos. Os turistas que chegam aos Açores esperam ver algo diferente e singular. Os autarcas de P. Delgada não perceberam ainda que não há parques subterrâneos que resistam ao volume de trânsito que vai convergir para a marginal e que o ambiente e a qualidade de vida da cidade vai deteriorar-se.

Os contribuintes açorianos não perceberam ainda que as Portas do Mar têm uma componente festiva muito grande, com um pavilhão de exposições e de espetáculos de 4.000 m<sup>2</sup> e um anfiteatro, para concorrer diretamente com o Teatro e com o Coliseu numa continuada política de pão e circo irresponsável.

As Portas do Mar não são progresso. São megalomania, irresponsabilidade e narcisismo político.

[Luís Anselmo in <http://pedradascharco.blogspot.com/2005/11/as-portas-do-mar-ou-megalomania.html>]

Portas do Mar - Brutal. Olá! Pouco ou nada tenho a dizer... se calhar até tenho, mas faltam-me as palavras. Apenas posso dizer que o dia de ontem foi fantástico. Adorei o espetáculo. No total, foram 9 horas a fio, em pé... Tudo começou às 17 horas, só vim para casa às 2 e tal da manhã, já esgotado, <http://paranoiasnfm.wordpress.com/2008/07/06/portas-do-mar-brutal/>

As Portas do Mar são constituídas por um cais acostável de 370 metros de comprimento, com 11 metros de profundidade e cinco mil metros quadrados de área comercial.

Trata-se de um investimento que ascende aos 46 milhões de euros, A necessidade da obra é sustentada pelo facto de haver necessidade de se ultrapassar o frequente congestionamento do porto da cidade.

Fundamental é também o facto da aposta da região no turismo de cruzeiros, que necessita de melhores condições de segurança, operacionalidade e qualidade.

As Portas do Mar terão ainda um terminal e gare de cruzeiros, de um cais de ferries, o Pavilhão do Mar, com uma área de cerca de 4 mil metros quadrados, e uma nova marina, com capacidade para cerca de 500 embarcações.

O Pavilhão do Mar terá como objetivo apoiar um vasto conjunto de feiras temáticas, de congressos, e uma vasta área de serviço de refeições, para mil pessoas, em simultâneo.

As Portas terão também zonas comerciais, novas piscinas públicas, parques de estacionamento subterrâneos, com 200 lugares, assim como um jardim de 10 mil metros quadrados. O terminal tem uma gare marítima e outras infraestruturas para prestar apoios aos navios, designadamente, o abastecimento de combustíveis.

<http://ww1.rtp.pt/acoeres/index.php?article=3040&visual=3&layout=10&tm=7>

"As imagens da inauguração das Portas do Mar correram mundo como exemplo da funchalização de Ponta Delgada." - Tibério Dinis, In Concreto

A primeira impressão foi de não estar cá.

Como se as Portas se tivessem aberto e nos dado entrada a uma outra dimensão. É certo que o seu principal objetivo é dar digna entrada a quem nos visita e só a médio prazo se poderá confirmar se o cumpriu. Mas, como qualquer porta, se serve para entrar, também serve para sair ou para olhar o exterior. E este, sim, foi um objetivo que me pareceu cumprir de imediato, a avaliar pela minha própria reação e pela que expressava a generalidade dos visitantes.

Quanto à inauguração propriamente dita e ao contrário do que se dizia, não me pareceu de suntuosidade exagerada e muito menos envolvendo os custos propalados, coisa que, aliás, nunca acreditei, conhecendo o rigor e a frugalidade de quem a estava a coordenar.

A opção de recurso, essencialmente, à prata da casa em matéria de artistas também me pareceu a mais acertada, não se confirmando os boatos que falavam de vedetas internacionais pagas a peso de ouro.

Particularmente interessante e não obstante não me ter sido possível apanhar um bom ponto de visão, pareceu-me a recriação histórica da chegada da caravela Vera Cruz, decorrida esta tarde.

Uma iniciativa registe-se, que já se desenvolvera anteriormente na Povoação e que será repetida na Terceira e no Faial, com custos repartidos por diversas entidades.

Em síntese e não obstante os pormenores menos bem que já foram ou poderão ser identificados, quer a obra propriamente dita, quer as ações de dinamização que decorreram este fim de semana, apresentam um balanço claramente positivo e, espera-se, multiplicador de riqueza e de muitos mais bons momentos.

<http://entramula.blogspot.com/2008/07/portas-do-mar.html>

No ciberespaço estes eram alguns dos apontamentos recolhidos, uns a favor, outros contra. Para mim, após demorada apreciação do complexo de betão, havia – de facto – a sensação de uma certa "funchalização" da capital, uma opção

pelo moderno, igual a tantas outras cidades. Trata-se de uma opção, em vez de revalorizar o antigo, plante-se de concreto o mar e cruzem-se figas para que os supereavios de cruzeiro aqui aportem. Claro que os resultados deste investimento só se verão daqui a 5 ou 10 anos. Aqueles comerciantes que esperam resultados rápidos terão de reconsiderar e fechar portas (as suas, não as do mar). Isto irá dar resultados, mas "à la longue" como dizem os franceses. O cais ficou bonitinho, quando tiver navios de grande porte e iates dos dois lados a preencherem as centenas de lugares da marina, ficará bem compostinho. Faltam as árvores para dar sombra e uma cobertura de plástico transparente (platex) em frente aos cafés e outras lojas (viria a ser colocada anos mais tarde, mas árvores nem vê-las).

O arquiteto do continente esqueceu-se (ou não lhe disseram) que aqui só durante três meses do ano existe clima para uma esplanada daquelas, no restante será difícil que as pessoas se abriguem para irem almoçar, jantar ou tomar um café. Por baixo do acesso de viaturas ao cais, sopra um vento reminiscente da estação de comboios do arquiteto Calatrava, a célebre Gare (dos ventos) Oriente. Talvez fosse de considerar um sistema de portas de vidro entre os dois lados da obra. A aposta só será ganha se se registar um incremento substancial do número de iates e de cruzeiros (daqueles que trazem pessoas aos milhares), fora isso será uma mais-valia para os que nos meses de verão se deslocam de barco entre as ilhas. Faraónica? Elefante branco? Talvez, mas uma aposta numa direção de modernidade, que é esse o rumo dado pelo atual executivo. Pena é que não contrabalance uma recuperação dos inúmeros edifícios da zona nobre e velha da cidade, atulhados de carros em vias e vielas bem estreitas, de prédios devolutos ou em mau estado de conservação, e a falta de um plano diretor capaz de dar vida ao centro urbano antigo. Mas isso é um problema comum a todas as cidades do continente e não exclusivo das ilhas. Veremos como os novos hábitos se arraigam, se verá depois de a população de Ponta Delgada é suficiente para manter abertos os centros comerciais da Solmar ali em frente, o Parque Atlântico e as Portas do Mar. Para já, as pessoas aderiram e passeiam pela nova alameda marginal, apreciando a novidade. Há inúmeros espetáculos programados para aquela frente marítima, esvaziando o Coliseu e Teatro Micaelense, embora com uma programação variada, se creia que todas sobreviverão, se fidelizarem públicos distintos, o que até agora não acontecia.

Vamos, pois, esperar que haja o bom senso de valorizar, os fortes e palacetes ainda existentes e abri-los ao povo e aos turistas, criando em cada um, disponibilidade e múltiplas valências.

### 53.2. NOVA SEDE DE JUNTA

<http://www.maplandia.com/portugal/acoress/acoress/ribeira-grande/lomba-da-maia/>

O lugar da Lomba da Maia deve o seu nome a um dorso geográfico, o que a caracteriza como uma lomba. Esta freguesia, com uma importante atividade pecuária, foi povoada, provavelmente, no primeiro quarto do século XVI. Situa-se na costa norte da ilha de São Miguel ocupando uma área de 20.50 km<sup>2</sup> e encontra-se a cerca de 21 km de distância da cidade da Ribeira Grande, a sede do concelho a que pertence.

*É uma freguesia virada para o mar, com uma visão muito ampla do imenso Oceano Atlântico Norte. Localiza-se a uma latitude 37.833 (37°44') norte e a uma longitude 25.35 (25°21') Oeste, estando a uma altitude de 339 metros. A região onde se localiza a freguesia, com uma importante atividade pecuária, foi provavelmente povoada no primeiro quartel do século XVI a partir da localidade da Maia, hoje a freguesia da Maia, cuja existência é anterior a 1522, ano em que a Maia já tinha um desenvolvimento considerável [4].*

Foi a partir da Maia, onde era relativamente fácil o desembarque, que o povoamento se foi estendendo para leste, com as habitações a localizarem-se sobre as lombas sobranceiras às principais ribeiras, a partir das quais era fácil o abastecimento de água. Em consequência, o território da freguesia da Maia, nele se incluindo a Lomba da Maia, ocupava inicialmente toda a faixa costeira desde a ponta onde foi fundada até à Ribeira da Salga, já para além dos Fenais da Ajuda (que então se chamavam Fenais da Maia). Para o interior da ilha, o território da Maia chegava ao vale das Furnas.

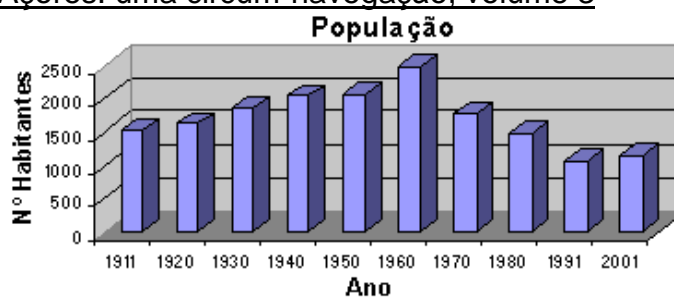
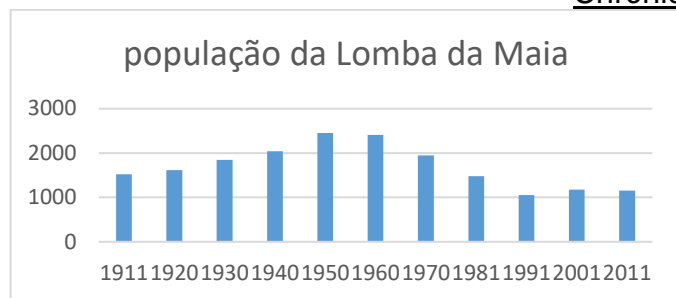
*Inicialmente o território da Maia, aqui entendido na aceção mais geral da faixa norte da ilha entre a Ponta da Maia e a Ponta da Ajuda, pertencia ao concelho de Vila Franca do Campo. Com a elevação da Ribeira Grande à categoria de vila, a 4 de agosto de 1507, aquela situação manteve-se, pois, o território do novo concelho foi então definido como sendo o que se situava até à distância de uma légua do seu pelourinho, o que excluía a Maia. Assim, a Maia (e por consequência a Lomba da Maia) continuou a pertencer a Vila Franca do Campo até 1820, ano em que território vilafranquense da costa norte foi incorporado no concelho da Ribeira Grande. A partir de 1916 a Lomba da Maia passou a fazer parte da Ouvidoria católica de Fenais de Vera Cruz (Fenais da Ajuda), o que alimentou por muitos anos o desejo de autonomização da parte oriental do concelho da Ribeira Grande como um novo concelho, com sede na Maia. Com o crescimento da população, as diversas localidades foram inicialmente transformadas em curatos sufragâneos da Igreja Paroquial do Espírito Santo da Maia e depois progressivamente transformados em freguesias autónomas, num processo que prosseguiu até ao séc. XX e que ainda não se completou, como o prova a discussão em torno da possível elevação a freguesia do lugar da Lombinha da Maia.*

O lugar da Lomba da Maia foi elevado à categoria de paróquia autónoma em 1876, devendo o seu nome a um dorso geográfico, o que a caracteriza como uma lomba e à sua anterior pertença à Maia. No território da paróquia ficou incorporado o Burguete, até ali também lugar da Maia. A elevação do lugar a freguesia apenas ocorreu por decreto de 7 de novembro de 1907, o qual fixou a atual configuração territorial das freguesias da Lomba da Maia e da Maia.

A igreja paroquial da Lomba da Maia, construída em 1867, é dedicada a Nossa Senhora do Rosário, orago da paróquia. O seu interior, com três naves separadas por esbeltas colunas talhadas em basalto, é decorado com belos altares em talha dourada. A festa em honra da padroeira é celebrada no último domingo de agosto, com procissão e arraial a que em geral se segue uma semana de festejos. A igreja paroquial merece visita pela sua talha dourada. A festa em honra da padroeira é celebrada no último domingo de agosto, com procissão e arraial tendo já a duração de uma semana em festejos.

Nos últimos anos, a afluência de emigrantes e visitantes tem aumentado substancialmente. Em dias de festa, vive-se um outro espírito na freguesia, as pessoas empenham-se em embelezar suas casas bem como as ruas. No domingo de festa, as ruas por onde passa a procissão são decoradas com magníficos tapetes de flores.

Um dos vários orgulhos desta freguesia é a praia da Viola que encanta cada visitante e possibilita um sossego e relaxamento como nunca imaginados. A água é uma delícia e quem nela mergulha sai com uma alma nova. Os acessos à praia são vários, quer de carro quer de pé. Para ir de carro basta descer a rua da igreja e seguir até ao fim da lomba. No percurso da descida encontra-se um miradouro (ver foto em cima) concluído em agosto de 2008. Sugere-se uma descida a pé pelos trilhos criados pelos nossos antepassados aquando do funcionamento dos moinhos que mesmo junto à praia moíam o milho que servia de sustento a toda a população da freguesia e até de freguesias vizinhas. Esta freguesia foi durante muitos anos uma fonte de emigração (representado no gráfico), principalmente para os Estados Unidos da América e Canadá.



© CHRYS CHRYSTELLO 2011



### 53.3. BENEMÉRITOS E FILHOS ILUSTRES DA Lomba da Maia:

#### 53.3.1.

João Augusto Soares Brandão (1844-1921), aos 11 anos rumou ao Brasil, onde se tornou num ator de comédia, conhecido como Brandão, o Popularíssimo. João desembarcou da sua supliciada viagem em 1855, no cais Pharoux, atual Praça 15 de Novembro no Rio de Janeiro...em 1860 resolveu ser ator...contava 16 anos quando entrou para um grémio amador.... Em 1983, os conterrâneos fizeram uma homenagem, na Lomba da Maia, indicando 1845 no monumento como data de nascimento. O filho, o também comediante Brandão Filho também atingiu notoriedade, garantia 19 junho 1844 como data de nascimento, data que surge na certidão de batismo de Brandão como sendo 27 setembro 1844. "João, filho de José Soares Brandão, casado, e de Francisca Carreira, solteira sui juris, naturais da Paróquia da Senhora Mãe de Deus da vila da Povoação, nasceu em vinte e sete de setembro de mil oitocentos e quarenta e quatro e foi batizado em cinco de outubro da dita era por mim, José Ignácio Moniz, cura, e foi padrinho José Jacintho de Medeiros, tesoureiro paroquial do Divino Espírito Santo da Maia e testemunhas o sacristão João Muniz e seu filho Venâncio Muniz que comigo assinarão este termo em dia, mês e ano ut supra." .... Na freguesia há um monumento, em baixo-relevo, homenageando o grande ator. O livro "Popularíssimo, o ator Brandão e seu tempo" de Marco Santos, publicado em 2007, foi apresentado em 2010 no 13º Colóquio da Lusofonia em Santa Catarina, Brasil.

#### 53.3.2.

Amâncio da Câmara Leite, professor de primeiras letras, muito contribuiu para o desenvolvimento cultural da localidade, no ensino da música, do teatro e no apoio à criação de grupos de jovens vocacionados para o efeito. Foi durante vários mandatos presidente da Junta de Freguesia. É patrono da escola do primeiro ciclo designado Escola Básica Professor Amâncio da Câmara Leite.

#### 53.3.3.

Jonas de Amaral Medeiros Negalha (1933-2007), professor, poeta, escritor, filósofo, diplomado em literatura (1972) e filosofia (1976), membro da União Brasileira de Escritores viveu no Brasil e faleceu em S. Paulo em 2007. Autor de "Os Meninos da Rua", obra, considerada pelos entendidos de elevado mérito pedagógico, mas a sua obra é contestada por vários intelectuais.

#### 53.3.4.

Elias de Medeiros Negalha, radicado em Lisboa e autor de Os Meninos da Rua: Prevenção da Delinquência Juvenil (S. Paulo, 1993) obra considerada de elevado mérito pedagógico.

#### 53.3.5.

Agnelo Clementino serviu o Exército Português e fundou um grupo de Escuteiros. Em 1940 emigrou para Santo Domingo, malograda experiência para centenas de micalenses com contratos de trabalho. Um ano depois, estavam cheios de fome, maltratados e abandonados pelo Governo Português. Escreveu uma carta aberta ao Diário de Notícias de Nova Bedford, apelando à ajuda para emigrarem. Alguns regressam à terra natal e Agnelo emigra para a Venezuela onde trabalha como empregado doméstico. Por intermédio do irmão Manuel, consegue carta de chamada para a Califórnia onde inicia lides radiofónicas na KTIM de San Rafael (1947). Fadista amador e tocador da guitarra, Agnelo supera a falta de discos e preenche o programa com originalidade. Durante 30 anos dirigiu um programa diário em língua portuguesa com mais de cem mil ouvintes. Importou filmes portugueses, projetados em mais de 12 cidades e contratou artistas portugueses como Amália Rodrigues. Angariou centenas de milhares de dólares para as mais diferentes causas. Faleceu em San Rafael em 1977.

#### 53.3.6.

Serafim Clementino de Medeiros emigrou muito novo para as Bermudas. Na cidade de Hamilton, alia-se ao seu conterrâneo Mariano Raposo e a outros emigrantes e funda a Associação Benemérita Vasco da Gama em 1936. Foi Tesoureiro até 1943, já esta agremiação contava com 125 sócios.

#### 53.3.7.

Manuel Eduardo ("Eddy") de Mello (n. em 1937) emigrou para as Bermudas com a família aos 11 anos. É o seu próprio empresário musical e produz gravações dos principais artistas locais. Trouxe aos palcos Ray Charles e Amália Rodrigues. Foi presidente do Clube Desportivo Vasco da Gama (1967-84) e serviu de intérprete comunitário. Diretor de um programa em língua portuguesa por mais de 30 anos, serviu no Centro Cultural Português, e foi membro do comité para a residência permanente nas Bermudas. Foi agraciado com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique (1979) e em 1988 foi condecorado pela rainha da Inglaterra com um Certificado e Medalha de Honra pelos serviços prestados à comunidade portuguesa e ao entretenimento. Em 2004 foi reconhecido com o prémio "Bermuda Arts Council's Lifetime Achievement Award" pela sua contribuição em prol das artes.

#### 53.3.8.

Eng.º Clemente Clementino de Medeiros nasceu na Rua do Rosário. Filho de António e Rosa Clementino Craveiro, desde novo demonstrou qualidades de bom estudante e enorme habilidade mecânica. Construiu vários engenhos em miniatura. Foi o primeiro aluno universitário da freguesia, formando-se em engenharia na Universidade de Coimbra. Na Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada foi Chefe das Obras Públicas até a sua morte (aos 50 anos). Construiu a estrada das Pedras do Galego (Furnas) que tinha sofrido enormes derrocadas porque os traços anteriores não conseguiam desviar as águas da estrada. Foi responsável pelas modificações na estrada da Ribeira Grande ao Nordeste, incluindo a ponte da Ribeira do Preto na Lomba da Maia. Foi benfeitor da Casa do Trabalho (Nordeste), empreendimento de valor para a preservação do artesanato regional. A mãe explorou uma mercearia na parte inferior da casa. Em Ponta Delgada comprou lotaria, e com os 300 contos do prémio (1931) adquiriu a fábrica da chicória na Ribeirinha, que o pai geriu por muitos anos.

#### 53.3.39

José Arruda – O Tio José Arruda do Burguete merecia o enorme respeito da freguesia. Depois da 2ª Grande Guerra, criou a feira de gado da Achada das Furnas. Por mais de 20 anos os lavradores do Nordeste a Porto Formoso, e do sul, traziam gado para vender na estrada às quartas-feiras no verão. O local tornou-se o maior mercado de gado da ilha, melhorando a vida dos lavradores que nunca falhavam as feiras semanais. Mais tarde foi transferida da estrada para uma propriedade privada.

#### 53.3.10

Anthony de Sá, n. em Toronto, filho dum açoriano da Lomba da Maia. É autor de Barnacle Love (Random House, 2008) que interseta o sonho emigrante com a desilusão e realidade amarga da experiência do açoriano num mundo onde o leitor caminha do isolamento e sossego da ilha para o multiculturalismo e alvoroço da cidade. Decorrendo de experiências e vivências do autor, caracteriza sucinta, mas sugestivamente o 'emigrante', dando-lhe uma feição universalista.

Os curtos contos de ficção têm sido publicados em jornais e revistas literárias norte-americanas. Frequentou a Humber School for Writers (Toronto) onde chefia o departamento de Inglês e dirige escrita criativa. O primeiro livro foi um sucesso, traduzido para Português pela D. Quixote (2009). Vive com a mulher e três filhos em Toronto e esteve no 13º Colóquio da Lusofonia em Santa Catarina, Brasil.

#### 53.3.11.

Manuel Sá Couto, influente figura política micalense e professor de Filosofia na Escola Antero de Quental, uma referência local de vulto.

Tudo isto vem a propósito da inauguração domingo, dia 27 julho de 2008, da nova sede da Junta de Freguesia da Lomba da Maia, cujas obras de construção foram participadas pela Câmara Municipal da Ribeira Grande e pelo Governo Regional.

A inauguração foi presidida pelo vice-presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila, com a presença do Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Silva e de outras entidades e individualidades. Orçada em cerca de 200 mil euros, a nova sede (situada em frente à igreja local) é constituída por três pisos: na cave, uma sala de formação equipada com vários computadores e destinada a responder às necessidades formativas da freguesia; no primeiro piso, os serviços administrativos e de atendimento ao público da junta de freguesia, bem como o posto do SNIRB – Serviço Nacional de Identificação e Registo de Bovinos. O segundo piso está aberto a várias funcionalidades entre elas, como espaço de realização de colóquios e conferências, estando equipada com cozinha e casa de banho, e preparado para receber grupos, como os romeiros que pernoitam na localidade. Após a marcha da filarmónica dos Bombeiros da Ribeira Grande, falando na inauguração da nova sede o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande relevou o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia

da Lomba da Maia na "promoção da qualidade de vida da população" daquela localidade nortenha, e referiu-se especificamente ao papel do atual presidente de junta, Hermano Cordeiro, que ao longo do seu mandato "muito tem feito para o desenvolvimento economia e social da freguesia". O presidente da câmara disse mesmo que Hermano Cordeiro é um "exemplo para os restantes autarcas do concelho pela sua constante preocupação com a sua terra".

Após a inauguração houve um churrasco para toda a população (mais de 600 pessoas presentes), animado pelo grupo terceirense "Só Fórró". Lá estivemos presentes no meio daquele amontoado de gente, esperando pelas bifanas e costeletas, acompanhadas de batatas fritas e salada, com bolo na sobremesa. Tudo correu bem, para uma festa com tantos convivas, sem grandes esperas pela comida e bebida, com que todos se banquetearam.

Na Lomba poucos sabem quem foi o ator Brandão.

Em junho 2009, escrevi ao Presidente da Junta "a sugerir que fossem batizadas Ruas da Freguesia em homenagem a ilustres da Lomba da Maia. Mais se sugeria que nas placas toponímicas se acrescentasse uma pequena nota sobre os homenageados. Por último, deveriam convidar-se os homenageados vivos e os descendentes dos falecidos". Como nada disto se concretizasse, em protesto, decidi toponimicamente passar a chamar Fish Tails a Rabo de Peixe, Slim Point a Ponta Delgada e Maia Hump à Lomba da Maia. Desisto de homenagens, sigo a minha toponímia: Rua do Rosário será R. Sá Couto, Rua da Igreja será R. da Lusofonia, etc.

#### 53.4. DA SAÚDE NOS AÇORES

Quando se fala do sistema de saúde em Portugal, as críticas são mais que muitas. Em grande parte dos casos as vozes do povo são acertadamente críticas. Justamente. Todos os episódios caricatos que se ouvem ou que surgem no pequeno ecrã da televisão desfilam perante os nossos incrédulos olhos em qualquer visita que se faça a um dos centros de saúde. Claro que nunca nenhum governante, nestes últimos 35 anos pós-revolução de abril, teve de se deslocar por enfermidade a um dos Centros de Saúde, que aí pululam, cheios de gente, doentes na maior parte, vazios de médicos, ostentando as mais estapafúrdias designações e acrónimos.

Um dia, o meu filho mais novo aparecera com uma infeção num pé. Mal podia andar. Eram 16.45 quando chegamos ao Centro de Saúde da Maia. Porta fechada. Fechara mais cedo, era fim de semana e não valia a pena esperar pelas 17 horas....

Deslocamo-nos até à cidade mais próxima, a Ribeira Grande, ao Hospital com SAP, Serviço de Atendimento Permanente. Ali chegados comprovamos a enchente da pequena sala, 12 pessoas. O rececionista preencheu a ficha com os sintomas, esperamos e tornámos a esperar. Desesperamos cinco longas horas.

A maioria dos doentes eram crianças, com outras crianças ao colo, ou seja, jovens mães (15-16 anos) da zona de Rabo de Peixe. Exemplo vivo das beneficiárias do rendimento mínimo garantido e do abono de família, propiciador de muitos filhos sem nenhum trabalho. Há várias versões, uns que dizem que é uma miséria, outros defendem a pequena vila dizendo que há gente muito boa. Ali naquele Centro de Saúde, pude constatar o excesso de imaturas, juvenis mães.

O meu filho foi finalmente observado pela médica e tratado pela enfermeira que lhe fez um penso. Saiu para voltar no dia seguinte antes das 08.30 da manhã pois a médica queria observá-lo, antes de sair de serviço. Viemos jantar pelas 23.00. Eram 08.00 de sábado e já estávamos na sinuosa, conquanto bela, estrada rumo à Ribeira Grande. A médica havia recomendado que, mal chegassem, avisassem a receção para serem atendidos antes de ela sair. Passavam-se os minutos e nada acontecia. Muitas pessoas saíam e poucas eram chamadas a entrar. Foi falar com o rececionista. Desculpou-se, não entendera a urgência de tratamento... A minha mulher obviamente irada, interrogava-se sobre se estariam a tratar de gado.

*Os restantes enfermos acatavam estoicamente as seis horas de espera que os aguardavam...*

*Foi chamado o nome do meu filho. E decorreu uma hora. Grande demora para fazer um penso novo.*

*A médica da véspera antes de sair de serviço e depois de observar o pé decidira que estava demasiado negro e podia ter uma fratura.*

*Depois do penso feito, foi à radiografia, mas a médica saía de serviço.*

*No dia seguinte (domingo) lá teria de estar pelas 08.30. Sábados e domingos são as únicas manhãs que dispõem para pôr o sono em dia, mas a saúde está primeiro...*

*Quando o Rx veio, foi observado por outra médica dum país de leste, pela aparência e sotaque. Ao ver o Rx disse haver uma fratura e prontificou-se a chamar a ambulância para ir aos serviços de ortopedia de Ponta Delgada.*

*A minha mulher teve de assinar um Termo de Responsabilidade - que nome tão gravosamente importante - para o poder levar na viatura particular.*

*No Hospital do Divino Espírito Santo, a demora na triagem foi ínfima sendo logo observado pelo ortopedista. Mandou desfazer o penso elaboradíssimo, substituiu-o por dois pensos rápidos. Não havia fratura nem algo parecido.*

*Viria a saber que a médica eslava da Ribeira Grande fora condenada recentemente pela morte dum criança, aguardando decisão sobre o recurso da sua condenação.*

*Daí a ver uma fratura num Rx, onde ela não existia, vai o passo dum mosca que talvez tenha pousado na radiografia...*

Na manhã seguinte não teriam de ir fazer o penso nem de se levantar cedo. O jovem já corria domingo pela tarde e já se esquecera da "fratura" que esteve quase a ter. Assim vai a saúde em Portugal, viva o ministro da saúde, a quem desejo que um dia se tenha de sujeitar a uma espera destas na sala dum qualquer SAP. Creio que todos os ministros se deveriam sujeitar a tudo por que fazem passar os seus concidadãos para – na prática – pensarem, duas vezes, antes de legislar mal.

#### CRÓNICA 54 SÃO JORGE 21/9/2008



#### 54.1. INTRO

Estou a ficar mais eremita e raramente saio do meu "castelo", nome pomposo que Daniel de Sá deu à "falsa" onde tenho o escritório com vista para as vacas alpinistas e para a costa até à Bretanha. Por outro lado, tenho a satisfação dum dever enorme cumprido: o de ter acabado o "livro da vida" como afetuosamente ou afetivamente lhe chamo. Trata de tudo e

de nada, uma ficção histórica narrativa sem heróis nem moral, poderia ser uma lenda ou um diário de bordo de muitas viagens e de muitos anos nos mares salgados que tantas lágrimas e fel deram. Em agosto de 2008 ainda o mês não acabara quando decidi ter direito às merecidas férias partindo de avião para a ilha de São Jorge com pouca bagagem e estas instruções do Onésimo [Teotónio de Almeida]:

*Não se esqueça de subir ao Pico da Esperança, aonde muito pouca gente vai. É seguramente uma das mais belas vistas dos Açores E vá também à Caldeira do Santo Cristo. Não fui desta vez, mas dizem-me que já não é preciso descer a pé da Serra do Topo. Vai-se de carro até à Fajã dos Cubres (uma descida mais íngreme que a do Lombo Gordo no Nordeste ou a do Salto da Farinha, nos Fenais da Ajuda, mas que vale a pena). De lá, vai-se agora numas motorizadas até à caldeira. Antigamente ia-se a pé - uma hora, mas um bocado menos que a descida da Serra do Topo. As Fajãs de S. João e dos Vimes também são uma bela descida. O farol dos Rosais (cuidado, que é perigoso, pois tem fendas) é ótimo ao pôr-do-sol, com a vista do Pico e Faial. Para banhos, a Fajã Grande, na Calheta, o porto das Manadas são os nossos favoritos. Um passeio da Calheta ao Topo em dia claro oferece um verdadeiramente belo panorama sobre a ilha do Pico. Se conseguir um passeio de barco à volta do morro das Velas verá rochas impressionantes.*

A expectativa era grande pois fora um ano difícil para todos, com muito trabalho e algumas preocupações para além das normais contrariedades quotidianas.

*São Jorge é assim chamada em honra do santo do mesmo nome. O descobrimento e povoamento da ilha estão envoltos em mistério. A primeira referência data de 1439. Sabe-se que, por volta de 1470, quando já existiam núcleos de colonos nas costas oeste e sul e a povoação de Velas fora fundada, veio para a ilha o nobre flamengo Wilhelm Van der Haegen, que, no Topo, criou uma povoação, onde veio a morrer com fama de grandes virtudes, já com o seu nome convertido para Guilherme da Silveira. Rápido deve ter sido o povoamento da ilha, com gentes vindas do norte do continente, bem como a sua prosperidade, pois a sua capitania era doada, em 1483, a João Vaz Corte Real, donatário de Angra, na Terceira, e Velas recebia foral de vila antes do final do séc. XV. Ora desde que temos aquelas cartas, que precisam tão claramente a data em que el-rei mandou povoar as ilhas dos Açores, e isentou os seus moradores que estão e vivem n'ellas da dizima, é evidente que a ilha de S. Jorge, no anno de 1439, estava descoberta e em 1443 havia n'ella habitantes. Semelhantes factos destroem as diferentes opiniões sobre a descoberta e povoação, depois de 1450, que o auctor sr. J. Duarte menciona nos seus apontamentos, referindo-se a outros escriptores.*

*Estas ilhas foram mencionadas na Livraria Laurentina, de Florença, em grupos distintos, dando-se ahi ao grupo de S. Jorge, Pico e Fayal, a designação de Insule de Ventura Sive de Columbibus (Diccionario de Geographia Universal, 1.0 vol. Pág. 16, art.º Açores). E no mapa catalão de 1375 teve a ilha de S. Jorge a indicação de San Zorze, significativa do dia do seu descobrimento. (Archivo dos Açores, vol. X Pág. 279). Parece, pois, que os portugueses do seculo XV não foram os que lhe deram o nome e que d'estas ilhas já tinham conhecimento pelo infante D. Henrique, que os mandou navegar para estas paragens. É por tanto de presumir que o nome dado à ilha de S. Jorge, proveio do mappa catalão de 1375, onde foi designada por San Zorze, allusivo ao dia do seu descobrimento, ou então é uma coincidência muito notavel a descoberta feita pelos portugueses em igual dia, 23 d'abril. O primeiro documento sobre o povoamento de São Jorge é do testamento do Infante Dom Henrique, falecido em 1460, que diz: "...ordenei e estabeleci a igreja de S. Jorge na ilha de S. Jorge". Os primeiros povoadores, provavelmente, entraram na ilha na década de 1460 a 1470. João Vaz da Costa Corte-Real, seu donatário a partir de 1483, esforçou-se pela sua colonização. Era também donatário de Angra.*

*Oficialmente foram criadas três vilas em São Jorge: Velas (1500), Topo (1510) e Calheta (1534).*

## 54.2. AS CALAMIDADES EM SÃO JORGE

Sempre assolado por inúmera atividade vulcânica, pirataria e maus anos agrícolas (a fome causou mais vítimas que os terremotos), a ilha de São Jorge sofreu as maiores crises:

1580 — Erupção do vulcão da Queimada.

*Na noite de 28 de abril a terra tremeu 30 vezes e 50 no dia seguinte. No dia 1 de maio os tremores recrudesceram e nesse mesmo dia ocorreu uma explosão vulcânica no cimo da encosta sobranceira à Queimada. Outra explosão ocorreu posteriormente no alto da Ribeira do Nabo, 2 km a leste da inicial. Outra emissão de lavas teve a sua origem junto à Ribeira do Almeida. A erupção durou 4 meses com emissão de grandes correntes de lava que atingiram o mar e de muitas cinzas que recobriram a ilha, atingindo mesmo a Terceira. Uma nuvem ardente matou pelo menos 10 pessoas. Mais de 4000 cabeças de gado pereceram de fome e devido aos gases e cinzas que destruíram as pastagens.*

1593 — Mau ano agrícola

*Provoca fome na Terceira e S. Jorge - 1593 foi um mau ano agrícola, o que associado às consequências da guerra de 1580-1583, do saque e dos pesados tributos para manutenção da força de ocupação castelhana, causou miséria e fome generalizada entre a população rural da ilha. Há notícia de terem morrido muitas pessoas de fome. Em São Jorge também se morreu de fome neste ano.*

1606 — Inundações nas Velas.

*Em fevereiro grandes chuvadas provocaram grandes danos na vila. Muitas ruas ficaram "de modo que se não podia andar a pé".*

1641 — Grande enchente de mar (maremoto?) nas Velas.

*A 21 de dezembro "empolgou-se o mar de tal sorte que dominando o Monte dos Fachos, com três mares" provocou grande destruição na vila, ferindo 50 pessoas e arrastando ao mar muitos bens. Terá sido um maremoto?*

1668 — Tempestade

*Causa grandes prejuízos na Calheta. A 23 de novembro uma violenta tempestade provocou "tal alteração de mar que este entrou pela dita vila derrubando casas" e obstruindo o porto com penedia.*

1678 — Falta de cereais

*Causa desaguisado entre as Câmaras da ilha de São Jorge e da ilha do Pico - Mais uma vez um mau ano agrícola torna escassos os cereais pelo que as câmaras de São Jorge e Pico se vêm na necessidade de proibir a sua exportação.*

1713 — Inundações na vila de Velas.

*A 10 de dezembro, chuvas muito intensas entre a Urzelina e os Rosais provocaram grandes inundações, destruindo 27 casas na vila de Velas. A Ribeira do Almeida veio tão carregada de caudal sólido que criou uma praia que permitia a passagem a pé entre a vila e a Queimada.*

1713-1714 — Mau ano agrícola, fome e peste -

*Um mau ano agrícola, a que não foi alheio ciclone tropical de 25 de setembro de 1713, levou a que em São Jorge fosse tal "a falta de mantimentos que chegou a morrer muita gente de fome".*

1732 — Cheias provocam 5 mortos.

*A 6 de dezembro grandes cheias provocaram destruição matando 5 pessoas. Os lugares mais afetados foram Urzelina, Figueiras, Serroa e Velas.*

1744-1746 — Mau ano agrícola

*Provoca fome e emigração em massa - Em resultado das cheias de 1744 e do mau ano agrícola que se seguiu, em 1746 faltaram os cereais, havendo fome generalizada nos Açores... [No Pico] o povo "recorreu a socas e raízes para manter a vida e faltando-lhe mesmo esse mísero alimento emigrou para as mais ilhas". Em resultado da desnutrição grassavam as doenças, fazendo grande mortandade. Face a esta situação, por alvará régio foi autorizada a emigração para o Brasil, tendo partido pelo menos 1600 pessoas.*

1755 — Maremoto atinge os Açores

*O Terramoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755 provocou o grande maremoto de 1755 (um tsunami) que atravessou a área oceânica onde os Açores se situam, afetando essencialmente as costas viradas a sul e sueste, direção de onde as ondas se aproximaram das ilhas. O maremoto fez com que "estando o mar em ordinária tranquilidade, se elevou tanto em três contínuas marés ficando quase seca a sua profundidade por largo espaço". Assim, em Angra o mar entrou até à Praça Velha, causando grande destruição; no Porto Judeu o mar subiu "10 palmos acima da rocha mais alta"; na Praia, inundou o Paul e derribou 15 casas na costa até à Ribeira Seca, incluindo a ermida do Porto Martins. Morreram várias pessoas arrastadas pelo mar. Quase todos os portos dos Açores sofreram graves danos, ficando destruídas muitas embarcações. Em Ponta Delgada o mar subiu pelas ruas estragando muitos edifícios. Na Horta, o mar entrou pela Ribeira da Conceição, chegando aos moinhos de água "na altura de 8 palmos".*

1757 — Grande terramoto de São Jorge:

*O Mandado de Deus. Em 9 de julho de 1757 um dos mais violentos, senão o mais violento, dos terremotos de que há memória nos Açores atingiu a ilha causando destruição generalizada e formando muitas das atuais fajãs, entre elas a da Caldeira de Santo Cristo. O terramoto ficou conhecido na tradição popular pelo Mandado de Deus. Dos grandes deslizamentos resultou um maremoto que atingiu todo o Grupo Central. Pelo menos 1053 pessoas morreram em São Jorge e 11 no Pico. O terramoto foi tal que a norte desta ilha, distância de 100 braças, pouco mais, se levantaram dezoito ilhotas, umas maiores que outras. Apareceram todas na manhã do dia 10 [de julho]. É navegável o mar entre as ditas, e a ilha. Nas Fajãs dos Vimes, São João e Cubres, se moveu a terra, voltando-se do centro para cima, de sorte que nelas não há sinal [de] onde houvesse edifício. No Faial o sismo foi sentido sem causar grandes danos.*

1761 — Ciclone tropical atinge o Grupo Central

*- A 29 de setembro de 1761 foi a Terceira atingida por um temporal "por efeito do qual ficaram derribadas muitas casas e arrancada muita quantidade de árvores". Copiosas chuvas fizeram transbordar as ribeiras.*

1779 — Ciclone tropical

*atinge o Grupo Central - Na noite de 30 para 31 de outubro levantou-se um rijo temporal que trouxe à costa 7 navios e arruinou as muralhas da Horta.*

1792 — Enchente de mar vila de Velas.



A 23 de janeiro deste ano, foi "tão impetuosa a bravura do mar" que derrubou a muralha de proteção, destruiu uma casa e danificou outras, ameaçando atingir a praça defronte da Matriz de Velas.

1808 — Erupção do Vulcão da Urzelina.

Depois de várias semanas em que ocorreram muitos sismos, no dia 1 de maio a terra tremeu tão frequentemente que se contavam oito tremores por hora, alguns tão fortes que espalharam o pânico entre a população. Por volta do meio-dia foi ouvido um grande estrondo acompanhado pelo aparecimento de uma grande nuvem de fumo por sobre os montes sobranceiros à Urzelina. A breve trecho, a nuvem engrossou e subindo ao mais alto ceo fez arco sobre parte da freguesia de Manadas e da Urzelina...já mostrando nas redobradas e negras nuvens uns incumbrados montes, umas medonhas furnas. A erupção destruiu muitas casas, vinhedos e campos cultivados. A 17 de maio, quando o vigário acompanhado por populares tentava salvar algumas coisas da igreja da Urzelina, uma nuvem ardente abateu-se sobre o local queimando mortalmente trinta e tantas pessoas: uns com os couros das mãos e pés pendurados, outros tão inchados e pretos que se não conheciam, outros com as pernas quebradas, e alguns expirando, todos pedindo Sacramentos, e apenas os receberam alguns logo expiraram. Existe no Arquivo Histórico Ultramarino uma aguarela mostrando a erupção vista do Faial. A erupção ficou conhecida na história dos Açores pelo Vulcão da Urzelina.

1812 — Mau ano agrícola

Provoca grave crise alimentar em São Jorge e Terceira. Um mau ano agrícola em 1811, agravado por uma forte tempestade em dezembro, levou a que no início de 1812 grassasse a fome em São Jorge. Em março na Câmara Municipal de Velas recebeu-se uma proposta de importação de milho para "sublevar a misérrima necessidade e falta de mantimentos que atualmente padece o povo".

1842 — Cheia

Provoca grandes danos nas Velas. No domingo da Trindade grandes chuvadas provocaram inundações de parte da vila de Velas. Na praça junto à Câmara a enxurrada foi tal que em algumas casas saiu a "água pelas janelas de sacada".

1846-1847 — Fome.

Um mau ano agrícola, associado à grande densidade populacional de então, leva à "penúria de cereais e falta de batata" sendo necessário recorrer à "Comissão de Socorros de Boca" de São Miguel para evitar a catástrofe alimentar.

1856 — Mar invade a vila de Velas

Provoca naufrágio. A 6 de janeiro, Dia de Reis, "levantou-se o mar com tal fúria que produziu uma terrível enchente". A escuna Leonor que estava surta no porto naufragou provocando a morte a todos os tripulantes que estavam a bordo. O mar levou casas e barcos e galgou a zona da Conceição, chegando às paredes da cerca do convento de São Francisco (hoje Centro de Saúde), que parcialmente derrubou.

1857-1859 — Fome.

Um ciclone tropical atingiu o Grupo Central no dia 24 de agosto de 1857 provocando a destruição total dos milharais, então a principal produção alimentar da ilha de São Jorge. Daí resultou penúria generalizada, pelo que no início de 1858 "estava no concelho de Velas, toda a ilha, e suas vizinhas, manifestada a fome com as suas negras cores". Os anos seguintes foram também maus anos agrícolas pelo que a crise alimentar se manteve até 1859. Foi preciso recorrer a subscrições públicas, incluindo uma nos EUA, organizada pela família Dabney, para evitar que se morresse à fome.

1877 — Fome.

Um mau ano agrícola em 1876, associado à grande densidade populacional de então, leva, mais uma vez, à "falta de cereais e fome" em São Jorge, sendo necessário recorrer à importação de milho e trigo para evitar a catástrofe alimentar.

1893 — Furacão

Provoca grande destruição no Grupo Central - A 28 de agosto a maior tempestade de que há memória nos Açores atingiu o Grupo Central, provocando grande enchente de mar e arruinando casas, igrejas e palheiros. Também os portos foram severamente atingidos com perda de muitas embarcações. A destruição dos milhos nos campos causou fome generalizada no ano seguinte. A ilha de São Jorge foi severamente atingida, particularmente o Topo. Os danos do Furacão de 1893 ainda são visíveis nalguns pontos da costa, nomeadamente na antiga, e hoje abandonada, Igreja Velha de São Mateus da Calheta, na Terceira, e nas ruínas da Baía do Refugio, no Porto Judeu.

1899 — Grande enchente de mar.

Na madrugada de 3 de fevereiro, uma grande tempestade marítima atingiu as costas viradas a sul. Em São Jorge, o mar galgou a terra matando uma pessoa nas Velas e provocando enorme destruição na Conceição e zonas adjacentes.

1899 — Furacão atinge o Grupo Central

- A 17 de outubro um furacão atravessou o Grupo Central provocando destruição generalizada das habitações e perda de colheitas e de gados. Em São Jorge verificaram-se os maiores danos.

1964 — Crise sísmica dos Rosais, em São Jorge

- Uma crise sísmica abalou a parte oeste da ilha de São Jorge, provocando grande destruição nos Rosais e nas Velas. Ficaram danificadas mais de 900 casas e 400 destruídas. Espalhou-se o pânico na ilha, levando à evacuação de grande número de jorgenses para a Terceira e outras ilhas. Esta crise esteve associada a uma erupção submarina ao largo da Ponta dos Rosais.

1973 - Crise sísmica no Pico e Faial

- A partir de 11 de outubro começaram a ser sentidos numerosos sismos nas ilhas do Pico, Faial e S. Jorge, com particular destaque para a freguesia de S. Mateus e o lugar da Terra do Pão, na ilha do Pico. A 23 de novembro, pelas 12 h 36 registou-se um violento sismo (grau 7/8 da escala Wood-Neumann) com epicentro próximo a Santo António, no Pico. O sismo provocou graves danos, com muitas casas parcialmente destruídas, muros caídos e estradas obstruídas, nas freguesias de Bandeiras, Santa Luzia, St.º António, e S. Roque, na costa norte do Pico, na freguesia de S. Mateus, na costa sul do Pico, e ainda nas freguesias de Conceição, Matriz e Flamengos, na ilha do Faial.

1980 - Terramoto de 1980 nas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa

- Pelas 16h42 (hora local) do dia 1 de janeiro de 1980, ocorreu um sismo com intensidade 7.2 na escala de Richter, uma profundidade hipocentral de 10-15 km e com epicentro situado no mar cerca de 35 km a SSW de Angra do Heroísmo. Provocou destruição generalizada dos edifícios na cidade de Angra do Heroísmo, na vila de São Sebastião e nas freguesias do W e NW da Terceira, nas freguesias do Topo e Santo Antão, em São Jorge, e ainda no Carapacho e Luz, Graciosa. Morreram 71 pessoas (51 na Terceira e 20 em São Jorge) e ficaram mais de 400 com ferimentos. Ficaram danificadas mais de 15 500 casas, causando cerca de 15 000 desalojados.

1998 — Sismo de 9 de julho, Faial, Pico e São Jorge

- Pelas 5:19 da madrugada um sismo de magnitude 5,6 na escala de Richter com epicentro a NNE da ilha do Faial provocou a destruição generalizada das freguesias de Ribeirinha, Pedro Miguel, Salão e Cedros na ilha do Faial e fortes danos em Castelo Branco (Lombega), Flamengos e Praia do Almoxarife, também do Faial. Também atingidas foram várias localidades da ilha do Pico. No extremo oeste da ilha de São Jorge (Rosais) o sismo provocou grandes desabamentos de falésias costeiras. Morreram 8 pessoas, todas no Faial. Ficaram desalojadas 1700 pessoas.

### 54.3.1. A CRISE DE 1808

Na obra "Ilha de S. Jorge (Açores): Apontamentos para a sua História, de José Cândido da Silveira Avelar"<sup>15</sup> está compilado um conjunto de descrições da erupção e dos acontecimentos que a rodearam. A mais extensa e circunstanciada deve-se ao padre João Ignácio da Silveira (1767 - 1852), então cura de Santo Amaro, que escreveu uma relação que o Dr. João Teixeira Soares publicou com algumas notas no Jorgense, n.º 6, de 1 de maio de 1871, e foi transcrita no Arquivo dos Açores, vol. V, páginas 437 a 441. Foi aquele escrito, com algumas variantes, que João Duarte de Sousa seguiu na narrativa do fenómeno, de página 188 a 193 dos seus Apontamentos.

Eis o seu conteúdo:

Na noite amanhecendo para o domingo do Bom Pastor, primeiro dia do mez de maio do presente anno de 1808, tremeu a terra tão frequentemente que se contavam oito tremores por hora, e d'estes foi um sobre a madrugada tão grande, que fez levantar o povo das camas. No mesmo dia, estando já parte do povo na igreja deprecando a Deus nosso pai, houve outro abalo tão forte que fez fugir todo o povo da egreja, das 11 para as 12 do mesmo dia houve outro tremor, e juntamente um estrondo tão grande que a todos amortiso, e de repente se vio levantar uma grande nuvem de fumo sobre o mais alto monte da freguezia da Urzelina, no pico d' António José de Sequeira, e bem defronte da egreja de S. Matheus cuja planta e centro da freguesia era o mais agradável da ilha, e por isso mesmo muito frequentado de muitos sujeitos bons e maus de todas as ilhas, e em breve tempo engrossou e subindo ao mais alto ceo fez arco sobre parte da freguezia das Manadas e da Urzelina, indicando um terrível castigo já mostrando nas redobradas e negras nuvens uns incumbrados montes, umas medonhas furnas. Da bocca daquele vulcão saíam estrondos tão fortes e medonhos sem intervalo que convidavam aos habitantes d'esta ilha para Juízo. Correu todo o povo a deprecar a Deos, porém logo o povo da freguezia da Urzelina se assustou deixando o seu vigário o rev. José António de Barcellos só no adro da sua igreja, e logo no mesmo dia choveu tanta areia de tarde que ficaram as casas chamadas do mato cobertas de areia e os campos d'ahi para cima em parte ficaram com altura de 7 palmos, e as vinhas dos Castelletes até à ermida de Santa Rita, da freguezia das Manadas, ficaram cravadas e as casas quasi abatidas com o pezo, sahindo immediatamente línguas de fogo do centro que chegavam aos ceos, deitando pedras ignitas de 8 palmos, em distância dum quarto de legoa, outras de 16 palmos em quadro e outras menores, subindo à mesma altura cahiam como densos chuiveiros.

Chegou a triste noite, então é que desfaleceram os habitantes desta ilha vendo todo o fogo e pedras ignitas, que saíam como coriscos e quase que pareciam cair sobre os povos, e as vidraças das egrejas pareciam quebrarem-se aos eccos d'aquelle preegoeiro que nos ameaçava de morte. Até à terça feira, 3 do mesmo mez, resbentou o fogo em 7 logares, ficando a bocca ou vulcão perto da Ribeira do Arieiro, em cuja tarde abrandonou o fogo: e na madrugada da quarta-feira, 4 do mesmo mez, arrebentou o fogo entre as Ribeiras, acima da fonte da Fajã, e da mesma sorte fazendo nuvem de pó de enxofre e terra que parecia arder todo aquelle logar. Logo fez procissão o vigario da Urzelina para a parte da Fajã com o Senhor Santo Christo e Senhora das Dôres e a

<sup>15</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Vulc%C3%A3o\\_da\\_Urzelina#cite\\_note-0](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vulc%C3%A3o_da_Urzelina#cite_note-0)

poucos passos encontrou-se com o padre José de Sousa Machado, que trazia em procissão a Senhora da Encarnação acompanhado de varias pessoas, mas quasi suffocadas do muito pó enxofrado que estava cahindo. reunidos àquella procissão algum tanto animados, chegaram à ermida da Senhora do Desterro, ainda, que com muito trabalho porque do cruzeiro para cima cahia muita terra sulfúrea e tão pegajosa que muitas arvores cahiram com o peso d'ella e o fétido entontava aos viajantes.

Passados mais 7 dias rebentou o fogo nas areias da freguezia de Santo Amaro, onde abrindo duas bocas vomitava fogo à maneira de duas grandes ribeiras de matéria fluida, e com tanta força que no segundo dia se achava a mais de um moio de campo de mistério que encaminhando-se às casas fez pôr parte do povo em fugida, o vigário, o rev. Amaro Pereira de Lemos, esteve falto dos sentidos e a irmã, D. Anna Maria de Lemos, esteve douda.

O vigário das Velas e ouvidor, o rev. António Machado Teixeira, temendo fosse o fogo à villa mandou deitar pregão para que se retirassem, e que mandava o Sacramento para a Beira e d'aqui resultou um levante que se não pode explicar.

As freiras foram para a igreja de Rosais; o ouvidor e outros clérigos para o Faial, o doutor juiz de fóra e outros para o Pico e o mais povo de quasi toda a villa foi para a Beira e Rosaes. Este levante foi sem maior necessidade, por que no dia em que o fizeram foram ver o fogo que já pouco corria e só por dentro da ribeira.

O alto da serra por onde o dito fogo passou ficou abatido e em grotas formidáveis, os caminhos quebrados de forma que não passavam carros nem gente por parte, as fontes secas.

Poucos dias depois retrocedeu ao primeiro lugar em que tinha rebentado, defronte da igreja da Urzelina, com a mesma força que dantes, e perseverou doze dias, em que foram continuas as súplicas a Deus e por não sermos ouvidos do Senhor, por serem as culpas em maior número que as suas misericórdias, continuou o mesmo flagello. sahindo do vulcão (que dizem ter bocca em circunferência de um moio de campo) muitas areias, que arruinavam parte dos campos da referida freguezia de São Matheus e das mais circunvizinhanças, e chegou a cahir na ponta do Pico, em Angra e São Miguel, e para a parte da villa não cahio porque os ventos sempre cursaram pelo nor-noroeste. N'este tempo todo o povo da Urzelina se ausentou desamparando todos as suas moradas, uns para as Manadas, outros para a Calheta. outros para Rosais e uns para Angra, isto o povo da Urzelina, ficando só o reverendo vigário no adro. Observou-se que em quanto a maré enchia aquelle vulcão embravecia mais e deitava com mais força pedras mármores grandes, umas das geraes eram muito pretas e pesadas e feiam lume, e outras à maneira de vergas, de lagens e outras redondas, umas muito brancas e partidas reluziam pelo muito salitre que tinham.

Em uma noite estando o vigário da Urzelina em guarda de sua igreja, sendo já 11 horas e meia, pegou a observar umas ribeiras de fogo, que vinham correndo pelo monte abaixo, e tocando a fogo apenas acudiram 6 ou 8 pessoas, que acompanharam o Santíssimo para a ermida do Senhor Jesus, para onde na mesma noite fez trasladar todas as imagens, vasos sagrados e vestes sacerdotais.

Entraram logo a observar que os campos circunvizinhos ao dito monte se iam incendiando e levantando-se pedras como montes, que corriam ardentes até à planície das vinhas que faziam pasmar a quem tal castigo via.

Em 17 do dito mez de maio, vendo o vigário das Manadas, o reverendo Jorge de Mattos Pereira, que o da Urzelina se achava estrompado e com a sua gente dispersa veio com parte dos seus fregueses à igreja da dita freguezia de S. Matheus para salvar o que podesse da dita egreja, o que assim fez, e estando trabalhando na mesma de repente se levantou um tufão de fogo ou vulcão e introduzindo-se nas terras lavradas levantou todos aquelles campos até abaixo ás vinhas com todas as arvores e bardos, fazendo-se uma medonha e ardente nuvem e correndo até abaixo da igreja queimou trinta e tantas pessoas na egreja e nos campos, e vindo para a parte da ermida do Senhor Santo Christo tomou a luz ao sol de sorte que parecia uma tremenda noite e pensando o dito vigário da Urzelina que era a última hora de vida já trémulo tratava de consumir o Sacramento, mas em quanto se aprontou entrou a divisar uma pequena luz e esperando um pouco, vendo que ia esclarecendo, não quiz consumir o Sacramento e saindo a ermida logo se encontrou com o vigário das Manadas e um clérigo queimados e todas as mais pessoas que com elles entraram, uns por menos molestos foram para a sua casa e outros ficaram na referida ermida e casas vizinhas, por não poderem ir para as suas, vindo uns com os couros das mãos e pés pendurados, outros tão inchados e pretos que se não conheciam, outros com as pernas quebradas, e alguns espirando, todos pedindo Sacramentos, e apenas os receberam alguns logo expiraram (4.).

E vendo o rev. vigário que o fogo era cada vez mais e que se ia aproximando à dita ermida levou o divino Sacramento para as Manadas para a ermida de Santa Rita, em cuja tarde administrou os sacramentos a alguns dos seus fregueses, que ali se achavam queimados e a outros d'aquella freguezia das Manadas com licença do rev. vigário.

No dia seguinte consumiu o Sacramento o rev. vigário da Urzelina e a toda a pressa passou à parte do Norte por onde veio para o logar da Ribeira do Nabo para acudir a alguns dos seus freguezes, que para o dito logar se tinham passado queimados, isto por já não poder passar pelo sul pelos tufões de fogo que saíam da bocca d'onde corriam caudalosas ribeiras de fogo em matérias fluidas, que já chegavam quasi ao mar.

Agora se acha o dito vigário com os sacramentos na ermida de Nossa Senhora da Encarnação para onde voltaram os que andavam dispersos.

Até ao dia 16 do dito mez eis aqui o que se observou, apparecendo na falda do monte que se formou de pedra e areia, o mais alto da ilha, uma abertura d'onde sahia uma caudalosa ribeira de fogo que chegou a dividir-se em cinco, e transbordando todas arrasaram os principaes campos e sessenta e sete casas de morada, toda a canada dos Abreus até à canada onde o padre Bartholomeu Luiz morava, com vinhas e terras, ficou em mysterio, e vindo estas ribeiras ao mar levaram a igreja de S. Matheus, que hoje se acha em mysterio tão alto que hombra com a torre da dita egreja, menos a dita torre e frontispício com um bocado do adro.

Até 5 de junho do dito anno, domingo do Senhor Espírito Santo, sahiu d'aquelle vulcão umas vezes pedra outras areia, em cujo dia sahiu com tanta força que chegou à villa, (7.) e desde este dia até à sexta-feira seguinte deitou tantas cinzas, que abrasaram as cearas de muitas freguezias, e cobriram os pastos de forma que alguns sujeitos varreram os pastos para ver se os gados comiam, mas nem assim podiam pastar e por esta razão morreram muitos gados.

Todas as boccas por onde rebentou fogo fumam, mas sem prejuízo (8.), ainda que estamos esperando a cada instante renovação do fogo, porque nossos corações nenhum arde de amor Divino.

Em todo o espaço do mez de maio, em que correu o fogo, nunca anoiteceu n'esta ilha, porque faltando a luz do sol ficava a do fogo.

O Dr. João Teixeira Soares escreveu uma narrativa da mesma erupção, que publicou no jornal Jorgense, números 21 e 22 de 15 de agosto e 1 de setembro de 1872, que foi transcrita no Archivo dos Açores, vol. V, páginas 442 e 443, firma-se naquela outra do padre João Ignacio e nas notas que ele havia feito. Desta narrativa destacam-se as seguintes considerações:

Desde aquelle dia (5 de junho) até ao dia 10 do mesmo mez teve logar a emissão de cinzas, que cahiram sobre uma grande área da ilha, chegando mesmo a algumas vizinhas.

Então cessou a atividade vulcânica, mas gradualmente; as crateras fumaram ainda por muito tempo, e por muitos anos se percebeu próximo às fendas, que na direção do oriente ao occidente se abriram, uma maior elevação de temperatura, assaz denunciada pela vegetação herbácea que cobria o solo. As lavas conservaram também por annos gazes sulfurosos.

Dos phenomenos que relatamos, aquelle que nos parece dever chamar mais a atenção do geólogo, é o das nuvens ardentes. Sahiam das crateras depois de uma como syncope da atividade d'estas. Eram carregadas d'uma poeira húmida ou polme, que fazendo-as pesadas as obrigava a correr por sobre a terra, vertente abaixo, para o mar. Traziam uma terrível força de translação.

A introdução da mais leve parte nos órgãos da respiração causava a morte. Idêntico phenomeno appareceu como vimos em 1580.

A lava de 1808 é a mais tratável que talvez se conheça na história geológica. Muitas partes d'ella estão já convertidas em frondosas matas. A representação gráfica das crateras e lavas dum e outro vulcão esclareceriam notavelmente a sua historia e relações.

Na Revue Scientifique de la France a de l'Etranger, 2.ª série, 2.º ano, n.º 51, 21 de junho de 1873, página 1200, com o título Saint George (Açores) et ses eruptions. Ferdinand André Fouqué escreveu o que a respeito das erupções de 1580 e 1808 verificou nas duas crateras que visitou, e que o volume V do Archivo dos Açores, páginas 444 e 445, transcreveu. Aquele naturalista, desembarcando na vila da Calheta no dia 8 de julho de 1872, dirigiu-se no dia immediato, acompanhado do Dr. João Pereira da Cunha Pacheco, ao lugar das ditas crateras, resultando do seu estudo o seguinte:

Estas nuvens eram carregadas de uma poeira húmida, desciam ao longo da vertente, rojando-se pela superfície do terreno. A este contacto venenoso as plantas murcham e morrem immediatamente. ...

O poder asphixiante d'estas nuvens, a sua progressão perto da superfície do solo e o seu constante movimento pelos declives do terreno indicam como elemento principal d'elas a existência de um gaz deletério e denso que, muito provavelmente, não seria senão o ácido carbónico.

A sua opacidade deve attribuir-se ao vapor d'agoa, meio condensado e a sua cor avermelhada ao pó vulcânico muito subtil arrastado e em suspensão naquella mistura de gazes e vapores.

Enfim a ação deletéria exercida rapidamente sobre as plantas provém sem dúvida do acido clorídrico e do acido sulfuroso expelidos juntamente com os vapores aquosos e arrastados por elles. As testemunhas da erupção de 1808 não fazem menção de chamas; as descrições que deixaram levam a pensar que a temperatura das nuvens ardentes era pouco elevada. A sua atenção foi principalmente excitada pela ação venenosa d'estes agentes.

Segundo uma narrativa, provavelmente um pouco exagerada, os homens e os animais morriam mal respiravam aqueles vapores pestilenciais. É evidente, portanto que as nuvens ardentes de 1808 eram muito mais húmidas e com uma temperatura muito mais baixa que as de 1580.

Sem dar plena fé do que se conta das nuvens daquela primeira erupção conterem em si globos de chamas, pode-se pelo menos afirmar que elas transportavam ao longe matérias incandescentes e que os efeitos destruidores eram devidos tanto ao seu poder calorífico como à sua natureza química proprietas bem diferentes das nuvens de 1808. Todavia a identidade dos nomes dados pelos habitantes, com dois séculos de intervalo, àquelas singulares manifestações é na realidade justificada por muitas considerações. Nos dois casos com effeito, trata-se de massas vaporosas, opalinas, carregadas de matérias pulverulentas, de contornos arredondados como os de uma nuvem, que descem pelas encostas das montanhas à superfície do solo, e que mataram as plantas e os animais.

A existência de globos de fogo nas nuvens ardentes de 1580 é mais duvidosa, porque com muita dificuldade se comprehende como gazes, cuja combustão produz chamas, possam transportar-se ao longe, ao ar livre, sem que immediatamente sejam inflamados. Admitindo além d'isso, que houve uma differença considerável entre as temperaturas das nuvens ardentes das duas erupções, não se pode achar n'este único facto rasgo bastante para os qualificar como dois phenomenos absolutamente distintos. Os effeitos caloríficos descritos foram presenciados por observadores inexperientes: a situação dos logares em que se produziram, a distância mais ou menos afastada das boccas de emissão, a rapidez variável de translação da nuvem vulcânica, as condições climáticas particulares da atmosfera no momento de cada uma das erupções, e muitas outras causas, podiam ainda modificar considerável e diversamente a intensidade das ações devidas à intervenção do calórico. É, pois, com razão que as testemunhas da erupção de 1808 conservaram a denominação usada

em 1580, posto que não tivesse todo o vigor e precisão desejáveis. Phenomenos semelhantes aparecem perto d'outros vulcões (9.) mas talvez em parte alguma as nuvens ardentes se viram melhor do que nas duas erupções de S. Jorge. Insisto tanto mais no seu exame, quanto ellas me parecem fornecer a chave de alguns problemas fornecidos pelas exumações de Pompeia.

A situação estranha dos esqueletos descobertos no meio das ruas da necrópole vulcânica romana é muito difícil de explicar, na maior parte dos casos, invocando somente a analogia com os phenomenos que se observam nas modernas erupções do Vesúvio. Uma chuva de cinzas por mais abundante e carregada de humidade que seja, não pode, por exemplo ter lançado por terra e soffucado um homem robusto, que encontrou a morte fugindo por uma rua pública, em companhia de suas duas filhas. Foi necessária a intervenção de um gaz deletério para matar todos três com espantosas agonias. De todas as lavas que tem corrido nos Açores, depois que os portuguezes as abordaram, a de 1808 é de todas a mais alterável. Os musgos e os liquens invadiram-na primeiro, depois a vegetação herbácea implantou-se n'ella e por fim os arbustos e as árvores. Atualmente certas porções estão transformadas em espessas matas, enquanto ali próximo muitas camadas de lavas de 1580 apenas começam a desagregar-se.

Na *Corographia Açorica*, página 94, João Soares de Albergaria de Sousa, que foi testemunha ocular da erupção de 1808, diz:

O vulcão de 1808, que vimos rebentar nas Lagoinhas, sobre a serra que fica ao norte e iminente à aldeia da Urzelina, também respirou no lugar d'Entre Ribeiras, uma légua ao noroeste e depois no das Areias; a primeira boca expeliu por largos dias grande quantidade de materiais; 7 dias apareceu o sol obscuro pela densidade da atmosfera, impregnada dos vapores vulcânicos; choveram cinzas; a ilha sofreu muitas e violentas concussões; o solo na vizinhança do vulcão abriu fendas profundas; os lábios dos hiatos abateram em lugares de 4 a 6 palmos. Este vulcão correu ao mar sem interrupção, deixando o chão coberto de lava em altura de 30 pés, pouco mais ou menos. Como se vê, nem o Padre João Ignacio da Silveira, nem João Soares de Albergaria de Sousa, testemunhas da erupção, aludem ao pedaço de terreno rodeado de lavas que ficou incólume e que a tradição do povo atribui ao facto de nele pastar uma rez destinada ao bodo do Espírito Santo. Também Francisco Ferreira Drummond, nos *Anais da Ilha Terceira*, tom. III, pág. 184, referindo-se àquele fenómeno diz que foi visto e sentido na ilha Terceira, caindo até cinzas por muitos dias, que se achava a cada passo, empacada sobre as plantas dos jardins, das hortaliças e campos mais remotos.

Foram igualmente pressentidos os terremotos na ilha do Faial, de onde vendo-se rebentar o fogo na ilha de S. Jorge, mandou a Câmara Municipal da Horta uma lancha com algum socorro e uma carta à câmara das Velas, oferecendo hospitalidade às pessoas que se quisessem nela refugiar (in António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, tomo 1, Pp. 300 e 542).

### 54.3.2. A REAÇÃO DAS AUTORIDADES PERANTE A CATÁSTROFE

Abandonada a presidência da câmara das Velas pelo juiz de fora, dr. António Augusto Pereira, que se retirou para a fronteira ilha do Pico apenas rebentou o fogo, os demais vereadores nomeados por carta régia de 9 de dezembro de 1806, capitão Amaro Teixeira de Sousa, sargento-mor José Soares de Sousa, capitão João Ignacio da Silveira, e procurador do concelho Jorge José Covilhão, encerraram-se na administração municipal, tomando providências cujos acórdãos relacionaram em um caderno, que o juiz de fora no seu regresso fez desaparecer para ofuscar os serviços daqueles patriotas. Tendo o capitão-general D. Miguel António de Melo conhecimento do successo, mandou em carta de 18 de maio à câmara para distribuir gratuitamente pelos pobres 5 moios de milho: recomendou-lhe se implorasse a misericórdia divina, e que ela o avisasse da necessidade de maiores socorros, concluindo em prestar-se em ir à ilha se a sua presença fosse necessária.

A câmara, por sua carta de 23 de julho agradeceu ao capitão-general a oferta do cereal e os bons desejos que nutria a favor do povo oprimido pelo fogo. E aproveitando os oferecimentos do capitão-general terminou pedindo que a maior esmola que v. ex. lhe fazia em atenção à suma pobreza em que ficava esta ilha, era representar a sua alteza real se dignasse abolir o regimento de milícias, cujo corpo é formado por uma grande parte dos empobrecidos com a queima: com os pobres que não vivem de outra cousa senão do seu jornal e outros muitos miseráveis que talvez apareçam com a farda para fazerem as guardas sem vestirem camisa pela não terem: a ocasião é oportuna, v. ex. está disposto a proteger esta ilha queira dignar-se fazer-lhe a maior de todas as esmolos.

O governador e capitão-general, como resposta, em sua carta de 21 de outubro ao juiz de fora, insultando a câmara, mandou que aquele magistrado em vereação severamente repreendesse os sujeitos que tal carta assignaram (!) que não tendo o escrivão da câmara registado aquela carta o suspendesse, como efetivamente foi suspenso o que o era, José Félix Rodrigues Mendes. E por desconfiar, ele capitão-general, tenha para tais absurdos concorrido com suas astúcias ordinárias António Sebastião Espínola, v. mercê o mandará prender à minha ordem pelo tempo que deixo ao seu arbitrio!!! Ao pároco da freguezia José António de Barcellos - diz em manuscrito o dr. João Teixeira Soares, publicado no jornal *Velense*, n.º 135, de 23 de julho de 1885 - verdadeiro pastor do seu rebanho, foram durante muitos anos pela junta da real fazenda dadas respostas de evasiva ás petições em que implorava o auxilio para a construção d'uma nova paróquia: e só no governo do capitão-general Francisco de Borja Garção Stockler pôde alcançar os auxilios que pediu, levantando à custa de fadigas e sacrifícios penosos a nova paróquia, sem outro galardão mais que o reconhecimento da posteridade.

Notas:

Na semana antecedente a terra havia tremido por vários dias. Este fenómeno foi pressentido pelos irracionais que se achavam nas proximidades do logar em que ocorreu.

Poucos minutos antes do acontecimento os gados que se achavam próximos, começaram a mostrar-se inquietos e aterrados correndo sem que houvesse tapumes que os pudesse aguentar para o lado norte da ilha.

As pessoas que se achavam por aqueles sítios vendo a fuga dos gados, seguiram instintivamente o mesmo proceder, de uma delas havemos esta informação. Foi este para os homens o mais terrível dos acontecimentos d'este vulcão. Manifestou-se pela primeira vez depois de começar o curso das lavas e foi então que produziu o maior estrago por ser ainda desconhecido. Por um pouco parecia que a atividade das crateras se suspendia. Seguiu-se a esta síncope a explosão d'uma nuvem escura que rojando-se pelo solo baixava pela vertente da ilha até ao mar com uma força prodigiosa arrasando e queimando quanto encontrava: o que d'ela respirava morria necessariamente. Os efeitos d'este fenómeno fazem lembrar os do simaun do deserto, assim não lhe ficaria mal o nome de simaun vulcânico. Segundo os assentos da paróquia foi n'este dia 17 levado ao mar pelos ares pelo referido tufão Francisco José de Sousa, casado, de 59 annos de idade e morador na freguezia.

Morreram mais no mesmo dia queimados pelo mesmo tufão Anna da Gloria, solteira, de 49 annos de idade, Francisco Machado, casado, de 30 annos de idade, Luzia de Jesus, casada, Thereza Ignacia, viuva, de 30 annos de idade, João, solteiro, de 14 annos, José Silveira Borges, casado, de 42 annos, João Espínola, casado, de 55 annos. Os proprietários que mais perderam foram, acima do caminho, começando do poente, o convento das freiras desta villa, os filhos de José Monteiro de Castro, o capitão Joaquim José Pereira e seu irmão o capitão Manuel José da Silveira, abaixo do caminho o padre António Homem de Bettencourt.

As lavas d'este vulcão, que apenas tem uma existência externa de 63 annos, são talvez as mais benignas que se encontram em toda a terra. Em logares, sobretudo nos declives, já se encontram frondosas matas. Se a incúria dos proprietários não fosse tão grande, já podia aquele solo estar na quasi totalidade arborizado. Esta igreja havia sido construída no primeiro quartel do século passado. Estava voltada ao oriente. A sua torre ainda hoje existe completa.

A causa da chegada d'aquelles productos vulcânicos a esta villa não foi devida tanto à força com que foram expellidos como a haver n'aquelle dia soprado o vento de leste o que até ali não sucedera. As emissões gasosas duraram ainda por muitos annos não só nas crateras e fendas do solo, mas nas próprias lavas. Ainda em 8 de julho de 1810, por occasião de se pretender limpar o poço de baixa-mar da freguesia, no qual haviam caído escórias da lava, morreram asfixiados dentro do mesmo por emanações sulfurosas: Manuel Ignacio Lopes, de 29 annos, casado: Manuel José de Sequeira, 23 annos, casado: António, filho de José António Fagundes, 15 annos, solteiro. Eram todos trez da freguesia de Santo Amaro e tinham ido àquela de faxina.

O vulcão de Santorini em 1866<sup>16</sup> produziu fumaradas ácidas com movimentos rotatórios singulares causando nas plantas efeitos devastadores análogos, aos das nuvens ardentes dos Açores.

### 54.4.1. DESASTRE DE 1964

15 de fevereiro de 1964 não foi apenas um dia em que a terra estremeceu com violência na Ilha de São Jorge. Abriu caminho para uma verdadeira revolução dos pacatos habitantes da ilha, dado que muitos acabaram por emigrar para as mais diversas partes do mundo, abrindo um caminho inesperado para África, em particular para Angola.

Como sempre, tudo muda quando a Natureza nos sacode, porém este foi um dos mais trágicos acontecimentos que resultaria num outro, não menos grave para esta gente, que foi a independência da ex-colónia portuguesa, que os fez regressar às suas terras na condição de quase apátridas, apelidados de "retornados" e sem meios para recomeçar o que haviam.

O sofrimento ainda não terá acabado para muitos dos jorgenses que estremeçeram por cá e, depois, a milhares de quilómetros da terra que os viu nascer. Muitos, não cumpridas as promessas, regressaram à terra dois anos depois e outros foram-se ficando ou seguiram para os EUA e Canadá. Todos sofreram pelo caminho.

<sup>16</sup> Veja-se a nota de M. de Corona inserta nas *Comptes Rendues de l'Academie des Sciences*, Tomo LXIV, 1867.

A crise sísmica iniciou-se em agosto de 1962 com pequenos sismos, sendo alguns deles um bocadinho fortes, conta Victor Hugo Forjaz, que se encontrava a estudar no Continente.

Recorda que, a partir de dezembro desse ano, a crise pareceu decair, porém, no dia 15 de fevereiro de 1964, às sete horas da manhã, recomeçou a crise e, em 24 horas, registaram-se 179 abalos, alguns macrossismos, alguns deles de grau VI ou VII, com tudo a acontecer envolto no meio de uma violenta tempestade ciclónica com chuva e vento, o que ainda acabou por agravar, em muito, sobretudo as operações de salvamento das pessoas e entre elas os medos foram ainda maiores, atingindo pontos de sofrimento só entendível para quem os viveu.

"Esta crise de São Jorge, ocorrida em 1964, ocorreu essencialmente ao longo do mês de fevereiro" recorda o geólogo Victor Hugo Forjaz, que tinha, na altura, 23 anos de idade, e que foi testemunha ocular dos acontecimentos que se seguiram ao terramoto que mudou por completo a vida a milhares de jorgenses. Entre os primeiros técnicos a chegar a São Jorge, encontrava-se o tenente-coronel José Agostinho, já então, uma autoridade na matéria e o jovem estudante Victor Hugo Forjaz, mas isso aconteceu apenas três dias depois dos eventos, devido ao mau estado do tempo e à falta de um aeroporto na ilha.

No entanto, já antes, o nosso interlocutor conta que haviam sobrevoado a ilha, numa altura em que a rede sísmica existia apenas nas ilhas do Faial (Horta), Terceira (Angra do Heroísmo), e São Miguel (Ponta Delgada).

Durante as primeiras duas semanas os habitantes da ilha de São Jorge viveram no meio da maior confusão, com cerca de 500 sismos sentidos e como consequências imediatas, ficaram destruídas 900 casas de habitação, para além de outras de arrumos.

Das 900 casas destruídas, cerca de 400 ruíram desde os alicerces, não ficando pedra sobre pedra, tendo sido evacuadas para fora da ilha, cinco mil pessoas.

Victor Hugo Forjaz relewa o facto desta crise sísmica ter começado, epicentralmente falando, pelas zonas da Urzelina, depois, Manadas e Pico da Esperança, tendo depois mudado para a zona da Vila das Velas e, nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 1964, "eu já me encontrava em São Jorge, no meio de ventos fortes e do lacrimejar atmosférico, ocorreu uma erupção no mar, a cerca de milha e meia de terra, em frente aos Rosais" - conta à DI-revista, o vulcanólogo.

"Com a erupção para Sudoeste, para o lado do Faial, deram em aparecer milhares e milhares de peixes mortos que deram à costa e aquele cheiro persistente típico de uma erupção vulcânica. Já uns dias antes, no início do mês, havia surgido o alerta do corte de um dos cabos submarinos que ligavam as ilhas".

Na primeira missão, a 16 de fevereiro, Frederico Machado (que chefiava a missão), José Agostinho e Victor Hugo Forjaz, já se encontravam na ilha, tendo-se reunido a Tomás Pacheco da Rosa, faroleiro dos Rosais, que fora observador vulcanológico nos Capelinhos, durante a crise ocorrida no Faial, na década de 1959. Victor Hugo Forjaz disse ao DI que uma das características negativas do que aconteceu com o terramoto na ilha de São Jorge também se prendeu com o formato da ilha, estreita e muito escarpada, o que criava um sentimento de aflição, com muitas pessoas a lançar-se autenticamente para os navios.

A evacuação retirou da ilha cerca de cinco mil pessoas, das quais cerca de um milhar ficaram temporariamente na ilha Terceira, o que criou, ao tempo, uma enorme perturbação social gerada pela falta de meios para albergar, de repente, tanta gente, sendo que aqueles que tinham parentes na ilha de Jesus resolveram o seu problema, mas muitos ficaram albergados em casas de pessoas que nunca tinham visto antes, com todos os incómodos que isso traz. Entretanto, entraram em ação o então Governador Civil do ex-distrito de Angra do Heroísmo, Teotónio Machado Pires, e o presidente da Câmara Municipal das Velas, Duarte de Sá, que utilizaram as embarcações "Espírito Santo", "Santo Amaro" e "Terra Alta", dando início a uma verdadeira epopeia marítima, acartando víveres para a ilha onde a vida ficou praticamente parada. "Nesse tempo, eram apenas pequenas mercearias, não havendo supermercados nem sequer stocks de bens alimentares ou meios para os confeccionar, como a farinha, que teve que partir da ilha Terceira no meio de grande tempestade num dos mais famosos barcos de carga interilhas do Grupo Central, o "Girão".

Após sobrevoarem a ilha de São Jorge num Dakota da SATA, a equipa de técnicos teve ainda que viajar numa fragata da Marinha Portuguesa "enfrentando ventos ciclónicos e após diversas tentativas não foi possível desembarcar nas Velas, o mesmo tendo acontecido no porto da Urzelina, acabando por continuar a navegar até um cantinho da Vila da Calheta, e foi ali que ficou instalado uma espécie de quartel-general. "

A entrada na Vila das Velas foi "chocante", conta Victor Hugo Forjaz. "Parecia que estávamos a entrar numa daquelas pequenas cidades fantasma do faroeste. Não se vislumbrava vitalma. Apenas casas abatidas e janelas partidas e escancaradas; gatos, cães, vacas e outros animais domésticos por todos os cantos da Vila, presumivelmente assustados e em busca de comida. Enfim, uma verdadeira tragédia". Quando a crise acalmou, vieram as tendas da tropa, mas eram precisas muitas para recolher tantas famílias, o que levou a que fosse disponibilizado o navio "Niassa" para se deslocar às Velas transportando os equipamentos necessários para resolver os problemas mais imediatos que eram os de alojamento. Foi precisamente nesse navio, o "Niassa", que as pessoas que desejaram abandonar a ilha foram levadas até Angola, com a promessa de receberem terras e gado, mas isso nunca foi cumprido, afirma Victor Hugo Forjaz.

Por isso, dois anos após a crise sísmica, muitas dessas famílias estavam de volta à ilha de São Jorge, e apenas as que emigraram para os Estados Unidos da América do Norte e Canadá, acabaram por assentar na diáspora, se bem que alguns, poucos, saíram com destino ao Brasil. Para o geólogo, hoje não teria sido tão complicado como aconteceu em 1964 porque "há maiores cuidados na construção das habitações", mas adianta que "ainda existem pessoas que estão a construir com pouca qualidade e, sobretudo, escolhendo localizações em zonas de elevado risco, perto do mar, em encostas que em caso de um sinistro com estas proporções poderão estar condenadas a ficarem destruídas constituindo grande perigo para os moradores, porque os terramotos nunca acabarão nas ilhas, sendo sempre uma questão de tempo e muitas vezes sem aviso prévio", pelo que todos os cuidados serão sempre poucos.

#### 54.4.2. VELAS, 17 de fevereiro

Sob a presidência de Duarte Sá, foi possível efetuar a 17 de fevereiro uma reunião extraordinária da Câmara Municipal das Velas, tendo sido decidida a constituição de diversas comissões.

A primeira, denominada "Comissão Central", era constituída pelo presidente e vice-presidente da edilidade, aos quais se juntaram os vereadores António Cristiano da Silveira e Manuel da Silva Bettencourt; "Comissão de Transportes", constituída pelos comandantes da Polícia e da Guarda Fiscal, e que tinha como função obter e colocar em funcionamento todos os meios de transporte necessários para organizar as mais diversas tarefas; "Comissão de Instalação, constituída pelo chefe de equipa da Junta Autónoma dos Portos e presidente da Junta de Freguesia das Velas, "destinada ao estabelecimento de sítios de recolha das populações", "Comissão de Assistência Médico-Social", de que faziam parte o delegado de Saúde, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, que ficaram responsáveis por todo o serviço de assistência às pessoas que necessitassem de apoio médico e social; a "Comissão de Assistência" era dirigida pelo presidente da Comissão Concelhia da União Nacional e Assistente Social, com o fim de proceder à "recolha, preparação e distribuição de géneros alimentícios às populações; a "Comissão de Comunicações" era formada pelo Delegado Marítimo e chefe da Estação Telégrafo Postal, mantendo os serviços de comunicações e de escuta permanente; as "Comissões de Freguesia" foram lideradas pelos párocos com o fim de atenderem diretamente às populações e estabelecerem contacto com a Comissão Central para o envio de assistência e, se necessário, de observadores.

Com Fernando Silveira, em São Jorge 01/03/2004 - 09:29

#### 54.5.1. REGRESSANDO AO TURISMO NO CHARUTO-ILHA

Quanto ao Povoamento das ilhas sabia já que o Faial e Pico tinham sido doados, antes de 1466, ao flamengo Josse Van Huertere (Joz de Utra, nome posteriormente transformado em Dutra), casado com Beatriz de Macedo e sogro do famoso Martinho da Boémia. Na sua companhia teriam vindo muitos flamengos, dentre os quais se destacou Wilhelm Van der Hagen (Guilherme da Silveira), que, passou às Flores e desta para a Terceira e S. Jorge, promovendo, desse modo, o povoamento. A rua dedicada a este homem carece de importância e está na vila das Velas a demonstrar que a História continua a merecer lugar secundário nas mentes dos homens.

Pois bem, a ilha de 246 km<sup>2</sup> com 65 km de comprimento e 8 de largura máxima sempre lhe parecera um enorme charuto abandonado no oceano, ao lado da perna de galinha (Pico) e já longe do cachalote (S. Miguel). Distanto 21 milhas da Terceira, 19 da Graciosa e 10 do Pico, dispunha apenas de dois concelhos: Velas e Calheta.

Nas Velas ainda se podem observar várias casas solarengas de rica traça que atestam a sua riqueza patrimonial apesar dos muitos sismos que ficaram na história. As Igrejas da Matriz e N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição nada têm de extraordinário, o mesmo se podendo dizer da Igreja de Santa Catarina na Calheta, mais interessante é a de Santa Bárbara nas Manadas, a da Queimada sendo também digna de visita a Torre Sineira na Urzelina, ou o que resta da igreja derrocada pelo violento sismo de 1 de maio de 1808.

A cordilheira central atravessa a ilha a todo o comprimento e deixa apenas nas suas franjas as interessantes fajãs, exercício de vontade dum povo que lutava pela sua independência económica arrebanhando a terra que a natureza criava. Beleza agressiva e de acesso capaz de cortar a respiração a qualquer um, a ida às Fajãs que dispõem de estrada alcatroada é em si mesma um exercício de desafio das leis da natureza e não aconselhável a quem tenha vertigens ou seja impressionável. Conhecida pelas suas fajãs (terras baixas, à beira-mar, resultantes de materiais desprendidos por quebradas ou acumulados na foz de uma ribeira e assentes quase sempre num banco de lava muito resistente, são extremamente férteis e habitadas e cultivadas com fantásticas piscinas naturais que são autênticos aquários, onde se nada

rodeado de peixes que não se incomodam minimamente com a presença humana) a ilha tem uma grande variedade de circuitos pedestres. A que mais impressionou pela positividade e sua beleza foi a do Ouvidor, mas pela perigosidade da estrada a de São João ganhava a todas mesmo à dos Cubres (e daqui era ainda necessário ir a pé uma hora para a maravilha da ilha, a do Santo Cristo).



O ilhéu do Topo é único e impressiona pela beleza que a natureza proporciona sem estar conspurcado pelo Homem.

No outro extremo da ilha há uma maravilha paradisíaca: a reserva ou parque natural das Sete Fontes em Rosais, cujo farol abandonado deveria ser recuperado pois tem uma localização inigualável e umas vistas excelentes. Ali se faria uma excelente pousada com vista para um pôr-do-sol inolvidável. As formações geológicas em volta do farol são espantosas pelos caprichos da mãe natureza. O mais estranho no Parque Natural das Sete Fontes, foi encontrar os tão diferentes e originais porcos do Vietname e os omnipresentes e engraçados gamos.

A ida ao Pico da Esperança foi coartada pelas nuvens pois nunca passara do seu sopé intermédio e não pudera ir aos 1053 metros onde há oito anos se despenhou, sem sobreviventes, um avião da SATA onde ia um primo seu. A ilha tem inúmeros miradouros estrategicamente colocados e mais úteis quanto a paisagens deslumbrantes do que muitos dos miradouros que existem em São Miguel, por exemplo. A reserva da Silveira só permitia o acesso a pé e como a estadia era de cinco dias ficou adiada a sua exploração.

É nas Velas, de frente para o imponente Pico, que a ilha se centra, mas os seus segredos e encantos estão por todo o lado. S. Jorge é um exemplo de que o Homem pode viver em conformidade com a Natureza, se cada um souber ocupar o espaço que lhe é designado. O verde e o azul predominam, as estradas estão orladas por hortênsias. Lá em cima, à noite, os cagarros mantêm animadas conversas e alguns parecem crianças a chorar. Demorara duas noites a descobrir o que era aquele som original. É indescritível, mas ao mesmo tempo belo e melancólico. Durante a noite apenas se viam as suas sombras acompanhadas daquele lânguido som, a pairar por sobre a piscina do hotel, contigua às arribas e ao mar.

A nota mais forte das primeiras impressões era o calor abrasador, o calor maior já sentido em mais de três anos no arquipélago, mas os termómetros não aparentavam mais do que os valores normais entre os 20 e os 27 °C. Essa sensação iria permanecer mesmo durante a noite em que o ar condicionado ficava ligado e durou todos os dias da estadia. Interrogado um local no Topo este disse que de facto a ilha era mais quente que as outras, mas no inverno também era bem mais fria.

Uma ilha sofrida, mas bela, agreste, mas acolhedora pelas suas gentes simpáticas e despreziosas. Mal chegámos havia uma carrinha dita shuttle a fazer o "transfere" (sic) do aeródromo para a Vila numa curta viagem de seis ou sete minutos por entre escarpas alcantiladas sobre o mar e uma planície de sedimentação entre dois morros vulcânicos já parcialmente no mar. O aluguer de carros pertencia ao hotel S. Jorge Garden onde ficamos e rapidamente cumprimos as poucas burocracias (estava tudo previamente pago e acordado).

Fomos almoçar a um snack-bar chamado *Café do Jardim* na bem cuidada e manicurada Praça da República e depois fomos ao único hipermercado da ilha numa cadeia local que acabou por se revelar uma surpresa. Os preços eram consistentemente mais baixos do que em idênticos locais em São Miguel. A diferença era grande em muitos itens importados. Assim, tínhamos já pão fresco e seus acompanhamentos para os nossos piqueniques de almoço.

Depois o meu filho saltou para a piscina donde veio, já com guelas, arranjar-se para jantar. Fiquei impressionado com ele, nada bem em mais do que um estilo e sem medo. Aprendeu sozinho como já aprendera a andar de bicicleta e computação. Não sei ao pai, que aos 12 anos ainda berrava ao molhar os pés numa poça da piscina de Espinho com medo...ao ponto de o instrutor de natação se recusar a dar-me mais aulas, pois eu era um caso perdido. Eventualmente perdi o medo e aprendi a nadar, mas só me sentia tranquilo nas quentes águas (30 °C) na praia da Areia Branca em Díli, Timor ou em Bali onde fiz bodysurf...

Fomos ainda dar uma volta pelo Farol da Ponta dos Rosais, indo pela estrada de terra para melhor apreciar a vista daquela zona com declives suaves, quase harmoniosas colinas descendo calmamente da serra Figueiras. Acabamos por descobrir uma estrada melhor e exploramos várias derivadas destas proporcionando belas vistas e melhores fotografias para a imensa coleção açoriana já coletada em três anos. Para jantar decidimos ir ao Açor que era indicado como sendo um dos melhores sítios, mas não necessariamente o mais barato. Gostamos e esteve-se e comeu-se bem, a carne uma delícia...ainda não me habituei à carne dura que se vende em São Miguel...

Nos dois dias seguintes fizemos mais de 300 quilómetros. Primeiro percorrendo toda a costa sul com paragem no Miradouro da Ribeira do Almeida sobranceiro a Velas e onde se pode ver a enorme fajã que é aquela zona da ilha. A paragem foi prolongada na Queimada (onde aliás fica o pequeno e simpático aeródromo cujas salas foram inauguradas em 2007), tem um pequeno, mas belo porto e uma grande igreja além de capelas interessantes, o mesmo se podendo dizer da paragem seguinte em Manadas.

Na Urzelina veríamos a bela Furna das Pombas que é um tubo de lava com origem nos vulcões do interior da ilha talvez originada pela erupção histórica de 1808, mas que ainda não foi explorada em profundidade. Sabe-se que se estende por mais de 100 metros em direção ao interior da ilha, podendo uma parte deste percurso ser percorrido num barco pequeno de preferência no verão, durante a maré baixa e com mar calmo. Como é de origem vulcânica basáltica apresenta-se formada por maciças paredes de rocha basáltica repletas de saliências que grandes bandos de Pombo-das-Rochas utilizam como local de nidificação e abrigo.

Igualmente mereceu especial atenção para observar e pensar um pouco o que terá sido o dia 1 de maio de 1808 (atrás descrito) um pequeno monumento em homenagem à ocorrência, ilustrado com um poema de Urbano Bettencourt. Depois

no miradouro da Fajã das Almas e Biscoitos paramos para um café antes de descermos à vila da Calheta. Uma vila sem grande interesse que se prolonga por quilómetros ao longo duma estreita via. As igrejas merecem algum destaque com apenas uma pequena residencial e falta de minimercados ou outras lojas. O mais curioso é o centro de saúde ficar lá no alto e a população viver cá em baixo nas Calhetas, longe e de difícil acesso a pé...

Adiante, seguimos até ao Topo, que por acaso fica no fim da ilha, parando no Miradouro das Pedras Brancas, reabastecendo a viatura em Santo Antão. Antes de irmos ver o farol (onde uma simpática grade fechada convidava os forasteiros a saírem de lá) fomos apreciar o pequeno porto de pesca onde mal dava para o carro inverter a marcha. Após as obrigatórias fotografias ao estranhamente diferente ilhéu do Topo, com vista para a ilha Terceira, regressamos pela espinha dorsal da ilha, detendo-nos por altura da Fajã de São João, cuja viagem nos fez sustar a respiração e nos obrigou à ladainha dum as preces inventadas para que nenhum outro carro se cruzasse connosco na subida ou descida. As súplicas foram ouvidas e saímos de lá numa viagem só...

O narrador interrompe a sua ação para atender às necessidades dos limpadores da fossa que semestralmente aqui vêm a casa lembrar-me que este é um dos preços por viver afastado da civilização das ETAR...uma rotina ao módico preço de 40 euros por semestre efetuada pelo funcionário da Câmara durante as horas normais de expediente...sem direito a recibo. Depois queixam-se da economia paralela e da fuga ao fisco. Mas já poderemos dormir com menos cheiro nauseabundo esta noite e de manhã ao acordar para ir ao café já não terei as minhas papilas olfativas agredidas.

Existe uma interessante lenda sobre a fajã de São João:

#### 54.5.2. LENDA DA FAJÃ DE SÃO JOÃO

*Em tempos que já lá vão  
uma pobre velha havia  
na Fajã de São João  
de quem o bom povo se ria.*

*Um dia a pobre velhinha  
quando o seu pão fazia  
uma formosa senhora  
à sua porta batia.*

*- Entre! - lhe disse a velhinha  
- venha junto do meu lar,  
do pouco que Deus me deu  
a todos gosto de dar.*

*Mas a senhora lhe disse  
com voz doce de encantar  
- Vai dizer a toda a gente  
que fuja deste lugar.*

*Que caso estranho e terrível  
muito em breve se irá dar  
que fugissem para a serra  
antes da noite chegar.*

*E logo a velhinha foi  
de casa em casa a chamar,  
dizendo a todos que deixassem  
a sua casa, o seu lar.*

*Muita gente zombou  
do que a velhinha dizia,  
ninguém quis acreditar  
em tão triste profecia.*

*Com uma filha que tinha  
pôs-se a velha a caminhar  
para o mais alto da serra  
no triste caso a cismar.*

*Nessa noite, à meia-noite  
pôs-se a terra a baloiçar  
houve um grande terramoto  
uivava sinistro o mar.*

*E ruíram com fulgor  
muitas rochas sobre o mar  
muitas casas desabaram,  
vibraram gritos no mar.*

*Quando a manhã despontou,  
o sol pelo azul subia,  
muita gente que zombara  
na paz da morte dormia.*

*E a velhinha que dissera  
atrás esta profecia,  
diz o povo que falara  
com a Virgem Santa Maria.*

Passamos depois, outra vez, pelos moinhos de vento na extremidade noroeste da serra do Topo (as novas energias eólicas não irão longe só com meia dúzia de pás a esvoaçarem). Continuamos sempre a ver o imponente Pico, presença amiga e intimidatória que nos persegue desde a chegada. Sempre atento a todos os nossos movimentos, espreitando por entre as nuvens que o coroam, dando a conhecer mil e uma faces ao longo dos dias, numa visão majestática bem diferente da imponência da Horta que quase nos afoga. Aqui em São Jorge, o Pico estende-se de norte a sul mostrando bem os vários picos que o compõem, pejado de cones correspondentes a tantos outros vulcões que sulcam a ilha, sempre a nosso lado, lembrando-nos que a tragédia está ao virar da esquina quando de novo, começar a roncar das entranhas da terra e nos começar a vomitar o conteúdo desse seu estômago de magma que nos acompanha desde a criação da vida na terra. Se, por acaso deixamos de ver o Pico, o que raramente acontece, podemos ter a sorte de olhar as restantes

ilhas do grupo central, a pequena bossa de dromedário chamada Graciosa, e a ilha Terceira. Mas na maior parte dos locais da cordilheira central e da costa sul temos sempre o Pico e o Faial a acompanhar-nos.

Queríamos explorar o parque natural da Silveira, mas teríamos de ir a pé e não havia tempo, pois ainda muito faltava ver para o pouco tempo que tínhamos. No dia seguinte voltamos a ir passear, desta vez para descobrir a costa norte. Fomos pela Beira, Ribeira do Nabo, Santo Amaro. Aqui, descobrimos uma estrada com uma inclinação de mais de 15% em que se não vê o fim da estrada, mas apenas o mar....começamos a descer em segunda velocidade até nos depararmos com um entroncamento e a entrada na estrada principal, mas mesmo em frente, um pequeno portão de metal separava-nos duma encosta bem pronunciada sempre a descer a pique até ao mar... Espera-se que ninguém tenha ali uma falha de travões...Santo Amaro estava ativo nos preparativos para uma corrida de touros (à corda) que iria ter lugar nesse fim de semana.

Ao fim da tarde fomos encontrar-nos com a Ana G, ex-colega da minha mulher na Maia, que ficara colocada por três anos em São Jorge. Conhecemos o marido e o filhote de dois anos e a saga da chegada deles uma semana antes. Tinham escolhido uma casa com quinta e muito espaço agrícola em junho, deixaram os carros e as mobílias e ao chegarem definitivamente ao aeródromo, tinham o senhorio a dizer-lhes que era viúvo e tinha encontrado a mulher dos sonhos, e já não poderia alugar a propriedade pois não iria regressar aos "States", mas ia ficar ali. Ficaram desesperados e aboletaram-se onde puderam durante uns dias até encontrarem nova casa na Queimada onde nos receberam para um lanche ajantarado de salpicão, alheiras e outros enchidos acabados de trazer de Bragança donde são naturais. Foi excelente comer aquelas delícias naquele ambiente paradisíaco sob a sombra protetora do Pico enquanto o sol se punha. Dormimos que nem sei lá o quê depois do delicioso jantar, simples, mas sentido e amigo, de pessoas que eu e o João (cansado de brincar com o petiz) tínhamos acabado de conhecer. Gostava de os ver outra vez, gente de bem, aquela que ali fomos encontrar acabada de chegar das berças maternas do autor. Ou mais uma história de como os professores são os únicos profissionais em Portugal que fazem como o caracol (casa às costas). Porque não os médicos, enfermeiros e outros? Só professores? Faz lembrar a proposta da avaliação dos professores para outras profissões:

*Já que muitos jornalistas e comentadores defendem e compreendem o modelo proposto para a avaliação dos docentes, estranho que, por analogia, não o apliquem a outras profissões (médicos, enfermeiros, juizes, etc.).*

*Se é suposto compreenderem o que está em causa e as virtualidades deste modelo, vamos imaginar a sua aplicação a uma outra profissão, os médicos.*

*A carreira seria dividida em duas: Médico titular (a que apenas um terço dos profissionais poderia aspirar) e Médico.*

*A avaliação seria feita pelos pares e pelo diretor de serviços.*

*Assim, o médico titular teria de assistir a três sessões de consultas, por ano, dos seus subordinados, verificar o diagnóstico, tratamento e prescrição de todos os pacientes observados.*

*Avaliaria também um portefólio com o registo de todos os doentes a cargo do médico a avaliar, com todos os planos de ação, tratamentos e respetiva análise relativa aos pacientes.*

*O médico teria de estabelecer, anualmente os seus objetivos: doentes a tratar, a curar, etc.*

*A morte de qualquer paciente, ainda que por razões alheias à ação médica, seria penalizadora para o clínico, bem como todos os casos de insucesso na cura, mesmo que grande parte dos doentes sofresse de doença incurável, ou terminal.*

*Seriam avaliados da mesma forma todos os clínicos, quer a sua especialidade fosse oncologia, nefrologia ou cirurgia estética...*

*Poder-se-ia estabelecer a analogia completa, mas penso que os nossos 'especialistas' na área da educação não terão dificuldade em levar o exercício até ao fim.*

*A questão é saber se consideram aceitável o modelo?*

*Caso a resposta seja afirmativa, então porque não aplicar o mesmo, tão virtuoso, a todas as profissões? Será?! Já agora...*

*Poderiam começar a 'experiência' pela Assembleia da República e pelos (des)governantes.*

Voltemos à ilha... A localidade de Toledo foi batizada por causa dos primeiros habitantes serem de Toledo (Espanha), mas nada tem que justifique tão nobre nome, a não ser a vista da Graciosa e Terceira a marcarem o seu horizonte marítimo.

*Está numa área de Laurissilva, típica da Macaronésia, rodeado por três elevações, Pico Alto 766 m, de cinzas vulcânicas consolidadas e barro; a Nascente, o Pico do Loiçano com 411 m; e o Pico da Ponta Furada, a poente, com 622 m.*

Estas duas últimas elevações são geologicamente falando dois domos vulcânicos de média dimensão cujo surgimento é muito antigo. O da Ponta Furada estende-se até ao mar e termina numa ponta rochosa de basalto maciço, e na sua extremidade existe um orifício gigantesco que a atravessa lateralmente e cuja explicação geológica é deveras difícil. Isto levou a que os habitantes dos Nortes (Norte Pequeno e Norte Grande), e de Toledo em particular criassem lendas numa tentativa de explicar o que humanamente é inexplicável. Lendas transmitidas há séculos de boca em boca pelas populações.

### 54.5.3. LENDA DA PONTA FURADA

*Conta esta lenda, que há muitos, anos, quando Deus ainda andava pelo mundo viveu alguns anos na ilha de São Jorge. Um dia, São José, o menino Jesus e a Virgem Maria meteram-se num batel a remos e foram navegar junto às grandes falésias da costa norte, algumas com mais de 600 metros de altitude. Era um dia de sol e de mar manso e a viagem estava a correr bem. No entanto São José, prudente como era e conhecedor da costa norte, sabia que esta tinha muitas correntes e perigos escondidos e por isso procurava sempre estar o mais ao abrigo da terra que lhes era possível.*

*Depois de muitas horas a navegar São José já estava cansado de remar e foi quando chegaram junto ao local denominado Ponta do Garajau que se lhes deparou uma enorme formação de terra que entrava pelo mar dentro, descia desde as altas serras e mergulhava nas profundezas dos oceanos. São José com pressa de chegar à localidade do Toledo para descansar, não estava com predisposição para remar ao redor de tão grande formação.*

*Ficou durante algum tempo a pensar no que havia de fazer, no entanto, não pensou muito e confiando no poder Divino, conta a lenda, que levantou a mão, estendeu o dedo indicador e com ele tocou no centro da grande formação geológica, que em vez de ser uma maciça rocha de basalto mais parecia de massa de pão de milho. Logo o centro rochoso cedeu e deu origem a um buraco de grandes dimensões e ao nível da água, por onde São José e a sua Família passaram no seu barco a remos. São José, diz a lenda, ficou muito feliz e tomou o rumo do Toledo, onde chegou ainda antes do fim do dia. Era verão e a Sagrada Família gostou tanto da paisagem, do ar fresco da montanha, dos campos floridos com belos bardos de hortênsias que resolveu fixar a sua residência para sempre no Toledo.*

*Rapidamente toda a população se afeiçãoou à Sagrada Família ao ponto de terem resolvido construir uma ermida para a sua residência, tendo assim nascido a Ermida de São José do Toledo, sendo São José feito padroeiro. Segundo a lenda, a altura do buraco feito por São José é igual à altura da torre da igreja construída para guarida de São José. A pedra empurrada pelo dedo de São José para abrir caminho para a sua passagem encontra-se no mar a algumas dezenas de metros do maciço rochoso que lhe deu origem, formando um pequeno ilhéu que imerge ligeiramente acima das águas do mar. Foi assim, que diz a lenda, nasceu a Ponta Furada, uma das mais estranhas e curiosas formações geológicas da ilha de São Jorge, que aguarda, no seu leito de mar, quem sabe outro passeio de São José e da Sagrada Família.*

O domo do Pico do Loiçano fica junto a um dos acessos às fajãs do Toledo, nomeadamente à Fajã de Vasco Martins e à Fajã Rasa. Do cimo desta elevação além de se ter uma vista soberba sobre grande parte da costa norte, da ilha Graciosa e da ilha Terceira é ainda possível ver o casario do Toledo misturado por entre os campos verdes das pastagens e a montanha do Pico Alto que do cimo dos seus 766 m. olha serena para a vida que se desenrola cá em baixo. Do cimo do Pico Alto é possível observar não muito longe, as restantes ilhas do grupo central: Faial, Pico, Graciosa e Terceira.

De seguida acabamos por descer à famosa Fajã dos Cubres, em obras de beneficiação, um café que a ASAE fecharia de imediato (era a única Fajã com café aberto ao público, mas melhor fora não haver), alguns turistas portugueses, baratos

e sujos do tipo backpackers (mochileiros) e uma célebre lagoa à vista na fajã seguinte (a do Santo Cristo) a que não se chegava a não ser que caminhássemos por uma hora a pé pela costa escarpada. Nada que se compare ao café da Fajã dos Vimes produzido no local...o único sítio na Europa onde se produz café...Em finais do século XVIII “um senhor da Fajã de São João” emigrou para o Brasil, lá trabalhou numa fazenda onde predominavam as plantações de café. Regressado a São Jorge no início do século XIX, traz consigo uma planta de café, o café arábica, que veio assim dar origem ao famoso café da Fajã dos Vimes.

É em São Jorge que está localizada a maior plantação de café dos Açores, mais precisamente na Fajã dos Vimes, costa sul da ilha. Cerca de 400 plantas, que após o devido processo se transformam num café que já tem fama um pouco por todo o mundo. Manuel Nunes, dono da maior produção de café no arquipélago recorda que o clima da fajã é muito propício para a planta em si. A Fajã dos Vimes é caracterizada por ter um clima ameno e solo fértil. “Um clima dos melhores para o café, é muito quente e tem muita pedra”, salienta Manuel Nunes, evidenciando a qualidade do seu café.

*Manuel Nunes não sabe precisar, mas recebe anualmente muitas visitas de turistas e curiosos que querem ficar a saber um pouco mais acerca desta plantação e saborear aquele café que muitos afirmam ter “um sabor diferente e especial.*

*Vem aqui muita gente, vêm de propósito das Velas aqui para provar o nosso café”. Umas dezenas de quilómetros que para muitos valem a pena, tal são a fama e a qualidade do café que se pode saborear naquela Fajã localizada no Concelho da Calheta.*

*O café é colhido entre os meses de maio e setembro, isto porque, segundo o produtor, “nunca vem todo de uma vez, vai saindo às camadas”, referindo que o tempo também é que o determina, sendo que “neste momento, em pleno mês de fevereiro”, tem plantas já com flor, “o que não é normal nesta época do ano”, facto nunca antes visto por Manuel Nunes.*

*Apesar de já ter recebido propostas, não quer exportar o seu café, comercializando-o apenas no seu estabelecimento, o Café Nunes.*

*“Não quero vender café meu para revenda, para os turistas levarem 50, 100 gramas, tudo bem”, adiantou Manuel Nunes. O produtor aponta como razão “ser uma indústria pequena, é tudo manual e dá muito trabalho”.*

A Fajã dos Vimes, localizada entre outras duas fajãs, nomeadamente a Fragueira e a Fajã da Fonte dos Bodes, é um ponto turístico obrigatório para quem visita São Jorge, não só pelo café, mas também pelo artesanato, também pertencente à Família Nunes. Alzira Nunes, esposa de Manuel, em conjunto com a sua irmã continua a tecer as características colchas no tear, naquela que é denominada por “Casa de Artesanato Nunes”.<sup>17</sup>



Seguimos depois para os Nortes, o Grande e o Pequeno, parando no Miradouro da Fajã do Ouvidor para piquenicar com aquela imensa paisagem de mar e fajã por baixo e espesso maciço rocheo e floresta de laurissilva por cima de nós. Acabamos por descer e apreciar esta bela e ampla fajã, com belas casas (uma delas com uma ótima piscina) tudo muito limpo e arranjado, tentamos seguir até à Ribeira de Areia pela costa, mas desistimos e voltamos a tirar fotos do miradouro para guardar na memória. Depois prosseguimos novamente pelo maciço central, pela Pedra Vermelha, em plena serra do Topo, para vermos mais uma vez o ilhéu do Topo, regressando pelo Loural, Ribeira Seca (sem descermos à Fajã dos Vimes pela estrada de terra a fim de vermos as suas casas orladas a azul, como já viramos em Santa Bárbara na ilha de Santa Maria). A vista cá de cima era impressionante

As fajãs começavam pela sua perigosidade a inquietar-me e a fazer abalar a minha habitual calma chinesa. Em todas as instâncias nunca deixei de pensar como seria a vida naquela e noutras fajãs mais inóspitas ainda só acessíveis em estradas barrentas decerto intransitáveis no inverno. Nem todas estão eletrificadas.... Como é que era possível viver-se há séculos naqueles locais, como se obtinham os mantimentos ou todos viveriam na frugalidade do que a fajã produzia? Estariam meses sem verem outras pessoas? Tudo questões que ainda não encontraram resposta.

De qualquer forma a sua ocupação das fajãs pode ter representado uma libertação social e a mudança de estatuto pois passaram a deter a posse das terras. Ainda hei de investigar melhor se esta propriedade e posse das terras das fajãs não representa uma melhoria social no estado dos povoadores das ilhas. Nas outras ilhas rapidamente a posse feudal, pelos grandes senhores e pelo clero, não permitia mais que a terra fosse possuída, mas antes arrendada e o trabalho duro explorado num regime de escravatura semelhante ao do continente português. A ocupação permanente destas fajãs tem riscos muito elevados que os planeadores devem ter em consideração. Em S. Jorge, a qualquer momento, a terra pode tremer e as encostas desabarem até ao mar, sobretudo no inverno com os solos saturados de água. Foi assim que se formaram as fajãs e pelo mesmo mecanismo podem desaparecer.

Encontramos no Diário da República um interessante artigo do qual se extrai isto:

*Através da execução do n.º 2 do artigo 80º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, o [presente] diploma assegura a conformidade do PDMC com o POOCISJ, excluindo de ratificação, na planta de ordenamento, as áreas (na Ponta do Topo e proximidades, para norte e para sul) da classe de espaços agrícolas, bem como as áreas (no Topo) da classe de espaços urbanos e as áreas (na Ponta de São João, na fajã com o mesmo nome, e na Fajã dos Vimes) de fajãs humanizadas do tipo 1, da classe de espaços naturais e culturais, que coincidam com as áreas de especial interesse ambiental ou com as outras áreas naturais e culturais, todas do uso natural e cultural do POOCISJ. Da exclusão de ratificação daquelas áreas dos espaços agrícolas resultará igualmente que as que se sobrepunham à Zona de Proteção Especial da Costa Nordeste e Ponta do Topo e à Reserva Ecológica fiquem, afinal, abrangidas por uso natural. 1ª SÉRIE DIÁRIO DA REPÚBLICA, quinta-feira, 6 de julho de 2006 Número 129*

Parece que afinal ali será difícil aplicar as leis de ordenamento. Ou será porque as pessoas foram para lá para terem terras que não eram de ninguém que a natureza dera aquando das grandes catástrofes sísmicas? A sua própria definição não deixa margem para dúvidas: António Cândido de Figueiredo, no seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa, define fajã como “*toda a terra baixa e chã ou como pequena extensão de terreno plano, suscetível de cultura, junto a uma rocha, geralmente à beira-mar, formada em regra por materiais desprendidos por quebradas ou acumulados na foz de uma ribeira e assentes quase sempre num banco de lava muito resistente.*”

Na ilha de São Jorge, o conceito de fajã foi objeto de consagração legal, tendo o parlamento açoriano definido que se entende por fajã toda a área de terreno relativamente plana, suscetível de albergar construções ou culturas, anichada na falésia costeira entre a linha da preia-mar e a cota dos 250 m de altitude. Pelas suas características climáticas, particularmente quando voltadas para sul ou sueste, e pela abundância de recursos naturais, aliada à facilidade de acesso ao mar, já que virtualmente todas as fajãs têm o seu portinho, as fajãs foram locais de fixação inicial dos colonizadores,



tendo sido a partir delas que irradiou o povoamento das terras altas do interior. A diferenciação climática é tal que nas fajãs costeiras do sul da ilha de São Jorge, em especial na Fajã de São João, existem microclimas onde, com plantas trazidas do Brasil, se fizeram pequenas plantações de café (como atrás se disse), os quais produzem cerca de 50 kg por planta e ano de excelente café, seguramente o local de mais alta latitude onde aquela planta cresce. Depois nos dias seguintes as nuvens baixas e nevoeiros impediram as nossas tentativas de irmos ao Pico da Esperança e caldeirinhas entre outros. Descemos até à cota zero e do lado leste da Baía de Entre-Morros na piscina do hotel lemos enquanto o benjamim manifestava as suas habilidades aquáticas.

Aproveitamos para percorrer a rua comercial das Velas, cheia de pequenas lojas e butikues em saldos de verão para além de visitar a enorme loja chinesa (a ubiquidade das lojas chinesas surpreende, embora nos dissessem que ali, havia pouco tempo, uma na Calheta tinha fechado por falta de negócio). Numa noite regressamos ao Café do Jardim onde éramos sempre bem servidos ao almoço, e a funcionária ainda se lembrava bem das especificidades dos nossos cafés. Nessa noite estava uma jovem a servir, atarantada com o enorme e inusitado movimento dessa noite. Olhamos para ela e decidimos que era de origem timorense. Quando nos trouxe a comida errada eu disse em Tétum "L'ha tene" (não entende) e ela olhou para trás. Depois, acertou na encomenda e perguntei-lhe "Diac ca lai? Diac? L'a diac? (Como estás? Bem? Mal?) e ela respondeu "Diac liu" (muito bem)". Ela perguntou como eu falava timorense e lá tive de lhe explicar que vivera lá muito antes de ela nascer entre 1973 e 1975. Foi curioso ver o sorriso amigo dela e o brilho nos dentes, tal como eu jamais esperava encontrar uma timorense ali.

Noutra noite resolvemos ir jantar ao pomposamente denominado Clube Naval (o *Yacht Club*) do sítio e saímos de lá convencidos de que se tratava antes do Clube dos Botes e não do clube naval quer pela frequência quer pela demora em sermos servidos (demoramos duas horas entre a entrada e saída...) além de que a comida nada tinha de memorável, naquilo que seria a única desilusão digna de registo. Faltou apenas assinalar que nas ruas das Velas raramente se observam sinais proibidos para o trânsito, o que resultou eu ter andado horas em contramão, até descobrir que tinha de seguir os sinais azuis pois não se viam sinais encarnados. Os poucos polícias locais se me viram não me denunciaram e rapidamente me habituei a esta nova forma de marcar o trânsito.

Valeu a pena e não me importava de viver na pequena Vila das Velas. Como esta já vai longa e para que possam ver as duas centenas de fotos selecionadas da visita aconselho-vos uma visita ao meu museu fotográfico em <http://www.lusofonias.net/acores-i/sao-jorge/760-s-jorge-a-minha-visao.html> e <http://www.lusofonias.net/acores-i/sao-jorge/824-s-jorge-diaporama.html>.

## CRÓNICA 55 - 7º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA EM BRAGANÇA, SETEMBRO 2008

Quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a fazer os Colóquios da Lusofonia<sup>18</sup> mas longe estava eu de supor que em outubro de 2008 estaria a realizar o 10º colóquio, sendo já o 7º em Bragança.

Desde então, ao contrário do mundo ocidental que confunde multiculturalismo com islamismo e outros ismos, tenho definido e defendido a minha versão de Lusofonia. Mas o que entendo dela é aquilo que foi expresso ao longo destes últimos anos em cada um dos Colóquios, sendo esta uma visão das mais abrangentes possíveis, que visa incluir todos na Lusofonia. Esta não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar de outras entidades.

Cada vez mais gente parece aceitar esta minha versão que muitas pontes têm ajudado a construir como se verá este ano, quando terminado o Colóquio nos dirigirmos à Galiza para abrir oficialmente a ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Houvesse da parte das entidades responsáveis igual vontade, dedicação e trabalho (como este que gratuita e desinteressadamente tem sido feito) e mais se poderia construir neste deserto materialista e egoísta em que vivemos, onde só existem más vontades e falsos cognatos. Vamos falar sobre o 7º Colóquio Anual da Lusofonia que terá lugar no centro Cultural Municipal de Bragança nos dias 2, 4, e 5 de outubro de 2008.

Este ano iremos falar da «Língua Portuguesa e Crioulos: um enriquecimento biunívoco». Para isso teremos como convidado de honra JOÃO CRAVEIRINHA, moçambicano, escritor e artista plástico, além de inúmeros especialistas na área (como a Professora Doutora Dulce Pereira) que juntamente com Helena Anacleto-Matias terão uma sessão de apresentação e autógrafos dos seus livros.

Igualmente foi possível trazer de novo a Bragança os dois académicos que em 2007 acederam a serem patronos deste evento: Malaca Casteleiro da Academia de Ciências de Lisboa e Evanildo Bechara da Academia Brasileira de Letras. Igualmente presentes (da Academia) deverão estar Adriano Moreira (Presidente) e Artur Anselmo.

Teremos também uma Homenagem contra o esquecimento pelo 4º centenário do PADRE ANTÓNIO VIEIRA e pelo 1º centenário de VITORINO NEMÉSIO, e o habitual tema de Estudos de Tradução, com mais de (30) TRINTA oradores do Brasil, Portugal, Moçambique e Galiza. Enquanto a tradução de obras portuguesas não estiver suficientemente difundida, a língua portuguesa não pode alcandorar-se ao nível de reconhecimento mundial de outras línguas. Começa a haver um certo número de traduções de livros de autores portugueses, mas é altamente deficiente e deficitária. Uma das formas de preservar a língua é através da tradução. A tradução de obras permite a divulgação, deveras importante na preservação da língua.

### DENTRE OS SUBTEMAS CONTAM-SE

- 1.1. O Português como matriz dos crioulos no mundo
- 1.2. Os Crioulos e a sua influência nas variantes de Português no mundo
- 1.3. Ensino dos Crioulos
- 1.4. O estado das variantes do Português.
- 1.5. Línguas Minoritárias e Multiculturalismo
- 1.6. A Lusofonia no mundo, análise e perspetivas.
- 1.7. O Ensino da Língua Portuguesa como forma de preservação cultural
- 1.8. Interculturalidade e Diversidades Culturais no seio da Lusofonia.

### SÃO AS SEGUINTEs AS INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS

Academia Brasileira de Letras  
 Academia de Ciências de Lisboa,  
 Academia de Letras de Brasília,  
 AGAL Galiza;  
 Associação pró Academia Galega da Língua Portuguesa,  
 blogue A Bem da Nação,  
 Ciberdúvidas da Língua Portuguesa,  
 Clube dos Poetas Vivos (Galiza),  
 Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança,  
 Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto,  
 Movimento Internacional Lusófono,  
 Universidade do Algarve,  
 Universidade de Évora,  
 Universidade de Lisboa,  
 Universidade do Minho,  
 Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro,  
 Universidade Estadual de Santa Cruz da Bahia, Brasil,  
 Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
 Universidade Lusófona,  
 Universidade Mackenzie de São Paulo,  
 Universidade de Nottingham no Reino Unido,  
 Universidade de São Paulo Brasil,

Sim, porque convém não esquecer que desde a primeira hora nunca distinguimos entre os diversos graus de ensino para dar voz a quem cremos que a deve usar, fruto da sua investigação, apoiada ou não por fundos conjunturais ou não. Nos nossos colóquios são aceites catedráticos, professores universitários, secundários ou básicos ou apenas pessoas com uma mensagem importante e/ou pesquisa a divulgar.

18 <http://lusofonias.com.sapo.pt>

Quando em 2001 iniciámos estes Colóquios queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos sem sermos subsídio-dependentes. Portugal é um país macrocéfalo; cada ano que passa existe mais Lisboa e o resto confina-se apenas à paisagem. Com a saída de serviços vitais, o êxodo de pessoas e a subsequente diminuição da população escolar, a falta de emprego, e todos os poderes decisórios radicados em Lisboa, cidades como Bragança estão por vezes mais perto de Madrid do que da capital. Tentando lutar contra essa tendência, conseguiu-se que estes colóquios se tornassem, graças à nossa persistência, na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos seis anos sobre esta temática. Caracterizam-se pela sua completa independência de quaisquer forças políticas ou institucionais o que permite viabilizar a participação de um leque alargado de oradores, desassombrados, sem peias, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais, sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Contamos desde a primeira hora com o apoio logístico essencial da Câmara Municipal de Bragança que o divulga e a ele se associa.

Os encontros e conferências de formato tradicional são reuniões de boas intenções com a posterior publicação de Atas de conclusões, mas nós inovámos e introduzimos em 2002, algo que é hoje normal, o hábito de entregar um CD com as Atas no início das sessões. Estes Colóquios independentemente das grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa ou de Brasília têm servido para inúmeras pessoas aplicarem o saber doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho, aproveitando a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem esses instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Verificou-se a criação de uma rede informal que permitiu um livre intercâmbio de experiências e vivências, ao longo dos anos.

Em 2004 fizemos a campanha que ajudou a salvar o Ciberdúvidas, em 2005 assistimos ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP, em 2006 lançamos a primeira pedra para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa, em 2007 o 1º Prémio Literário da Lusofonia patrocinado pela Câmara e fomos os primeiros a discutir e lançar as bases da discussão pública que viria a culminar na assinatura do Acordo Ortográfico. Em 2008 já demos continuidade à discussão sobre o Acordo ortográfico no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia e à concretização desse grande projeto que é a Diciopédia ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa e Dicionário de Açorianismos, saindo deste Colóquio para assistir a esse ato histórico que é o primeiro ato oficial da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida de muitos labores com o apoio destes Colóquios.

Os nossos oradores "típicos" não buscam mais uma conferência para juntar aos seus currículos, antes estão interessados em partilhar as suas ideias, projetos, e criar sinergias com universidades, politécnicos e outras entidades e pessoas nos quatro cantos do mundo. São eles que voluntariamente já arrancaram com o ambicioso projeto da Diciopédia nas suas horas livres, sem buscarem fama ou proveito, antes irmanados deste nosso ideal de "sociedade civil" capaz e atuante, tal como nós que organizamos voluntária e gratuitamente estes colóquios.

Somos – todos juntos – capazes de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem. Acreditámos que somos capazes de fazer a diferença. Os nossos oradores "típicos" juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as suas refeições, as suas comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio e é isso que vamos repetir este ano. Por outro lado, as atividades paralelas e a sua componente lúdica-cultural permitem uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caracterizada por almoços, jantares e passeios lúdico-culturais em que do convívio saem reforçados elos que se irão manter. Todos os anos os participantes têm podido trocar impressões, falar de projetos, partilhar ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, fora das sessões, alargando esta rede informal dos colóquios.

Este ano depois de visitar a Cidadela, Museu Militar e Museu da Máscara, iremos até Miranda do Douro, património histórico e linguístico esquecido nos confins deste nordeste transmontano e onde se fala a segunda língua oficial de Portugal: o mirandês. Todos os anos começo o discurso de abertura falando longamente sobre a história de Bragança e das suas gentes, desconhecida para a maior parte das pessoas, porque a história já não se estuda, e se não se estuda não interessa saber, pois existe este complexo verdadeiramente único do povo português de não dar valor ao que tem, e muito menos às suas heranças culturais e linguísticas. Creio que sem as conhecermos seremos incapazes de preservar a nossa língua e cultura.

Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objetivos através de uma CPLP adormecida, enquanto franceses e ingleses estão bem ativos. O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A República Popular da China prepara os seus quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistar mercados lusofalantes. Irá depender sobretudo do esforço de liderança brasileiro que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos cheios de complexos do colonizador português.

O português que se fala em Portugal varia da Bragança dos Colóquios aos Açores onde vivo atualmente. Todos falam Português e falam diferente de Norte a Sul, de leste a oeste. São lusofalantes todos aqueles que têm o Português como língua-mãe, língua de trabalho ou língua de estudo, vivam eles no Brasil, em Portugal nos PALOP's, na Galiza, em Macau ou em qualquer outro lugar, sejam eles nativos, naturais, nacionais ou não de qualquer um dos países lusófonos.

A língua é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, dos países onde está instituída e geograficamente distantes uns dos outros. Ela pode ser a ponte entre esses países e as comunidades lusofalantes. Já na abertura do 2º Colóquio em 2003 tentei alertar contra os fundamentalistas de várias cores que visam preservar uma visão estática da língua portuguesa que se opõem a quaisquer inovações da língua e às alterações que a novo dicionário da Academia de Ciências veio introduzir e a que se segue agora o novo acordo ortográfico.

Como me dizia Henrique Salles da Fonseca:

«Um escritor é, por definição, um pensador. Ao escrever o que pensa, o escritor traz para a praça pública a sua ideia e põe-na à consideração dos leitores. Ou seja, põe os leitores a pensar». Ora, pensar é um exercício muito menos praticado do que o desejado pois há muita gente que age automaticamente aos estímulos que lhe chegam. O pensamento multiplica as ligações entre os neurónios e é precisamente a densidade dessa rede que permite ao cérebro aumentar as capacidades originais.»

O Professor António Damásio, autor do livro «O erro de Descartes» – demonstrou que o cérebro de um adulto analfabeto é significativamente diferente (menor capacidade) do de um letrado (maior capacidade). O desenvolvimento das sociedades tem a ver com a capacidade mental dos seus membros e não com os exauríveis recursos naturais. Vejam-se os casos do Japão em comparação com Angola, da Suíça com o Afeganistão ou ainda o caso de Singapura. Isto permite-nos extrapolar que o escritor é o motor do desenvolvimento.

Só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da Língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, e no Brasil infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem, e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Há outros aspetos de que, por serem tão correntes, já mal nos apercebemos: o mau uso das preposições, a falta de coordenação sintática, e a violação das regras de concordância, que, logicamente, afetam a estrutura do pensamento e a expressão. Além dos tratos de polé que a língua falada sofre nos meios de comunicação social portugueses, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação em tempo real. Urge, pois, apoiar a comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos internacionais, dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. A atual crise portuguesa não é meramente económica, mas reflete uma nação em crise, dos valores à própria identidade.

Estes colóquios pretendem alertar-nos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo para tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de vós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e amigos e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Num país em que falta uma visão estratégica para uma verdadeira POLÍTICA DA LÍNGUA, onde o cinzento uniformismo é a regra de referência, onde a competição é uma palavra tabu, onde o laxismo e a tolerância substituem a exigência e a disciplina, onde a posse de um diploma superior constitui ainda uma inegável vantagem competitiva, claro que continua a grassar a desresponsabilização.

Os cursos superiores estão desajustados do mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas, existem cursos a mais que para pouco ou nada servem, existem cursos que não servem alunos, mas apenas para manterem alguns professores fora do desemprego. Ao contrário do que muitos dizem, Portugal não tem excesso de licenciados, mas sim falta de empregos. Mas será que falam e escrevem Português? Quando o ensino, do primário aos níveis superiores, se caracteriza pelo menor denominador comum, pela passagem de ano de todos os alunos, pela redução da exigência de conhecimentos e de saber, chegaremos em breve ao ponto de termos uma pessoa com o atual 12º ano a saber provavelmente menos do que uma com a antiga quarta classe. O mesmo se poderá dizer de muitos licenciados e mestrados quando comparados com os de há umas décadas atrás. São bonitos para as estatísticas, mas atrasam ainda mais o país pois roubam-lhe conhecimentos e saberes imprescindíveis para reduzir o fosso com a Europa e com o resto do mundo desenvolvido. Os emigrantes ucranianos de elevado nível cultural que trabalham na construção civil em Portugal não entendem como a escola portuguesa é tão pouco exigente e aqui se ganha tanto, quando no país de origem a escola é bem mais exigente, mas os salários são baixíssimos. Por outro lado, sabe-se como é difícil evitar a purga de grandes cientistas portugueses a trabalharem atualmente no estrangeiro e evitar que novos valores continuem a emigrar.

Nos nossos colóquios pretende-se repensar a Lusofonia, como instrumento de promoção e aproximação de povos e culturas, usando Bragança como terra congregadora de esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós da Galiza a Cabinda e Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes.

Quanto a Bragança encontrei aqui formas vernaculares (quase medievais) da língua que perduraram a todos os níveis da população independentemente da sua classe socioeconómica e da sua educação, mas de que constato uma quase vergonha dos seus falantes por acharem que não falam português correto, o que aliado à desertificação humana desta região tende igualmente a acabar. No tocante ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português. Recentemente, o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia

O Português parece-me, tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba. Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças – tal como todas as outras – e não se devem opor impensadamente a este processo. Quando estive no Brasil, no ano passado, por exemplo, ouvi falar dum movimento que pretendia extirpar todos os anglicismos. Para banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas – incluindo Português – e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso. A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas, O que é grave no Brasil

dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas. Posteriormente contactei aquele distinto linguista preocupado com a extinção de tantas línguas e a evolução de outras. Mostrava-me impressionado sobretudo pelo rumo que língua portuguesa estava a ter após décadas da minha diáspora. Sabendo como o inglês destronou línguas em pleno Reino Unido, tal como Crystal afirma no caso do Câmbrico, Norn e Manx, perguntava ao distinto professor qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo eram cada vez mais baixos, estando a ser dizimados por falantes ignorantes, escribas, jornalistas e políticos sem que houvesse uma verdadeira política da língua em Portugal e alguns esforços para criar uma no Brasil. A sua resposta pode-nos apontar um de muitos caminhos. Diz Crystal:

«As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência, é sem dúvida a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românicas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que algumas dos anglicismos que os Franceses tentam banir atualmente derivem de latim e de Francês na sua origem. Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. No caso do Inglês, existem triunviratos interessantes como *kingly* (Anglo-saxão), *royal* (Francês), e *regal* (Latim) mas a realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas.

Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção, tais como obrigação de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc. existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afetaram as línguas minoritárias de igual modo.»

Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Já no 5º Colóquio em 2006 debatemos modelos de normalização linguística na Galiza e a situação presente, onde o genocídio linguístico atingiu uma forma nova e subtil, já não através da perseguição aberta e pública do galego, como em décadas passadas, mas pela promoção social, escolar e política de uma forma oral e escrita deturpada, castelhanizada, a par de uma política ativa de exclusão dos dissidentes lusófonos (os denominados reintegracionistas e lusistas). Debateu-se uma Galiza que luta pela sua sobrevivência linguística, numa altura em que a UNESCO advertiu do risco de castelhanização total nas próximas décadas. Falou-se de história, dos vários avanços e recuos e de vários movimentos a favor da língua portuguesa na Galiza, teceram-se críticas, comentários e apontaram-se soluções, sendo quase universalmente exigida a reintrodução do Português na Galiza através de várias formas e meios. Existe aqui ampla oportunidade para as televisões portuguesas descobrirem aquele mercado de quase três milhões de pessoas. As oportunidades comerciais de penetração da Galiza podem ser uma porta importante para a consolidação da língua naquela região autónoma.

Foi sobejamente assinalada a quase generalizada apatia e desconhecimento do problema da língua na Galiza por parte dos portugueses e o seu esquecimento por parte das entidades oficiais sempre temerosas de ofenderem o poder central em Madrid. Os Portugueses quase sempre alheados destes problemas e sempre temerosos de ofenderem o vizinho Reino de Espanha esquecem-se de que vizinha e irmã é a Galiza e não a Espanha da velha Castela e da unificação à força. Foi nos primeiros dias do ano de 2006 na RTP num telejornal à hora do almoço, que pela primeira vez ouvimos falar os Galegos sobre os seus problemas com a nossa (e deles) língua. Qual é a nossa responsabilidade como professores, jornalistas, estudiosos da língua em relação a esta guerra silenciosa que aqui ao lado consome tantos e a nós nos deixa indiferentes.

Trata-se dum povo que fala a língua da Lusofonia de que tantos falam, mas de que tão poucos cuidam. Ou será que a Lusofonia continua a ser entendida por muitos como uma extensão do ex-Ímpério? Esses velhos do Restelo, amantes dum passado que se espera nunca mais volte, têm de despertar para a realidade e confrontar-se com ela por mais desagradável que lhes seja.

Faltam iniciativas como esta para alertar, um número cada vez maior, as pessoas para este genocídio linguístico, desconhecido e que mora mesmo aqui ao lado. Por outro lado, constatou-se a necessidade de uma maior concertação e união entre as várias associações em campo que propugnam a língua portuguesa na Galiza. A sua presença regular em eventos semelhantes em Portugal pode alargar o número de académicos preocupados com o tratamento de polé dado à língua nossa antepassada num território que por mercê duma conquista histórica de há 500 anos teima em não perder a sua língua original, que é a nossa. Foi nesse ano que Martinho Montero anunciou a criação duma Academia Galega da Língua Portuguesa, sem dúvida um passo simultaneamente arriscado e ousado que se concretiza já dia 6 de outubro de 2008, dois anos depois do seu anúncio como concreção do sonho de muitos galegos.

Os meus compatriotas aborígenes australianos preservaram a sua cultura ao longo de sessenta mil anos, sem terem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até aos dias de hoje, pois assentava na transmissão via oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Outra das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e o facto de ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos estas diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da convivência com outras etnias e culturas poderemos aspirar a manter viva a nossa. Devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão, que com a nossa podem coabitar. Essa a mensagem dos 5 colóquios anuais da lusofonia e dos encontros açorianos da lusofonia.

Para o ano avizinha-se um tema ainda mais polémico e a necessitar de debate: "O Português no século XXI, a variante brasileira rumo ao futuro. O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: esta a agenda para as próximas décadas." Creio que como cidadão australiano há mais de 25 anos a lutar em prol da preservação da língua e cultura portuguesa de meus antepassados, ninguém está mais interessado na sua preservação.

Creio que ela poderá ser feita numa evolução dinâmica aceitando os desafios e alterações que a própria língua inevitavelmente irá sofrer. O espaço dos Colóquios Anuais da Lusofonia é um espaço privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos por mais díspares ou antagónicos que possam aparentar. É esta a Lusofonia que defendo pois creio que é a única que permitirá que a Língua Portuguesa sobreviva nos próximos duzentos anos sem se fragmentar em pequenos e novos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão.

Se aceitarmos todas as variantes de Português sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser com o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes da Austrália aos Estados Unidos, dos Açores às Bermudas, à Índia e a Timor. Uma última palavra, iremos celebrar parcerias e protocolos com a UNIVERSIDADE MACKENZIE, SP, BRASIL; ESEB / IPBRAGANÇA; ESES / IPSETÚBAL, relativamente aos colóquios e a vários projetos nossos (como atrás ficou expresso) e Bragança, os seus professores do Politécnico, das escolas e dos liceus e demais população vão manter-se arredados da plateia do anfiteatro do Centro Cultural sempre alheada daquilo que deveria ser uma preocupação fundamental: a da preservação da língua e cultura dos seus antepassados. Tal como em anos anteriores, este ano ao falar dos Crioulos e da Língua Portuguesa, devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão que com a nossa podem coabitar.

© CHRYS 2002-2008

## CRÓNICA 56 DIAS DE MELO 24 setembro 2008

"A ESPERANÇA NUM MUNDO MELHOR JÁ NÃO SERÁ PARA MIM, TALVEZ NÃO SERÁ PARA NENHUM DE NÓS E EU REVOLTO-ME COM AQUILO QUE VEJO À VOLTA DE MIM" DIAS DE MELO



PINTURA DE TOMÁZ BORBA VIEIRA (1974)

Hoje fiquei mais pobre e de novo órfão. Até maio deste ano pouco ou nada sabia sobre Dias de Melo que esteve presente como Escritor convidado no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia juntamente com o amigo Daniel de Sá. Eram eles os dois representantes da literatura açoriana que quis dar a conhecer a todos os que nem sequer sabiam da existência da mesma. Dias de Melo é um operário, um agricultor, um pescador, um escultor que trabalha, ceifa, pesca e esculpe cada palavra, como se fosse um baleeiro do Pico, referência constante como o é Mestre José Faidoca, personagem sempre presente nas histórias que também presenciou como homem do mar, pescador, marinheiro, mestre de lancha. Escreve como se da janela da sua casa no Alto da Rocha na Calheta de Nesquim vigiasse os botes e as lanchas da Calheta, baleando contra os Vilas e os Ribeiras. Andei assim apenas quatro meses na descoberta da genialidade, da sinceridade da obra de Dias de Melo (que ainda não estudei na totalidade, mas apenas os títulos reeditados. Foi uma paixão literária à primeira vista, pois a sua escrita flui e embrenha-se como o nevoeiro em que os baleeiros se debatiam ao longo de séculos

na luta inglória e injusta para ganharem a vida. Se tivesse que resumir o autor a uma palavra usaria INJUSTIÇA. É da sua denúncia que ele trata ao abordar temas como a emigração, a vida no seu Pico natal, as realidades sociais e económicas, a repressão durante o Estado Novo, e em todas, para além dos inúmeros dramas humanos retratados na linguagem simples dos homens do povo, lá vem a injustiça.

*Não querendo ordenar classificatoriamente os escritores como se de autores de música popular se tratasse, o certo é que desde que o comecei a ler, Dias de Melo alcançou-se ao lugar cimeiro das minhas preferências e sinto-me extremamente honrado por ter trocado algumas palavras com ele, durante o colóquio e no jantar do primeiro dia de trabalhos.*

*Não o conhecia, mas conhecendo as suas obras e a sua vida de luta fica-se com a sensação de o termos conhecido sempre, de pertencermos à mesma família, uma espécie de alter ego daquilo que gostaríamos de ter sido.*

*Autor e compositor de música popular, Dias de Melo ficará inexoravelmente conhecido como o escritor da baleação e da condição humana.*

*Coube-lhe a sorte de ter recebido algumas merecidas homenagens públicas nos seus últimos meses de vida quando viu a 2 de maio 2008 (na véspera do Encontro Açoriano) reeditar algumas das suas melhores obras.*

*Cumprimo-vos a nós não deixar que a sua memória se esvaneça e porfiar para que os seus livros sejam lidos por todas as novas gerações.*

Herman Melville na sua epopeia da Moby Dick na qual retrata alguns açorianos, não conseguiu resumir a essência dos baleeiros como Dias de Melo pois este era um espetador atento da sua luta quotidiana e resolveu dá-la a contar ao mundo. Disso vos trago testemunho com a saudade que a sua morte nos deixa a partir de hoje.

Do autor:

Toadas do Mar e da Terra (1950)

"Crónicas do Alto da Rocha do canto da Baía

Das Velas de Lona às Asas de Alumínio" Lisboa, Salamandra. (1991),

Aquém e Além-Canal. Lisboa, Salamandra. (1993),

A Viagem do Medo Maior. Lisboa, Salamandra. (1994),

Memória das gentes 6 vols. (Livro I, três volumes). Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. (1990), Na Memória das Gentes (Livros II e III, três volumes). Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. (1992),

Cidade cinzenta

Mar Rubro (1958),

Pedras Negras (1964 Lisboa, Portugal (3.ª ed., Salamandra, 2003; trad. inglesa, 1988; trad. japonesa, 2005). 4.ª ed. VerAçor 2008)

Mar pela Proa (1976 Lisboa, Prelo Editora (2.ª ed., Vega, 1986). (1979),).

Vinde e Vede. Lisboa, Editorial Ilhas. (1983)

Vida Viva em Terras de Baleeiros. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. (1983, 1985),

O Menino Deixou de Ser Menino. Lisboa, Salamandra. (1992),

Pena Dela Saudades de Mim. Lisboa, Salamandra. (1996),

Inverno sem primavera. Lisboa, Salamandra (2.ª ed., 1997). 1999

Milhas Contadas. Lisboa, Salamandra. (2004), Poeira do Caminho. Porto, Campo das Letras.

"Tempos últimos"

"O muro amarelo"

O Autógrafo. Lisboa, Salamandra. (2002),

Poeira do Caminho (2005)

## CRÓNICA 57. MUSEU DA LUSOFONIA EM BRAGANÇA 1-10 OUTUBRO 2008

### 57.1. OS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA E A MÁTRIA

É sempre doloroso voltar à mátria, por uns dias, sabendo de antemão, que o regresso definitivo será sempre e eternamente adiado, neste país sem futuro que leva as gentes a emigrarem e imigrarem para buscarem esse bem furtivo que é o direito ao emprego. Regressado à terra, houve tempo para observar as pequenas mudanças que se registaram em doze meses de ausência e constatar a novidade e qualidade do novo Museu de Arte Contemporânea. Algumas lojas fechadas indicavam inequivocamente que a crise já tinha chegado aqui e o pequeno comércio continuava a fechar as suas lojas nesta voragem de modernidade que tudo consome. Como é sabido, o regresso anual não é uma peregrinação de emigrante, mas antes uma missão encetada há uma meia dúzia de anos, de trazer até aqui um importante debate sobre a Língua e Cultura Portuguesa, no âmbito dos Colóquios da Lusofonia.

### 57.2. MANIFESTO DOS COLÓQUIOS 2008

#### BRAGANÇA 2 DE OUTUBRO DE 2008 - MANIFESTO EM PROL DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Considerando que:

- O Presidente do Brasil acaba de definir, com grande oportunidade e sentido de Estado na promoção da língua portuguesa, o calendário preciso de entrada em vigor, no País, do Novo Acordo Ortográfico;

- Algumas editoras portuguesas começaram a publicar brochuras, vocabulários e dicionários conformes ao mesmo Acordo, contribuindo assim para a sua divulgação na sociedade;

- Uma grande indefinição e expectativa reina na Educação, com alunos do 1º ano do 1º ciclo, por exemplo, a aprender uma ortografia que vai ser alterada a breve trecho, ou os professores a não saberem o que fazer relativamente aos erros ortográficos que, com o Novo Acordo, deixarão de o ser;

- O Governo Português estabeleceu, em janeiro de 2008, um período de transição de seis anos para a adoção definitiva do Novo Acordo, sem mais especificações;

- Nenhuma medida foi tomada, em Portugal, relativamente à elaboração do Vocabulário Ortográfico Unificado" previsto no mesmo Acordo;

Os participantes no 7º Colóquio Anual da Lusofonia, reunidos em Bragança, de 2 a 5 de outubro de 2008, manifestam o seguinte:

1º- Louvam a consonância, rapidez e sentido de Estado com que o Governo, o Parlamento e o Presidente da República decidiram a entrada em vigor do Novo Acordo Ortográfico;

2º- Expressam o seu regozijo pela nova política de língua definida pelo Governo e pela forma como o Presidente da República tem promovido a língua portuguesa no plano internacional;

3º- Solicitam ao Governo Português que, em conformidade com as medidas já tomadas e no sentido de não defraudar as justas expectativas da sociedade em geral, defina urgentemente o calendário preciso de implementação do Novo Acordo Ortográfico;

4º Solicitam ao Governo Português que promova a elaboração do "Vocabulário Ortográfico Unificado da Língua Portuguesa", o qual terá de ser levado a cabo em consonância com as entidades competentes do Brasil e dos outros países lusófonos. Assinado MALACA CASTELEIRO, EVANILDO BECHARA + 37 Assinaturas.

### 57.3. CONCLUSÕES APROVADAS PELO 7º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA

Louvar publicamente os académicos Evanildo Cavalcante Bechara e João Malaca Casteleiro pela sua total disponibilidade demonstrada desde 2007 em apoiar estes Colóquios e os Encontros Açorianos da Lusofonia bem como pelo incansável trabalho desenvolvido em prol do Acordo ortográfico. (aclamação por unanimidade)

Tornar público, divulgando por todos os meios de comunicação o MANIFESTO seguinte:

Anunciar que, fruto deste colóquio, o departamento de Português da Universidade de Nottingham no Reino Unido irá, de imediato, adotar nas aulas o novo Acordo Ortográfico

Anunciar que, fruto deste colóquio, o departamento de tradução e interpretação do ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto) irá, de imediato, adotar nas aulas o novo Acordo Ortográfico

Irão ser desenvolvidas medidas pela Comissão Executiva dos Colóquios destinadas a fazer funcionar, de imediato, as parcerias e protocolos firmadas com os Colóquios da Lusofonia pela ESE (Escola Superior de Educação) do Instituto Politécnico de Setúbal, pela ESE (Escola Superior de Educação) do Instituto politécnico de Bragança e pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Brasil, nomeadamente nos contactos com a Universidade Aberta e outras

universidades com e-learning (ensino a distância) para criar, no âmbito destes colóquios, as cadeiras de ESTUDOS E LITERATURA AÇORIANOS e de ESTUDOS E LITERATURA TRANSMONTANA, extracurriculares ou como pós-graduação.

Igualmente ficou a colega Professora Doutora Edma Satar da FLUL (Universidade de Lisboa) de implementar, a curto prazo, a mudança da nossa Diciopédia ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa para uma plataforma Java a fim de poder ter melhor utilização e visibilidade. Neste projeto se desenvolverá a fase seguinte do Dicionário de Açorianismos constante da Diciopédia.

Disponibilizar a breve prazo nas páginas do colóquio uma ligação para os Estudos de Crioulo já existentes a fim de facilitar o seu estudo e a sua institucionalização

Irão ser estudadas propostas para parcerias futuras e localização dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos, respondendo a pedidos de Santa Catarina, Brasil, São Paulo, Brasil, Galiza, Canadá, EUA e Setúbal

Face ao apoio dado pela Academia de Ciências de Lisboa, através do seu Vice-Presidente Professor Artur Anselmo, pelo seu Presidente Professor Adriano Moreira, e pelo Professor Malaca Casteleiro, pelo professor Evanildo Bechara da Academia Brasileira de Letras, (ambos patronos deste evento) e pela novel Academia Galega da Língua Portuguesa, os Colóquios da Lusofonia irão desenvolver uma ação concertada com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança para a futura localização na cidade de Bragança do Museu da Língua Portuguesa. Pretende-se que os Colóquios funcionem como motor (através de propostas de todos os que fazem parte da sua rede) e de elo vital de coordenação das iniciativas das três academias na programação futura e na conceção do Museu, cujo projeto de viabilização será apresentado pela Câmara Municipal de Bragança a fim de ser validado pelos Colóquios e pelas Academias em outubro de 2009.

## 57.4. COLÓQUIO 2009:

Incluir na temática do próximo ano, além da validação das propostas do Museu da Língua Portuguesa em Bragança, um tema de debate sobre questões e raízes da Lusofonia, Léxico da Lusofonia, Promoção da Língua Portuguesa como 2ª língua ou língua estrangeira, devendo convidar-se três filólogos de reconhecido mérito do Brasil, Portugal e Galiza. O tema de 2008 será HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO, e nela devem incluir-se CAROLINA MICHAËLIS, Leite De Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro. Introduzir na programação das sessões (em moldes a definir) as atividades paralelas que têm tido lugar nas noites dos Colóquios.

Recomendação:

Considerando a atual situação linguística em S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau acha-se necessário:

A institucionalização do estudo bilingue,

Proporcionar aos jovens uma maior exposição quer à língua-alvo (PT) quer ao(s) crioulo(s) devendo para tal proceder-se à

Elaborar de material didático em línguas crioulas (mesmo ao nível mais elementar)

Angariar publicações e material audiovisual para proporcionar um maior contacto com a língua portuguesa

Sensibilizar a sociedade civil para esta temática.

## 57.5. O MUSEU DA LÍNGUA EM BRAGANÇA

Da LUSA:

O primeiro museu português da Língua Portuguesa poderá surgir em Bragança, segundo um repto lançado no encerramento do 7º Colóquio anual da Lusofonia que recolheu já apoios individuais e institucionais ligados à temática. A ideia partiu do presidente da Câmara de Bragança (???)?, Jorge Nunes, que recebeu de imediato a disponibilidade do vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa para ajudar a instalar este espaço, que seria único em Portugal. O autarca de Bragança quer aproveitar o balanço dos colóquios anuais da Lusofonia, que há sete anos reúnem na cidade transmontana representantes dos vários países lusófonos, para desenvolver o primeiro museu nacional da Língua Portuguesa. Jorge Nunes gostaria de ter em Bragança, um espaço idêntico ao que já existe em São Paulo, no Brasil, com a história e evolução da língua falada por 320 milhões de pessoas pelo mundo. «Em Portugal não há um espaço museológico relacionado com a Língua Portuguesa e Bragança pode abraçar esse projeto, desde que conte com a colaboração de professores e instituições representativas nesta área», disse à Lusa. O vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Artur Anselmo, manifestou a disponibilidade deste organismo ajudar a instalar em Bragança o Museu da Língua Portuguesa, embora ressaltando a necessidade de contactos entre as partes para formalizar esta parceria. Artur Anselmo lembrou que a Academia portuguesa tem «um espólio muito importante relacionado com a defesa da Língua Portuguesa, desde os fins do século XVIII até hoje» que poderia disponibilizar para o novo museu. Para este académico, «Bragança é o lugar ideal para a instalação deste espaço porque está na confluência de dois mundos fundamentais da Língua Portuguesa, Portugal e a Galiza». Considerou ainda que o novo espaço terá que ser «um museu vivo e o aspeto didático terá a maior importância para que interesse jovens e instituições de ensino». A ideia mereceu também o aplauso do linguista brasileiro Evanildo Bechara, presente no Colóquio da Lusofonia, que prometeu propor à Academia de Letras Brasileira, da qual é membro, o apoio ao museu português. O presidente da Câmara de Bragança gostaria de congrega as vontades necessárias, para que no próximo Colóquio da Lusofonia os participantes pudessem discutir o projeto e fazer a validação em termos científicos. Outro apoio com que o projeto conta, desde logo, é o da Academia Galega da Língua Portuguesa, que teve dia 6 de outubro, em Santiago de Compostela, o primeiro ato oficial, e que nasceu no seio dos colóquios da Lusofonia em Bragança. Os Colóquios da Lusofonia irão desenvolver uma ação concertada com o Presidente da Câmara Municipal de Bragança para a futura localização na cidade de Bragança do Museu da Língua Portuguesa. Pretende-se que os Colóquios funcionem como motor (através de propostas de todos os que fazem parte da sua rede) e de elo vital de coordenação das iniciativas das três academias na programação futura e na conceção do Museu, cujo projeto de viabilização será apresentado pela Câmara Municipal de Bragança a fim de ser validado pelos Colóquios e pelas Academias em outubro de 2009. a ideia tem despertado a imaginação dos académicos e investigadores envolvidos pela sua ousadia e vanguardismo e vem culminar os esforços de vários anos através dos Colóquios da Lusofonia de fazer de Bragança a capital da Lusofonia. Apesar das vozes discordantes e dos velhos do Restelo que decerto se manifestarão (aliás manifestam-se contra tudo o que seja modernizar Bragança ou alterar o seu estatuto de «cidade adormecida à sombra do passado») esta é uma ideia cujos frutos serão rapidamente compreendidos pela população em geral. O Brasil, onde a cultura é igualmente mencionada a tratos de polé, registou milhões de visitantes nos primeiros anos do seu Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, muito para além de todas as expetativas.

Para isso convido toda a gente a ver

<http://www.youtube.com/watch?v=OzkEfh7ag>

<http://www.youtube.com/watch?v=rxLG6YzowGg&feature=related>

Haja vontade política, e aqui se reitera que embora sejamos independentes e subsídio independentes é necessária vontade política para fazer arrancar este projeto, e Bragança daqui a uns anos pode orgulhar-se de ser a segunda cidade no mundo a ter um Museu dedicado à Língua.

## CRÓNICA 58. SAUDADES E MEMÓRIAS TRANSMONTANAS, SETº 2008

### 58.1. VIAGENS INESQUECÍVEIS DE TEMPOS JUVENIS

Sei, porque me contaram, - que por volta dos dois anos de idade - fui visitar as berças a Trás-os-Montes (a aldeia de Azinhoso no Mogadouro e a da Eucísia em Alfândega da Fé) donde a família da minha mãe era originária. Contraí, então, uma primo-infeção gravíssima tendo sido assistido pelo Dr. Miranda, único médico da vila de Alfândega, que na sua santa ignorância diagnosticou qualquer outra coisa e disse logo que a pequena e débil criança que eu era não tinha hipóteses de sobreviver. Ainda bem que sobrevivi para vos contar que fui levado de emergência para uma cidade maior onde fui devidamente diagnosticado e tratado a tempo.

A primo-infeção ocorre quando a pessoa entra em contacto com o bacilo. Onde a tuberculose é endémica, a possibilidade desse contacto ocorrer até os 10 anos de idade é muito grande. Proximidade com pessoas infetadas e ambientes fechados e pouco ventilados favorecem o contágio.

O bacilo de Koch é expulso nas gotículas que eliminamos pela respiração e pela tosse. Elas precisam medir 5 micro, uma unidade menor do que um milímetro, para poder percorrer as 23 divisões do aparelho respiratório (nariz, traqueia, brônquios, etc.) e alcançar os alvéolos, que se localizam na parte final dos pulmões e têm a forma de um pequeno saco redondo. É neles que a doença vai desenvolver-se.

Para que a primo-infeção ocorra é necessário que o bacilo de Koch chegue aos alvéolos. Se parar antes de alcançar os pulmões, nada acontece. Sentindo a presença do bacilo nos alvéolos, as células de defesa, ou macrófagos, o abarcam e pedem ajuda para os linfócitos, outro tipo de células de defesa, que erguem uma paliçada em torno daquelas primeiras que exerceram a fagocitose. Isso forma um granuloma, ou seja, um microcarço, que será recoberto de cálcio para enterrar literalmente o bacilo.

Por isso, nas radiografias de tórax, é comum encontrar um nódulo calcificado consequência da primo-infeção por tuberculose. Não tem significado patológico algum e deve ficar onde está para o resto da vida.

A partir dos alvéolos, porém, o bacilo pode invadir a corrente linfática e parar num gânglio, outro órgão de defesa do organismo. Ainda está para ser criada uma vacina contra esta infecção que pode debilitar e matar um bebê de tão tenra idade.

Será conveniente recordar que nessa altura as distâncias eram avassaladoras apesar da pequenez do país. Havia comboios regionais em Portugal e os transportes entre distâncias pequenas eram quase como travessias dos mares alterosos nos infintos oceanos no tempo das Descobertas. Uma viagem entre Trás-os-Montes e o Porto era uma epopeia remanescente da homónima marítima.

... Enquanto os avós paternos iam em dois carros (após o fim da primeira grande guerra) até Paris, com filhos e demais pessoal, como o seu pai nunca se cansou de recordar como a memória mais marcante dos seus tenros anos, eu evocava as idas a Trás-os-Montes, na sua infância, viagens históricas na velha e sinuosa estrada nacional nº 15 do Marão.

Do Porto a Alfândega da Fé era um dia completo, uma tarefa demorada, cansativa e pejada de perigos.

Tempos antes, mais do que um dia tinham, porém, demorado os avós maternos que, ao casarem por volta de 1920, resolveram passar a lua-de-mel em viagem no percurso de Bragança ao Porto em carruagem ou diligência da mala-posta. Era o seu único meio de transporte, à época, sem a pompa dos coches, sem o romantismo das segas e tipoias e sem o misticismo das velhas caravanas ou diligências do oeste bravio nos EUA.

Aqui não havia índios selvagens, mas era terreno fértil para assaltantes e saqueadores, prática que se manteve até ao séc. XX.

Não muito tempo antes, e bem perto do Porto, havia o famoso Zé do Telhado, alcunha de José Teixeira da Silva, nascido em 1818 na aldeia de Castelões, Penafiel, filho de um capitão de ladrões. Foi um famoso salteador e chefe da quadrilha mais famosa do Marão. Executou um grande número de assaltos em todo o norte de Portugal entre 1842 e 1859, ficando conhecido por "roubar aos ricos para dar aos pobres". Em 1845 casou-se com uma prima. Foi aprisionado em 1859 quando tentava fugir para o Brasil. Esteve preso na Cadeia da Relação, onde conheceu Camilo Castelo Branco. Em 1861 foi condenado ao degredo em África. Viveu em Malanje, fez-se negociante de borracha, cera e marfim. Casou-se com uma angolana, Conceição, de quem teve três filhos e morreu de varíola em 1875.

A velha EN 15 ligava Ermesinde, Amarante, Vila Real, Mirandela e Bragança. A denominação EN, Estrada Nacional surgiu após a República. No plano de 1889, a rede incluía as Estradas Reais (nacionais), as Distritais (regionais) e as Municipais (locais). Em 1910 a designação "Estrada Real" foi substituída por "Estrada Nacional".

A Junta Autónoma de Estradas em 1927 propunha a divisão das Estradas Nacionais em duas classes, como aconteceu em 1933. As atuais Estradas Nacionais são as do Plano Rodoviário de 1945 que classificava as Estradas Nacionais em três classes: as de 1ª classe numeradas de 1 a 125, as de 2ª classe de 201 a 270 e as de 3ª classe, de 301 a 398. Os números de 1 a 18 eram reservados aos Itinerários Principais, correspondendo às estradas que ligavam as capitais de distrito entre si e a estradas com origem em Lisboa e Porto.

Na longa e sinuosa EN 15, ou noutras estradas para Trás-os-Montes, o maior tormento da viagem era quando se encontrava um velho autocarro de passageiros, de fabrico bem anterior à 2ª Grande Guerra, servindo de carreira (de passageiros), arrastando-se penosamente, montanha acima, por entre nuvens de fumo do poluente gasóleo. Penava-se atrás dele. Era um inferno. As pessoas a tossirem. Com o calor de verão não se suportavam janelas fechadas. Ultrapassar, só se o condutor fosse simpático e se desviasse ou parasse. A estrada não comportava a modernice das ultrapassagens.

Mas havia paciência nessa época, as pessoas não viviam numa lufa-lufa como atualmente e aceitavam como inevitabilidade do destino o que se lhes deparava, mesmo que fosse seguir na pegada de um velho machimbombo fumegante durante quilómetros a fio ou horas.

Por vezes, entre vilas ou cidades, surgia uma paragem para passageiros, muitas vezes não assinalada e sem o habitual abrigo para as pessoas se resguardarem da inclemência dos elementos. Outras vezes, havia um motorista simpático que deixava sair um habitante local fora do local da paragem e perto da sua área de residência. Essa era, frequentemente, a oportunidade única de se fazer a ultrapassagem a velocidade moderada na estreita rodovia onde mal cabiam dois veículos, lado a lado.

Os carros circulavam então em primeira ou segunda velocidade que essas modernas de cinco e seis velocidades de caixa também não tinham sido inventadas. As estradas tinham poucas retas e essas não eram suficientemente compridas para se adquirir velocidade e ultrapassar, pelo que se continuava a penar atrás da viatura pesada. Nas estradas em terra, o pesadelo era bem pior, pois aos fumos tóxicos acrescentava-se a poeira fina e miúda, penetrante como areia do deserto, que se infiltrava nas narinas e nos poros e obrigava a um banho após a chegada ao destino. Seguir na pegada doutro veículo significava guiar às escuras por entre espessas nuvens de pó.

A esta distância temporal, parecem cenas de um filme mudo, a preto e branco, tão difícil é descrever o que se perdeu na memória.

Imagem sempiterna era a dos cantoneiros, que trabalhavam de sol a sol, levando a mão à aba do chapéu para saudar o atrevido viandante que se afoitava a ir às terras do fim do mundo, especialmente à Eucísia, perdida naqueles montes sobranceiros ao majestoso e fértil Vale da Vilaríça. Vestiam umas soltas fardas cinzentas para que não se visse o pó que os cobria. A eles competiam as pequenas obras de manutenção da estrada, a reparação dos muretes derrubados, a pintura dos troncos das árvores, e o trabalho infinto de apararem as silvas e arbustos que das bermas irrompiam para o leito da estrada. Também lhes pertencia acrescentar umas pazadas de piche quente sobre o asfalto esburacado pela inclemência do clima transmontano. Se bem que, nalguns casos, trabalhassem em grupos, a maioria trabalhava em pares de dois ou solitariamente. Viviam normalmente nas cercanias das suas áreas de trabalho para onde se deslocavam após longas caminhadas. Noutros casos, passavam os meses acantonados nas célebres casas de cantoneiros, bem típicas pela sua construção, e que hoje, infelizmente, estão abandonadas e degradadas por todo o país, sem que alguém tivesse a coragem de as reabilitar e converter para Turismo Rural ou qualquer outro fim.

Os carros na conturbada viagem do Porto a Trás-os-Montes gastavam quase tanto de óleo e água como gasolina. O gasóleo era ainda exclusivo de tratores e autocarros que se debatiam a 10 km/h, serra acima, poluindo e deixando quem vinha atrás acossado por ataques de tosse devido à inalação dos gases.

A gasolina sem chumbo não fora inventada (apenas havia a Normal de 88 octanas e a Super com 91 octanas, hoje já temos – entre outras - 95 e 98 octanas).

Havia poucos postos de abastecimento e era necessário programar os consumos para não se ficar parado sem gasolina. Nessa época, ainda os termómetros tinham mercúrio e faziam as delícias dos mais novos quando se partiam e o mercúrio não se desfazia, rolando numa pequena bola maleável...

Nos anos 1950 e 60, a viagem até Vila Real, era coisa para demorar três horas e meia pela lenta e sinuosa Serra do Marão.

Não era aconselhável fazê-la de noite. Um tio meu andava sempre com uma pistola, no porta-luvas do carro, para os encontros prováveis de primeiro grau que podiam acontecer em plena década de 1960. Nunca se sabiam quando apareceriam os meliantes, uns pobres diabos em busca de uns dinheiros trocados e pouco mais, que a tanto não ajudavam nem a arte nem o engenho.

Eram tempos de miséria no interior de Portugal, o espetro da guerra colonial e a fome eram perspectivas comuns aos que não tinham conseguido pagar aos "passadores" que "a salto" lhes prometiam as Franças e Alemanhas do seu contentamento. Ali seriam tratados como escravos, mas teriam trabalho e pagar-lhe-iam as jornas com que mais tarde iriam construir uns mamarrachos conhecidos como casas de emigrantes que hoje poluem os montes e vales de muitas das aldeias do norte de Portugal.

Na viagem até Trás-os-Montes, ao aproximar-se a árdua e sinuosa subida do Marão, ressoavam sempre as palavras do velho adágio popular "Para cá do Marão mandam os que cá estão".

Nesse tempo, tal como hoje, não se tratava de uma manifestação reivindicativa, nem de uma afirmação independentista, mas apenas da contestação ao abandono a que as suas populações estavam, e estão, votadas. Não eram só a distância e as dificuldades de comunicações, terrestres ou outras, que dificultavam as ligações à cadeira do poder em Lisboa, fosse ele real ou republicano.

Havia um profundo desdém da "corte", desde tempos imemoriais ao séc. XXI, pelos provincianos transmontanos, sempre considerados atávicos e atrasados. Isso explicou durante séculos as más ligações rodoviárias, ferroviárias, telegráficas e telefónicas a essa parcela distante do retângulo português.

Ainda hoje serve para explicar a dilapidação do rico património turístico que eram as suas linhas de caminho-de-ferro, retiradas pela calada da noite, como entre Bragança e Mirandela, ou após extraordinários acidentes, na Linha do Tua, que ninguém sabia explicar, mas que eram excelentes desculpas para desativar uma via em nome da segurança.

O Opel Olympia 1955 do avô fumegava enquanto pachorrentamente subia a Serra do Marão. Quando, por vezes, decidiam desviarem-se para visitar os primos (Pinto de Magalhães<sup>19</sup>) que tinham a velha casa senhorial em Ribalonga, São Mamede de Riba Tua (Carrazeda de Ansiães) no concelho de Alijó, o carro tinha de parar várias vezes na íngreme subida. O mesmo acontecia na abrupta subida de Murça. Tinha de se dessedentar o radiador com água fresca e o motor com óleo.

Os carros tinham grandes dificuldades a subir com as temperaturas elevadas que ali se faziam sentir. Conta-se que se assavam sardinhas nos carris do caminho-de-ferro na estação do Pocinho, um pouco adiante, onde a temperatura à sombra andava sempre pelos 40 °C ou mais no verão...

No longo trajeto dessas viagens (de mais de 200 km) havia inúmeras passagens de caminho-de-ferro. Tratava-se de uma linha de via única para os comboios a vapor que, há sessenta anos, faziam aquele itinerário, ligando o litoral ao interior, ora por entre calor abrasador, ora entre chuva, trovoadas e neves inverniais. Esperava-se uma eternidade, 15 minutos ou mais, até o comboio passar, apitando a todo o vapor, pressuroso e temeroso de quem ousasse atravessar-se na estreita via sulcada à estonteante velocidade de 30 km/h.

Serpenteava a maior parte do tempo à vista da estrada, entremeada de curvas e contracurvas, desbravadas por entre montes cortados à pá e picareta no século XIX. No Brasil foram os escravos quem fez esse trabalho, em Portugal eram homens livres e alguns, poucos, degradados pois estes tinham a irritante tendência para desaparecerem e nunca mais serem vistos.

Essas rodovias, originalmente de macadame (brita e saibro compactados por um rolo ou cilindro), começaram a ser asfaltadas em finais de 1950 e estavam engalanadas ao longo do seu trajeto com árvores (carvalhos, castanheiros, o que calhava) de troncos pintados a branco, como ainda hoje se observa nos Açores. Era uma moda do pós-guerra em nome da segurança rodoviária. Ainda não se tinham inventado os "rails" de proteção e nas estradas

19 Altino Amadeu Pinto de Magalhães (n. a 8 de maio de 1922) é um general do Exército português, presentemente na reforma. Foi nomeado Governador Militar dos Açores, em janeiro de 1975, funções que desempenhou até 29 de agosto de 1976. Nesse período de tensões autonomistas registaram-se graves incidentes que a história registou para memória futura. Acumulou o cargo com o de presidente da Junta Regional dos Açores, de 26 de agosto de 1975 a 29 de agosto de 1976

de montanha havia apenas uns pequenos muretes, de quarenta por vinte centímetros, que era tudo o que protegias as viaturas e que separava o leito da via do abismo, centenas de metros abaixo.

Quando havia um acidente e alguém saía da estrada, tinha de se ter muita fé e esperar que alguém passasse. Tudo dependia da sorte, do dia da semana e da hora a que o acidente ocorresse. O movimento era reduzido, mas podia haver a felicidade de passar um carro de praça, nome dado aos táxis das terras do interior. Ou poderia passar uma camioneta de carreira (algumas só passavam uma vez por semana). Turismo ainda se não fazia naqueles dias e poucos dispunham de viatura particular para se deslocarem, usando os lentos transportes públicos, fossem eles o caminho-de-ferro ou a "carreira" onde eram igualmente transportados alguns víveres e o correio das cidades para o inacessível interior.

Não havia telemóveis nem postos de telefone "SOS" na berma da estrada. Aliás, a via seguia, muitas vezes, o caminho dos velhos postes dos telégrafos que existiam nas cidades e vilas onde começaram a ser colocados na segunda metade do século XIX (entre 1856 e 1878). Ali se implantaram, posteriormente, os telefones a partir de 1882 e até à década de 1960, embora fossem então considerados um luxo apenas ao alcance de uns tantos. A generalização do serviço telefónico nacional e das centrais automáticas, só estaria concluída no final de 1980.

O comboio da Linha do Douro ia do Porto à Régua e ao Tua. Aqui mudava-se para outro comboio da Linha do Tua mais lento ainda ou uma automotora até ao Pocinho. Depois ia-se de carro até à Junqueira, uma estrada sinuosa que ainda hoje mantém o mesmo traçado bonito (mas há uma alternativa ao lado em itinerário IC), mas arrepiante e daqui em diante eram mais uns 20 km em estrada de terra batida para Alfândega da Fé, e seis ou sete quilómetros até à Eucísia que teria uns 800 habitantes nessa época, bem mais do que os 170 ou 180 que lá habitavam em 2005 ou os 40 ou 50 em 2010... Os comboios dessa época eram a vapor, abastecidos a carvão, raramente excedendo os 20-40 km/h pelo que a viagem horrorosa ficou para sempre gravada na memória dos seus pais que a narravam, vezes sem conta, a quem não sabia dessa desventura. Claro está que, além de não ganharem para o susto com o filho único, os meus pais se viram privados das suas almejadas e tão merecidas férias. Talvez tenha sido então que herdei um certo sentimento de culpa por tê-los prejudicado, e que viria a arcar durante largos anos. Tudo o que fiz daí para a frente parecia sempre servir para prejudicar os progenitores.

*Esta linha ferroviária fazia parte dum projeto ambicioso de caminho-de-ferro até Zamora, Espanha, que nunca foi completado. Em setembro 1887 foi inaugurada a Linha do Tua (entre o Tua e a cidade de Mirandela), nove anos depois da apresentação dos projetos para a sua construção. Em dezembro 1906, concluiu-se a extensão da linha até Bragança, num projeto que previa a ligação até Espanha que nunca se veio a concretizar. O seu traçado veio a prever depois uma ligação a Vinhais, sendo depois abandonado, seguindo o vale do Tuela ou o planalto entre o Tuela e o Rabaçal, mas a dureza deste traçado superaria o do próprio Baixo Tua onde a linha acabou por avançar. Em meados de 1940, a Linha do Tua passa da CN - Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro - para a gestão da CP que em 1992 encerra a circulação ferroviária no troço entre Mirandela e Bragança, numa extensão de cerca de 80 quilómetros, para em julho 1995 ser inaugurado o Metro de Mirandela, que possibilita a reabertura da linha entre a cidade e a localidade de Carvalhais. Em abril 1910, o distinto bragançano Abílio Beça, um dos principais promotores da linha, morre trucidado por um comboio. Da estação do Tua (partilhada com a Linha do Douro) à estação de Bragança, a distância total é de 133,8 km. A Linha do Douro avançava vinda do Porto com destino à fronteira com a Espanha, em Barca d'Alva. A Linha do Tua registou em 120 anos de exploração um único acidente mortal.*

*Desde que a construção da Barragem do Tua ganhou o apoio da EDP e do Governo somam-se 4 acidentes, lamentando-se a perda de 4 vidas que ensofram o futuro desta linha paradisíaca. A linha está ameaçada pelos políticos e também pela construção duma nova barragem. Há quem suspeite de sabotagem, mas ninguém o diz. A história da linha conta-se assim: em 22 de junho de 1882 a Câmara de Mirandela apresentou à Câmara dos Pares do Reino a aprovação do projeto de lei para a subvenção de 135 contos de réis, para cobrir a garantia de juro de 5% para a empresa que viesse a construir a Linha do Tua.*

*Em 11 de janeiro de 1883, ano em que a Linha do Douro chegaria à estação do Tua, a Câmara de Mirandela apelou ao Rei D. Luís I para a aprovação da Linha do Tua, ato para o qual veio a contar com o apoio da Associação Comercial do Porto, que pretendia salvaguardar os seus interesses ao dar mais força ao Vale do Douro como via de transporte, em detrimento de vias mais a Sul, como Aveiro a Vilar Formoso. Em 26 de abril de 1883, é lançado em Carta de Lei o concurso para a construção da Linha do Tua, ficando ao Conde da Foz adjudicada a obra; viria a trespassá-la à Companhia Nacional de Caminhos-de-Ferro (CN - cujo símbolo é ainda visível na estação de Bragança), em dezembro desse ano. O grupo que construiu a primeira fase da Linha do Tua (até Mirandela) foi o mesmo que veio a construir a Linha do Dão (Santa Comba Dão - Viseu), primeira via-férrea a chegar a Viseu, antes da Linha do Vouga. Em 26 de maio de 1884 é confirmada a adjudicação da obra à CN, assinando-se o contrato definitivo em 30 de junho do mesmo ano. A 16 de outubro, a Linha do Tua começa a ser construída, a partir de Mirandela, rumo à Foz do Rio Tua. A obra teve nos seus primeiros quilómetros uma tarefa facilitada: inserida num vale aprazível e plano, até chegar ao estreitamento de Abreiro, apenas um túnel foi escavado (Frechas), além de esporádicas trincheiras e pontões, com uma única ponte metálica de pequenas dimensões no Cachão. No entanto, Abreiro tornou-se o prenúncio de uma das obras mais extraordinárias de sempre da engenharia portuguesa. Fruto das dificuldades do terreno, e de uma força de trabalho altamente conflituosa, o engenheiro responsável deixou o seu lugar vago, dando entrada a um dos mais notáveis engenheiros portugueses do século XIX, o engenheiro açoriano Dinis da Mota, que viria também a deixar a sua assinatura na Linha do Dão. Com o pequeno prelúdio de Abreiro ultrapassado pelos primeiros grandes paredões de suporte e a maior ponte metálica até então necessária (destruída e substituída após cheias no Rio Tua no início do século XX), o Vale do Tua volta a dar tréguas, com algumas dificuldades que começam a ser cada vez mais contínuas. A partir da Brunheda, entra-se no Baixo Tua, e começa a fase mais épica da construção da Linha do Tua.*

*Em apenas 10 km, a partir da estação do Tua, foram necessários dois viadutos e uma ponte (Presas, Fragas Más e Paradela), e cinco túneis (Presas, Tralhariz, Fragas Más I e II, e Falcoeira) que totalizam uma distância de 456 metros. Estes, particularmente na zona das Fragas Más - garganta do vale formada por rochedos titânicos, foram conquistados à Natureza com métodos e homens tão temerários como os que ficavam presos por uma corda a uma plataforma elevada nas escarpas, baixados até à plataforma da via, onde acendiam o rastilho da dinamite e eram rapidamente subidos para a plataforma, antes de a encosta vomitar pedaços de rocha na explosão. A 27 de setembro de 1887 a Linha do Tua era inaugurada, com a locomotiva E81 batizada Trás-os-Montes, e conduzida pelo próprio Dinis da Mota. Em Mirandela, a grande estação (a maior estação de via estreita portuguesa) acolhia entre muitas figuras ilustres, El-Rei D. Luís I. A 29 desse mês a linha era aberta à exploração. O troço Carvalhais - Bragança encontra-se encerrado a todo o tráfego ferroviário desde 1992. Esta data está envolta em controvérsia, uma vez que em dezembro de 1991 se encerrou o troço Mirandela - Macedo de Cavaleiros, deixando o troço até Bragança isolado da rede ferroviária nacional.*

*Poucos dias depois, um descarrilamento em Sortes veio ditar o encerramento do troço Macedo de Cavaleiros - Bragança, de forma indeterminada, finalmente confirmada em 1992. A operação de encerramento definitivo do troço Mirandela - Bragança ocorreu durante a noite, sem aviso prévio, e simultaneamente em Bragança e Macedo de Cavaleiros. Foi registada a presença de forças policiais, tanto para evitar ao máximo o registo de imagens, como para afastar a população, que ao saber da operação ocorreu às estações destas localidades.*

Para evitar a possível recuperação desta via, todo o material circulante estacionado nestas foi retirado não por via ferroviária, mas via rodoviária. Foi relatado nessa noite um súbito corte nas telecomunicações. Devido a estes acontecimentos, o evento é recordado como A Noite do Roubo. Parte do trajeto da Linha do Tua encontra-se neste momento ameaçado de submersão pela albufeira prevista para a barragem do Tua. Se for concretizada a construção, será submersa parte da linha, deixando-a isolada da restante rede nacional ferroviária.

Desde o século XVIII que havia a tradição de as famílias transmontanas (como a da sua mãe) irem a banhos para a Póvoa, enquanto a sua avó e o seu pai falavam de férias na Foz, Matosinhos, em Miramar e na Granja, respetivamente, no início do século XX, como era tradição da sua família paterna que nesses tempos tivera casas de praia em Matosinhos e na Foz. Passariam a ir para Espinho a partir de então, tradição essa que a sua mãe manteria já em pleno século XXI com 85 anos de idade, acompanhada pela filha cinquentona e pelo respetivo filho desta. Há tradições que custa a quebrar e outras que custa manter.

Pois bem, tive uma infância e juventude que só mais tarde apreciei na sua plenitude. Recordava-me do meu avô materno e da avó me levarem de férias para Trás-os-Montes pela primeira vez sem os seus pais. Há imagens disso já em 1954. Que liberdade, que frescura, que lufada de vida aquilo não fora. Teria para aí uns 5 anos quando entrara para essa viagem histórica no Opel Olympia preto com a matrícula IB-17-55. (na imagem).

*A gasolina sem chumbo não tinha sido inventada e os termómetros ainda tinham mercúrio! O tabaco ainda não fazia mal e era glamoroso, o cancro era uma palavra quase desconhecida. E como aquele Opel Olympia fumegava a subir aquela estrada! Depois na memória ficavam ainda as curvas rápidas e sinuosas depois do Pópulo e de Alijó, até Carrazeda de Ansiães antes de Vila Flor, descendo à Junqueira e subindo para Alfândega da Fé.*

Os meus tios Nóbrega Pizarro em Vila Real tiveram um VW Carocha bege (OO-14-18) seguido de um cinzento Opel Rekord (cuja matrícula não recordo já), antes de chegarem a um desportivo Talbot (Sunbeam) Rapier Fastback Coupé de 1967 (mais conhecido como Sunbeam Alpine GT nos EUA) e acabaram nos topos de gama da BMW.



1954

Uns anos mais tarde começou-se a poder encurtar caminho vindo pelo Pópulo, mas seguindo para Murça, até Mirandela, passando pela então recém-aberta estrada de montanha na Serra de Bornes (ainda hoje o traçado é o mesmo). Saía-se do Porto de manhã, bem cedo, parava-se em casa dos tios Nóbrega Pizarro em Alijó (ou a partir de 1964 em casa deles em Vila Real, primeiro na Rua Diogo Cão, depois na Rua D. Afonso III) onde os tios viviam (filha mais nova dos meus avós) para almoçar e depois recomeçava-se para chegar ao cair da noite à aldeia. Outras vezes o meu avô decidia fazer um desvio por Sabrosa, Favaios, Alijó, para visitar uns primos em Riba de Ave, S. Mamede de Riba Tua (um deles era esse controverso personagem da luta autonómica dos Açores, o General Altino Pinto de Magalhães), seguindo depois para Carrazeda de Ansiães e Vila Flor. Havia inúmeras passagens de caminho-de-ferro e em cada uma esperava-se aí uns 15 ou 20 minutos que o velho comboio a vapor passasse a apitar em cada passagem de nível. As estradas eram bem estreitas e enfeitadas de árvores com os troncos pintados a branco, como ainda se observa nalgumas estradas dos Açores.

## 58.2. VIMIOSO

### 58.2.1. A CASA DOS CONDES DE VIMIOSO

Vimioso (em mirandês Bumioso) é uma vila portuguesa, pertencente ao Distrito de Bragança, Região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes, com cerca de 1 200 habitantes. É sede de um município com 481,47 km<sup>2</sup> de área e 5 315 habitantes (2001), subdividido em catorze freguesias. O município é limitado a norte pela Espanha (Alcanices), a leste pelo município de Miranda do Douro, a sul por Mogadouro, a oeste por Macedo de Cavaleiros e a noroeste por Bragança.

Em duas aldeias deste concelho, Angueira e Vilar Seco, fala-se o mirandês. Há ainda registo de falantes em Caçarelhos, mas ali já se terá deixado de se usar generalizadamente nos últimos anos. Concelho por entre o qual correm os rios Angueira e Maçãs, Vimioso guarda vestígios de ocupação castreja, nomeadamente o designado Cabeço de Atalaia, sobranceiro à vila.

Vimioso tornou-se sede de concelho em 1515, ganhando autonomia em relação a Miranda do Douro. O concelho possui variados pontos de interesse, sobressaindo o Castelo de Algoso. Em Algoso, o impressionante castelo (século XIII), erguendo-se inexpugnável oferece uma bela panorâmica da paisagem selvagem e rude, com o rio Angueira no fundo. O castelo ocupa uma posição privilegiada sobre um promontório alcantilado, no topo do Cabeço da Penenciada, a uma altitude de 681 metros. É rodeado pelos profundos vales dos rios Angueira e das Maçãs que confluem nas proximidades. Subsiste a torre de menagem, no interior da qual são visíveis três registos de ocupação, sendo os dois primeiros de uso para habitação e o último de defesa.

Argozelo, freguesia do concelho, guarda alguns castros importantes e em Caçarelhos pode ser apreciado um belo cruzeiro.

Intimamente ligado à imagem de Vimioso está o tão apreciado lagostim de água doce. Mas o concelho apresenta outros pontos de interesse: as pontes romanas sobre os rios Sabor, Angueira e Maçãs, o magnífico Cruzeiro de Caçarelhos do séc. XVIII ou as formidáveis grutas de Santo Adrião, com o seu tesouro em mármore e alabastro de inegável beleza. Vimioso é de muito remota origem, sendo já nomeado nas Inquirições de 1258, ordenadas por D. Afonso III. No entanto, recebeu foral e foi constituído Concelho apenas em 1516, por mercê do rei D. Manuel I. Nesta região remota e agreste, Vimioso foi um ponto de defesa fronteiriça nos primórdios da nação portuguesa. Na vila, quase nada resta do castelo, mas vale a pena admirar a fachada típica da Igreja Matriz (concluída em 1570), com duas torres e um teto magnífico no interior; o Pelourinho e as casas brasonadas. A Igreja Matriz românica tem uma torre com sinos e relógio, e há um interessante pelourinho em frente da Câmara Municipal; as ruínas do Solar dos Marqueses de Távora e as restantes casas de quartzo e granito, com portas e janelas estreitas, também atraem a atenção do visitante. Trabalhos em cobre, tecelagem, cestaria e mármore exprimem a habilidade dos artesãos locais. Quanto a gastronomia, a culinária robusta parece compensar a paisagem desabrida: vitela, alheiras, presunto e os saborosos lagostins do Angueira. A Igreja Matriz de Vimioso é um importante templo maneirista, edificado no século XVII, durante o período filipino. A economia de Vimioso baseia-se na agricultura e pecuária que têm diminuído drasticamente a sua atividade. Até aos anos sessenta, antes do surto de emigração da sua população, Vimioso era um concelho rico em produtos agrícolas como o vinho, o azeite, o trigo, o centeio, a batata, etc. A pecuária era uma atividade extraordinária. A existência de boas pastagens e boas terras para forragens proporcionava a criação em grande escala, de gado bovino, ovino e caprino. A carne dos bovinos de raça mirandesa foi sempre muito apreciada por ser de boa qualidade. Constituíam também uma boa fonte de rendimento a cultura da vinha, da oliveira dos cereais e da batata em algumas zonas do concelho com características específicas de terras fundas e boa água. Relativamente ao relevo não há, no concelho, serras ou elevações dignas de realce.

Pode considerar-se que o concelho de Vimioso faz parte da continuação do Planalto Mirandês. Os rios que atravessam o concelho, Sabor, Maçãs e Angueira, tiveram alguma importância na subsistência da população, pois a quantidade e qualidade de peixe neles existente era digna de realce. Nas suas margens havia inúmeros moinhos onde se moía o trigo e centeio que constituíam a base da alimentação da população. Uma outra característica interessante e digna de mencionar diz respeito ao sotaque e pronúncia da população natural de algumas freguesias, designadamente Argozelo, Carção e Santulhão, e em especial Campo de Vitoras e Vimioso.

As aldeias que confinam com o concelho de Miranda do Douro são já influenciadas pelo sotaque do dialeto do Planalto mirandês.

O Natal, o Carnaval, a Páscoa e a festa do Verão, são dias especiais que não dispensam a presença da maioria dos filhos da terra espalhados pelo país e até pelo estrangeiro.

Na noite de Carnaval não faltam as filhós, as rabanadas, o bacalhau com hortaliça e batata.

Na Páscoa, o folar e os doces caseiros fazem a delícia de todos os transmontanos.

"No Entrudo come-se tudo" e por isso nesse dia a carne de porco, o fumeiro, etc. fazem parte da ementa carnavalesca.

Nas festas de Verão o menu é diferente e a posta mirandesa é o prato preferido. Em todas as freguesias do concelho se faz ainda a matança do porco. Há ainda muitos criadores de porcos que não dispensam a qualidade do porco caseiro alimentado à base de produtos naturais. Mas a maioria da população já não tem condições para criar estes animais e por isso recorre à compra de porcos criados em pocilgas. Destes, uma grande quantidade é importada de Espanha porque o seu preço é mais baixo.

O fumeiro fabricado em todo o concelho é de grande qualidade. As alheiras ou tabafeias são excelentes, a chouriça, o salpicão, o butelo, o azedo, o chaviano, são especialidades muito apreciadas. A maioria da população tem mais de cinquenta anos. Não se alterando a tendência de envelhecimento destas comunidades, dentro de poucos anos pode assistir-se a uma desertificação acelerada.

Há também uma grande percentagem de pessoas quase analfabetas, e muito ligadas a métodos e processos antigos. Duma maneira geral a população de Vimioso vive bem, não se verificando situações de pobreza extrema, talvez porque as pessoas se habituaram a uma vida com bastantes limitações.

Como diria Miguel Torga, "Vê-se primeiro um mar de pedras...oceano megalítico..." no Reino Maravilhoso, com nove meses de inverno e três de inferno. O mar de pedras irá emprestar-lhe o olhar, para conhecer as ondas deste Reino de Trás-os-Montes, certamente ninguém lhe ficará indiferente. Ali fui apenas uma vez, por volta dos sete anos, a casa do meu avô materno que viria posteriormente a redescobrir em expedições de férias na Europa em 1980, 1995 e a partir de 2002 quando vivera em Bragança. Essa casa de Vimioso foi habitada pela família da minha bisavó Maria Moraes, desde tempos incertos sendo interrompida quando o meu avô a vendeu por volta de 1960. A minha mãe voltou a vê-la pela primeira vez desde que saíra de Trás-os-Montes, 64 anos mais tarde, em 2003, quando insisti para lá a levar em romagem de saudade. Os que lá habitavam nesse ano de 2003, eram caseiros do meu avô e a filha do caseiro ainda se lembrava dele. Embora atualmente sujeita a várias alterações no seu interior e a subdivisões várias, a fachada, maltratada, ainda é imponente embora não se saiba ao certo a data da sua construção.





Um primo do meu avô (Alberto Lopes, de Carção) o pai dele e o meu bisavô eram primos direitos) contar-me-ia em Bragança, já no século XXI, que o meu bisavô materno de apelido Alves, de Vimioso, tinha resolvido tirar umas férias de funcionário das Finanças. Fora de vapor com o pai desse primo (médico da Marinha Mercante) até ao Brasil descobrir as belezas da Terra Maravilhosa. Deve ter gostado do que viu, tão diferente da sua pequena vila natal. Demorou tanto a regressar que quase ia ficando sem o emprego.

Quando voltou, a bisavó de JC, Maria Moraes de sua graça, resolveu ostracizá-lo depois de saber o que ele andara por lá a fazer. Ele limitara-se a repetir a saga de milhares de portugueses que deram novos mundos ao mundo, e assim foram perpetuando a raça e consanguinidade portuguesa nas quatro paradas do globo. Fizera o que tantos, antes dele, já haviam feito durante séculos ao miscigenarem-se e dar novos cristãos ao mundo.

A bisavó Moraes ostracizou-o, limitando-se a servir-lhe o almoço e o jantar. Evitara qualquer outro contacto com ele, pois segundo ela entendia, estas eram as obrigações legais e necessárias de uma mulher casada pela Santa Madre Igreja. Desgostoso, o bisavô Alves não encontrou melhor solução do que voltar-se para a companhia mais benevolente dos copos que o haveriam de acompanhar até à morte. Fora um covarde, em vez de se meter a caminho e regressar ao Brasil, acabara amortilhado naquela vivência sem jeito nem amor mantendo uma aparência de casamento e cumprindo as suas rotinas de funcionário das Finanças.

Isto foi-me contado, por esse primo da minha mãe já então com mais de oitenta anos. Tinha acabado de descobrir mais um elo de ligação da minha vida à dos meus antepassados, ainda que fosse pouco abonatório.

Essa bisavó Maria Moraes, da qual guardo poucas recordações, embora tivesse vivido até aos 91 anos (teria eu 14-15 anos), era uma pessoa de aparência azeda e de poucas palavras, muito ensimesmada, a quem nunca vira um sorriso por baixo do seu viçoso buço. Poucas teriam sido as palavras que trocara com ela. Talvez tivesse razões de sobra dos maus-tratos da sua nora (a minha avó materna) para ser assim, mas depois do infortúnio do marido que lhe saíra em rifa teria ainda como prémio, a paga de ser maltratada pela nora. Convenhamos que não deve ter tido uma vida fácil.

Outra imagem que guardo daquelas andanças transmontanas, e ficou comigo para sempre, é dos cantoneiros sempre a levarem a mão à aba do chapéu para cumprimentar qualquer viandante que se atrevia a ir para as terras do fim do mundo.

Porque é que insisto sistematicamente em regressar a essas origens que afinal nem são minhas?

Porque assumo uma ascendência transmontana quando apenas lá passei umas horas, dias, semanas, meses na juventude?

Porque pareço esquecer toda a matriz regional geográfica, onde estudei e vivi a infância e juventude e adotei como minha a terra da mãe e avós maternos?

### 58.2.2. DO RATO DE CABRERA E OUTROS EM VIAS DE EXTINÇÃO

O lince-ibérico, o lobo-marinho, o abutre-preto, a truta-marisca e a lampreia-do-rio são algumas espécies nacionais que estão gravemente ameaçadas - o cenário é de pré-extinção. São mais de 40% das espécies de animais vertebrados existentes no País que enfrentam algum grau de ameaça, sendo os peixes o grupo que corre mais "perigo", segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal de 2006. Nele se incluem espécies de peixes (de água doce e migradores), anfíbios, répteis, aves e mamíferos indicando para cada uma o seu nível de ameaça e avaliando os graus de risco de extinção. Foram desenvolvidas fichas descritivas com informação sobre as populações animais, causas de ameaça e medidas de conservação. As espécies, de acordo com a informação disponível, foram divididas em diversos grupos, de criticamente em perigo, ou seja, quase extintas, a uma situação pouco preocupante. A avaliação, que abrangeu 512 espécies selvagens de vertebrados no Continente, Açores e Madeira, apurou que 42% das espécies estudadas estão ameaçadas ou quase, de extinção - como o coelho bravo, o rato de cabreira ou o tordo-músico; 46% não estão em estado de alarme (categoria pouco preocupante), como o rato preto e o golfinho comum. Em relação aos restantes 12%, a informação é insuficiente para uma avaliação. A equipa de 180 especialistas foi coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza. Foram editados três Livros Vermelhos em Portugal, e o último datava de 1993.

O assunto de hoje é mais comezinho e mundano: a EN-128, entre Miranda do Douro e Bragança, é demasiado longa e está excessivamente estragada, há décadas sem melhorias. Poucos sabem onde fica. Nem saberão apontar em que parte do mapa está. Precisa de uma alternativa, benfeita e que poupe quilómetros. Há anos que se estudam traçados, mas a coisa emperra sempre. Um dia, porque havia uma colónia de morcegos protegidos. Mais recentemente, ao quilómetro não sei quantos, apareceu o rato de Cabrera. Para avançar, a empresa Estradas de Portugal precisa de estudos. Segundo o presidente da autarquia local dizia, em 2005, o rato "irá atrasar o novo traçado lá para "nunca antes de 2011."

A este respeito não resisto a transcrever um texto em mirandês de 21/12/2007 da autoria de José Antonio Esteves, do Lar de S. José em Brunhoso (quem não perceber mirandês, paciência, mas é curiosa a abordagem do tema escrito)

*Ihambrou-me daquilha que mos cuontou tiu Alfredo Cameiron. La de l camboio, que you gostei muito. Tamien me bieno a la eideia la de l ratico de Tie Ana Paixareira. Ua eideia lheiba a outra i lhambrou-me la stória que bus bou a cuntar. Pus aí bai, çpuis me direis se tengo ó nó rezon. Yera tamien un ratico, ó melhor dito, un raton, puis trata-se dun rato grande, tan grande i tan baliente, que até fizo parar ua strada. Trata-se de l Rato Cabreira! Nun sei se bós l cunheceis... tamien nun amporta... you tamien nun l cunheço. El alhá stá, bien zbulhado, naide l bei mas l cundanido nun deixa passar la strada que tanta falta mos fai.*

*Dezie-me anton: - El nun se podie mudar un pouco mais abaixo ó mais arriba? - Claro que podie. Assi you podisse mudar la mie casa i yá la tenie mudado pra Palaçuolo. Carai de rato que teimoso que el ye. Bou mas ye a quedar porqui, l concho de l rato yá me stá a tirar de l sério. Bós que me dezis, armamos-lhe ua rateira a ber se assi mos deixa an paç? Nun sei que bos diga, cumo stan las cousas nun se puode dezir nada, nun seia que l rato me mande prander. Ye solo ua cuenta i mal atropada, mas nun me saliu melhor. You bien bos dixi que nun tenie jeito pra cuntar nin pra fazer nada. Çculpai alhá l chochico, nun me buolbo a meter noutra. Pronto yá deixo l Cabreira cun sue bida, yá me sal puls uolhos. Porqui me quedo mas bolberei. El ye teimoso mas you tamien.*

Conhecedor da região e já lá tendo passado vezes sem conta, esclareço que se trata duma região abandonada por Deus e pelos homens. A existência de rodovias apropriadas permitiria, por exemplo, que as pessoas de Miranda do Douro, incluindo as ambulâncias de socorro médico, não fossem a Espanha apanhar a via rápida para Bragança. Permitiria que as empresas que ali existem (ou viessem a existir) tivessem vias de escoamento dos seus produtos para Portugal e Espanha. Bruto, mas não violento, obviamente propugno a nova estrada e já! Tanto protecionismo esquece uma espécie em vias

de extinção: o homem (e mulher) do Nordeste Transmontano. Estas notícias parecem saídas dum almanaque do 1º de abril. Não são. Isto parece raiar o ridículo.

*Lembro uma cena similar, daquela vez em que assisti em Nova Gales do Sul à suspensão das obras de ampliação de uma estrada nacional (The Pacific Highway - 790 km de estrada circundante da Austrália entre Sydney e Brisbane...) para se construir um viaduto para a passagem de uma colónia de formigas em vias de extinção. Ignora-se totalmente, e nada encontro a esse respeito, que permita clarificar se depois disto houve um estudo para se analisar como destruir a praga das formigas que infestavam a região...*

Afirmei-me sempre moderadamente a favor da continuação da espécie humana no planeta, apesar de em mais de 250 mil anos o Homo Sapiens só ter construído uma coisa duradoura: a infalível dupla da guerra e da destruição. Entre si mesma e com outras espécies. Entendo que deviam ser preservadas, sempre que possível, as outras espécies que partilham esta superfície planetária. Tal deveria ser feito numa estranha harmonia em que os interesses de uns não atropelassem os doutros e vice-versa.

*Imagino já como próximos alvos, a campanha a favor do não-abate da vaca e doutros animais indispensáveis para a alimentação dos humanos, sabendo que o ridículo pode levar a este ponto, mais depressa do que se pensa.*

*Já há expedições a favor da preservação do bacalhau, das baleias, dos golfinhos. Mais dia, menos dia, chega a campanha da preservação da couve-galega, do tomate e da cebola.*

*Os fanáticos irão propugnar pela alimentação artificial do ser humano, claro está, sempre a recorrer a transgénicos e outros alimentos manipulados. Essa cega preservação das espécies (e estão a extinguir-se a uma velocidade galopante) pode conduzir à extinção da raça humana tal como a conhecemos. Foi pena não ter vindo a tempo de salvar o lince da Serra da Malcata ou a águia-real do Gerês.*

*Nesta ilha sou diariamente confrontado com a necessidade de eliminar do meu convívio - dentro de casa - animais que podem estar em vias de extinção. Há a mega melga (inofensiva, mas assustadora com o seu tamanho gigantesco), baratas, formigas de várias raças terrestres e extraterrestres, aranhas de todos os tamanhos e feitios, o ocasional grilo ou sardão, a ubíqua bicha-cadela, centopeias ou milípedes, caracóis no quintal e outros vermes.*

*Como devo proceder para poder viver confortavelmente, sem ser molestado por essas pestes (em vias de extinção ou não)?*

*Extermino-os ou deixo-os livremente fruir o mesmo espaço que habita? Terei de construir vias de circulação, separadas para esses animais, ou coexistir com eles?*

*Claro que a minha casa não tem a importância duma estrada no desconhecido ou esquecido nordeste transmontano. De qualquer forma não encontro nenhum manual da sobrevivência humana e do equilíbrio ecológico que me indique, mas a sério sem extremismos e fanatismos ideológicos, algumas dicas politicamente corretas sobre a forma de proceder nestes casos. Já assisti aqui, por mais de uma vez, a um ritual da matança do porco, um ato barbárico que desde criança me repugna. Deverei denunciá-lo e propugnar o seu fim, dado que no restante território nacional está proibido fazê-lo, a menos que seja num matadouro municipal, ou deverei recordar apenas que a carne de porco estava saborosa?*

*Estou profundamente dividido entre os meus gostos, que até há pouco nem ilegais eram, e a noção de que devo proceder corretamente em relação às angústias dos que pretendem salvar o mundo.*

*Além do mais, debato-me com novos problemas de consciência. Há dias, pela primeira vez, as formigas invadiram a mesa-de-cabeceira. Lá, onde guardo uns "lollies" (doces cobertos a açúcar, ótimos para dar trabalho aos médicos e dentistas) que gosto de trincar antes de adormecer. Não tive solução senão exterminá-las violentamente.*

Senti-me, por alguns momentos, um verdadeiro genocida, capaz de ser levado ao Supremo Tribunal Internacional da Haia. Não sabia, porém, de que raça ou subespécie eram as formigas. Nem se estavam em vias de extinção. Como eram às centenas afoguei-as a todas na pia da cozinha.

Será que, à semelhança da Igreja Católica, poderei ir a um confessorário ecologista, confessar este ato hediondo da minha parte, este crime contra animais? Terei possibilidade de absolvição? ou passarei o resto dos meus dias a penar este crime sórdido?

Esta é a questão que me apoquento agora.

### 58.3. EUCÍSIA (ALFÂNDEGA DA FÉ)

Em 2006, a Eucísia era, assim, caracterizada pelo seu edil como ainda tendo agricultura, construção civil e pecuária. Esta era a aldeia de nascença da sua avó materna e da sua mãe, cognominada "a terra das feiticeiras". Desconheço onde descortinou, no rol dos seus habitantes, pessoas para tais mesteres. A média de idades dos poucos habitantes é septuagenária.

*"A beleza das paisagens e a água em abundância são as principais riquezas da terra, que viu partir a juventude para terras longínquas. Aqui não há emprego. A única fonte de rendimentos é a agricultura, o que levou os jovens a emigrar", lamenta José Carlos Pimentel, Presidente da Junta de Freguesia. A festa e romaria de S. Sebastião celebram-se no primeiro domingo de setembro. Os oragos são S. Paio e Santa Justa e Como património existe o Santuário neolítico de Revides, a fonte da Gricha e o forno dos mouros.*

*Na gastronomia enchidos e queijo de ovelha churra. O artesanato limita-se a Rendas e Bordados. Apenas uma coletividade existia, em 2006, o Grupo Desportivo e Cultural da Eucísia.*

*Lia-se no Diário de Trás-os-Montes (2009):*

*[A] Eucísia, no concelho de Alfândega da Fé, é conhecida pelas lendas das feiticeiras e pelo património histórico e arqueológico. Pelas ruas da aldeia pessoas, na maioria idosas, recordam os tempos em que os jogos de roda e o convívio preenchiam os dias. Os tempos de antigamente permanecem gravados na memória, tal como as lendas que associam a localidade a "terra de feiticeiras". "Ouvi contar a lenda das feiticeiras aos antigos. Diziam que veio para cá um padre que se embebedou, e, no dia seguinte, acordou na loja de um cavalo. Então espalhou que foram as bruxas que o levaram para lá", explicou Adélia Monteiro, de 67 anos. A partir daí, quem passava temia o poder das feiticeiras e alguns até traziam trovisco para as afugentar. "Contava-se que passou por aqui um homem a cavalo num burro que trazia um ramo de trovisco. As mulheres sentiram-se ofendidas e juntaram-se todas para bater ao forasteiro", recorda Maria Alice, outra habitante (pouco mais velha do que eu) antiga vizinha bem conhecida da minha família. O tempo passa devagar num local de sossego e calma transmitida pela natureza imutável há séculos*

Mas a verdadeira **Lenda das Feiticeiras** é esta:

*Reza a lenda que quando esta freguesia integrava o arcebispado de Braga era, amiúde, visitada por um padre do Minho. O sacerdote vinha incumbido da função de visitar a Igreja e verificar se tudo corria bem pela paróquia. O abade era também pessoa de boa mesa e boa pinga, fazendo jus a uma característica que, durante muitos anos, esteve associada a estas figuras. Certa noite, depois de um jantar muito bem comido e ainda melhor bebido na casa onde, habitualmente ficava hospedado em Eucísia, o padre foi-se deitar. A meio da noite e para fazer face às necessidades fisiológicas sentidas dirigiu-se às cavalariças. No entanto, embalado pelo sono ou pela bebida, aí se deixou ficar até de manhãzinha, altura em que deram com ele a dormir neste local.*

*Em tom de desculpa disse não se recordar como tinha ido ali parar e atribuiu tal feito às Feiticeiras. Foi assim que a Eucísia ficou conhecida como terra das feiticeiras. Desde então quem passava pela localidade temia o poder destas feiticeiras e até havia quem trouxesse trovisco para as afastar.*

*Era eu ainda um infante quando pensava (ninguém me explicara o oposto) que as feiticeiras fossem a avó e as tias-avós. Não sabia porquê, nem o conseguia explicar nos atos delas, mas imaginava que se aquela aldeia era das feiticeiras, elas o poderiam ser, mesmo sem me causarem calafrios ou medo a mim e a outras crianças. Podia acontecer que só fizessem feitiços aos que não pertenciam à família ou aos que não pertencessem à aldeia que nada mais era do que um destino sem saída, um mero desvio de 1,5 km em terra, na estrada de macadame que ligava Alfândega da Fé à Junqueira. Uma parte inicial da Rua Direita (as casas mais importantes estavam aí) tinha o piso em calçada, todo o resto lá para riba rumo à capela de São Sebastião, era em terra poeirenta ou lamacenta. À exceção do miradouro da Capela de S. Sebastião, no cimo do monte mais alto, no termo da aldeia, com exuberante vista para o Vale, não se ia a lado nenhum. Acabava ali. Tal-qualmente uma ilha perdida. Princípio e fim de muitas vidas sem porta de saída para outras paragens. Muitos foram os que dali jamais abalaram, mas uma vez saídos poucos eram os que regressavam. Uma verdadeira ilha esquecida no nordeste transmontano. Como tantas outras, ia a caminho da sua total desertificação em finais de 2005. Milhentas vezes visitei a Capela de S. Sebastião, nos anos 1960, nessa época sempre de portas abertas. Ia-se lá com o único intuito de observar o glorioso pôr-do-sol sobre o Vale da Vilariça. Sentava-me nos degraus à espera que o sol baixasse. Ainda não havia máquinas digitais, mas eu tinha um velho "caixote" Kodak com o qual tirava fotos que, infelizmente, não chegaram até hoje. Guardei no subconsciente as imagens que tento descrever com palavras. A pequena capela em honra do santo era igual a tantas que por aí há, dedicadas a um qualquer outro santo, no cimo dum qualquer monte. Hoje já quase não há gente na aldeia e a Capela está sempre fechada, mas há estradas asfaltadas ligando a Eucísia ao lugar vizinho de Santa Justa e a Vilarelhos, por onde não viajam as gentes das terras pois as não há, mas por elas circulam turistas de ocasião de visita a esses jardins zoológicos em que as aldeias quase desertas se tornaram... Dantes, era apenas aquele insignificante desvio poeirento, quase*



FOTO DA EUCÍSIA VISTA DA QUINTA DE MAGALHÃES.\*\* 20

EUCÍSIA EM 1982 E EM 2016 CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO



VISTA PARA O VALE DA VILARIÇA



IGREJA DA EUCÍSIA

ão citar



EM 1982, E À DIREITA COM AS SUAS 6 PORTAS A CASA DOS MEUS BISAVÓS, ESTANDO A PRIMEIRA PARTE DESCARACTERIZADA E "MODERNIZADA" DESDE A DÉCADA DE 1970, VISTA DA FIGUEIRA, JÁ SECA, NAS TRASEIRAS EM 2010.



O CLAVICÓRDIO QUE EXISTE LÁ EM CASA.

Na Eucísia, o povo dedicou a Matriz aos seus padroeiros, S. Paio e Santa Justa. É um templo modesto, com quatro altares e humilde fachada que hoje está a escassos metros duma habitação de "franceses" (emigrados nos anos 1960) logo ao início da Rua Direita. A Igreja, logo na entrada do povoado, fica na descida, num adro triangular onde confluem as duas principais vias da aldeia, curiosamente localizada de costas para a estrada e voltada para a povoação, se bem que escondida desta.

Teria sido melhor orientar a fachada para qualquer um dos outros três lados, sem que as habitações à sua volta se sobrepusessem à sua fachada e quase a abafassem totalmente, mas atualmente não faz grande diferença pois já não há fiéis nem padres para ali oficiarem, apenas a feiura duma casa de emigrantes com ferros forjados a colorir a sombra do alçado da Igreja.

Na Eucísia há um inestimável património: o santuário rupestre onde foram encontradas e decifradas duas lajes de grandes dimensões, as "pedras escritas" da quinta de Ridevides, conhecida como Revides, no extremo da freguesia, a duzentos metros da Ribeira da Vilariça e a 300 m da aldeia de Santa Justa.

O que são as Pedras Escritas? Um conjunto de gravuras rupestres proto-históricas sobre um bloco de xisto rente ao solo, com uma superfície quase lisa, orientado a sudoeste. As gravuras consistem em triângulos, formas em escada, cruciformes, quadrados, retângulos e ferraduras. O afloramento principal tem um motivo central de tipo idóliciforme. Também Alfândega da Fé está pejada de restos neolíticos, castros, e fortificações medievais quase todas destruídas ou em ruínas. Hoje, só se ouve falar destas terras para vituperar a construção da barragem do Baixo Sabor.

A casa dos meus avós está também abandonada e arruinada, como tantas outras, sucumbindo à inexorável e reivindicativa voragem do tempo.

A natureza readquire tudo que o homem constrói. Não houvera um pastor Manuel Cordovão, como no livro [de Daniel de Sá] "O Pastor das Casas Mortas", para cuidar daquela e doutras casas. Iam ficando desabitadas, os donos ausentes ou mortos sem que alguém fosse lá acender a lareira da sua história, da família que ali tinha vivido e sonhado.

Ali, albergavam-se memórias de meninice que nenhuma autobiografia publicitaria. Além, habitavam esconsos sonhos e pensamentos que nunca chegariam a ser escritos numa folha de papel.

Era o refúgio secreto da infância que a idade e a maturidade não revelavam nunca nem às almas gémeas. Havia toda uma mitologia lendária de contarellos, de pequenos episódios e de grandes celebrações pascais, que a recordação desvanecera e atenuara, mas, conquanto esmaecida, ainda havia fragmentos de imagens, sons e cheiros a preservar.

Do brasão original com as armas da família Madureira Magalhães e do armário, antiquíssimo de séculos, onde estava embutido, nada restava além da imagem que uma máquina fotográfica, a preto e branco, registara na década de 1960.

Esse aparador e outras peças ancestrais foram sucessivamente vendidos ou trocados por candeeiros de plástico e quejandos modernismos. Um aparador (armário) daqueles, valia uns quinhentos mil réis (500\$00 escudos = € 2.50 euros) que era em 1965 o valor dum novo lampião de plástico com três velas elétricas para pendurar nos altos tetos de talha, trabalhados e pintados à mão.

Na época, na família quase ninguém valorizava antiguidades. Os que as poderiam apreciar não viviam lá, afastados destas e outras transações mundanas labutando no bulício impiedoso das cidades onde trabalhavam.

Muitos foram os antiquários da época que enriqueceram fazendo uma verdadeira razia pelo interior do país em busca de peças valiosas.

Em casa apenas uma única peça antiga sobreviveu e data de 1794. É um clavicórdio, com algumas teclas ainda em bom estado, a maioria das cordas intacta, mas a necessitar de uma reparação profunda e dispendiosa. Ninguém se preocupa ou se dá ao trabalho de o preservar. Eu fizera várias tentativas para o tirar de lá, mas nunca conseguira arranjar transporte seguro para tão delicado aparelho. Era a única coisa de valor que restava na casa.

No séc. XV, os primeiros clavicórdios tinham 20-22 cordas de latão, a vibrar num sistema simples e original, mas pouco eficaz. Na ponta da tecla havia uma pequena lâmina metálica (chamada tangente), montada em posição vertical. O movimento da tecla fazia a tangente encostar à corda que era então mais "agitada" do que vibrada. Entre o séc. XV e XVIII o clavicórdio passou por vários estádios experimentais numa interessante evolução. As teclas aumentaram para 50, agrupadas sobre 5 pestanas, tal como no KE chinês, um instrumento de corda beliscada.

Foi em 1725 que o germânico Daniel Faber fabricou um clavicórdio com uma corda para cada tecla e uma fita de feltro entrelaçada na parte não vibrante das cordas para evitar vibrações desnecessárias e desagradáveis.

No início do séc. XVIII o clavicórdio reúne já quatro características do piano moderno: Tampo harmónico independente, cordas de metal, a agitação da corda por percussão e finalmente os abafadores para interromper a vibração das cordas quando se larga a tecla. Apesar do seu volume de som ser muito fraco, o clavicórdio produzia delicados gradientes de toque, permitindo executar crescendos e diminuendos como até então não tinha sido possível. João Sebastião e Emanuel Bach escrevem para este instrumento, tirando partido das possibilidades de vibrato que o mecanismo proporciona.

Tem-se deteriorado progressivamente. Eu não sou um herdeiro direto, a minha mãe é. O clavicórdio está abandonado e condenado a apodrecer.

Quem sabe quais os seus avoengos que o terão tocado, e para quê?

Teria sido usado em declarações apaixonadas de amor ou em estudos religiosos que a isso também eram afeitos?

Teria servido para alguma cerimónia mais formal na Igreja que ali ao lado foi construída no século XIX?

Teria servido para entreter os convivas que vindos de longe visitavam aquela imponente casa de gente culta e dada à música?

Da coleção de instrumentos, em tempos, existente naquela casa, sobraram apenas os do bisavô que um primo seu em Ponta Delgada ora guardava ciosamente.

Não sobrevivera o bandolim de oito cordas, pertença do meu avô de Vimioso que recordo vagamente ter sido tocado nas férias, a contragosto da minha avó materna que não ia muito em assuntos de música, fosse ela qual fosse.

Dos meus tios e tias-avós não lhes sabia dons musicais pelo que se presume terem perdido a vocação do bisavô.

Lá havia centenas de livros, que outro primo começara a roubar nos idos de 1950 e a cuja rapina nada escapou. Alguns, segundo o meu pai afirmara, eram bem antigos e valiosos. Devem ter sido vendidos ao ferro-velho, aos antiquários, alfarrabistas ou meramente serviram de pasto ao lume que ardia ininterruptamente na cozinha nova. Também podem ter servido, em tempos idos, para acompanhar os longos serões de inverno.

Quem sabe até se a leitura não era entremeadada pela execução no clavicórdio, de trechos de Bach, Mozart ou Chopin que eram mais "levezinhos" e talvez fossem mais do agrado dos seus antepassados.

Nada disto se sabe nem se saberá. Nem a sua mãe guarda memórias de tais eventos na meninice ali passada, antes de ir para Bragança estudar.

É curioso haver tantas perguntas e ninguém sobrevivo para lhe dar resposta. Pena não as ter questionado enquanto podia, mas então os seus interesses eram outros e não estava inclinado a recriar mentalmente os hábitos e costumes dos seus antepassados e quando se interessou por isso estava a mais de 18 mil quilómetros de distância.

Restava especular qual o uso intenso, a avaliar pelo estado do teclado, que o clavicórdio terá tido em mais de duzentos anos de existência.

Como terá chegado até ali? Transbordado de cavalo em cavalo ou passado de carruagem em carruagem, desde a remota Alemanha até aquele recôndito lugar nessa ilha perdida do nordeste transmontano.

Como terá sido encomendado? Terá alguém ido, propositadamente, ao fabricante buscar tão valioso instrumento?

Porquê um clavicórdio que até é mais típico das mãos femininas do que o seu parente mais comum, o piano?

Podem adiantar-se vários cenários alternativos, pode até ter sido ganho num qualquer jogo de azar ou de cartas a algum nobre das vizinhanças.

Ou seria o cumprimento de uma promessa à mulher ou a uma filha como forma de a dotar de mais um predicado para o competitivo mercado matrimonial em meios tão restritos como aquele?

Quem teria sido a sua tia-bisavó ou trisavó, que teria recebido aquele presente divinal para enlear com as suas mãos mágicas os sons capazes de fazer qualquer homem de bem render-se a seus pés?

Por outro lado, não poderia ser uma oferta ou retribuição de um clérigo à importante família local por benesses concedidas à Santa Madre Igreja?

Seria daí que nascera a história de um seu trisavô ter sido cónego?

Seria mais fácil explicar a proveniência do clavicórdio numa qualquer ligação à Igreja. Estas e outras questões nunca teriam resposta, morreram juntamente com quem as poderia responder.

**(final feliz: em setembro 2015, após algumas tribulações de transporte e guarida de quase cinco anos, foi oferecido por doação, e o instrumento passou a figurar no Museu da Graciosa onde terá uma velhice mais protegida)**

Naquela família, como em muitas outras, as pessoas eram sempre tão ciosas dos seus segredos que nunca revelavam senão a pontinha do véu, mantendo toda a história da família envolta em mil e um mistérios, mentiras, inverdades e semiverdades na obrigação secular de manter a fachada respeitável de Cristãos Novos ou judeus renegados que sempre foram e nunca admitiram.

Sempre ouvira o meu pai dizê-lo, mas a minha mãe só o admitira depois de passar os oitenta anos. Havia orações secretas e costumes judaicos passados de pais para filhos, durante séculos, que se foram perdendo sem jamais serem revelados.

O medo da Santa Inquisição (1536-1821) mantinha-se quase duzentos anos após a sua extinção.

Tal como o clavicórdio também a casa está degradada. Parte do teto da cozinha velha, nas traseiras, ruiu. Cedeu às inclemências do tempo, do primitivismo da construção, e ao abandono forçado dos seus donos decíduos. Revoltou-se o teto contra a ausência da sua função protetora da família que já não é nem está. Há muito que pedia obras, mas a minha avó nunca estava disposta a gastar mais do que o estritamente necessário e, mesmo assim, sempre a reclamar com o meu avô que tentava manter a casa em bom estado. Tivera o meu avô (falecido em 1974) de contentar-se em mandar colocar remendos e soluções improvisadas para evitar a ira antidespesista da avó.

Desde que fora construída, a habitação familiar da Eucísia nunca fora uma casa rica. Os meus avós maternos lá passavam seis meses e a outra metade do ano na casa no Porto. Nunca fizeram as obras que deviam. A minha avó resmungava sempre que não valia a pena enterarem mais dinheiro ali, as obras foram sempre remendos e a casa, sem nunca perder a sua qualidade original, aguentou-se mal depois de ficar desabitada após a morte da minha avó em 1989.

Se, a seu devido tempo, aquela casa tivesse sofrido as obras indispensáveis de que carecia nunca teria chegado tão rapidamente a este estado decadente. Um cunhado meu, cedo morto, bem quisera transformá-la em Turismo Rural, numa época em que essa palavra ainda não entrara no vocabulário quotidiano português. Já, mais acima, a Quinta de família alberga agora uma unidade de turismo rural explorada por uma prima minha.

A minha tia-avó que foi a última a viver sempre ali, até à morte, uma das últimas daquele ramo familiar, faleceu em 1994 pouco antes de eu regressar ao torrão natal. Desde então o enorme casarão familiar, com as suas cinco portas de entrada, uma por cada segmento da casa, fora vítima de um lento e doloroso processo de partilhas que demorou mais de dez anos a terminar. A herança deixou-a mais dividida e degradada que dantes. Ninguém lá habita nem quer habitar.

Era eu um dos únicos a viver no distrito, entre 2002 e 2005. Eterno sonhador, acalentei a romântica esperança de ter dinheiro para a resgatar, antes que desabasse. Queria restaurar a casa e equipá-la com os confortos modernos de que nunca dispôs. Infelizmente esses amores e as recordações juvenis não chegaram para concretizar tal desiderato.

Os vidros da frontaria estão partidos há anos e a cal esmaecida deixa antever o reboco de paredes grossas, com quase um metro de espessura. As portas apresentam fissuras dada a idade avançada da madeira sem ver a cor da tinta ou verniz que as pudesse conservar. Uma certa atmosfera de casa repudiada desde o falecimento da minha última tia-avó em 1994.

Na aldeia nunca houve muitos pastores e o das Casa Mortas (obra de Daniel de Sá) estava na Beira Alta sem poder cuidar desta casa. Os que podem não querem e os que querem não podem financeiramente reabilitar a velha mansão. Ficará perdida nos seus escombros sem nada a assinalar a sua existência a não ser estas palavras em sua homenagem. A herança não está resolvida. Não se pode vender, nem há a eventualidade remota de alguém a querer comprar.

A aldeia aguarda a morte dos mais idosos para ficar como tantas outras, pelo país fora, abandonadas, cheias de histórias por contar. Um monte de casas em diferentes estádios de degradação lentamente regressando à posse da mãe natureza. As janelas defenestradas já demonstravam a ruína do grande casarão. As palomas haviam metamorfoseado a casa de banho em pombal. Ali onde fora o meu quarto de dormir durante anos. Lentamente, a arquitetura animal que os aracnídeos e roedores prontamente edificam, assenhoreava-se dos recantos ainda prenhes de mistérios e de sigilos.

O telhado da cozinha velha, talvez caísse de vez. As traves desafiavam as leis da gravidade.

Era vital que aquele escaninho da memória e das memórias fosse resguardado do camartelo e da violação por olhares estranhos. Como se as pedras pudessem falar ou revelar segredos insuspeitos. Como se se perdesse a virgindade dos sonhos. Talvez se desbaratassem os últimos idílios. Sem eles qual o valor da vida humana? O espírito desses tempos áureos nada mais era do que uma miragem na falsidade da memória humana. Apagara-se o riso de crianças e adultos. As reprimendas, invetivas e outras admoestações haviam sido silenciadas. O gargalhar feliz e despreocupado das crianças urbanas, sempre assarapantadas com as suas descobertas rurais, tinha-se ido com o vento. Não era mais que um murmúrio, um sussurro, por entre as frestas da madeira avelhentada e carunchosa.

Quem se recordaria dos meus temores noturnos ao atravessar o velho casarão às escuras, por entre tremelicantes sombras que a vela de estearina projetava nos altos tetos?

Onde pairava o som das cigarras e o silêncio das longas noites sem televisão nem rádio, nem luz elétrica, apenas entrecortado por conversas longas, recordações de outras eras e jogos de salão?

Quem mais recordaria os foguetes das romarias e Festas anuais, a procissão pascal e sua parafernália de colchas adamascadas nos janelucos, donde se atiravam os verdes para a rua atapetando o percurso que o senhor padre iria percorrer?

De noite, a vela ou castiçal, com que eu percorria os vastos aposentos da casa, que o meu bisavô construira em meados do século XIX, recortava ilusórias sombras nos tetos trabalhados de madeira rica e bem altos.

O medo era a resposta juvenil para as sombras cheias de mistérios por descobrir. Desenhavam-se figuras fantasmagóricas saídas dum qualquer livro de terror, daqueles que nunca se aventurava a ler pois ficava logo com pele de galinha. Até os cabelos se punham literalmente em pé. Havia uma tapeçaria africana com leões que particularmente o aterrorizava no meio dessas sombras. Não podia dar parte de fraco, nem dizer que tinha medo. Ia a rezar pelos longos corredores. A fingir que via figuras agradáveis e não aqueles monstros a contorcem-se sobre a minha pequena sombra. Uma vez tentara ir mais depressa, mas as sombras galopavam, à minha frente, ainda mais ameaçadoras. Outras vezes, andando devagarosamente quase consegui iludi-las. Mas estavam lá todas, conspirando para me esperarem desprevenido. De dia nunca as encontrara.

Na cozinha havia sempre uma lamparina com o pavio embebido em azeite. Era a principal fonte de iluminação. Uma invenção do tempo dos romanos que ali perdurava. O candeeiro a Petromax era caro e raramente usado, a menos que houvesse visitas importantes.

Ao lume, um enorme caldeirão negro sempre pronto. O fogo só se apagava pela noitinha pois servia para o pequeno-almoço, almoço, merenda ou lanche, jantar e ceia. A água guardava-se em cântaros de barro. Os de latão viriam muito mais tarde.

Nas traseiras da casa havia uma enorme ânfora, de metro e meio de altura que armazenava tudo. Até azeitonas. Ficava mesmo por baixo da lendaria figueira – favorita da minha mãe – cuja data se perdia na memória dos vivos de então, e que sempre fizera as delícias da minha mãe. Fora aquela ânfora centenária ostensivamente roubada por uma das primas ricas na sua voragem de tudo arrebanhar.

Em férias não havia burros nem burras suficientes para transportar a água necessária. Era preciso acarretá-la em grandes quantidades para depois aquecer ao lume. Tomavam banhos diários, um hábito deveras estranho para as pessoas da aldeia, que, raramente, o faziam. Para os de imersão usava-se uma larga tina cinzenta, de latão, feita pelo ferreiro lá do sítio, e depois pintada de esmalte branco, onde se podia tomar banho de semicúpio. Tudo feito com tempo e paciência que isto de pressas era só para os da cidade. Na aldeia tudo tinha uma velocidade diferente.

Só voltaria a encontrar essa mesma vertigem quando me mudei para os Açores. Também no arquipélago o tempo era mais lento, como se tivesse parado na década de 1950 ou 60 e se recusasse a aceitar a inabalável voragem do progresso.

A água potável vinha da fonte da Gricha que ainda hoje dá água para o lavadouro público. Por cima, perdura a mais romântica, pequena, mas carismática fonte da Grichinha.

Hoje está modernizada com tosca escadaria cortada na rocha a poucos metros dum lampião elétrico que ali implantaram, acabando com as memórias dos namoros furtivos seculares ali ocorridos. Uma dúzia de degraus de xisto levavam agora os poucos turistas que ali se aventuravam até essa fonte de mil tradições, em plena aldeia das feiteiras com umas meras dezenas de habitantes.

Insisto em falar nestas andanças por tempos de juventude, porque recordo os bailaricos pirosos no salão de Bombeiros e as festas típicas e as procissões na Eucísia. Terá a ver com a anamnese do ritual da missa em que as cadeiras e genuflexórios dos homens da família se situavam em lugar mais elevado, em pleno altar, e os genuflexórios das mulheres da família, mais abaixo, mas à frente dos lugares do povo?

As missas eram prolongadas e chatas seguindo o velho ritual em latim mesmo quando no resto do país as missas já eram parcialmente em Português. Nessas ocasiões a igreja era pequena para tanta gente e – mais tarde, na década de 1960 – surgiram altifalantes, cá fora, em volta da igreja, para os que não cabiam na igreja poderem acompanhar as rezas.

Hoje já não há pessoas, nem fiéis, nem altifalantes, nem padre que só ocasionalmente aparece para uma missa mensal ou missa de defuntos nalguns meses do ano, ou nem isso. Os sacerdotes já não se deslocam às paróquias a pé ou de burro. Apesar da facilidade e modernice do automóvel, parece que dispõem de menos vontade para se moverem. Até os clérigos se aburguesaram e acomodaram, como a restante sociedade. Dantes, chovesse, nevasse, fizesse sol escaldante ou frio, nunca faltavam a uma celebração dominical, era essa a sua sagrada missão. Agora andam demasiado ocupados em tarefas menos importantes que a salvação das almas.

Depois dos padres, até as bruxas e feiteiras se foram. Nem almas há para arrebatam. A emigração para França, Luxemburgo e Suíça (década de 1960) desertificou-a. O progresso civilizacional de migração costeira atraindo jovens para as cidades acabou o trabalho. Perderam-se mais de 700 pessoas em cerca de 40 anos. Hoje, a média das idades supera os 70 anos. Pouca gente, ou já mesmo ninguém, se recorda de mim e já não há vizinhos. A terra os levou a todos para o cemitério da aldeia ou outro qualquer.

Quem podia esquecer aquelas pirosas (na época ainda não havia “música pimba”) danças no salão dos Bombeiros alfandeguenses ou as Festas típicas em honra do santo da aldeia, onde eu aprendera um povo que desconhecia. Na pequena e ora despovoada aldeia da sua avó materna encontrara rituais senhoriais da família Gama, a do célebre engenheiro Camilo Mendonça, onde se ia prestar vassalagem quando ali se chegava para férias.

Não posso precisar quantas vezes estive na Eucísia (talvez todos os anos entre os 5 e os 17), mas lembro, em particular uma Páscoa, talvez as das imagens abaixo em 1959, quando se juntaram todos os tios, primos e primas, do clã Magalhães, desde Alfândega da Fé ao Azinhoso, Mogadouro, ao Sendim da Ribeira, ao Porto e a Vila Real quando a A enorme sala de jantar velha (que fora o quarto do meu bisavô) era pequena para tanta gente. Estava a abarrotar e até se conseguira encher a mesa comprida de doze lugares na sala de jantar nova na parte da casa dos meus avós. Havia duas cozinhas a funcionarem. As enormes salas de jantar cheias de gente. Essa será sempre a única Páscoa da sua vida que consegue evocar. A família toda junta, coisa importante e hoje raramente vista.



A VARANDA DA QUINTA EM 1982 E



NA PÁSCOA 1959

Essa é aliás a única Páscoa da minha vida que consigo recordar bem, apesar de ser ainda muito jovem. Todas as outras celebrações pascais se perderam na voracidade do anonimato e da rotina. Ou então condensei todas essas Páscoas numa só.

Aquela perdurou, assim como a comunhão solene de uma primita no Azinhoso, na Páscoa de 1962, onde também estiveram todos, quase enchendo todos os quartos e camas disponíveis nesse outro enorme casarão. No dia seguinte a refeição foi na pequena casa da Quinta cuja varanda era pequena para tanta gente como se pode ver na foto.

A apanha das cerejas era de maio a junho e nessa nunca pudera tomar parte em virtude do calendário escolar. Apenas me lembrava de comer cerejas da nossa produção local, e deliciar-me com o extraordinário doce de ginjas que dali saía pela mão da minha tia-avó Ema, a mais nova. Ela mesma se encarregava de as despachar para correrem meio mundo

para me encontrar em Timor e em Macau. Uma iguaria da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores. À Austrália não podiam, porém, chegar, pelas severas limitações à entrada de quaisquer alimentos naquele continente.

A Eucísia foi também berço de muitas criadas ou de servir à mesa (ou empregadas domésticas como hoje se tem de dizer para se ser politicamente correto) em casa dos meus avós ou na nossa, com nomes exóticos tais como Delmira e Delmina.



A DELMIRA 1957

EM 1982 A CASA AINDA TINHA ALGUMA DIGNIDADE (À DIREITA)

Que lá na terrinha já havia uma América e uma Argentina que ainda eram nossas parentes. Vinham tomar conta da minha irmã ou servir à mesa em casa dos meus avós. Eram jovens, muitas vezes acabadas de fazer a 3ª classe de instrução primária, tímidas, encavacadas pelo bulício citadino, que se sentiam sempre como um peixe fora de água e que mal podiam, asinha regressavam à terra natal. Nem uma só quis ficar no Porto, essa cidade das pontes com mil luzes e atrações. Por volta dos quinze ou dezasseis anos regressavam para ajudarem a família e buscarem noivo.

Creio que li, entre muitos outros livros, toda a coleção de 78 livros de Júlio Verne (em versão de 1886) nessas férias, na varanda de casa com vista para o vale da Vilarça. Apesar da velha *orthographia* oitocentista, nunca dei conta de que essas leituras embotassem os meus dotes de escrevinhador e – por isso – ainda hoje me custa a entender os opositores do Acordo Ortográfico de 1990, devem ser muito retardados.

Na Eucísia, podia, às escondidas, namoriscar as moçoilas da aldeia, repetir paixonetas mais típicas de uma obra de Camilo, Eça ou Júlio Diniz do que de meados do século XX. Podia até sentir-me personagem de um qualquer desses livros deles, imaginar que as cenas que lia podiam muito bem terem acontecido ali. Ler e reviver as leituras. Achava piada ao modo de falar delas, às histórias simples do quotidiano rural de que elas falavam. Nunca esqueci alguns cognomes de alguns dos mais jovens: havia o "Pincha Púcaros" sempre a saltar de poça em poça e um outro que era muito alto a quem chamávamos o "Gambias".

Havia ainda o beijo atrevido a uma prima em pleno jardim de Alfândega da Fé quando tinha uns 15 anos, que tantas memórias me deixara, bem como os ressentimentos. Foi um beijo, um pouco furtivo, mas espontâneo e acalorado, à prima Lili (Julieta Fabião) em pleno jardim. Um beijo para guardar na memória de férias, mas que me causara enormes ressentimentos como bom cristão pecador que ainda era. Logo me apressei a confessar ao sacerdote. Escapara apenas com umas Ave-maria e Padres-nossos e acabara por esquecer esse ósculo. Há mais de quarenta anos que não vejo nem sei dessa prima.

Corri pelos trigais, rebolando nos fenos empilhados, sentando-me no chão à noite a admirar as mil e uma estrelas desconhecidas que só existiam em livros e cujos nomes lera sem jamais as ter observado. Para além do silêncio pungente dessas noites, ouvia bem cedo em cada manhã, a chiadeira dos carros de bois.

*Ouço como se fosse hoje essa chiadeira dos carros de bois que ainda mantenho viva no meu subconsciente auditivo. Não era tanto na Eucísia, mas no Azinhoso, Mogadouro, onde eu era mesmo capaz de distinguir a quem pertenciam os bois pelo chiar das carroças atulhadas de feno que ali passavam. Mantinha vivo no meu subconsciente, esse lancinante grito dos eixos mal oleados que se escutava muito para além da sua passagem enquanto se afastavam na sua rotina de itinerários agrícolas entre os campos e as lojas. Sobretudo no Azinhoso em que acordava bem cedo com esse som perene na estreita rua que saía para norte da Igreja e acompanhava a casa da tia-avó. Essa chiadeira ecoava lentamente nas pedras da calçada, por entre as casas, e dava-me conta de que a aldeia fervilhava de vida e esperava por mim para as descobertas infandas de toda essa natureza, os meus passeios a pé, por montes e vales ou montado num burro ou numa mula na revelação dos mil e um mistérios que as aldeias sempre encerram para quem cresceu no bulício citadino.*

Mas a verdade é que estas férias eram o epítome da liberdade ou antes, a libertação do da educação rígida do resto do ano, apanágio da alforria do jugo paterno. Era a liberdade de poder andar no campo, brincar e jogar à bola com outros jovens lá da aldeia, correr pelos trigais, sentar-me no chão à noite a admirar as mil e uma estrelas desconhecidas que só vira em livros.

Os jovens com quem mais brincava na Eucísia, por serem da minha idade e estarem em férias (porque os outros andavam na lavoura), tornaram-se nos primeiros licenciados da aldeia fora do clã da família Camilo de Mendonça ou da família Magalhães, na década de 1970. Tratava-se do Lionel (hoje engenheiro) e o irmão Viriato (hoje médico) a quem os da aldeia chamavam Russo por seu loiro.

Vim a saber, ao chegar aos Açores, que ainda éramos parentes, facto que me foi ocultado na altura, por causa de casamentos de nível social diferente que a família não aceitava, por não ser um matrimónio interpares. Coisas que se não contavam: casamentos fora do esteio familiar ou com castas diferentes, não eram então tolerados ou perdoados. Daí resultava tratarem esses parentes como estranhos. Haveriam de surgir muitos mais na família, com a liberalização dos costumes na década de 1970 e 1980, mas já sem esse opróbrio.

Após a longa viagem que temos vindo a recriar por estradas que ainda hoje perduram vigiando de longe as novas rodovias e vias rápidas, chegava-se à Eucísia com uma sede imensa que só podia saciar-se ao beber a fresca água da Grichinha, fonte milagreira em plena terra das feiticeiras. Ninguém podia jamais esquecer a imagem bucólica do Vale da Vilarça (antes da construção da barragem nos anos 70 ou 80) quando da varanda de casa me deleitava com ela enquanto devorava os livros de Júlio Verne e outras leituras de férias. Vira rostos e tradições do tempo dos Cristãos Novos, ainda hoje envergonhados da sua herança marrana.

Assisti com pesar, numa tarde bem quente em 2004, ao dismantelar dos velhos e senhoriais móveis da sala de jantar dos avós. Evoquei um leilão de escravos, sem saber porquê. Eram cobiçados por primas da grande cidade. Comparei aquilo a um ataque da marabunta sobre tudo o que aparentasse ser velho ou ter algum valor. Ali estava eu, impotente, sem os

poder comprar para, seguidamente, os libertar. Eram ambicionados pela prima do Azinhoso e suas milionárias filhas, da grande cidade, cujo único fito na vida é amealhar e comprar. Reproduzir dinheiro como quem multiplica coelhos.

Foi doloroso voltar a percorrer aqueles salões, os quartos pequenos nos baixos, ao lado das lojas do rés-do-chão, a enorme sala de jantar com vista para o Vale da Vilariça, o salão onde dormi pela última vez em 1988 (ou seria 1990 ou 1992?) agora que a casa estava esventrada de móveis. Os olhos humedeceram ao visitar os baixos onde dormi, em criança, nas férias da Páscoa quando os primos e os tios também lá iam. As lojas, no andar térreo, onde dantes se acumulava o azeite e seu vasilhame estavam limpas e vazias, já ninguém matava o porco, ninguém colhia o azeite. Já não havia colchas nem lençóis de linho para a procissão pascal, depois dos dias de silêncio e de dieta forçada.

*Nesses dias ninguém comia carne pois era um pecado que os levava a todos para a autoestrada do inferno. Felizmente Bento XVI acabaria por decretar em 2008 que o Inferno não existe. Ufa, que alívio. Era a vingança de tantos temores infantis sempre ilustrados por imagens do catecismo que graficamente lhe haviam implantado por volta dos sete anos e que ainda hoje o arrepiavam, mesmo sem crer. Tanto remorso inútil, tanto arrependimento desnecessário por que passara, tanto sentimento de culpa supérfluo.*

Por entre as grossas paredes revivi memórias agradáveis de tempos e de gentes que já não voltam mais, admirei-me com os finos tabiques que separavam os dois quartos na casa dos avós. Regressei temporariamente a um passado alegre e sem preocupações. Senti saudades. Sei bem o significado da palavra como já não o experimentava desde que cheguei a Timor, trinta e cinco anos antes. São as saudades que mantêm os sonhos vivos, dissera-me a outra avó paterna, um dia.

Há sessenta anos, ainda existia a vergonha de se dizer que se descendia dum abade, cónego ou padre, tão comum a tantas famílias da região. Uma mescla de respeito, medo e veneração ao Cristianismo, que se impusera primeiro aos mouros da rica Alfandagh, para depois ser temporariamente mesclado com judeus que fizeram desta uma zona bem rica, antes de sofrerem os efeitos da conversão forçada e a clandestinidade, quando não a morte, o exílio ou a Santa Inquisição.

Hoje, séculos depois do êxodo judaico, a região está mais pobre do que nunca, sem a riqueza assinalável que a história descrevia no tempo de romanos e de mouros. Perdiam-se também as histórias de princesas e mouros encantadas, sem avós que as contassem pois já não há netos ou netas nas terras abandonadas.

*Depois de falar em clero, nobreza e fidalguias não podia eu, ironicamente, deixar de evocar a retrete ali existente em tempos da sua infância e juventude. Era um buraco circular, aberto, em tábuas de madeira, que descarregava para uma fossa séptica no andar térreo, mesmo por baixo da varanda das traseiras, com vista para o Vale da Vilariça. Não era preciso autoclismo apenas uns tantos jornais ou o luxo urbano do papel higiénico.*

*A "nova" casa de banho (ora transformada em pombal desde que a janela empenada se recusou a fechar e deixou entrar as pombas) foi construída no quarto que eu ocupava quando ia para lá. Data do final da década de 1960. Nessa época ainda não havia água canalizada. Só mais tarde chegou o gás butano em botijas para aquecer o precioso líquido. A burra ia, dezenas de vezes ao dia, com os cântaros à fonte buscar água para beberem e para se lavarem. Em casa, nem nos terrenos anexos que desciam a encosta, não havia fonte artesiana ou outra. As águas municipais só haveriam de chegar décadas depois, já, ia alta a revolução dos cravos.*

Na aldeia, toda uma miríade de insetos e outros pequenos animais, lentamente se empossava da enorme propriedade. Os animais pressentiam, ou antes sabiam, que vivalma ali entrava agora que eu emigrara para as ilhas... Fora eu com os meus sonhos e deambulações peripatéticas que ao longo de três anos mantivera o espírito da casa sempre vivo, contra o silêncio e ausência dos restantes proprietários.

Tal como gerações de vários nativos da aldeia em tempos idos, também eu me fui nesse vórtice impiedoso que a vida de cada qual impele para onde existe trabalho. Acalentara a utopia de recuperar o velho casarão, de lhe fazer obras, modernizando o interior e os confortos, sem perder a traça original e a sua simples fachada oitocentista onde sobressaíam janelucos pouco maiores que seteiras. Depressa me apercebi que, mau grado a idade, jamais deixara de ser um sonhador.

A dura realidade trazia-me sempre de volta à mesquinha contabilidade dos números e cifrões. Ao voltar a terra firme essa mesma realidade trazia-me de volta à mesquinha contabilidade dos números e dos cifrões. Aprendi que custava menos construir uma casa nova, de raiz, do que recuperar aquela. Para nenhuma hipótese tinha financiamento capaz. Depressa me dei conta de continuar poeta. Além disso, havia o problema das partilhas que se arrastam por décadas. Todos querem acrescentar uns míseros tostões aos vinténs que já têm. No caso vertente, nem isso, apenas havia uma parte interessada. A outra apenas se manifestara contra a venda sem apresentar alternativas. Na sofreguidão de tudo querer, seria responsável pelo abandono e incuria a que a não-venda votara a casa.

Entrementes, a existência tem de ser envelhecida onde existe trabalho e não onde as memórias e o respeito pelos antigos mandam. Sem querer, sem quase o pressentir o destino viera e ditara-me novo rumo. Dum dia para o outro deixei os sonhos de parte. Nunca os devia ter retirado do baú das memórias de infância, deviam lá ter permanecido para sempre. Muitos deles foram perpétuos acompanhantes pelas quatro partidas do mundo (Timor, Macau e Austrália). Foi assim, que um dia tive de partir, de novo, no vórtice impiedoso que a vida impele. Embarquei dessa ilhoa transmontana onde vivemos de 2002 a 2005, para arribar no meio do Oceano Atlântico, num arquipélago da antiga Atlântida, mais conhecido pela sua história de fogo e outras calamidades, meros montes cataclísmicos flutuando à deriva entre a Europa e a América. Deixei para trás os vestígios de roedores e suas marcas fecais onde outrora pousaram mãos de crianças. Tantas ali nasceram e quase todas morreram já, sendo a minha mãe uma das últimas dessa geração. Há toda uma miríade de insetos e pequenos animais, que, lentamente, se empossam da habitação. Os bichos pressentem, ou antes sabem, que vivalma ali entra agora que eu partia... Fora eu com o meu profundo amor àquela terra e à memória dos seus avoengos quem manteve o espírito da casa sempre vivo, com os meus sonhos e deambulações peripatéticas por projetos de reabilitação imobiliária. Ideias que nunca saíam do papel para não chegariam sequer a ser transpostas. Contra o silêncio e ausência dos proprietários e verdadeiros herdeiros. A casa dos meus sonhos fora fantasiada pelos meus bisavós e seus descendentes, toda a prole se fora sem deixar rasto e idêntico fim estava reservado ao vetusto casarão. Não adianta sonhar. Dificilmente a casa aguentará muitos mais invernos. Acabará por tombar como os seus donos anteriores. Cairá para o lado, para dentro ou para fora. Desabará como um baralho de cartas, assim sem aviso ou alerta. Não o saberei logo que hoje estas notícias demoram a chegar de aldeias desabitadas. Se cair para a rua terão de levar as máquinas e escavadoras para retirar todos os pedaços dos meus sonhos, perdidos e escaqueirados em mil pedaços.

*Tudo por causa de um primo direito meu, co-herdeiro juntamente com a minha mãe, que por entender que o casarão valia mais, não a vendera quando havia outro primo interessado. Assim se desvaneceu a hipótese de ser restaurada e permanecer na família. Depois de ela ruir não faltará muito para acontecer o mesmo ao resto da aldeia.*

Ficará abandonada enquanto as ervas e demais vegetação medrarão nos escombros tal como aconteceu ao majestoso templo de Borobodur em Java (Indonésia) desaparecido na selva durante 500 anos até ser (re)descoberto em 1814... (ver [crónica 10.3](#)). A escola primária, onde eu tanto gostaria de ter andado, foi encerrada há muito. Serviu, depois, para albergar a Casa do Povo e a Junta de Freguesia. No toural, nem animais nem gente. As crianças já não riem, não galhofam, nem brincam no meio da rua. Há muito que ali não vivem, nem mesmo se veem as que vinham de férias das Franças e Araganças, da Suíça, Luxemburgo e Alemanha, até essas deixaram de vir. O trânsito retornou ao fluxo dos anos quarenta

ou cinquenta. Apenas um ou outro carro se digna acordar a aldeia da sua pacatez. Um dos locais mais ativos da aldeia é o cemitério onde os poucos vivos ainda continuam a ir mudar as flores na campa e a dizer algumas preces, não deixando que as ervas daninhas se apoderem das tumbas dos antepassados. Até um dia em que mais ninguém ali vá derramar uma lágrima ou uma súplica "in memoriam". Mais acima, na Rua Direita que por acaso bem torta é, mantém-se ativa e relativamente bem conservada na aparência, a velha casa solarenga dos Gama ainda ocasionalmente ocupada pela presença de uma descendente octogenária. Os Gama e Mendonça eram aqueles a quem na infância eu tinha de ir prestar vassalagem. Nunca o esqueci e mencionei-o sempre que pude desde que apresentei o Cancioneiro Transmontano em 2005. Eram Morgados de Vilarelhos, antigos donos do Cachão, obra inacabada e majestosa, que o 25 de abril matou juntamente com o sonho de tornar a região rica e agricolamente independente. Fora criada pelo Eng.º Camilo de Mendonça, um visionário.

Construções novas houve, após um breve surto de regresso de emigrantes. Mas isso fora nos anos 80, na sequência da febre do 25 de abril, quando todos sonhavam com a riqueza infinda que a revolução dos cravos ia trazer às cooperativas agrícolas. Nem revolução, nem cooperativa nem regressos de emigrantes salvou aquelas terras condenadas pela falta de visão estrutural dos líderes políticos, esses pequenos reizinhos do oportunismo democrático que vivem monarquicamente almofadados no conforto fascista de Lisboa. Vive-se a era da ditadura democrática cujo fim único é dilapidar o país e as suas instituições a troco de uns cobres que Judas aceitaria.

A Quinta da família (vulgo "A Quinta") criada no tempo do meu bisavô, ainda ocupa todo o monte à entrada da aldeia, à esquerda de quem desce. É tão grande como a aldeia toda. Toda a enorme área da Quinta está na posse da família há gerações, mas foi-se subdividindo numa dúzia de parcelas, com as mortes e heranças até ao fim do século XX, embora agora esteja dividida – creio eu que apenas por dois primos -, ocupa toda a encosta do lado sul da aldeia, descendo até aos lameiros.



A QUINTA



A CASA DOS TIOS NA QUINTA AGORA EM VERSÃO TURISMO RURAL, 2015



(SILOS)



QUINTA 1982

Recordo sempre o esticão que era ir a pé e subir as escarpas íngremes no caminho para a "Quinta" com o seu portão de pedra brasonada. Outra recordação dos quentes verões ali passados, na década de 1960, era ir tomar banho nos tanques de rega dentro da quinta, fazer piqueniques com a prima Beatriz Licínia e amigas, ir a pé até ao cimo da aldeia para ver a deslumbrante paisagem e, em especial o inesquecível pôr-do-sol da capela de S. Sebastião sobre os montes vizinhos e o vale da Vilariça.

A Quinta ainda tem agricultura e produz alguma coisa para a prima Beatriz Licínia que a herdou e lá vive. Disseram-me em 2015 que essa prima, junto com o filho e nora, converteram a pequena casa de habitação, e dois silos implantados mais acima, numa unidade de Turismo Rural, acrescentando uma piscina no local donde antes todos se banhavam nos tanques de rega. (ver <https://www.bedandbreakfast.eu/bed-and-breakfast/eucizia/bela-vista-silo-housing/1433272/>)

A outra metade da Quinta, pertence a um primo setuagenário (o Manel das Árábias, irmão dos que vivem em Ponta Delgada) que já não tem tempo nem disposição para cuidar dela. Era ele quem iria comprar todas as casas do grande casarão do bisavô, na Eucísia, e reconstruir. Ficou-se pelas duas ao lado da parte dos meus avós e já nem a nossa parte quis, agora que os dinheiros amealhados nas plataformas de petróleo se foram, gastos pela mulher e filhos...

Já não há por aqueles lados quem ande à jeira. Mesmo com dinheiro vivo para pagar não há quem trate dos campos. Aqui, nem romenos nem moldavos se aventuram, pois deve ser demasiado parecido com os seus países de origem. Talvez valesse a pena investir em iraquianos ou afegãos para manterem estas terras produtivas. Os frutos morrem de pé nas árvores que os produzem. Esta região, fértil desde o tempo pré-romano, sempre viveu dos campos, mas ora está a esvaír-se de gente e de agricultura. Sem escolas, sem sangue novo, sem crianças, sem casais novos que se queiram fixar. Para quê, pergunta-se? Resta esperar que os poucos sobreviventes se vão de vez, para ficar mais deserta.

João Nigel, o meu filho mais novo por lá andou, em visitas várias, na busca incessante de pequenas recordações que pudessem acompanhar-me no desfiar das memórias que ora trago à estampa. Fartara-se de beber água da Grichinha para ser feiticeiro. Perguntava sempre quantas vezes tinha de beber até se tornar num mago. Troçava do primo da mesma idade, o Pispis, que raramente lá ia e por isso jamais se iria tornar num bruxo da Eucísia, terra de feiticeiras. Acreditava piamente que quanto mais água da Grichinha bebesse, mais hipóteses teria de se transformar num.

Histórias antigas que talvez venha a guardar como o eu que, sistematicamente, insistia em regressar a origens que nem são geograficamente minhas. Porque assumo a ascendência transmontana se apenas lá ia em férias na juventude? Porque esqueço toda a matriz regional geográfica do local onde estudei e vivi a juventude? Porque adotei como minha, em idade madura, a terra da minha mãe e avós maternos? Há aqui, decerto um problema de identidade conflituosa que se esgrime



e cuja solução foi encontrada nesta identificação tardia com a minha meninice. Seria isto a que a minha mulher se referia? Jocosamente comentara, que o meu problema existencial era saber qual venceria o duelo, eu ou o meu alter ego.

Recordarei sempre esse hábito (medieval?) de colocarem as colchas adamascadas pendentes das ventanas. Essas janelas, pequenas como seteiras, a que chamávamos “janelucos” eram demasiado exíguas para dois adultos verem os andores. Dispunham de pequenos assentos, um de cada lado, onde a minha avó e as tias (raras vezes) se sentavam a ver quem passava, tricotando ou crochitando. Desses “janelucos” também as criadas pressurosas deitavam os “verdes” para a rua (folhas frescas apanhadas nas imediações, eram só verdes e não desenhos elaborados de verdes e flores como aqui nos Açores) aquando da passagem de toda e qualquer procissão, mas especialmente a pascal.

Havia sempre o momento alto das celebrações, que era esperada cerimónia do benzer da casa, o padre, o sacristão e seus acólitos subiam os 13 degraus e no hall de entrada lá estavam a provar mais um cálice do melhor vinho do Porto de casa, diante da família toda reunida para receber as bênçãos que os iriam manter santificados nos próximos doze meses. Consigo sorrir ao imaginar como não estaria já “animado” o padre ao chegar à nossa casa, que ficava no começo da aldeia já junto à Igreja. Ou então ele parava lá no início da procissão antes de percorrer o resto da aldeia? creio que seria isto e devia chegar à igreja bem “animado” pois quase todas as casas teriam, se não Vinho Porto, um produto de confeção local para lhe dar a provar. Todas essas benzas, bendições e benções não chegaram para salvar a família das leis inexoráveis da morte, assim como não bastaram para salvar a casa, mas serviam, então, para manter viva a fé dos crentes que ali habitavam e delas necessitavam.

Além dos arraiais e Festas dos santos populares, merecia especial relevo nas minhas memórias transmontanas, a apanha e o descasque da amêndoa. Era feita numa arrecadação, ao cimo da estrada privada que dava para a “Quinta” e junto à casa desta. A amêndoa era espalhada no chão em serapilheiras. Os jovens ajudavam. Os mais velhos e os assalariados trabalhavam no duro noite adentro. Havia cantigas. Contavam-se histórias de antanho, verdadeira tradição oral popular que preservava a história de todo um povo. Naquela época vivia-se em pleno museu, todos brincavam aos agricultores e comungavam as dádivas da natureza. Ninguém sabe apreciar o que tem até que seja demasiado tarde. As pessoas que vivem no Paraíso não o sabem e desdenham dele em busca de coisas diferentes. São sempre os forasteiros que têm de lhes dizer como é bela a terra onde vivem. Enquanto hoje em dia as pessoas pagam para ir ver as amendoeiras em flor, como quem vai a um museu ou ao zoológico, ali naquela época, todos brincavam aos agricultores, comungando dessa dádiva da natureza. Antigamente, para além de a mão-de-obra ser mais barata, a amêndoa pertencia ao ciclo rico do agricultor, numa época tinha a amêndoa, noutra o vinho e noutra havia o azeite.

*Ultimamente, o fogo tem sido responsável pelo desaparecimento de vastas áreas de amendoeira, muitas delas já abandonadas.*

*Como se trata de uma cultura pouco rentável os produtores substituíram-na pela vinha.*

*Antigamente, a mão-de-obra era mais barata e a amêndoa pertencia ao ciclo do agricultor.*

*Numa época havia a amêndoa, a seguir o vinho e noutra o azeite.*

*Metade dos produtores de amêndoa do Alto Douro já não fez colheita em 2006. A razão simples e unânime: Não compensa.*

*Quando termina a época de apanha de amêndoa, é habitual ao percorrer a região, ver amendoeiras inteiras onde se adivinha que no próximo ano, as novas flores aparecerão ao lado dos frutos antigos.*

A apanha das cerejas era de maio a julho. Nela, nunca pude tomar parte, em virtude de ocorrerem após a Páscoa o que impossibilitava a minha presença por colidir com o calendário escolar. Lembrava-me bem de as comer, de me deliciar com o extraordinário doce de ginjinha que dali saía pela mão da minha tia-avó Ema Jesuína. Ela mesma se encarregava de o despachar para correr meio mundo. Foi assim que esses frascos de compota caseira me encontraram em Timor e, mais tarde, em Macau. Uma iguaria da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores. À Austrália não puderam chegar pelas severas limitações à entrada de quaisquer alimentos naquele continente. Assim criei o mito das ginjinhas mais saborosas do mundo.

Havia ainda para evocar nestas memórias, um nome de mulher. Havia sempre, nestas coisas de revisitar passados reais e imaginários, uma mulher misteriosa que ocupa a mente do herói do livro, um secreto namoro juvenil de férias com a tão núbil Benilde, nome de deusa, mas mera filha do antigo caseiro lá de casa que descrevo adiante em mais pormenor. Neste caso ficou sempre a imagem, mais imaginada do que real, muito difusa e mítica de uma jovem mulher de tranças, ainda adolescente, de longos cabelos compridos e um nome a evocar lendas medievais. Platónica imagem de sorrisos trigueiros e olhos amendoados de promessas por cumprir. Uma jovem saudável e sorridente, sem quaisquer reminiscências com a homónima “Benilde ou a Virgem Mãe” sobre a qual José Régio escrevera em 1947. Era filha dum antigo caseiro do avô. Tinha um irmão, bem mais velho, emigrado em França que vinha todos os anos de férias, num deles serviu para mostrar o seu novo Peugeot 404, símbolo de sucesso na vida dura de escravo de patrões franceses. Depois de cada jantar, ainda o sol ia alto, saía apressado, sem entrar em detalhes, para ir ter com ela. Reparti muitos dos meus primeiros poemas e mais estrelas ainda partilhei com ela. Pedia ao tempo para parar e tornar eternos esses momentos, cheios da magia de amores juvenis impossíveis e, por isso mesmo, mais desejáveis. Ambos, esparramados ou deitados sobre o feno, à margem da estrada acima das casas mesmo à entrada da aldeia em frente à Quinta, num tempo em que as ruas eram apenas iluminadas pela loura Phoebe (deusa da lua na Mitologia) e tudo em nossa volta estava negro como breu.

Não só cuidávamos de defenestrar os silêncios entrecortados de cigarras e grilos, como admirávamos os tremeluzentes faróis disfarçados por entre as árvores, lá ao longe, no alto do monte, na estrada poeirenta da Junqueira para Alfândega da Fé. Eram raras as viaturas e menos ainda as que se aventuravam de noite. No silêncio dessas noites estreladas podíamos ver as viaturas ao longe nas cumeadas de outros montes, ora aparecendo, ora desaparecendo, furtivamente, uma luz aqui, uma acolá. Dava para distinguir se era uma viatura ligeira ou pesada, calculando o tempo que demoravam a percorrer pequenos troços do horizonte noturno. Sabia-se de onde vinham e para onde iam, podia até adivinhar-se se eram forasteiros ou locais pela sua velocidade. As conversas trespassavam dois mundos que nunca se entrecruzavam: o meu, citadino com experiências e vivências localmente desconhecidas e o mundo da jovem aldeã de braços fortes, ancas bem torneadas não demasiado largas, pernas firmes, mas levemente musculadas e peitos bem airosos, habituados às duras lides agrícolas e da casa e do campo. Um belo espécime feminino concebido com um físico saudável que não temia maleitas ou doenças para poder ajudar os pais no sustento da casa.

Não teve a Benilde tempo para grandes estudos, além da terceira ou quarta classe feita com o apoio da minha tia-avó Adelina Hermengarda, que fora mestre-escola, aliás regente escolar de quatro gerações na aldeia da Eucísia. Mas tinha interesse em saber de outros mundos e vivências. Gostava de ler sub-repticiamente qualquer livro, que em casa dela não havia muito disso. Gostava dos poemas delicados deste jovem autor, queria saber da vida na grande cidade, desse mundo por descobrir, cheio de mistérios e de coisas novas e diferentes. Tempos sem malícia nem sordícia que a ingenuidade dos anos não deixa esbater. Foi ali que vi realmente as estrelas, pela primeira vez com olhos de ver, e me dei conta do tamanho do firmamento, acreditando no infinito do universo. Nunca soube o que acontecera à família e muito menos à atraente Benilde com quem partilhei esses sonhos proibidos na idade em que tudo ainda é possível e nada parece

inalcançável. As minhas tias até achavam piada àquele meu encantamento com uma mulher da terra, evento que sempre enriquecia as suas conversas quando eu não estava presente, e a pacatez rural em que viviam.

Hoje andaria provavelmente emigrada, casada com outro despojado dessa ou doutra aldeia, teria engordado desmesuradamente, atando os cabelos ainda longos, mas já esbranquiçados num carrapito atrás e seguida por um ror de filhos com netos ranhosos e barulhentos. Ou talvez não. Tudo o que pudesse ter sido sonhado se esvaíra e nem na memória teria ficado guardado, que a vida não se compadecia com esses devaneios. Embora a casa dela ainda lá continue, jamais vi viva alma nas minhas incursões à aldeia no século XXI e não havia já viva alma a quem perguntar sobre o destino da jovem que ali compartilhara estrelas, estirada nos trigais na berma da estrada em noites de luar. O edifício sobradado mantivera-se igual. O alpendre da varanda mudara de madeira para cimento e ferro numa clara concessão ao modernismo que infestara toda a aldeia e vira mamarrachos de ferro forjado e alumínio, substituir fachadas ancestrais e originais. De que ilusões teriam falado dois adolescentes naquelas noites sussurradas? Que sonhos acalentariam, que loucas poesias e utopias teriam escrito? Palavras que a brisa noturna levava com os pirilampos a acenderem céus de idílios, mitos e fantasias. Nem eu sabia já. Por mais que me esforçasse a sua imagem aparecia esbatida, sem rosto, apenas os cabelos entrançados ou soltos e longos ao vento e um eterno sorriso, feliz e aberto de ponta a ponta. Como eu ainda não fumava, tivera a novel experiência de trincar uma palha seca ao canto da boca, como eram dantes caricaturados os aldeões. Pensava que se o fizesse estaria integrado no meio ambiente que me cercava.

Só agora, muitas décadas depois, pude visitar tais memórias. Era obviamente tarde demais para recordar fosse o que fosse, e conquanto vivesse agora noutra aldeia rural aqui nos Açores, rodeado por vacas alpinistas, montes verdes e um mar imenso, os tempos eram outros, a idade também e mesmo à noite as estrelas me parecem bem menos brilhantes e em menor número...

Depois, as férias terminaram, o ramerrame quotidiano da vida na cidade tinha-se imposto às recordações desse verão. Havia o Liceu, as aulas, as exigências da vida na grande urbe, as solicitações várias, e todos esses sonhos, promessas e utopias tinham ficado escondidos no negrume das noites sem estrelas da grande cidade.

Deverão ser vistas apenas nesta feição?

Representarão algo mais do que essa libertação inatingível?

Serão uma mera recriação mitológica que a saudade da distância intercontinental matizou em tons rosa?

Não será apenas a voz mais forte desse apelo inelutável que é o regresso às origens e raízes de cada um?

As raízes não estão onde as queremos, mas onde as sentimos. O reencontro anunciado e desejado com a terra onde se foi feliz?

Teriam sido os momentos de ventura de mim enquanto jovem?

Dias e meses em que as mentiras e hipocrisias da sociedade urbana não molestaram?

Ou seria aí o limbo da inocência perdida?

## 58.4. ALFÂNDEGA DA FÉ.

### 58.4.1. LENDAS E TRADIÇÕES ALFÂNDEGA DA FÉ

Já Alfândega da Fé, a terra onde a minha mãe nascera, permaneceu inalterada nestes 60 anos, exceção feita ao novíssimo Centro Cultural José Rodrigues inaugurado em 2005 e muito pouco mais a assinalar. Um tio-avô materno, fora dos primeiros republicanos na região: [http://resistente.3e.com.pt/joomla/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=65](http://resistente.3e.com.pt/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=65)

*Alfândega (da Fé) é um nome de origem árabe adquirido entre os séculos VIII e IX (Alfandagh). É possível que anteriormente a este período já existisse algum povoado de origem castreja, o que não será de admirar, porque na área do concelho existem muitos vestígios arqueológicos desse e de períodos anteriores. No entanto, a transformação em concelho medieval só aconteceu com a carta de foral de D. Dinis de 1294, o qual viria a ser confirmado por D. Manuel, em 1510.*

*Em 1320, o mesmo rei D. Dinis mandou reconstruir o seu castelo, anterior ao primeiro foral e provavelmente construído pelos mouros. Este castelo desapareceu com o tempo.*

*O recenseamento do ano de 1530 já indica o castelo como "derrubado e malbaratado" e nunca mais foi recuperado, muito embora o Tombo dos Bens do Concelho de 1766 ainda identifique os "antigos muros" pelo que, a Torre do Relógio, atual ex-libris da vila, que fica na zona conhecida por Castelo, parece ser o que resta do antigo castelo medieval.*

*Durante a ocupação árabe foi sede administrativa importante de uma região "Valiato de Alfandica", mas é a 8 de maio de 1294 que D. Dinis lhe concede carta de foral e define os primeiros limites geográficos do concelho. Um ano depois (17 de setembro) o monarca concede-lhe carta de feira, mas com a particularidade de obrigar que a mesma se realizasse depois da de Mogadouro e antes da de Mirandela; sendo novamente passada por D. João I, a 13 de janeiro de 1401. Foi D. Dinis que em 1320 mandou reconstruir o seu castelo. Rui de Pina, na Crónica de Dinis, descreve a reconstrução, o que tem levantado dúvidas de interpretação, uma vez que permite levantar a hipótese de a localidade árabe não se ter situado no local onde se encontra a atual Alfândega da Fé:*

*"Ano de 1320. Povoou de novo e fez os castelos de Vinhais, Vila Flor, Alfândega, que mudou para o lugar onde agora está que se chamava antigamente cabeça de S. Miguel."*

*Em 1385 D. João I obrigou os moradores de Alfândega da Fé a trabalhar na reconstrução dos muros de Torre de Moncorvo, talvez como "castigo" pelo facto de a vila ter tomado partido por Castela. Este seria também o primeiro monarca a passar por Alfândega da Fé, na viagem que no ano de 1396 o levou a Torre de Moncorvo e Bragança. Outro dado relevante, no século XV, é a criação, em 1498, da Misericórdia de Alfândega da Fé. Na primeira metade do século XVIII, uma vez que a sua população, na época, não ia ainda além dos 150 vizinhos. Luís Álvares de Távora intitulava-se então senhor de Alfândega.*

*É desse tempo a construção da ponte de Zacarias e seguramente o princípio do fim da povoação com o mesmo nome, a acreditar num documento do século XIX que refere a forma como a família dos Távora conseguiu os terrenos daquela zona.*

*Dos Távora restam poucos elementos da sua presença no concelho: a casa que possuíam na vila foi sendo transformada com o passar dos anos e o que resta não revela grande traça arquitetónica, merecendo apenas registo aquilo que se supõe ser o campanário da capela, atualmente na Capela de S. Sebastião e o portal da entrada, também deslocado para uma casa particular... Na sede do concelho merecem visita a Capela da Misericórdia, a Capela de S. Sebastião, (inicialmente ermida) cujo campanário atual veio da casa dos Távora, de que resta apenas a porta de entrada da capela familiar, o portal da mesma casa e a Capela dos Ferreiras, com brasão picado, a identificar ligações àquela família.*

*Em Alfândega da Fé a divulgação das ideias republicanas verificou-se muito antes de 1910 podendo considerar-se que já nas manifestações a favor da restauração do concelho (1895 a 1898) estes ideais estiveram presentes no pensamento de alguns dos protagonistas desses episódios, sobretudo de Ricardo Raphael d'Almeida, uma das figuras locais que assinam o "Auto de Proclamação da República" neste concelho. De facto, os ideais republicanos acabaram por ganhar corpo em 1908, com a fundação da primeira Comissão Municipal Republicana, iniciativa do jovem Joaquim Cândido de Mendonça, que foi seu presidente e da qual fizeram parte Simão Machuca, Arthur de Magalhães, Inácio Baptista, Viriato Pessoa, Camilo Correia, Alfredo Morais, João Francisco, António Rego, António Abreu. Carolino Augusto Trigo; Bernardino Arthur de Magalhães (meu tio bisavó, tio avô da minha mãe).*

Sendo um concelho antigo e para mais com um nome de origem árabe, é fácil compreender por que razão o imaginário popular gira fundamentalmente em torno das lendas das "mouras encantadas", não havendo quase freguesia nenhuma onde esse tipo de situações não nos apareça. Contudo, existem duas lendas mais estruturadas e, de certa forma, com ligação a factos históricos, como é o caso da "Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas", que pretende explicar uma parte do nome da vila e marca a resistência dos cristãos face à ocupação muçulmana e a "Lenda de Frei João Hortelão", relacionada com uma personagem real e que, como veremos adiante, tenta explicar a existência, na localidade de Valverde, de uma importante cruz processional.

Tanto quanto pudemos apurar, esta lenda (e o tributo das donzelas), tem sido referida em várias publicações como "Santuário Mariano", "Monarchia Lusitana" de frei Bernardo de Brito, na "Chorographia" do Padre Carvalho da Costa, no "Dicionário Geográfico" do Padre Luís Cardoso e posteriormente referida em publicações mais recentes, com uma ou as duas designações acima identificadas.

Recentemente foi ainda publicado pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé um romance inédito (em termos de livro) de João Baptista Vilares, cujo tema é esta lenda.

A Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas, ou do Tributo das Donzelas pode resumir-se da seguinte forma: no tempo do domínio muçulmano existia um mouro que, a partir do castelo do monte carrascal, próximo da atual localidade de Chacim (que já foi vila e hoje pertence ao concelho de Macedo de Cavaleiros) dominava toda a região, incluindo as gentes de Castro Vicente (que também já foi vila e hoje pertence ao concelho de Mogadouro) e as de Alfândega e como feudo exigia às populações a entrega de um determinado número de donzelas.

Revoltados com este "tributo de donzelas", os moradores de Alfândega e seu concelho (nomeadamente Vilares da Vilariça) reagiram com armas, tendo os seus "Cavaleiros das Esporas Douradas" organizado uma investida contra o mouro, apoiados pelos de Castro Vicente. A batalha entre as duas partes ocorreu próximo do castelo do mouro; apesar de aguerridos os cristãos começaram por ter dificuldade em vencer as hostes muçulmanas e estavam prestes a perder a luta, tantos eram já os mortos e os feridos; entretanto, apareceu Nossa Senhora, que foi reanimando os mortos e curando os vivos, passando lhes um ramo de bálsamo que trazia na mão; à medida que o grupo dos cristãos se foi recompondo a peleja aumentou de intensidade e os muçulmanos foram completamente rechaçados terminando assim a obrigatoriedade daquele tributo.

No local construiu-se uma capela em homenagem a Nossa Senhora de Bálsamo na Mão, hoje o santuário de Balsemão; o local de tão grande chacina deu origem a Chacim, localidade que haveria de ser sede de concelho até meados do século XIX; e Alfândega, graças à valentia dos seus cavaleiros, em nome da fé cristã, passou a designar-se Alfândega da Fé.

Relativamente a esta lenda e para explicar a existência dos cavaleiros, o Padre Manuel Pessanha sugere que Alfândega da Fé tenha sido sede de uma ordem militar, "antiga, anonyma, muito anterior aos templários, e mesmo a qualquer ordem militar conhecida" com cerca de duzentos membros.

Na realidade o Padre Carvalho da Costa, na sua "Chorographia", refere a existência de duzentos cavaleiros, mas o Padre Luís Cardoso, no "Dicionário Geográfico", refere apenas 25. Entretanto, não deve excluir-se a possibilidade de o imaginário popular ter encontrado na Ordem de Malta a ideia dos cavaleiros.

Um estudo recente de Belarmino Afonso refere que a igreja de Malta pertenceu àquela Ordem desde D. Sancho I, o que nos leva para o século XII.

Ora, como a carta de foral de D. Dinis já identifica Alfândega da Fé como vila e possuindo castelo, é de admitir que o concelho já existisse anteriormente com esse nome, pelo que a lenda só teria sentido se fosse ainda mais antiga, uma vez que os acontecimentos nela contidos servem sobretudo para explicar o "da Fé". Ou seja, esta lenda pode muito bem ser anterior à própria nacionalidade e transformar-se num elemento de estudo que comprove o papel que esta vila teve durante o domínio muçulmano nesta região.

#### 58.4.3. LENDA DE FREI JOÃO HORTELÃO.

Frei João Hortelão foi um cidadão real, nascido na localidade de Valverde, em data incerta, uma vez que apenas João Baptista Vilares, na Monografia do Concelho de Alfândega da Fé, refere o ano da sua morte, em 1499, data que parece não condizer com alguns estudos recentes sobre a peça de ourivesaria religiosa, a "Cruz de Valverde", a que se liga todo o seu percurso "lendário".

Na verdade, este devoto cristão tem uma biografia cujos percursos por terras de Portugal e Castela são pouco conhecidos, podendo concluir-se que a faceta da lenda resulta mais do imaginário popular do que dos verdadeiros acontecimentos.

O seu caráter religioso e as suas virtudes pessoais, onde não faltou sequer o facto de ser oriundo de famílias pobres e ligadas à pastorícia na aldeia natal, foi sendo, ao longo dos séculos, envolvido em histórias e acontecimentos que ninguém pode hoje comprovar, incluindo o espírito profético que o levou a adivinhar o ano da sua morte.

Entre as muitas "façanhas", quando ainda jovem, conta-se o seu "jeito" especial para a pastorícia dizendo-se, como escreve João Vilares, "que deixava o gado à volta do seu cajado e ia ouvir missa aos povoados da outra margem do rio Sabor. Quando regressava, o gado lá estava no mesmo sítio quieto e manso.

O amo, sabendo isto, proibiu-lhe a passagem do rio na barca, mas ele continuou na sua missão atravessando a corrente, servindo-se da sua capa para barco. O patrão, não gostando de tais ausências, despediu o pastor que se dirigiu então para Castela, sempre mendigando pelo caminho.

Na sua descrição J. Vilares não mencionou que no lugar onde Frei João Hortelão deixava o gado cresceu, segundo a tradição popular, uma cornalheira de dimensões fora do vulgar, transformada em árvore frondosa, cuja folhagem se mantém verde durante todo o ano, ao contrário do que acontece com esta espécie, que na região não atinge mais de dois metros de altura, como arbusto, de folha caduca!

Talvez "a outra margem do rio Sabor" não corresponda à verdade histórica e estejamos a falar da antiga povoação de Cilhades, na margem direita, que dá para a encosta onde se encontra a tal cornalheira; bem vistas as coisas, estamos a falar do concelho de Alfândega da Fé, criado por carta de foral de D. Dinis em 1294, cujas fronteiras o separavam de Santa Cruz da Vilariça exatamente naquela zona, pelo local designado por "rebenção", sendo que toda esta área foi pertença de Alfândega até à reforma dos concelhos de 1855!

Mas o espírito "milagroso" deste nosso Frei João Hortelão não se ficou por aqui. Ainda na sua freguesia de origem, existe outro local conhecido por "bardo do Frei João"; o motivo é semelhante: de acordo, uma vez mais, com a tradição popular, naquele local deixava frequentemente o seu rebanho, sem as habituais guardas de madeira, e os animais não saíam do local, de tal forma que ainda hoje o mesmo se mantém sempre com verdura!

Despedido do seu emprego, Frei João Hortelão terá rumado até Castela e ficado pela vila de Ledesma, (Salamanca) tomando o hábito de leigo e entrando para o convento de Santa Marina.

Diz J. Vilares, na obra citada, que "por meio de esmolas, conseguiu edificar a igreja matriz de Ledesma onde se conserva, segundo a tradição, uma gota de leite da Virgem e uma madeixa do seu cabelo tudo obtido pelo santo varão".

Fernando Pereira, num estudo recente, nega categoricamente estas afirmações, nomeadamente no que respeita à construção daquela igreja. Mas é indiscutível que Frei João Hortelão viveu em Ledesma, onde está sepultado, e em cuja localidade também se confirmam registos populares da sua santidade, nomeadamente aqueles que dizem respeito aos seus dotes para afastar os pássaros das sementes das hortaliças que semeava, atividade que, aliás, acabou por lhe dar o nome!

No entanto, a grande façanha que é atribuída pela lenda a Frei João Hortelão resulta de algo muito mais espantoso e menos explicável ainda, porque contraditório com o seu viver conventual: "com bocadinhos de prata que ia guardando na oficina onde trabalhava fez esta formosa cruz", a Cruz Processional de Valverde, símbolo maior da ourivesaria do concelho de Alfândega da Fé e que a população de Valverde guarda com um autêntico sentimento de Fé, de misticismo e de patriotismo.

Fernando Pereira fez uma investigação aprofundada sobre esta peça e trouxe ao nosso conhecimento alguns aspetos que importa referir. Em primeiro lugar, a Cruz de Valverde foi, efetivamente, trabalhada em Castela. Não em Ledesma, mas provavelmente em Astorga e o respetivo ourives é conhecido, o que foi possível identificar através da punção existente na peça. Em segundo lugar e de acordo com o mesmo autor, "pelas características técnicas que apresenta, esta cruz e o par de galhetas, não poderão ir além da segunda década do século XVI"; ou seja, a ser verdadeira a data da morte de Frei João Hortelão, não existe coincidência entre a vida do mesmo e o fabrico da peça, ainda que as distâncias temporais, por tão curtas e tanta falta de informação, não nos permitam decidir categoricamente não existir relação direta entre os acontecimentos.

Uma coisa é certa: aquele estudo provou que a Cruz de Valverde foi executada numa oficina registada e tem os brasões de armas das famílias Velasco e Avellaneda, ambas de Castela, ligadas por laços matrimoniais, mas nenhuma com ligações conhecidas a Valverde.

Fica assim a hipótese, que continuará a alimentar a lenda, também corroborada por Fernando Pereira: veio a Cruz, pelas mãos de Frei João Hortelão, parar a Valverde?!

E se assim foi, como explicar que peça tão importante, representativa de uma arte específica da ourivesaria castelhana do século XVI, tenha chegado até esta distante e pequena povoação do Nordeste Transmontano?

Que haverá de mais interessante do que manter as dúvidas por desconhecimento histórico...e perceber que as Lendas não se mudam no imaginário popular, por maior que seja o nosso conhecimento científico?!

In <http://concelhos.dodouro.com/jornal/alfandegadafe.asp>

No meu Cancioneiro Transmontano 2005 (edição da Santa Casa da Misericórdia de Bragança) tenho outra versão deste conto:

#### 58.4.4. FREI JOÃO HORTELÃO

Pascoal era o nome de batismo. Nasceu em Valverde e ali guardava gado.

Foi para uma aldeia vizinha, Eucísia. Eram pouco gentis com ele e daí dar ao Felgar. Apresentou-se com o nome de Ildefonso, mas o povo chama-lhe Alifonso.

Apascentava também o gado com a condição de o patrão autorizar ir à missa. O patrão discordou e deu ordens ao barqueiro de o não passar para cá, quando andasse do lado de lá, para ir à missa. Então punha o gado à volta do cajado e deitava a capa na água e assim conseguia transpor as águas para a outra margem. O patrão proibiu-o de guardar o gado, mandando-o tratar da horta. Proibiu-o de ir à missa, porque tinha de ficar a guardar os pássaros e as galinhas. Ele batia-lhes as palmas. Vinham os pássaros e as galinhas e metia-os numa adega.

O patrão ao ver neste fenómeno algo de anormal, quis entabular conversa com o Ildefonso, mas este nada respondia.

Resolveu ir para Espanha e entrar num convento, em Castela.

Ali os monges puseram-lhe o nome de Frei João Hortelão, porque quis dedicar-se à cultura da horta. Plantava as couves com a raiz para cima e ia à cozinha dizer para ir colher folhas, que as couves estavam frondosas!

Enviou para Valverde uma linda casula, uma custódia e um sino.

Nas trovoadas iminentes tocaram-no, e dispersam-se e nunca deixam prejuízos.

Enviou também uma cruz gótica, com trabalho de filigrana, do século XV.

Para a Eucísia, reza a lenda, que enviou um sino de cortiça, com o badalo de lã.

RECOLHA (1985) de Hermínia Trigo, Ferradosa – Alfândega da Fé.

E já agora mais contos desta região:

#### 58.4.5. LENDA DA PIA DOS MOUROS

Em tempos idos, os mouros ocuparam esta região, onde ainda existem reminiscências. Presume-se que ALA, será de origem mourisca (Alla). Existe no local de Perafita uma fraga enorme que, numa cavidade, em dia de chuva, armazena muita água.

Diz-se que esse local foi habitado por mouros noutros tempos. Diz-se também que foram os fundadores da povoação de ALA. Perto da ribeira, existe a chamada Pia dos Mouros, feita ou cavada na referida fraga. Servia para dar de beber aos cavalos, e aos demais animais dos mouros.

As mouras lindíssimas eram vistas por cristãos, e uma delas, filha do principal Emir Mourisco, amava um jovem cristão às escondidas de seus pais. Nunca aceitou a contrair amores com outro jovem mouro, a quem seus pais a destinavam. Ao tempo já se fazia guerra para a expulsão dos Mouros do território nacional. Sentiram os mouros que teriam de abandonar esses locais, e começaram a retirada.

Numa noite, encontrou-se a linda jovem moura com o seu amado e jovem cristão.

A moura disse para o amado: - Tenho de fugir com os meus pais, pois sabes que a isso sou forçada, e se assim for, jamais nos encontraremos. O que pensas disto?

Respondeu-lhe o jovem cristão: - Eu não te deixo por nada deste mundo.

A mourinha, encantada com a resposta, disse-lhe:

- Eu não posso cá ficar, e tu não podes ir comigo, e eu também não quero deixar-te por nada deste mundo.

- Queres ajudar-me agora a encher a Pia dos Mouros? É de noite e ninguém vê.

O jovem cristão respondeu que sim. Começaram a encher a pia de água.

Depois de bem cheia, disse a jovem moura, para o seu amado cristão:

- Nem eu vou com os meus pais, nem tu vais. Vamos selar o nosso amor aqui mesmo. Depois, afogamo-nos na mesma pia dos mouros, que será a nossa cama de núpcias.

E assim sucedeu. Quando ao amanhecer, os mouros foram dar de beber aos seus cavalos, encontraram na pia dos mouros a moura e o cristão afogados, de mãos dadas, e com os lábios colados, dizendo ao mundo, em nome do seu amor, que em amor não há distinção de raças ou religiões...

Hoje os mais velhos habitantes desta povoação de Ala, ainda cantam a quadra, simples, que algum poeta antigo escreveu:

Existe na Perafita,

Uma enorme pia

Que os mouros lá fizeram

Para beber sua cria.

RECOLHA (1985) de Judite do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.6. A LENDA DO REI QUE FOI À CAÇA

Um dia que o rei foi à caça, perdeu-se no caminho onde começou a anoitecer. Viu ao longe uma luzinha e dirigiu-se para lá. Bateu à porta e, entrando, contou o que lhe aconteceu e ali pernitoitou. Fizeram-lhe a ceia que foram batatas cozidas. No fim de as comer disse:

- Estas batatas sabem-me melhor do que faisões.

Ao amanhecer, o rei partiu para sua casa, o palácio, agradecendo a boa vontade em o recolherem. Então o dono da casa disse para a mulher que ia levar ao rei uns sacos de batatas visto o rei gostar tanto delas. Partiu, e chegando ao palácio, o rei o reconheceu e perguntou-lhe:

- O que vens fazer? O homem respondeu:

- Venho trazer estas batatas, visto lhe saberem melhor do que faisões.

O rei mandou recolhê-las, agradeceu e encheu-lhe os sacos de presentes e dinheiro. Mal chegou a casa contou tudo à mulher. Os vizinhos também se aperceberam. Um deles fez logo o mesmo, dizendo para a mulher:

- Se gostou tanto das batatas dele, mais gostará das nossas que são melhores. Chegando ao palácio disse ao rei que as batatas dele eram melhores do que as do vizinho, que lhas oferecia. Então o rei compreendeu a intenção dele e disse-lhe:

- Se as batatas do teu vizinho me souberam melhor do que faisões, é porque tinha fome. Agora sai daqui, porque eu podia castigar-te pela tua má intenção.

O homem saiu envergonhado com o insulto do rei.

Ó inveja, ó inveja,

Que reinas no mundo assim?!

Há muito tempo que existes,

Assim a mostrou Caim.

RECOLHA (1985) de Judite do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.7. LENDA DAS COMADRES BÊBADAS

Havia duas comadres, que eram muito bêbadas. Um dia, foram para o forno para cozer o pão.

O marido de uma delas recomendou-lhes para não beberem mais do que uma canada de vinho, para não estragarem o pão. Mas depressa esqueceram a recomendação feita pelo homem e beberam até mais não. O resultado foi que em vez de meterem o pão no forno, o atiraram pela janela, para o curral dos porcos.

Qual o espanto do marido, ao chegar, e viu aquele espetáculo! Pegou na mulher, pôs-lhe a boca na torneira da pipa e com um funil, encheu-a de vinho. A seguir deixou-a inanimada.

Passado algum tempo, quando já meio aliviada, gritou pelo marido: - Ó homem, dá-me mais uma funilada!!!

RECOLHA (1985) de Olinda Pereira, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.8. A LENDA DO PADRE DO MINHO

Veio para esta aldeia, há muitos e muitos anos, um padre minhoto. Este vivia com uma irmã, que segundo diziam dava conversa ao barbeiro do padre. Este, um dia, não gostando da cortesia do barbeiro, matou a irmã e enterrou-a no adro da igreja.

Várias pessoas lhe perguntavam pela irmã, às quais respondia que tinha ido para a sua terra natal.

Mas, passados alguns anos, foi preciso alargar a igreja. Ao fazer o desaterro, encontraram o cadáver intacto. Foi depois enterrada no altar-mor e considerada santa.

O povo indignado fez os seguintes versos:

Passei por trás da igreja

Cheirou-me a pera madura.

D. Maria Luísa

Metida na sepultura

Passei por trás da igreja

Cheirou-me a pera marmela

D. Maria Luísa

Metida debaixo da terra

RECOLHA (1985) de Olinda Pereira, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.9. LENDA DO VERÃO DE SÃO MARTINHO

S. Martinho, antes de ser santo, foi soldado do Imperador. Uma vez ia montado no seu cavalo, num dia tempestuoso de chuva e vento, muito embrulhado na sua capa de soldado.

Surgiu-lhe num caminho, um pobrezinho de mão estendida muito magra, seminu, a tremer de frio e também de fome. O Moço cavaleiro ficou abalado, e depois de dar umas moedas ao pobre, desceu do cavalo e com a própria espada cortou a capa que trazia ao meio, dando uma parte ao pobre, para ele se cobrir e ficando com a outra metade para si. Passados momentos, o temporal amainou, as nuvens foram desaparecendo, transformando-se a tempestade num dia de sol brilhante, raro na estação do Outono.

Éis a Lenda do Verão de S. Martinho, santo que é comemorado no dia 11 de novembro, geralmente com um serão de família e amigos.

Diz o ditado: no dia de S. Martinho, prova o teu vinho.

Usança

– Junta-se a família, convidam-se os amigos e todos se reúnem à lareira, ao redor de uma boa fogueira. É o tempo da apanha das castanhas e nesse dia, assa-se uma grande porção num assador próprio, feito já para tal, em latão com buracos no fundo.

Põe-se dependurado em cima da fogueira e enquanto assam, uns conversam, outros vão buscar o vinho. As castanhas depois de assadas, deitam-se num cesto que se coloca ao centro, para todos lhe chegarem.

Come-se com fartura, bebe-se bem, juntando-se mais uns petiscos que haja na ocasião. Há risos, histórias e anedotas de várias espécies.

Uma para exemplo:

Havia uma mulher que gostava muito de vinho e todos os dias ia à pipa, mas às escondidas do marido. Este, um dia morreu e então a mulher fez-lhe um grande pranto e nos dias a seguir, a vida dela era acocorada na lareira coberta com um xaile e com uma bota<sup>21</sup> de vinho, sempre metida no regaço.

As vizinhas vinham vê-la e ela sempre a lamuriar-se. Estas diziam-lhe:

- Sai daí mulher! Agora queres passar a vida a prantecer!? Ela respondia:

- Sem secar estes courinhos não apago as minhas penas, não saio daqui. Ia bebendo sempre, até a bota ficar vazia e só assim as penas se apagavam.

RECOLHA (1985) de Branca do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.10. MESTRE DOS MESTRES

Quando S. Pedro andava pelo mundo, feito velhinho e trazendo consigo um burrito, passou num lugar, onde um ferrador estava a ferrar.

Aproximou-se, saudando-o: - Bom dia, mestre.

Este, um pouco enfatuado respondeu: - Mestre dos mestres!

Então o velhinho pediu-lhe se o deixava ali pregar uma ferradura ao burro, pois lhe tinha caído pelo caminho, ao que o ferrador disse que sim.

O velhinho foi ao burro, cortou-lhe a pata, pô-la em cima da bigorna, pregou-lhe a ferradura e foi colocar a pata na perna do animal, que ficou como estava. Agradeceu ao ferrador e foi-se embora.

O ferrador, que viu o que o velhinho fez, e estava também a ferrar um burro, cortou-lhe a pata.

Pregou a ferradura. Mas, quando foi colocar a pata na perna, esta não segurava.

Muito aflito, foi procurar o velhinho. Pediu-lhe por caridade e misericórdia que lhe valesse, porque o burro morria! Então o velho, que era Santo, disse-lhe:

- Vais para casa, que tudo se há de remediar, mas, nunca mais voltas a dizer, que és mestre dos mestres, porque acima de nós, há outros de maior poder.

RECOLHA (1985) de Branca do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.11. A MOÇA TEIMOSA

Era uma vez um homem que tinha uma filha com quem vivia.

Quando a filha chegou à idade de casar, não faltavam pretendentes, porque o pai possuía umas boas terras.

Porém quando vinham pedir a filha, o pai dizia sempre:

- Por mim está bem, mas tenho de lhe dizer, que ela é muito teimosa.

Por fim apareceu um, pois os outros desanimavam, que respondeu ao pai:

- Está bem. Olhe, eu também sou muito teimoso e então vamos fazer farinha.

Arranjaram tudo e casaram.

À noite, quando se iam deitar, o noivo levou uma arma que colocou ao lado da cama. A noiva admirada perguntou-lhe para que era a arma, ao que ele disse, que era sempre bom ter uma defesa ao lado.

Deitaram-se (era no tempo das candeias) e o moço disse para a noiva, que apagasse a candeia. Ela respondeu que a apagasse ele. Por sua vez teimou que fosse ela e daí uma teimosia entre os dois.

O homem pega na arma e com um tiro, apagou a candeia. A moça tão assustada, não deu mais pio. O homem foi-lhe dizendo:

- É assim que eu curo os teimosos... Não houve mais barulho e foram felizes.

RECOLHA (1985) de Branca do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.12. OS DOIS MENTIROsos

Havia dois irmãos que viviam muito pobres e sem meios de ganhar dinheiro, até que o mais velho, disse para o outro:

- Ó irmão, lembra-me uma coisa. Vamos por esse mundo de Cristo pregar mentiras por dinheiro. Um vai adiante e depois vai o outro atrás a confirmar. Lá partiram, e ao chegar a uma terra, um segue adiante anunciando:

- Sei uma grande novidade, mas só a digo por dinheiro.

Juntou-se muito povo e começaram a dar-lhe dinheiro, e ele disse: - Em tal terra acaba agora de nascer um menino, com sete braços

O Povinho admirado não teve pena do dinheiro e ele foi seguindo caminho.

Apareceu por trás dele o irmão a confirmar. A gente perguntava se era verdadeira a notícia, ao que este dizia: - Eu não vi o menino, mas vi uma camisa estendida a enxugar que tinha sete mangas.

Então ficaram crentes que era verdade e ainda lhe deram mais dinheiro. A este tempo, já o irmão espalhava noutra terra:

- Grande novidade, minha gente.

Todos acudiam e lhe davam dinheiro, para saber a novidade

Diz ele: - Vi um moinho a andar, em cima de um pinheiro. Todos admirados, quando apareceu o irmão, perguntavam:

- É verdade que está o moinho em cima do pinheiro?

Ele confirmava: - Eu não vi o moinho, o que sei dizer, é que vi um macho carregado com sacos de farinha a subir pelo pinheiro acima.

Então é verdade, dizia a gente, e lá iam dando o dinheiro aos homens. Assim foram correndo o mundo a dizer mentiras para irem vivendo (...).

RECOLHA (1985) de Branca do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.13. HISTÓRIA DE UM MARIDO RABUGENTO

Uma mulher vivia muito triste com o feitio do seu marido. Quando vinha para almoçar, chegando à mesa dizia:

- Este frango podia ter sido assado.

No dia seguinte ao começar a almoçar dizia:

- Se fosse guisado era mais saboroso.

A mulher, já muito nervosa, resolveu no dia seguinte pôr na mesa o frango preparado de todas estas maneiras.

Ao chegar, ela diz-lhe:

- Agora aqui tens o frango preparado e variado. Come do que mais gostares.

Mas antes dele chegar, uma galinha tinha subido para a mesa e fez lá cocó.

A mulher vira a ponta da toalha e cobre-o.

A mulher diz: - Podes escolher o que queres.

Resposta dele:

- Quero mierda. A mulher respondeu:

- Então aí a tens, descobrindo a toalha.

RECOLHA (1985) de Judite do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

#### 58.4.14. A HISTÓRIA DA BOLA CENTEIA

Uma mulher muito má tinha uma vizinha a quem tinha inveja.

Um dia estava a fazer bolas no forno e lembrou-se de meter dentro dum veneno para que ela morresse. Quando as tirou do forno já cozidas, deixou-a dum lado e saiu para fora.

Neste momento entrou um filho.

Viu as bolas quentes e pegou nessa do veneno, que ele não sabia, e começou a comer.

Logo caiu morto.

Quando a mãe chegou, viu o filho assim e a bola encetada e disse:

- Foi o castigo que caiu em mim, pois quem faz o mal para si o faz, como se costuma dizer.

RECOLHA (1985) de Judite do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

21 Bota: vasilha de couro que usam para levar vinho para o trabalho.

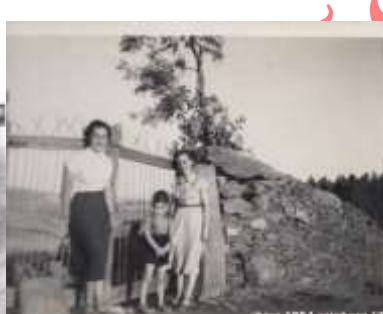
Quando estávamos no Azinhoso (Mogadouro) além do chiar dos rodados das carroças de bois que nos acordavam bem cedo todas as manhãs, lembro-me de tantas coisas que é difícil coordenar pensamentos. A primeira recordação bem forte ligada ao Azinhoso relacionava-se com o primo Zeca Magalhães de Oliveira que nos ia buscar, ao Tua ou ao Pocinho, depois da inesquecível viagem de comboio desde Campanhã, no seu imponente automóvel De Soto de 4 portas, cor bege, matrícula AL-13-31, herdado do rico latifundiário seu pai, a chiar todo o caminho por aquela estrada sinuosa. o meu pai sempre temeroso, agarrado a uma alça lateral, com medo a pedir para não ir tão depressa.

Estava sempre um calor de morrer no verão naquelas terras bem quentes transmontanas. O carro era um monstro pesadão e assustava qualquer um, guiar daquele modo naquela estrada cheia de precipícios e sem guardas de proteção, a não ser um velho muro de cinquenta centímetros orlando a estreita via. Até Torre de Moncorvo era um susto dos maiores, depois a estrada era mais plana (em pleno planalto de Terras de Miranda na continuação da Meseta de Castela) até Carviçais, depois Lagoaça, aldeia de Castelo Branco até ao Mogadouro e Azinhoso. Eram uns 70 e poucos km e demorava-se pouco mais de uma hora.... Deve ter sido nessas viagens que ganhei o gosto pelas estradas de montanha cheias de curvas e contracurvas.

A garagem da velha casa senhorial do Azinhoso, distava aí uns 200 metros e deliciava-me – todos os dias – a escapulir-me para ir lá e ver aquele carro, estacionado ao lado duma velha caleche de cavalos que a tia-avó utilizara nas suas deslocações, tal como os seus avós tinham ido de Bragança ao Porto aquando da sua lua-de-mel. Sentava-me no carrão a ouvir o rádio e a aprender a manejar os botões e alavancas apesar de ainda não chegar aos pedais. Fiquei triste, muito triste mesmo, quando uns anos mais tarde se desfizeram daquele carro que devia consumir 30 litros aos 100 km.

Durante o dia alguém aparelhava e pegava num burro ou mula pela arreata e lá andava eu a dar os meus primeiros passos a cavalo, a partir dos 5 anos.

Foram, assim, férias que não esquecerei todas as que passei na velha aldeia do Azinhoso (já perto da raia com a Espanha) no concelho de Mogadouro, pequena cidade bem antiga, anterior à fundação do Condado Portucalense e que recebeu foral de D. Afonso II em 1272.



DE SOTO 1940's

AZINHOSO

NO TOURAL 1954



PELOURINHO SÉC. XIV

MUSEU DE ARTE SACRA



IGREJA MATRIZ DO AZINHOSO

Da Proto-História são variados os vestígios de povoados geralmente conhecidos por "castros" aqui referenciados e que geralmente acompanham as linhas de água, procurando sempre lugares de difícil acesso e de fácil defesa natural, para a sua implementação. Terá sido a tribo dos Zoelas, parte do povo astur-augustano a responsável pelos diversos povoados fortificados que aqui encontramos.

O Azinhoso é uma das poucas localidades do distrito de Bragança onde se pode encontrar um museu de Arte Sacra. O espaço, dentro da antiga capela da Misericórdia da igreja de Santa Maria de Azinhoso, guarda consigo pequenos tesouros do quotidiano religioso dos séculos XVI, XVII e XVIII.

O expoente máximo do espólio é a custódia de estilo gótico manuelino que terá sido oferecida pelo Rei Venturoso, D. Manuel I, e um cálice do século XVI. Ambos em prata dourada. Do rol de artigos expostos, destacam-se também alguns missais antigos, diversos frescos, estátuas e alguns paramentos datados do século XVIII.

Para além do museu de arte sacra, quem visitar Azinhoso pode encontrar um pelourinho do século XIV, que representa o poder jurisdicional concedido pelo rei D. João I, através duma Carta de Foral datada de 1386. O pelourinho é assente em três degraus quadrangulares. O fuste redondo possui 4,30 m de altura, escadório em pirâmide quadrangular e três degraus e o capitel é constituído por uma cruz grega em pedra. Imóvel de Interesse Público, Dec. 23 122, DG 231, de 11 de outubro de 1933 é o símbolo da autonomia administrativa entretanto perdida.

Por outro lado, a igreja matriz, principal património, data do século XII, em estilo românico, com a imagem de Santa Maria do Azinhoso, uma obra de escultura medieval do século XIV, perante a qual D. Nuno Álvares Pereira terá pedido proteção para a guerra contra os castelhanos, em 1386.

Apenas a imposta corrida da porta lateral esquerda da Igreja do Azinhoso nos apresenta uma decoração visigótica ou pelo menos de influência visigótica (parras e uvas).

No ano de 1301, era já conhecido por Santuário do Azinhoso.

Azinhoso teve foral novo de D. Manuel I em 1520.

Teve também misericórdia e hospital, fundados em 1647, fruto da importância que então detinha.

O seu nome deriva da remota existência de azinheiras (Azinhoso nas Inquirições de 1258), localmente conhecidas por carrascos.

As festas da freguesia são: Nossa Senhora do Carrasco (1º domingo de Maio); Nossa Senhora de Fátima (2º domingo de Maio); Santa Bárbara (2º domingo de agosto); Festa de Sampaio (agosto) e Nossa Senhora da Natividade (8 de setembro).

A 25 de Maio do ano de 1297 El-Rei D. Diniz com a Rainha Santa Isabel e seus filhos os infantes D. Afonso e D. Constança, fazem em Coimbra Carta de doação "aos Templários do padroado das igrejas de S. Mamede de Mogadouro e de Santa Maria de Pena-Royas", com todas as suas capelas e ermidas, direitos e pertenças. Isto com o consentimento de D. Martinho, arcebispo de Braga.

"... E nem alguém se persuada, que n'esta doação amplíssima se incluiu a ermida do Azinhoso, e que entãõ foi quando os Templarios fizeram levantar este vasto edificio, que ainda hoje se faz distinguir; porquanto a Real Coroa não dimittio senãõ o que lhe pertencia, e naõ o que era de tempos immemoraveis dos Arcebispos de Braga.

Isto se evidencia da composição, que D. Vasco Fernandes, Mestre da Ordem do Templo em Portugal, fez com o mesmo arcebispo sobre a terça pontifical, que as igrejas de Mogadouro, e Pena-Royas deviam pagar à mitra; assentando, que pela terça, e direitos pontificaes, ou episcopaes, houvesse o Arcebispo a quinta parte dos dizimos: que houvesse a preocupação de cada huma das ditas igrejas, quando as fosse visitar: que instituisse os apresentados às ditas igrejas pela Ordem, ora fossem freires, ora seculares, sendo idoneos, os quaes prestariam obediencia, e iriam aos synodos dos arcebispos de Braga. Reserva com tudo o arcebispo D. Martinho para si a cera, e os votos, que das ditas igrejas se lhe costumavam pagar, acrescentando:

"Heremitagium tamen nostrum, quod vocatur Sancta Maria de Azinso, cum omnibus juribus, et pertinentiis suis, nobis nichilominus reservamus."

Feito o instrumento em Santarem a 16 de outubro, e novamente aprovado, e selado em Braga pelo mesmo Arcebispo a 11 de Dezembro, se acha original no archivo de Thomar."

Azinso era, também, terra de judeus. No velho caminho medieval que vai para Penas Róias, logo à saída do Azinso, ainda existe um local chamado "pelames", onde os peleiros do Azinso curtiavam as peles.

A Professora Maria José Pimenta Ferro Tavares, no seu livro "Os Judeus em Portugal no Século XV" (p. 75), regista uma comuna judaica no Azinso, no século XV.

A própria estrutura da rua da vila, ao longo do caminho, demonstra que o Azinso era uma terra de passagem.

O solstício de dezembro é festejado em alguns pontos da região, de forma que no sentido não difere dos tempos pagãos. O S. Martinho e o Entrudo, que o Abade de Baçal caracterizou como autênticas bacanais, são aqui festejados e, se o S. Martinho não passa do velho magusto e da bebedeira, o Carnaval difere de aldeia para aldeia com formas e ritos herdados já de antanho.

Religiosos praticam um misto de religião com bruxaria, não sabendo bem onde acaba uma e começa a outra e continuam com as suas promessas aos santos, tipo de religião contratual romana.

Sem qualquer sentido histórico, aqui tudo o que é velho, de uma velhice de que os vivos não se recordam, é atribuído aos mouros e em todos os locais de interesse arqueológico histórico existem tesouros, mouras encantadas e sinos em ouro, teares que só se veem na manhã de S. João, etc.

A crença das mouras encantadas é, no fundo, um vestígio do culto pagão que deificava as águas das fontes, fazendo-lhes sacrifícios e ofertando-lhes flores. A lenda dá continuidade à realidade histórica.

O título de Condes de Azinso usado apenas uma vez, foi criado por Filipe II, rei de Espanha por carta de 10-01-1583 a favor de D. Nuno Mascarenhas, senhor de Palma c. 1555, casado com Isabel de Castro c. 1555, filho de D. João Mascarenhas 1520 e de D. Helena de Castelo Branco 1520.

Não deixe de visitar a Capela de Nossa Senhora da Saúde; a Ponte romana (no caminho para Penas Róias); as Ruínas do "Castro dos mouros"; a Fonte de mergulho. Alminhas.

Os Moinhos de água da ribeira de Bastelos.

No final do século XX ali foi erigida a barragem de Bastelos com praia fluvial.

A minha tia-avó, Francisca Alzira Magalhães, era dona de olivais sem conta, sendo viúva dum dos maiores proprietários da região (cujo apelido era apropriadamente Oliveira) e tinha casado a filha mais velha com um filho do outro maior proprietário da região, herdeiro da antiga família Pimentel.

Esse genro foi presidente da Câmara de Mogadouro, exerceu advocacia e notariado, chegou a deputado da Assembleia Nacional até ao 25 de abril e depois voltou a ser Presidente da Câmara numa manifestação evidente dos seus dotes democráticos capazes de o fazerem transitar duma ditadura para uma democracia sem perder o seu estatuto. Os Pimentéis além da casa no Azinso, paredes meias com a da minha tia, tinham ainda o solar de família na aldeia de Castelo Branco a 11 km de Mogadouro (atualmente destruído à espera de ser restaurado como Hotel ou Pousada de luxo sendo apenas mantida a fachada), e do qual se fala noutro local. O outro genro era da família Castro que também residia na aldeia do Azinso e também com uma longa linhagem e religiosidade.



A MINHA MÃE E MINHA IRMÃ, TIA, AS PRIMAS, OUTRA TIA, AVÓ



PONTE DE REMONDES ANTIGAMENTE

A casa era uma casa de aldeia rústica, mas bem rica e apetrechada com todas as comodidades modernas, desde água encanada a electricidade, coisa que não se via em qualquer outra aldeia da família. Um espanto, tinha uma varanda cheia de trepadeiras e uns bancos de jardim em madeira, depois entrava-se para um enorme salão, bem fresco, com dois pequenos escritórios do lado esquerdo.

No da frente havia um magnífico gramofone com discos de 33 rpm do começo do século XX que fez as minhas delícias enquanto ouvia sons desconhecidos. A seguir havia uma pequena sala de jantar com escadas para o andar de cima e ao lado um salão formal de jantar com antecâmara.

Havia uma enorme cozinha com escano, seguida da cozinha velha de igual tamanho e que só era usada em alturas de festas. Ao lado da cozinha nova, havia uma casa de banho com água canalizada (a canalização municipal chegaria só depois de 1974) e dois quartos principais, com janela para a igreja, seguidos de mais três quartos (um deles enorme e dois interiores) onde cabiam umas oito camas.

No andar de cima além de uma varanda envidraçada, havia vários quartos com ligação a umas escadas para uma outra entrada da frente de casa e para as traseiras. (No andar de cima havia vários quartos que ficavam cheios na época

da caça). Na parte de trás havia um pátio enorme onde se construía uma casinha para albergar o gerador elétrico (dado que a eletricidade só viria depois do 25 de Abril) e em cima dela um pátio para o Toural. Havia ainda, no pátio, as casas dos dois fornos para cozer pão e folares, a entrada para a cozinha velha e a saída para as cortes dos animais. Ao cimo do pátio e ao lado do portão havia as cortes e as cavalariças nas quais havia sempre burros, e cavalos, um macho ou mula, aos quais eu ia dar de comer. Estas cavalariças davam para um enorme terreiro (O Toural), em terreno a nível superior, onde se realizavam as feiras (a feira anual dos burros foi reativada em 2004), cortado a meio por uma pequena escola primária onde a minha mãe lecionou (creio que dois ou três anos até casar em 1948).



AZINHOSO 1957-1982

Havia sempre uma presença inexplicável lá em casa, o Sr. Padre Manuel (viveu lá desde os anos de 1950 e faleceu ao virar do século XX) que era de uma paciência inacreditável e que, segundo consta, eu massacrava com beliscões irritantes, logo aos meus dois anos de idade. Mais tarde, na adolescência, tive grandes discussões filosóficas com ele, embora eu já tivesse muitas dúvidas sobre alguns dos pontos fulcrais da igreja católica apostólica romana. Nunca entendi muito bem porque é que durante as minhas estadias no Azinhoso, o padre Manuel estava sempre presente nos jantares e almoços em casa dessa minha tia-avó. Decerto que ela algo de errado fez, ou tinha a consciência pesada, pois, as minhas primas, filhas dessa tia-avó jamais mostraram laivos religiosos ou cristãos, antes se caracterizando pela sua dependência do dinheiro, pelo seu aspeto facial tipicamente judaico e comportamento avaro. Uma família de gente infeliz, mas podres de ricos. Centraram toda a sua existência em acordos e casamentos de famílias ricas para que os filhos e netos crescessem e multiplicassem a fortuna sem jamais a aproveitarem em algo de útil (ou inútil) e vivem ainda obcecadas por esse desiderato.

Quando estava a férias no Azinhoso, além do chiar dos rodados das carroças de bois que me acordava bem cedo todas as manhãs, lembrava-me de tantas coisas que é difícil coordenar pensamentos. Toda a aldeia tinha hábitos e costumes diferentes, as caras eram diferentes (mais judias? interrogar-me-ia anos mais tarde). A casa da minha tia-avó ficava paredes-meias com a do pai do genro, representando ambas as casas os mais ricos proprietários da região, verdadeiros latifundiários numa região tipicamente constituída por minifúndios. De qualquer forma havia uma ligação subconsciente importante, fora lá que a minha mãe dera aulas antes de eu nascer. Curiosamente o primeiro sítio onde ficara colocada para dar aulas havia sido exatamente no Azinhoso após ter trabalhado nas Caixas de Previdência na Rua Visconde de Setúbal, no Porto.

O Azinhoso, na minha juventude, tinha uma venda, quase em frente a casa a cem metros, na descida da Rua Direita do lado direito, onde funcionava também o posto telefónico e os correios, na qual havia um senhor meio-gago, o Henriquinho casado com a Mariazinha (falecida em março 2006) com duas filhas (a Maria Adília e outra cujo nome não recordo, Maria Arminda?). Ora bem era ali que chegavam e o Henriquinho recebia, as cartas de amor do meu pai. Como via um nome estrangeirado e gaguejava, acabava por ir bater à porta de casa para dizer à minha mãe que chegara uma carta do senhor xri dado não conseguir ler o chr... (Chrystello). Ainda hoje gozo e repito isto quando alguém tem dificuldades em pronunciar o seu apelido, adulterado milhões de vezes, desde Chrysler a Christofle, Castelo, Crastelo, Perestrelo ou Costello consoante os países, digo-lhes sempre que é fácil: xri....

Seria ali ao Azinhoso, de que tanto gostava, que o meu pai se deslocava nas férias a cantar a canção do bandido à minha mãe? Calculo o que devia custar em termos logísticos ao meu pai, partir do Porto de comboio, fazer toda a linha do Douro e Alto-Douro, bem bonita mas lenta e perigosa, demorando quase um dia de viagem, para no final fazer



transbordo de comboios no Tua até à estação mais próxima em Mogadouro<sup>22</sup>, e dali ao Azinhoso, eram mais uns 6 km até àquela antiga e importante vila, mas então apenas uma pequena aldeia perdida no meio do pó, esquecida das gentes, em terra de ninguém, sem carreiras de autocarros estabelecidas, havendo necessidade de contratar um carro de praça (táxi) para o levar até ao Azinhoso. Sem ter onde ficar no Azinhoso (nessa época os namoros eram com paus-de-cabeleira e à vista de todos e não podia ficar como hóspede na casa da família da futura noiva), teria de contratar outro carro de praça (seria o mesmo?) para ir dormir a uma qualquer pensão (não havia hotéis no Mogadouro do final da guerra) e repetir a cena nos dias seguintes. Tarefa inimaginável nos dias de hoje e – mesmo assim - incompreensível para a maior parte das pessoas.

Já sei a quem saí, nestas mirabolantes andanças amorosas. Mas de facto, o meu pai nunca lá fora namorar, limitara-se a fazê-lo no Porto, quando a minha mãe trabalhava na Federação das Caixas de Previdência antes de começar a dar aulas.

Nas minhas férias lá, com ou sem os pais, íamos muitas vezes às pequenas quintas que a família tinha dispersas em vários locais nas redondezas e, dessas idas recordo bem o aviso para não comer melancias quentes por causa da digestão. O sol era abrasador e todos usávamos chapéu, e passavam-se tardes a apanhar frutos diversos e a petiscar na sombra duma qualquer árvore antes de irmos aproveitar alguma frescura ao fim da tarde no enorme pátio do Azinhoso à copa da frondosa, enorme e centenária, figueira que fazia as delícias da minha mãe, sempre adepta deste fruto.

Teria eu uns 14 ou 15 anos quando comecei a conduzir o Volkswagen bege da minha prima Stela ao longo dos 6 km de estrada poeirenta entre o Azinhoso e Mogadouro. A uns 200 metros da entrada no Mogadouro antes do cruzamento para o vale da Madre, cedia o volante à dona do carro para que a GNR (Guarda Nacional Republicana) não me apanhasse. Era raro passar outro carro naquela estrada, creio que em todo o Azinhoso havia apenas meia dúzia de carros, 2 lá em casa dos Magalhães de Oliveira Pimentel, 2 dos Pimentéis, 1 na dos Castro e pouco mais. Suponho aliás que a única vez nessa minha aprendizagem de condução, que me cruzei com outro veículo motor foi com um carro de praça (táxi), pois o trânsito normal no início da década de 1960 era de veículos de tração animal. A estrada estreita que hoje está um pouco mais alargada e asfaltada, tinha o enorme perigo do pó que se levantava e das curvas - bem abauladas pela erosão -, em cascalho solto que podiam levar o carro para fora da estrada com muita facilidade. Havia apenas dois ou três pedaços de reta em que o carro atingia uma boa velocidade (50-60 km/h) e uma delas era junto à capela N. Sr.ª do Caminho. Mas tinha de estar sempre muito atento com a minha inexperiência de principiante às cabras, ovelhas e outro gado que passeavam pela estrada.

Mais velho, recordo-me bem que o meu avô paterno era aficionado pelos piqueniques e quando andávamos por aqueles lados (daquela metade da família) jamais escapávamos a um piquenique debaixo da ancestral Ponte de Remondes que fica quase a meio caminho entre o Azinhoso e Alfândega da Fé. (A ponte, hoje retirada da circulação pela Barragem do Baixo Sabor, esteve encerrada e em risco de cair durante 2005). Embora a água que ali corresse não fosse muita e as sombras não abundassem, o certo é que era o local favorito de piqueniques para o meu avô. embora ficasse a uma boa distância de casa (pelo menos a duas horas de condução nesse tempo).

Esta estrada cansativa, ainda hoje deve ser das mais difíceis do país com o seu traçado de mais de 200 curvas e contracurvas, manteve Mogadouro afastado do resto do país. Quando por ali passei entre 2002 e 2005 parecia que o tempo tinha parado à data da minha memória do local. A estrada estava alcatroada, mas tudo o resto permanecia igual. Hoje, existe uma nova ponte e uma via rápida mais abaixo no rio.

Uma das cenas mais marcantes destas várias férias transmontanas ocorreu, não recordo exatamente, mas foi entre 1962 e 1964, quando juntamente com os dois primos e o meu pai fomos de jipe a Penas Roias, a uns 7 km do Azinhoso, mas que à época parecia distar mais duma hora e meia. Penas Roias é um dos povoados acastelados com pinturas rupestres (Fraga da Letra de Penas Roias) que pertenceu à Ordem dos Templários e depois entrou em declínio.

*Embora tradicionalmente se afirme a data de 1166 como a de início da construção do Castelo de Penas Roias, sob a direção do Mestre da Ordem D. Gualdim Pais, a inscrição epigráfica na Torre de Menagem encontra-se bastante deteriorada.*

*É possível, entretanto, ler-se a data como "Era 1210" (da Era Hispânica, correspondente ao ano de 1172 da Era Cristã) ou ainda Era 1219 (correspondente a 1181).*

*Alguns autores pretendem ler nela o nome de Gualdim Pais, o que não é plenamente verificável.*

*De qualquer modo, os trabalhos contaram com o seu patrocínio direto, uma vez que a torre (e o castelo) inscrevem-se no movimento maior de construção de castelos templários no país, todos assinalados por inscrições epigráficas e empreendidos por Gualdim Pais, como os de Almourol, Longroiva, Tomar e outros. Sob o reinado de D. Sancho I (1185-1211), empreendeu-se novo esforço de repovoamento da vila, que passou a sede de Concelho.*

*Nesta fase, a Ordem deslocava a sua atuação mais para o Sul, para a Beira Baixa, tendo recebido os domínios de Idanha-a-Velha e de Monsanto, em 1165 (os da primeira confirmados em 1197), e uma parcela junto à Vila Velha de Ródão, em 1199.*

*O castelo dominava, à época, a pequena povoação de Penas Roias, ligeiramente afastada.*

*Posteriormente, sob o reinado de D. Afonso III (1248-1279), a vila encontra-se referida nas Inquirições de 1258, tendo recebido Carta de Foral, juntamente com Mogadouro, em 1272, foral esse renovado a Penas Roias no ano seguinte (1273).*

*Perante a extinção da Ordem do Templo, D. Dinis (1279-1325) transferiu os domínios de Penas Roias para a Ordem de Cristo (1319), acreditando-se que tenham tido lugar trabalhos de recuperação e reforço das defesas à época.*

*Conforme a iconografia de Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, c. 1509), a vila encontrava-lhe murada. Nesta fase, D. Manuel I (1495-1521) concedeu-lhe o Foral Novo (1512).*

No início de 1960 ainda não havia estrada, apenas um caminho de burros, serra acima e nem se pensava sequer na mais recente barragem de Bastelos que está aos seus pés. Por isso entramos no jipe do meu primo médico, Zeca, e com o primo Carlos Alberto e o meu pai, um pouco temerosos, que eles não eram para grandes aventuras motorizadas, lá fomos atravessando um rio (a Ribeira de Bastelos), e por entre montes e rochas despidas de vegetação se subiu o fraguado que se erguia a pique nos socacos do velho castelo.

Passava-se pela velha ponte romana ou ponte templária entre Azinhoso e Penas Roias, monumento hoje completamente ao abandono até se chegar à "fonte da Vila" monumento interessante de grande antiguidade com figuras antropomórficas que hoje também demonstra enorme desprezo. As silvas e arbustos que lhe crescem na cobertura estão lá para o provar.

A certa altura o jipe aberto voltou-se (capotou) e tivemos todos de saltar para não ficarmos debaixo. Lá o endireitamos e voltamos a subir até ao castelo onde o senhor padre, numa habitação ao lado do mesmo, nos ofereceu de dentro da sua bem recheada arca em madeira uns ricos chouriços com pão de centeio e bom vinho da região. Jamais esqueci esta aventura que me marcou para eu mesmo fazer viagens semelhantes para o resto da vida.

Em 2008 tive a oportunidade de contar esta mítica viagem histórica a um filho desse meu primo Zeca (que eu não conhecia pois não o via desde que era miúdo e aqui esteve colocado na PSP no Nordeste).

<sup>22</sup> A linha do Sabor até Mogadouro funcionou entre 1933 e 1988, e de Mogadouro – Duas Igrejas – Miranda do Douro abriu só em 1938



**CASTELO DE PENAS ROIAS (MOGADOURO)**

O castelo de Penas Róias é um Castelo roqueiro de origem anterior à nacionalidade, foi seu detentor Fernão Mendes, o Braganção, ao tempo tenens da Terra de Bragança, circunscrição na qual a localidade estava inserida.

Este facto sugere que, por essa altura, já existiria um reduto defensivo de alguma importância, pois, de outra forma, não se justificaria a doação aos Templários. A ser assim, poderão ganhar nova relevância os vestígios de torresões de planta circular, que ainda se encontram nos vértices do castelo.

Estes elementos não são comuns na nossa arquitetura militar medieval setentrional (que optou, na maioria dos casos, por torres de planta quadrangular) e podem estar associados a uma fase construtiva mais ligada à realidade leonesa (os castelos da margem direita do rio Cõa optaram sistematicamente por esta solução). Os estudos mais recentes de Mário Barroca, sugerem uma anterioridade dos torreões circulares de Penas Róias em relação à obra templária<sup>23</sup> Fernão Mendes de Bragança, em 1145, no tempo de D. Afonso Henriques, doou-o aos Templários.

Entre outras obras ergueu-se a torre de menagem por volta de 1172, conforme inscrição aí existente. Após a extinção da ordem do Templo o castelo passou à ordem de Cristo e mais tarde aos Távoras. Em 1758 já se encontrava em avançado estado de ruína.

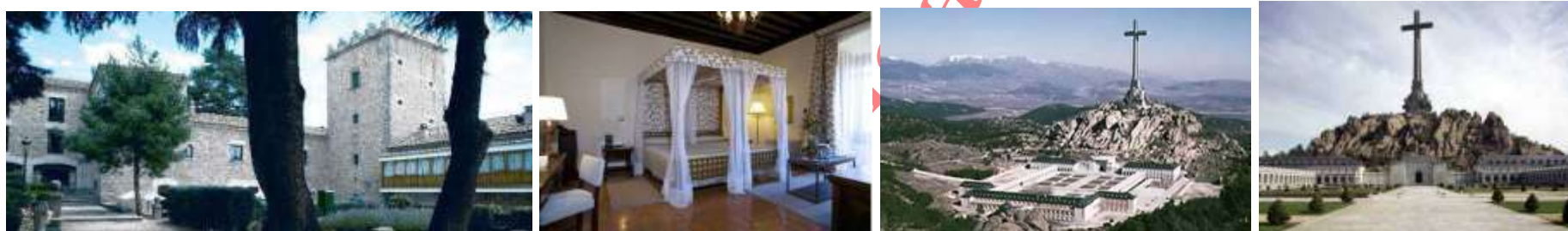
Atualmente resume-se a pouco mais que uma torre alcançada, de planta quadrangular com 5 metros de lado, de aparelho simples à base de xisto quartzítico misturado com argamassa.

A estrutura frágil da torre não permite o acesso à mesma. Perto dela existe uma pequena torre circular com uma base em talude de execução recente. A cantaria predomina nas janelas existentes a sul e a este. A porta situa-se a oeste, a cerca de seis metros de altura, e é igualmente feita de cantaria. No lintel podemos observar a cruz pátea templária com a seguinte inscrição:

"Gualdim Pais, mestre geral dos Templários, mandou fazer o castelo de Pena Roia, iniciando os trabalhos a 4 das Calendas de ... era de 1204 sendo freires assistentes frei João Francisco ...".

Penas Róias teve muralha, ainda desenhada por Duarte d'Armas no início do século XVI.

Numa dessas férias fui pela primeira vez a Espanha, com os meus pais e aqueles primos e respetivas mulheres. De Mogadouro fomos rumo a Miranda do Douro saindo para Zamora, Salamanca e Ávila.



**PARADOR DE ÁVILA**

**VALE DE LOS CAÍDOS**



**ESCORIAL**

Depois de termos andado, rua abaixo rua acima, em busca dum Hostel ou residencial qualquer que nos albergasse, sem resultados pois nesse verão estava tudo cheio, encontramos uma vaga, mas os adultos não queriam que eu visse o que eles viram, ou seja, era duma daquelas habitações de entrada e saída rápida de trânsito noturno, de ambos os sexos, e havia vestígios desse intenso trânsito nas camas.... Tivemos sorte quando tudo parecia correr mal. Como não se encontrava alojamento, acabamos por ficar no luxuoso Parador Raimundo de Borgonha na suíte presidencial, em virtude do Carlos Alberto ser – à data - secretário do ministro das Obras Públicas de Portugal, Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, e ter usado o seu passaporte diplomático para conseguir vaga, dado que o "Parador" também estava cheio. Ainda esperamos um bom bocado enquanto eles ligavam para Madrid a pedir autorização para ceder a suíte e certificarem-se de que ninguém mais importante pretendia lá ir dormir. A minha mãe e primas nunca souberam o que se passara naquela residencial que tinha as únicas vagas de acomodação em Ávila, mas regalaram-se com a estadia numa suíte que era normalmente reservada ao caudilho (o ditador Francisco Franco) ou aos altos dignitários do governo espanhol. Ficamos no Parador e eu dormi que nem um rei.

No dia seguinte em direção a Madrid, em dois carros (Fiat 1500 e Ford Taunus 17M) o Carlos Alberto Castro ao fazer uma ultrapassagem, numa reta sem fim, mas com um risco contínuo ao meio, acabou por ser apanhado pela Guardia Civil e nem o passaporte diplomático do governo português evitou que apanhasse uma pesada multa. A viagem decorreu sem mais incidentes até Madrid onde as senhoras se deleitaram nas compras no Preciados e no El Corte Inglés. Eu estava embasbacado, as jovens funcionárias ao balcão, eram todas muito encantadoras, muito sorridentes e bem mais maquilhadas que as suas colegas portuguesas que ainda raramente usavam maquilhagem. Estava deliciado e decidido a mudar-me logo para Espanha para estar perto daquelas mulheres mais atraentes. Para além da majestuosidade dos edifícios em Madrid, como as Puertas del Sol e o Museu do Prado (onde voltei em 2004), recordo dessa viagem a visita ao imponente Valle de los Caídos que o ditador Francisco Franco construiu em memória da Guerra Civil. É o único monumento que honra a memória dos dois lados da guerra civil.

Só lá voltei em 2004, mas conseguia lembrar-me do percurso, das lajes no pavimento da estrada e da subida íngreme, dos detalhes da nave, apesar de terem passado mais de quarenta anos. Igualmente vi o enorme El Escorial na Serra de Guadarama, 50 km a noroeste de Madrid.

Mandado construir por Felipe II, entre 1563 e 1584, é constituído por um palácio, um mosteiro e uma das maiores bibliotecas do mundo, ocupando 30 mil quilómetros quadrados. Tem nove torres, 9 órgãos, 16 pátios, 73 estátuas, 86 escadarias, 88 fontes, 300 celas, 1200 janelas, mais de 1600 quadros, 2673 portas, etc. foi construído em honra de São Lourenço por terem derrotado o exército francês em 10 de agosto de 1557.

Aqui jazem grande parte dos Reis de Espanha dos últimos quinhentos anos da dinastia de Habsburgo e Bourbon. O Panteão real contém os túmulos Do Imperador Carlos V (Carlos I de Espanha), Filipe II, Filipe III, Filipe IV, Carlos II, Luís I, Carlos III, Carlos IV, Fernando VII, Isabel II, Afonso XII e Afonso XIII.

Foram uns dias de passeio que me encheram de História, da grandiosidade do país vizinho e da percepção que embora vizinhos, ambos sob uma ditadura, os dois países não tinham nada a ver um com o outro. Eram bem diferentes e se bem que comunicássemos em castelhano com eles pois normalmente não compreendem português, o certo é que tinham toda uma série de atitudes bem diferentes das portuguesas.

Ainda não conhecia Lisboa (só a viria a conhecer em 1966 com 17 anos) mas adorei conhecer Madrid, Ávila, Salamanca. As estradas eram melhores, as gentes mais simpáticas, a maneira de viver mais aberta e franca. Comparados com os portugueses os espanhóis pouco ou nada tinham em comum, exceto algumas semelhanças linguísticas, sendo de uma forma geral, mais divertidos, mais luminosos e nada sorumbáticos.

#### 58.4. QUINTA DA BENDADA e SENDIM DA RIBEIRA



VISTA GERAL DE PARTE DA QUINTA DE ZACARIAS



SENDIM DA RIBEIRA

Recordo ainda, e sempre com enorme pesar, mesclado de saudade, as férias passadas na Quinta da Bendada, entre Alfândega da Fé e Sendim da Ribeira, ao lado da Quinta de Zacarias<sup>24</sup> e da Quinta de Saldonha<sup>25</sup>. Ali estive umas três vezes, pelo menos, em férias de verão com uma tia-avó e uma prima do Azinhoso.

Não havia luz elétrica muito embora um poste com cabos de alta tensão estivesse plantado a menos de cem metros da casa. O poste na Quinta, com o seu zumbido permanente assustava as gentes simples do campo, temerosas daquela inovação que não compreendiam e que lhes não servia de nada. Comia-se sempre à luz de velas, lamparinas ou Petromax. Levantar era sempre bem cedo como só acontecer nas aldeias, mal o sol despontava. Depois dum lauto pequeno-almoço de pão centeio, sempre torrado nas brasas, davam-se uns passeios, mas era sobretudo depois da habitual sesta da tarde, lá mais pela fresquinha, que se aprestava uma mula ou macho e ala cascos que estes montes eram indubitavelmente meus durante as horas seguintes, passadas – quase sempre – sem se ver viva alma. A casa de dois pisos fazia um retângulo com um terreiro, (uma zona central ampla que daria para um picadeiro, se alguém se tivesse lembrado de o construir ali), tendo a ladeá-la, a casa dos caseiros de um só piso, uma casa de aprestos agrícolas e armazém ou celeiro, e em frente havia dois lagares. A estrada em macadame passava mesmo por debaixo das janelas laterais da casa, O lagar de azeite deliciava por ver como se trabalhavam as azeitonas e quanto trabalho dava para preparar aquele líquido viscoso e esverdeado que servia para apaladar a comida.

Também vi, muitas vezes, fazerem vinho no outro lagar, em pleno terreiro quadrangular da Quinta, onde as uvas eram pisadas com os pés à boa maneira tradicional. Não esqueço o cheiro a mosto, mas evoco os céus (então ainda e sempre azuis) sem sombra de nuvens, as noites estreladas, o silêncio entrecortado pelo vento nos trigais e ocasionalmente lá nas alturas um rasto solitário dum avião europeu a caminho de alguma parte possivelmente bem longínqua. Punha-me a imaginar os destinos prováveis, consoante a direção que o rasto de vapor na atmosfera deixava, imaginando Áfricas, Américas ou apenas a mera Lisboa que ainda não conhecia embora já tivesse ido a Madrid....

Vivíamos com os sons simples dos animais e pássaros chilreantes pois não havia rádio nem televisão, que embora já inventada e divulgada nas cidades ainda lá não chegara. Para quê, se eletricidade não havia, a não ser na casa do Azinhoso onde havia um barulhento gerador a gásóleo, que muitas vezes tive o prazer de ligar? Havia em contrapartida, livros, muitos que se liam devagarosamente, como diria Mia Couto, e o tempo tinha outra duração mais compassada e menos rítmica.

<sup>24</sup> Em 2017 a Quinta de Zacarias, a 5 km de Alfândega da Fé é constituída por quatro explorações agrolforestais - Quinta de Zacarias; Quinta da Bendada; Quinta do Arquinho (ou do Cruzeiro) e Quinta do Mário Almeida, ocupando uma área plana de 950 hectares a que corresponde uma área real de 1.108 hectares. É recortada por ribeiras, linhas de água e envolvida por montes ondulados

<sup>25</sup> Na zona de caça municipal de Valpereiro, a área florestal, silvopastoril e alguma agricultura associada à encosta nascente da Serra de Bornes, que se estende até à Ribeira das Cavas, proveniente da Barragem da Camba, envolvendo as localidades de Felgueiras, Agrobom, Castelo, Valpereiro e Saldonha é um autêntico paraíso para o desenvolvimento e reprodução de animais de caça grossa. Sempre existiu a preocupação dos residentes na preservação deste vasto património. No entanto, após a constituição da Associação de Promoção e Preservação da Caça no ano de 2000, e mais recentemente com o apoio das Juntas de Freguesia associadas, que esse trabalho tem sido mais regular, organizado e dinâmico, objetivando criar as melhores condições para a manutenção do maior número possível de espécies de caça nesta importante mancha.

Era cavalgar, cavalgar e mais cavalgar, percorrer distâncias não muito grandes, um raio de 5 a 10 km, não mais, mas bem difíceis, que ali só havia montes, vales e ribeiras. Se não fossem as oliveiras, cerejeiras, sobreiros e outras árvores de fruto, lembrariam rotas misteriosas na selva de África, sobre as quais já lera tantos livros infantis ou de aventuras, porque não havia trilhos nem estradas, além dum caminho, bem pisado por cavalgadas, muito estreito e poeirento que os unia à aldeia mais próxima. Um dia caí da cavalgada no empedrado do Sendim da Ribeira e não me magoei, mas uns meses mais tarde iria descobrir uma grave lesão congénita na coluna.

Os relógios haviam parado e o tempo parecia eterno, deixava-me embalar nele e vogava ao sabor da cavalgada. Atravessavam-se rios e ribeiras e escalavam-se montes a perder de vista sem sinal de gente. As aldeias eram poucas e afastadas uma dúzia de quilómetros por picadas e trilhos onde não se aventuravam veículos.

Depois era vir para casa ao entardecer, contar as proezas dessas cavalgadas e depois dum último olhar às estrelas infundas era o dormir dos santos e justos. Ao domingo fazíamos o percurso lentamente, com a prima e tia sentadas em cima da albarda dos jumentos, de pernas à banda, rumo à igreja mais próxima, no Sendim da Ribeira.

Nessa época as aldeias tinham mais gente e os padres iam sempre lá, domingo após domingo. Era o evento da semana. Era quando se viam as pessoas todas, reunidas nos seus melhores fatos domingueiros, já puídos muitos deles até ao fio, herdados do próprio casamento que na vida do campo só se botava fato para ir à Repartição ou à missa. Quando os padres não residiam mesmo na própria aldeia (por terem várias na sua jurisdição e nem em todas tinham casa à ordem) faziam o circuito das aldeias vizinhas e celebravam missa após missa, aldeia após aldeia, burro após burro, por entre a canícula de inverno e as neves de inverno. Ainda guardo memória detalhada visual de sítios e gente que nunca mais vi.

Quando entre 2002 e 2005 tentei percorrer alguns desses caminhos descobri estradas novas donde dantes havia trilhos e picadas, e alguns dos locais tinham perdido a imagem misteriosa e mística da juventude e a memória de gentes perdidas. A velha Quinta da Bendada, herdada por uma prima (viúva do primo do De Soto), estava abandonada e decadente, depois de ter sido alugada ou vendida a um artista de telenovelas portuguesas Tó Zé Martinho ou coisa que o valha. Por vezes gostava de poder ter uma máquina do tempo e regressar a essas memórias, mas só o podia fazer através de linhas como estas que se acumulavam no ecrã do monitor.

*A localidade de Sendim da Ribeira, que dava o nome à antiga freguesia, juntamente com a anexa de Sardão, pode ser uma das mais antigas do concelho. O nome parece ser de origem visigótica e na zona existe um topónimo "castelo", que pode andar associado à existência de um castro, cujos vestígios, contudo, são hoje difíceis de identificar, devido à progressão da agricultura, particularmente dos olivais, cujo azefite, segundo alguns entendidos, é considerado dos melhores do mundo, graças ao clima ameno permitido pelo vale da ribeira de Zacarias.*

*A igreja seiscentista foi profundamente remodelada no séc. XX (1972).*

*Em 2006 tinha ainda 128 habitantes, mas apenas 92 em 2011 e hoje menos ainda.*

*A freguesia foi extinta em 2013, sendo agregada à de Parada*

Da Casa do Alto, pertencente à tia e primas do Azinhoso, na aldeia de Sendim da Ribeira onde iam á missa e, por vezes, ficavam quando precisavam de mantimentos na Quinta da Bendada e era tarde para regressarem, guardava memórias assustadoras. Lembrava-me, e nunca me esqueceria, das trovoadas fortes em pleno verão durante as quais se metiam todos debaixo das camas, embrulhados em cobertores de papa, a rezar a Santa Bárbara a pedir que a trovoadada passasse. Muitas eram trovoadas secas e essas eram as mais perigosas, tanto mais que aquela casa era o ponto mais alto da aldeia e o ribombar dos trovões ecoava como um temível castigo divino por sobre a cabeça dos pecadores... por outro lado, quando a trovoadada era mais longe à noite valia a pena ver o espetáculo dos raios a caírem em toda a volta do fértil vale. Ali, naquela casa era um espanto ver as inúmeras trovoadas à noite, quando elas estavam mais longe. Indescritível lembrança que guardo com olhos adolescentes. Foi nessa casa que me estreei nas "lides artísticas", convidando outros jovens da aldeia para me virem ouvir recitar e cantar do cimo das escadas e ficando à espera que me aplaudissem, como grande entretenimento numa terra onde essa palavra era quiçá desconhecida. Ainda há algum tempo encontrei esquecido no meio dum livro, um pequeno pedaço de papel com os nomes das melodias que entoava nessa fase. O cantor era fraco, mas ainda havia quem se recordasse dessas sessões tal como eu ainda tremo hoje quando há trovoadas secas. Já não rezo à Santa Bárbara, mas já recuperei no espólio da abandonada casa dos meus avós na aldeia da Eucísia os cobertores de papa para o caso de uma emergência.

*Para quem não sabe, o Sendim da Ribeira fica num buraco, no fundo dum vale, e em volta havia, para sul: os Cerejais, Ferradosa, Parada; para leste Vilar Chão e a norte, Vale Pereiro, Saldonha, e para oeste Gouveia e Sendim da Serra.*

*Ora todas estas terrinhas eram na altura servidas por estradas secundárias, municipais ou caminhos de terra batida, mas os montes circundantes tinham as estradas de acesso a Alfândega da Fé, a Macedo e a Mogadouro, pelo que era espantoso ver (de hora a hora na melhor das hipóteses, que o movimento era pouco na década de 60) pequenas luzes dos tremeluzentes faróis amarelados de viaturas a atravessarem os montes, por entre os relâmpagos que iluminavam todo o vale. Memorável. Essas imagens ficaram para sempre guardadas na memória. Há fotografias destas que não estando registados em negativo ou em papel, jamais esmorecem ou amarelecem na memória de cada um.*

*Foi nessa década de 1960 que se instalaram alguns postos de PBX nas aldeias, um sistema elaborado de cavilhas com doze extensões a ligarem essas pequenas centrais às pessoas mais importantes. Os meus tios-avós que viviam no Sendim da Ribeira com os primos (dois dos quais vim a reencontrar décadas mais tarde, aqui nos Açores onde se radicaram em 1960 e em 1975) tinham uma venda ou loja na qual estava instalado o Posto Telefónico da Anglo-Portuguesa de Telecomunicações ou ATP<sup>26</sup>. O Posto Telefónico ATP137 era o único contacto com a civilização.*

*As aldeias, tantas das vezes isoladas durante os nevões de inverno, sempre avessas a qualquer mudança ou modernice não acolhiam bem o telefone e daí só haver meia dúzia de linhas ligadas, em toda a área do Sendim da Ribeira. Era importante para quem tinha um aparelho daqueles em casa, com a sua manivela a dar e a dar, não esperar muito por alguém no Posto para atender.*



*O saudoso PBX era de cavilhas. Estas tinham que se colocar na ranhura. Quando uma chamada entrava na central, a tampinha caía e era só enfiar as cavilhas de dois fios nas ranhuras cujas tampas tinham caído. Depois, havia uns auscultadores de baquelite preta, bem pesados, com microfone através dos quais se perguntava a quem telefonava para onde queria ligar, qual o número, etc.*

*Entretanto trocavam-se dois dedos de conversa enquanto se discava a marcação individual do número pedido, para a Central Telefónica (Regional ou Nacional) a que o Posto pertencia. Quando, por fim, o interlocutor respondia trocavam-se as cavilhas e as pessoas podiam finalmente falar. O período da manhã era muito calmo e quase sem chamadas, depois aumentava ligeiramente até à hora de jantar, depois do qual raras vezes tocava a campainha.*

26 [a que se seguira (1968) a TLP (Telefones de Lisboa e Porto) e em 1994 passaria de Telecomunicações de Lisboa e Porto a PT Comunicações]

Para um jovem como eu, era um entretenimento delicioso controlar esta forma de comunicação e saber simultaneamente tudo o que se passava, quem falava com quem, ao mesmo tempo que me permitia ir conhecendo "virtualmente" a meia dúzia de pessoas que habitavam nas redondezas. Este sistema de telefone permitia transmitir mensagens, notícias e outros avisos numa era em que os rádios mais potentes captavam emissões espanholas e mal as portuguesas, a televisão ainda não chegara àquelas paragens, e a luz elétrica ainda era uma miragem. Aliás a TV espanhola chegou décadas antes da portuguesa. Os jornais chegavam atrasados pois apesar de usarem os comboios diários da Linha do Douro e suas ramificações, não havia depois carreiras de camionagem regulares para os sítios mais interiores e muito menos para aldeias sem estrada como eram então as aldeias da família: a Eucísia, o Azinhoso ou o Sendim da Ribeira. No inverno, muitas vezes, ficavam isolados pois a estrada de terra batida ficava intransitável. O mundo podia acabar que só viriam a saber bastante mais tarde. Ainda hoje lhe apetecia viver em sítios assim

Doutra coisa estava, porém, certo: jamais esqueceria o cheiro a carvão e as fagulhas que saltavam da locomotiva nas muitas viagens que fez de comboio do Porto a Trás-os-Montes. Do Porto ao Tua e depois no ramal da Linha do Tua em direção a Bragança tinham de sair creio que na base da Serra de Bornes em Grijó (terra do Professor Adriano Moreira) antes de chegar a Macedo de Cavaleiros. O troço entre Mirandela e Bragança foi encerrado definitivamente no dia 15 de dezembro de 1991. E é esse passado mítico que os modernos governantes estão a querer roubar-me, estão a violar a minha juventude e as minhas memórias perdidas e isso, isso jamais lhes perderei. Cambada de novos-ricos, ignorantes e alarves. Juntemo-nos todos para salvar a linha do Tua que é minha e de todos os que amam esta região, única no mundo. É o nosso património que eles querem dilapidar. (nota posterior: de nada serviram os milhares de abaixo-assinados e petições, filmes, idas à Assembleia da República). A voragem capitalista da EDP e dos interesses das barragens tudo soterraram.)

58.5. MOGADOURO

<https://blog.lusofonias.net/2020/01/18/castelo-branco-mogadouro/>

Crónica 58.5. MOGADOURO setº 2008



**SOLAR DOS PIMENTÉIS EM CASTELO BRANCO (MOGADOURO)**

**CASTELO DE MOGADOURO ANOS 80**

As únicas férias em que não fui a Trás-os-Montes coincidiram com os dois anos finais do curso liceal.

Tinha começado a namorar mais seriamente aos 16 com alguém que a família não considerava compatível com os seus pergaminhos. Vivia bem longe. Correspondiam-se às escondidas pois a jovem era seis anos mais velha. As missivas iam mais ou menos difíceis de descobrir. Até um dia em que o meu pai descobriu os tacos do parque desequilibrados e ali destapara epístolas de quentes confissões amorosas. Namoro condenado.

Eu no liceu e ela na Faculdade de Letras em Coimbra. Uma paixão anormal. Eu não o via assim. Obviamente, sentia-me o maior. Bom para a imagem, para o ego e sabe-se lá para que mais. Havia outro fator contra, era prima direita das minhas primas do Azinhoso, cuja única vocação na vida era fazer riquezas e multiplicá-las. Constavam coisas, boatos, intrigas e escárnio. Boas razões para continuar o namoro com a oposição dos pais e da prima.

Uma vez, estava eu de férias na Eucísia e ela fora, de carro de praça (táxi), visitar-me. Demorava mais de duas horas de Mogadouro na velha estrada que passava pela hoje desaparecida Ponte de Remondes, e custava um balúrdio.

Havia telefonemas infundáveis, cartas diárias, o gosto e incentivo pelos escritos poéticos do adolescente. Vivia ela no então ainda em pé e imponente, mas atualmente decrépito e arruinado Solar dos Pimentéis<sup>27</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=WW\\_I7e2vjwg](https://www.youtube.com/watch?v=WW_I7e2vjwg), o edifício é em granito branco e embora se desconheça

<sup>27</sup> O Solar dos Pimentéis é uma residência solarenga barroca com o frontispício dividido em três corpos, separados por pilastras de capitel coríntio. No corpo principal tem uma porta verga reta, sobre a qual se rasga uma janela com frontão. Por cima da cornija existe um terceiro registo, onde se inscreve o brasão dos Pimentéis, com coroa no timbre, timbre este que se inscreve num frontão semicircular. Tem a ladear o brasão duas bandeiras e palmas, ladeadas por sua vez por janelas. O segundo corpo tem uma escadaria de granito que dá acesso a um alpendre em ruínas. Acesso: EN 221, 5 km depois de Mogadouro, em direção de Moncorvo. Proteção: Imóvel de Interesse Público, Dec. nº 2/96, DR 56 de 6 março 1996. Apresenta planta retangular. A imponente fachada, articulada com largas pilastras, de bases pesadas e muito salientes, é comum para a região e a época (segunda metade do século XVIII). Este período construtivo é indicado particularmente pelas molduras das janelas, que ostentam parapeitos de brinco e remate ondulado, elementos caraterísticos do barroco. O imóvel possui a curiosidade de possuir 365 portas e janelas, uma por cada dia do ano.

A fachada central conserva, entre duas janelas, o grande brasão, magnífica peça heráldica. Os cumes que coroa a casa indicam uma época bastante avançada para a construção civil.

o arquiteto que o projetou, parece ter influências de Nazoni. Ela fazia viagens ao Porto às escondidas de todos que, com a proverbial falta de sorte, acabavam sempre descobertas. Passei a encontrar-me com ela em casa doutros primos que viviam no Porto. Mal entrei na Faculdade comecei a ir ter com ela todos os fins de semana a Coimbra, à boleia ou de comboio. Fui muitas vezes com o falecido oftalmologista Rufino Ribeiro. O filho (Paulo) frequentava a faculdade em Coimbra e mais tarde (1996) seria seu oftalmologista. Cheguei a ficar em "Repúblicas" de estudantes para passar o fim de semana em festas, latadas, "Queima das Fitas", idílios no Jardim Botânico ou na Quinta das Lágrimas.

Claro que para passar o fim de semana fora de casa sem levantar suspeitas tive de inventar uma história sólida. Como me dava bem com outro meu parente, o jovem Francisco Bernardo Correia Leite Sampaio de Almada-Lobo (Azenha), filho do Marquês de Pico de Regalados e 5º Conde da Azenha (título criado em setembro de 1852), que era da minha idade e andava em engenharia, resolvi improvisar.

Dizia que ia para a quinta dele (perto de Guimarães), fazendo depois detalhada descrição dos salões da casa senhorial sem jamais lá ter ido. Nem sabia bem onde ficava, lá para os lados de Vizela. Pensava ter encontrado o grande amor da minha vida, duradouro e eterno.

Nem sequer me recordo por quê e quando acabou ou quem o terminou. Há paixões humanas que se assemelham a furacões, umas destroem tudo, outras vão sem deixarem rasto. Vidas que pareciam impossíveis sem a presença do outro prosseguem sem recordações.

A minha prima mais velha que tanto se opusera ao namoro faria questão de eu rever esse meu amor adolescente, mais tarde (1988), numa cena caricata aquando dumas férias australianas em que escalei o Mogadouro. Ali estava ela, envelhecida (muito mais do que seria de imaginar), casada com um ex-pai e mãe de crianças. Doméstica e domesticada, dona-de-casa-desesperada como as da série televisiva, sem interesse, nem conversa de jeito, nela não se vislumbravam já sombras da antiga flama amorosa. Pelo contrário, destilava veneno e inveja e despejou fel e biles nos poucos momentos em que trocamos palavras. Abençoado ex-pai que a perdoaria.

O concelho de Mogadouro, a uma altitude média de setecentos metros, estende-se por uma área de 756 km<sup>2</sup>, numa zona essencialmente planáltica. As exceções são os conhecidos "cumes do Mogadouro", que se elevam a cerca de novecentos metros. É um amplo território, no extremo oriental de Portugal, que está repartido pelas bacias dos rios Douro e Sabor. Divide-se em 56 aglomerados populacionais, integrados em vinte e oito freguesias: Azinhoso, Bemposta, Bruçó, Brunho, Brunhosinho, Castanheira, Castelo Branco, Castro Vicente, Meirinhos, Mogadouro, Paradela, Penas Roias, Peredo Bemposta, Remondes, Saldanha, Sanhoane, S. Martinho do Peso, Soutelo, Tó, Travanca, Urrós, Vale da Madre, Vale de Porco, Valverde, Ventozelo, Vila de Ala, Vilar de Rei e Vilarinho dos Galegos. Uma população de vinte mil habitantes em 28 freguesias.

A vida das terras está definitivamente interligada ao clima com duas faces distintas: inverno rude, frio, muita chuva e neve; verão muito quente, típico dos climas continentais, sufocante. A paisagem, influenciada pelo clima atlântico, continental e mediterrânico, é muito diversificada e abundante.

As espécies mais comuns são o carvalho negral e (próximo do Douro e do Sabor), a azinheira, sobreiro e zimbro. Na fauna, lobo, raposa, javali, lebre e coelho. Sobrevoam o território as águias-reais, gaviões, mochos, gralhas, andorinhas, melros azuis (muito raros no País), estorninhos, tordeiras, pombos bravos ou cotovias. A gastronomia de Mogadouro é muito rica e variada. Nesta terra do Nordeste Transmontano, o fumeiro e os enchidos, ocupam, como não podia deixar de ser, lugar de destaque. Na economia doméstica El Rei, o porco, ocupava (e ocupa ainda) um lugar indispensável. Os recos ou laregos, são criados com todo o carinho, com as melhores viandas, para a ocasião, quase ritual, da matança. Assim, os presuntos, as alheiras, os bulhos (chouriços de ossos), os chouriços de sangue, as linguças, as bochas, os chabianos, os vilões, as tabafeias, e por fim, sua majestade, o salpicão, são, em Mogadouro, os reis da gastronomia.

Aqui se destaca a célebre posta (naco de vitela da raça mirandesa, criada em pastos naturais, assada na brasa), a marrã (porco assado na brasa), a sopa de xis, as cascas com bulho (vagens de feijão, secas, cozidas com bulhos, bochas, carne de porco gorda e outros enchidos), e os enchidos: [presuntos, alheiras, bulhos (chouriço de ossos), chouriços de sangue, linguças, bochas, chabianos, vilões e salpicão], as sopas das segadas, o cabritinho serrano, o cordeiro churro (assado na brasa), as nabiças e os queijos (cabra e ovelha churra), o mel, os "económicos", os "roscos", os "matrafões", "as rosinhas" (doce de Bruçó), os "formigos" e outras iguarias, o folar da Páscoa, O artesanato da lã é ancestral, como o do linho.

Por Mogadouro passaram os mais diversos povos. Muitos vestígios dos celtas, dos muçulmanos, dos Templários e dos Távoras, arqueológicos ou arquitetónicos, povoam ainda grande parte das freguesias do concelho. Muita coisa, no entanto, foi destruída pela febre assanhada da vingança pombalina contra a nobre família.

O seu povoamento iniciou-se, em termos documentais, a partir do IV milénio a.C. Para trás, muito deve ter acontecido, mas até hoje não foi encontrado qualquer vestígio que o prove.

O mais remoto elemento de vida humana em Mogadouro foi encontrado na Pena Mosqueira, uma anta, monumento funerário escavado em 1986 por uma equipa de arqueólogos da FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Outros vestígios arqueológicos importantes, do período calcolítico, foram encontrados nas freguesias de Peredo da Bemposta e de Urrós. Durante a época romana, as terras de Mogadouro estiveram integradas na Astúrica Augusta, capital de um dos três distritos em que estava dividido o Noroeste Peninsular. Alguns elementos desse período foram encontrados como vários altares votivos e estelas funerárias em Saldanha, Sanhoane, Peredo da Bemposta e noutras freguesias.

Durante a Idade Média, as terras de Mogadouro desempenharam um importante papel na defesa do território português, recentemente conquistado aos mouros.

Os ataques de Leão e Castela tinham também aqui uma primeira e decisiva barreira. Foram então edificados os castelos de Penas Roias (1166) e de Mogadouro (também no século XII). Estavam ligados às fortificações de Algosó, Miranda do Douro, Outeiro e Vimioso e constituíam a linha de defesa do nordeste português. Controlada a estrada mourisca, principal via de penetração dos povos inimigos, grande parte dos ataques estaria salvaguardada.

Aqueles dois castelos chegaram até nós, ao contrário do que aconteceu em muitas outras regiões do País, mas deles vão restando cada vez menos vestígios, sendo necessária uma recuperação urgente para que a degradação não atinja o seu ponto limite.

Mogadouro recebeu foral (D. Afonso II) em 1272.

Há indícios de que os espaços verdes circundantes seriam similares aos do Palácio de Mateus em Vila Real.

Considerado uma das maiores residências nobres trasmontanas, o antigo solar da família Pimentel é uma construção que remonta, muito possivelmente, à segunda metade do século XVIII, inscrevendo-se na tipologia mais comum da arquitetura solarenga setecentista, mas denunciando, nos elementos decorativos e recortes das molduras dos vãos, uma linguagem rococó (AZEVEDO, 1969, p. 127).

De planta retangular, a casa pauta-se por um desenvolvimento horizontal, ainda que equilibrado pelos eixos verticais formados pelas pilastras dos cunhais, coroadas por pináculos, pelas pilastras de capitéis coríntios que dividem a fachada em três corpos, e pela articulação porta-janela que se observa ao centro de cada um dos panos do alçado principal. Estas composições parecem "substituir" as pilastras, pois respeitam uma configuração idêntica na sua ligação à cornija. As portas do piso térreo, tal como todos os restantes vãos, apresentam verga em arco abatido, mas prolongam-se pela janela de sacada superior, que termina num frontão de lanços. São ladeadas por duas janelas, de avental e remate recortado, em cada piso. O ritmo da fachada converge no corpo central, mais estreito e sem janelas, com o portal a destacar-se pelas pilastras oblíquas que o flanqueiam, e pelo frontão superior, de maiores dimensões. Este pano é prolongado por uma mansarda, aberta por duas janelas, entre as quais se exhibe o brasão dos Pimentéis, com uma coroa por timbre. A implantação isolada do imóvel, mas no centro da povoação, marca urbanisticamente toda esta zona, ao mesmo tempo que a imponência da sua fachada reflete a imagem de poder e prestígio social que os seus proprietários pretendiam transmitir. Os alçados laterais exibem um único piso, com janelas idênticas às da fachada principal (registando-se alterações apenas nos elementos decorativos) a enquadrar a sacada, e no posterior destaca-se a escadaria de granito de acesso ao alpendre. Desde 2001 que o imóvel é objeto de um projeto de reconversão que pretende transformá-lo num hotel tradicional. (Rosário Carvalho)

Diz Luís Pardal: "O solar foi construído na entrada da aldeia edificado em planta retangular, possivelmente já na segunda metade do século XVIII como parecem indicar certos elementos decorativos, particularmente as molduras das janelas, que ostentam parapeitos de brinco e o remate ondulado, caracteristicamente barroco. Há dados que indiciam que os espaços verdes seriam similares aos do Palácio de Mateus em Vila Real. Ostenta uma imponente fachada, articulada com largas pilastras, de bases pesadas e muito salientes, num tipo muito corrente no Norte por esta época. A fachada central conserva, entre as duas janelas, o grande brasão, magnífica peça heráldica. O que faz com que este seja um dos mais elegantes solares do distrito de Bragança. Este edifício constitui um dos principais marcos arquitetónicos do concelho de Mogadouro. Foi mandado construir, em 1752, pela família dos Távoras, adquirindo brasão, em 1795, por carta de D. José I. Mais tarde, por outro Decreto Real, é conferida à família Morais Pimentel a propriedade que inclui o Solar dos Pimentéis. São os seus primeiros proprietários família da alta aristocracia com os gostos requintados pelos diferentes títulos e pelos cargos como o de vice-rei na Índia e embaixadores nas cortes europeias. O Imóvel possui 365 portas e janelas, uma por cada dia do ano".

Outra versão alega: O solar dos Pimentéis em Santa Maria de Castelo Branco foi mandado construir pela família do governador do Rio de Janeiro "Castro Morais". Como as coisas correram mal a este governador aquando da tomada do Rio pelos franceses este veio aposentado para a dita aldeia e as filhas (duas foram para o convento) casaram com familiares dos Pimentéis e Sarmentos que, por via varonil, vão ser os herdeiros do dito palacete. Os Castro Morais eram da terra, valorosos militares da casa real e comendadores da comenda de Santa Maria a Velha de Castelo Branco a par da casa de Távora. ou seja S. M. de Castelo Branco foi sempre independente de Mogadouro, com juiz e abade residentes e só com as reformas administrativas depois do liberalismo é que perdeu o seu estatuto de vila e reguengo real. É um facto que a casa de Távora, senhor de Mogadouro teve muitas vezes influência nesta comenda.

Nos nossos dias, um grupo empresarial de Lisboa pretendia instalar no antigo solar um empreendimento turístico designado de "Turismo Tradicional" e que compreendia três blocos:

- o bloco I, que englobaria todo o edifício do solar, compreendendo 20 quartos, 4 suítes, um salão de festas e um [auditório](#), recriando um ambiente típico da aristocracia do [século XVIII](#), período de construção do imóvel. A ideia era manter as linhas arquitectónicas, bem como as características do hall de entrada, corredores, [capela](#) e do salão nobre.
  - o bloco II, nas imediações do solar, que chegou a ser criado, constituindo-se em uma unidade mais vocacionada para o turismo rural, compreendendo um [ginásio](#), [piscinas](#) cobertas e descobertas, uma quadra de [ténis](#) e um centro de [equitação](#).
  - o bloco III previa a construção de uma zona de restauração, como fruto de um trabalho de recuperação e adaptação de um antigo [lagar](#) de [azeite](#).
- Numa segunda etapa estudava-se implantar um campo de [minigolfe](#) e de equitação, assim como oferecer aos visitantes um programa diversificado de atividades tais como passeios todo-o-terreno, a cavalo e viagens de barco no Douro Internacional.

Os Templários a quem a vila havia sido concedida começaram a construir a muralha que D. Dinis concluiria.

Após o século XV, a vila foi dominada pelos Távoras que edificaram um soberbo palácio, tendo, como senhores de Mogadouro, assumido importante papel na defesa de Trás-os-Montes durante a Guerra da Independência, a vila foi vítima de uma coluna napoleónica que, passando por Miranda do Douro, ocupou Bragança, Vinhais e Chaves.

Ao Marquês de Pombal se fica a dever a quase total destruição da antiga riqueza, dos seus castelos e palácios. Podemos ainda apreciar as ruínas do Castelo.

O concelho nem sempre teve a sua configuração atual. Algumas das povoações foram circunscrições independentes, com autonomia política e administrativa, rivalizando em importância social e económica com a sua sede atual. É o caso de Azinhoso, Bemposta, Castro Vicente e Penas Róias, antigas vilas com foral e concelhos com pelourinhos ainda subsistentes (à exceção do de Penas Róias) e as respetivas justiças próprias e funcionários.

Registada na documentação oficial desde há vários séculos, foi o primeiro evento deste tipo na região. Falamos da mais tradicional Feira dos Gorazes. Refere o Pe. António Rodrigues Mourinho (Júnior) em relação a este assunto: "Quem trazia o goraz para Mogadouro? Só os almocreves. Em que condições de conservação viria o peixe para Mogadouro? Salgado? Seco? Que em Portugal o povo sempre se alimentou de peixe seco ou salgado, mas principalmente seco, é um facto. (...) O peixe a uma distância de trezentos quilómetros, mesmo salgado e, neste caso, o goraz não parecia fácil aguentar-se sem perigo de corrupção".

Outros autores, no entanto, como Viterbo, encontram a origem da palavra no nome pessoal Gorazil ou Gouarazel. Mas a festa anunciava o tempo da matança dos porcos e servia para cumprir as obrigações fiscais aos «senhores do Mogadouro», justamente com carne de porco. Ditava a tradição que "os gorazes anunciavam a altura certa para começar a época das matanças do porco; as pessoas iam aos gorazes para comprar a primeira marrã [como lhe chamavam] e levavam-na como se fosse um mimo", refere o historiador.

Na feira "havia um dia para a feira dos burros, que era o dia 15; no dia 16 decorria a feira normal; e no dia 17 era a feira do gado". Do ponto de vista social, era um acontecimento de grande importância para a vila, "vinha gente de todo o lado, a pé, a cavalo, e pernoitavam na vila; era então que se cantava à desgarrada, jogava-se às cartas e a festa era aproveitada para dar início a alguns namoricos", afiança.

Em Sendim, perto de Miranda do Douro, «Grazes» (como diz o povo) é principalmente uma feira onde se vendem burros, mulas e cavalos desde há quase 300 anos, mas está a descaraterizar-se.

Para quem deixa o vale do Sabor ainda carregado de névoa e sobe até ao planalto mirandês, logo ao nascer do dia, seguindo por Carviçais, Fornos, Lagoaça, Mogadouro...há de ver as carroças dos burros que tomam a estrada de betume com a carga das primeiras horas de um dia de trabalho, ainda na companhia dos seus velhos donos. Estes animais são a principal atração dos Gorazes, todos os anos a 30 de outubro.

Atualmente, a Feira dos Burros está descaraterizada pela exposição das alfaias industriais e pelo negócio dos chineses e dos vendedores da banha da cobra.

Mas em Sendim encontram-se ainda os chapéus e os lenços pretos dos velhos e velhas que descem das suas aldeias e por ali se instalam para vender as novidades de final de Verão: queijo artesanal, cebolas, dióspiros, marmelos, romãs...

Dentro de poucos anos já não será possível fazer, assim, retratos de «velhos gorazes».

Essa tue tan grande feira  
De trinta de Outubro yê tal  
Que nun beio nestas tiêrras  
Outra que le seia eigual.

Em visita por Mogadouro, o escritor Nobel, José Saramago percebeu bem o espírito da região. Deixou impressões e memórias em "Viagem a Portugal":

"O viajante é natural de terras baixas, lá para o sul, e, sabendo pouco destes montes, esperava-os maiores. Não faltam os acidentes, mas são tudo colinas de boa vizinhança, altas em relação ao mar, mas cada qual ombro com ombro, da qual está próxima e todas perfiladas. Em todo o caso, se alguma se atreve um pouco mais ou espigou de repente, então sim, tem o viajante uma diferente noção destas grandezas, não tanto pelo que está perto, mas pela vultosa serra ao longe. Chegando-se-lhe, percebe-se que a diferença não era assim tão grande, mas bastou para promessa de um momento. A linha férrea que vai ao lado da estrada parece de brincadeira, ou restos de solene antiguidade. O viajante, cujo sonho de infância foi ser maquinista de caminhos-de-ferro, desconfia que a locomotiva e as carruagens são desse tempo, objetos de museu a que o vento que vem dos montes não consegue sacudir as teias de aranha. Esta linha é a do Sabor, do nome do rio que se force e retorça para alcançar o Douro, mas onde esteja o gosto da traquitana, isso não descobre o viajante."

Falta apenas acrescentar mais alguns dados sobre a história de Mogadouro <http://concelhos.dodouro.com/jornal/mogadouro.asp>

Também por Mogadouro passavam os Caminhos de Santiago. Temos um Caminho (principal ao nível de Trás os Montes, a nível nacional, secundários), e vários outros menos importantes, constituindo uma autêntica rede "capilar" de inúmeros caminhos jacobinos.

Este caminho principal chegava a Mogadouro vindo de Castelo Rodrigo, por duas vias possíveis: uma por Freixo de Espada à Cinta, (Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo, Escalhão, atravessava-se o Douro na barca de Barca de Alva, Quinta de Santiago, Freixo de Espada à Cinta, pelo concelho medieval de Mós, Fornos, Lagoaça, Bruçó, Mogadouro); outra por Moncorvo (Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo, Almendra, Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa, atravessava-se o Douro na barca do Pocinho, Moncorvo, Vilariça, Adeganha, Parada (atravessava-se aqui o Sabor na barca de Santo Antão da Barca, Mogadouro). Em Mogadouro o caminho de Santiago bifurcava-se: um por Mogadouro, capela de Nossa Senhora do Caminho de Santiago, Azinhoso (temos um enorme alpendre na Igreja, a grandiosidade do próprio templo e na cachorrada da igreja, cachorros com motivos dos caminhos de Santiago, como cabaças (bilhas e vieiras), depois por uma ponte medieval que ligava a Penas Róias, Algosó, Vimioso, Bragança); outro de Mogadouro, Nossa Senhora do Caminho, Algosinho (igreja onde existem cachorros representando cabaças, símbolo dos peregrinos), Ventoselo (nesta freguesia existem vários vestígios: uma pintura no teto da capela do Senhor da Boa Morte que representa Santiago peregrino, a fonte da vila ficaria na rota dos caminhos, bem como a fonte do carril, e uma antiga capela de Santiago, hoje completamente destruída), Urrós, Sendim (de Senda, caminho), Miranda do Douro).

Depois, havia inúmeros "capilares", atalhos ou desvios secundários, ao Azinhoso podia chegar-se de Santiago (neste caminho ficava o monóptero de S. Gonçalo, santo associado aos caminhos); por Variz, Castanheira, Valcerto, Algosó, Campo de Víboras, Vimioso; a Santiago (Vila de Ala), importante cruzamento de caminhos, podia chegar-se de Peredo de Bemposta (por Algosinho, Ventoselo, Vila de Ala) e de Bemposta (por Lamoso, Tó e Vila de Ala). Quem vem do sul, antes de chegar a Mogadouro, em Zava, fica a capela de S. Cristóvão, santo protetor dos caminhantes. O nome de Zava (o povo também pronuncia Zabá), virá de Zabab (que quer dizer, depressão).

Quanto à origem do nome Mogadouro, excluindo teorias fantasiosas ou menos credíveis como a origem muçulmana do nome, a versão mais corrente é do Professor Adriano Vasco Rodrigues:

Mógo significa marco implantado, ou considerado simbolicamente como separação ou divisão de um território. Tem o mesmo significado que moiom, ou linde, que é uma baliza para demarcar uma área. O termo foi importado da linguagem popular. O marco do Douro, o Mogadouro, terá nascido assim. Como judiciosamente esclarece Rosa de Viterbo, no Elucidário, no seu tempo, isto é, no século XVIII, ainda nesta região de Trás-os-Montes a palavra mógo se ligava a marco de separação dos terrenos, sendo frequente o uso deste vocábulo em Ansiães."

"A Reconquista prossegue atingindo a máxima expansão territorial daquele reino das Astúrias com Afonso III o Magno. Reinou 43 anos, tendo, desde 870, desencadeado uma série de campanhas. Chegou com as suas tropas a Coimbra e a Mérida, a antiga capital da Lusitânia. A ele se deve a fortificação e organização militar da linha do Douro à base de castelos, tornando este rio fronteira estratégica e não fronteira política. Para oriente, a difusão dos castelos deu origem a Castela, a terra dos castelos...

Este é o melhor testemunho do já unificado reino astur-leonês. Ao mesmo tempo que D. Afonso III efetuava incursões nas terras dos Mouros, repovoava o território e organizava a sua defesa. Restaurou Orense e outros povoados vizinhos de León. Repovoou parte do Minho, no atual bispado de Braga (Galiza Bracarense), e restabeleceu as sedes de bispados como as de Chaves, Braga e Porto.

Porém, a grande obra político militar e estratégica de Afonso III foi a fortificação ao norte do Douro, aproveitando as defesas naturais, de modo a quebrar as incursões para Norte. Fortificou Zamora de raiz, levantando outros castelos nos chamados campos góticos, cujo repovoamento iniciou em 893. Toro e Simancas surgiram então.

Deve datar desta altura o aproveitamento de Mogadouro como ponto estratégico e construção da primeira fortaleza, reedificada mais tarde. A toponímia é esclarecedora.

Os testemunhos mais antigos que a arqueologia descobriu, datam do século IV a.C. e foram encontrados numa mamoa em Pena Mosqueira, aldeia de Sanhoane, e noutra no Barreiro, aldeia de Vilar do Rei.

Do Paleolítico, nada se encontrou, por enquanto. Estes vestígios do Neolítico, foram encontrados numa mamoa em Pena Mosqueira, aldeia de Sanhoane, e outra no Barreiro, aldeia de Vilar do Rei.

Vejam o que diz o Dr. Domingos Marcos e o texto de Rui Cunha e Maria João Cunha, na sua já citada obra: Do período Calcolítico, transição do Neolítico para a Idade dos Metais, ou do Bronze Final, parecem ser as pinturas rupestres da Fraga da Letra, junto ao castelo de Penas Róias.

Da Idade do Ferro, conforme se constata pela edificação de vários castros em locais estratégicos de difícil acesso, por vezes em escarpas sobre o Douro, o Sabor ou o Angueira (castros de Algosinho, Vilarinho dos Galegos e Bruçó), pouco se conhece sobre a região, devido à falta de trabalhos de investigação profundos e sistematizados levados a cabo neste concelho.

Da Proto-História, registam-se os inúmeros povoados fortificados alcantilados sobre as arribas dos rios Douro e Sabor.

O Dr. Hermínio Augusto Bernardo, no seu estudo, "Povoados Castrejos Portugueses e Espanhóis da Bacia do Douro Internacional", enumera alguns castros, no concelho de Mogadouro, dos quais destacamos: Castelo dos Mouros (Bruçó); Castelo dos Mouros (Vilarinho dos Galegos); em Peredo de Bemposta; Castelo, presumivelmente um castro (Bemposta); Castelo de Oleiros (Urrós); Cerca e Caçarelhos, Picão da Bouça d'Aires (Urrós).

No castro romanizado de Picão da Bouça d'Aires (Urrós), existe um santuário rupestre chamado "Altarico".

Estes não são todos os castros que existem no concelho de Mogadouro, existem muitos mais espalhados pelo concelho, como por exemplo, o castelo da vila de Mogadouro está assente sobre um castro. Muitos deles foram romanizados.

A partir do I milénio a.C. começaram a chegar à Península Ibérica diversos povos provenientes do centro da Europa, pertencendo ao grande ramo dos Celtas.

Um povo mencionado por Estrabão e também referido em aras votivas encontradas em Castro de Avelãs (Bragança), os Zoelas [ou Zoelae] que, segundo vários autores, se estenderiam desde as serras da Nogueira, Sanábria e Culebra até, pelo menos, aos montes de Mogadouro, era portador de elementos de

cultura singular que trouxe até nós estelas funerárias frequentemente decoradas com suásticas circulares, simbolizando o sol, mas também com motivos zoomórficos como o porco e o veado.

Não se sabe se os Zoelas faziam parte destes invasores, de origem centro-europeia, eventualmente céltica, ou se faziam parte de povos autóctones peninsulares como os Ástures Augustanos, considerados "um dos mais antigos substratos étnicos da Península".

Entre o espólio deste período há um curiosíssimo conjunto de peças, gravadas e esculpidas num tipo de pedra inexistente na região, semelhante a "pedra de sabão", das quais duas esculturas representam cavalos. alguma relação com os Equaesí (Equu, do latim, com o sentido de cavalo)? Seria o cavalo o seu elemento totémico?

Também não deixa de ser curioso que Boch Gimpera localize os Equaesí entre a serra de Bornes e os cimos de Mogadouro, se pensarmos que estas peças foram encontradas em Castro Vicente, na margem direita do Sabor, supostamente em pleno território dos Equaesí. Estas e outras interrogações aguardam respostas que venham trazer luz à evidente importância do passado arqueológico do concelho de Mogadouro.

Posteriormente, a ocupação romana traz modificações significativas ao fâcies da paisagem e à organização social e administrativa. Senhores de uma técnica agrícola mais evoluída, e com um sistema produtivo desenvolvido a uma escala de mercado, promoveram o arroteamento dos campos para permitir a cerealicultura extensiva, fixaram se em estruturas construtivas organizadas, as vilae, teriam, provavelmente, fortificado infraestruturas já existentes, como no castelo de Penas Roias, conforme achados encontrados pelo arqueólogo Domingos dos Santos Marcos, romperam estradas que ligaram a região de Mogadouro à Capital do Conventus, Asturica Augusta (atual Astorga), capital da província da Hispânia Citerior, à qual pertencia Mogadouro.

No entanto, mau grado as alterações do povoamento, manteve-se a originalidade cultural deste espaço, revelada pelo estilo próprio das estelas funerárias, com elementos decorativos muito característicos, e pela ocorrência frequente dos chamados berrões". É de registar, desta época, o berrão de Vila dos Sinos (perto da aldeia de Vilarinho dos Galegos). De entre o espólio desta época, a estela funerária de Sanhoane e o curiosíssimo altar votivo de Saldanha. Depois da queda do Império Romano do Ocidente (século V d.C.), constituem testemunhos dos novos invasores, provavelmente Suevos ou Visigodos, as necrópoles medievais de Algosinho e Urrós, com os seus túmulos antropomórficos".

Na Idade Média, há a destacar o papel dos castelos de Mogadouro e Penas Róias (ambos do século XII), na linha de defesa da nossa fronteira, contra Castela e Leão. Estrategicamente bem colocados, controlando a Estrada Mourisca, esta linha de defesa foi muito importante no período de formação e consolidação da nacionalidade. Esta linha de castelos, protegia as velhas estradas romanas e medievais, pelos castelos de Mogadouro, Penas Roias, Miranda do Douro, Algoso, Vimioso, Outeiro e Bragança. Desta época são as necrópoles de Urros e Algosinho.

Algumas das povoações que hoje se integram em Mogadouro foram circunscrições independentes, com autonomia política e administrativa, que rivalizavam mesmo em importância social e económica com aquela que é hoje a sua sede. É o caso de Azinhoso, Bemposta, Castro Vicente e Penas Roias, todas elas antigas vilas, com foral, e concelhos, com pelourinhos ainda subsistentes (à exceção do de Penas Roias) e as respetivas justiças próprias e funcionários.

Mogadouro na Idade Moderna está associado à família nobre dos Távora. Apesar do extermínio que tal família sofreu, em meados do século XVIII (acusada de atentado contra o rei D. José), pela mão de um Marquês de Pombal febrilmente antinobiliárquico, alguns dos seus bens podem ainda hoje ser vistos com admiração em Mogadouro. É o caso do seu palácio, praticamente em ruínas, e a Quinta de Nogueira, perto da vila, com a sua pedra de armas em granito, setecentistas. Nos finais do século XIX, aquando da candidatura de Trindade Coelho como deputado por Mogadouro o eminente político publica um livro sobre o assunto, "A Minha "Candidatura" por Mogadouro".

O partido acabaria por não ir às urnas, mas de qualquer modo ficava uma obra excelente sobre o Mogadouro de finais do século e as confusas tricas políticas da agonia monárquica. A importância de Trindade Coelho não se resumiu, no entanto, a este incidente político. Dedicado à sua terra, como poucos, deixou obra feita. Conforme referiu João de Araújo Correia: "Era transmontano. Quem o é de raiz não pode ser discípulo de ninguém. Tem dentro de si uma Universidade. Com os olhos postos em Mogadouro, escreveu "Os Meus Amores" – livro que não é livro. É a própria terra do escritor, reproduzida pelo talento de quem lhe quer bem".

A matriz inicial de Mogadouro, antecessora da atual, era de estilo românico ou até visigodo. Não se sabe quando foi substituída por aquela que podemos ver hoje no centro da freguesia e que já é referida em documentos dos inícios do século XVI. Remodelada em finais da centúria seguinte – passou a ter três naves – voltou a sê-lo no século XVII, data em que lhe foi acrescentada uma torre quadrangular, que ainda hoje existe e que na altura simbolizava um luxo a que só as grandes paróquias podiam aspirar. As naves do templo são separadas por arcos de meio ponto bem abertos e assentes em capitéis de ordem toscana. A capela-mor, manuelina, é pequena, mas tem alguns motivos de interesse, dos quais a abóbada (com os seus arcos cruzeiros) não será por certo o menor. Entre as naves e a capela-mor, um arco triunfal e um degrau para subir para a capela-mor. Três janelas renascentistas populares iluminam de forma eficaz as três naves. Quanto ao exterior da igreja, na frontaria a torre sineira, constituída por três pisos.

O Convento de S. Francisco, referido em documentos de 1609 (frades terceiros da Ordem de S. Francisco), foi ampliado com a data incerta na frontaria, 1689, que deve indicar o ano em que as obras ficaram concluídas.

Foi mandado edificar por D. Luís Álvares de Távora, sétimo comendador de Mogadouro e extinto em 1834 – com o liberalismo - através de um decreto de Joaquim António de Aguiar, celebrizado como "mata-frades". Com uma planta em forma de cruz latina, inspirada nas igrejas jesuítas do séc. XVI, o Convento no centro da vila, tem o principal ponto de destaque a torre sineira, quadrangular, que termina em forma piramidal. O interior, é criptolateral, um estilo que só mais tarde se espalhou pelo resto do País e até pela Europa. O coro conserva as cadeiras onde os frades se sentavam. A parte do convento, cujos claustros eram fechados e de planta quadrada, revela-se como um dos mais importantes edifícios maneiristas do Nordeste.

Na etnografia do concelho há inúmeras festas, procissões e romarias, em especial no verão, em homenagem a vários santos: S. Brás, S. Pedro, S. Bento, S. João, Santa Catarina, etc. O paganismo, também tem o seu lugar, em festas como o "Velho Chocalheiro", em Bemposta, o "Farandulo" de um "indivíduo" de cara alegre e risonha que se chama Tó, ou das Festas da Bexiga em Bruçó.

Estes anos de férias transmontanas foram o apogeu da minha juventude que jamais esquecerei.

## CRÓNICA 59 DE PONTA DELGADA A LISBOA, PORTO E FUNCHAL AO SERVIÇO DE SUA MAJESTADE, 31 OUTº 2008

### 59.1. PONTA DELGADA - LISBOA

A vida tem coisas destas, está uma pessoa bem descansada na sua reforma, com o lazer como forma de vida e de repente, sem se dar conta, é chamado a prestar serviço ativo. Por vezes acontece, mas sempre no conforto do seu lar, nas suas horas vagas e consoante a inspiração diária, mas desta vez tudo foi diferente. Era preciso marchar e andar ao serviço de Sua Majestade, a Rainha Isabel I da Austrália. Uma aventura diferente e certamente não apreciada pela família, que se iria ver separada durante uns dias, pela primeira vez, ao fim de quase catorze anos. A viagem em classe executiva Ponta Delgada - Lisboa, cortesia do governo de Camberra, correu sem incidentes.

A chegada a Lisboa pela meia-noite foi acompanhada duma prolongada e inusitada espera, de mais de 45 minutos pela bagagem no terminal 2, a uma hora em que não havia mais nenhum tráfego aéreo. Fruto da ineficiência propalada pelas críticas à Groundforce que explora aquelas atividades e tem sido acusada de tudo, até de roubos. Depois foi uma alucinante viagem de táxi com um condutor obviamente no pleno uso das capacidades inebriantes do peyote mexicano ou qualquer outra droga inibidora das capacidades motoras e de discernimento. Seria daltónico? Sinais vermelhos ou semáforos verdes eram iguais. Poderia ser um caso extremo de daltonismo não fora a velocidade média de 120 km/h em plena Avenida de Roma, e a agressiva travessia da rotunda do Marquês de Pombal colocando-se à frente doutras viaturas que já ali circulavam e eram obrigadas a travar. O facto de chegar, são e salvo, foi rapidamente celebrado com a apressada saída da viatura kamikaze, à porta do Hotel Marquês de Pombal, na esquina com a avenida Alexandre Herculano.

A hora ia adiantada e o sono só chegaria pelas 4 da manhã, para um toque de despertar da TV e do telefone pelas 07.20 horas. Depois foi a ida para o salão de pequeno-almoço experimentar, pela primeira vez na vida a minha futura droga, um Nespresso de café saborosíssimo, especialmente os mais, fortes Arpeggio e Ristretto. Estava a preparar-me para me deliciar com o primeiro desses dois Nespresso quando a médica australiana, que iria coadjuvar ao longo dos próximos dias, se aproximou e se identificou.

Sáimos passados minutos, numa longa caminhada pela Fontes Pereira de Melo até Picoas e depois descendo a António Augusto de Aguiar. Paragem num consultório médico e num laboratório, antes de seguirmos, a pé, para o segundo encontro da manhã numa clínica médica e numa de radiologia que nos levaria (sempre) a pé até ao Hotel do Marquês perto do meio-dia e meia hora. Fui ao quarto refrescar-me, dei uma volta pelas imediações e sentei-me na Irlandesa, uma pastelaria nascida em 1938 pela mão de José Loureiro Botas, um prosador célebre (1902-1963). Uma refeição ligeira de prego no prato pela módica quantia de 6,50 euros. (Em 2017 era uma hamburgueria). O intervalo de almoço era curto pois, pelas 13.30, teríamos de ir a pé até à estação de metro do Parque (Eduardo VII) em frente da qual se localizava a Clínica Internacional de Lisboa e a clínica de radiologia anexa, onde tínhamos de tratar assuntos do governo australiano



relacionados com a imigração e atestados médicos emitidos em Portugal. Depois, regresssei ao hotel, passei pelas brasas a tentar recuperar algum do sono perdido na noite anterior.

*Nas poucas horas passadas na capital descobri uma cidade mais limpa do que era habitual, com os condutores (quase todos) a pararem nas passeadeiras para os peões atravessarem, menos lixo no chão, pessoas sempre apressadas como acontece em todas as cidades, e um número infimo de prédios devolutos, entaipados e em ruínas a contrastarem com modernos edifícios de escritórios e de hotéis de luxo.*

*Uma surpresa positiva e inesperada na cidade mais falida de Portugal.*

Pelas 20 horas, um amigo de longa data, dos anos áureos de Sidney, o Eduardo Guedes de Oliveira (atualmente quadro superior da GALP) veio buscar-me para irmos jantar. Fomos a uma Cervejaria Portugália nova, na zona de Alcântara - Cais do Sodré, com uma bela vista para o Tejo (e era noite) não muito longe do magnífico edifício de rico recheio que é o Museu do Oriente da Fundação do mesmo nome. Curiosamente, foi no original restaurante Portugália que assinei o meu contrato de ida para Macau nos idos de 1976, na esquina da Almirante Reis com a Morais Soares. Agora é uma cadeia de restaurantes especializados em mariscos, mas ainda tem o melhor bife com molho em toda a Península Ibérica. O sabor era o mesmo de há 32 anos... Trocamos impressões como quem troca vidas, por instantes, contando a resiliência das nossas mães, uma com 94 anos, a fumar apesar dum enfisema pulmonar, a outra com os seus achaques próprios dos seus 85,5 anos. Revisitamos passados que só nós conhecíamos da guerra de libertação de Timor, dos bastidores sórdidos da política, das manigâncias eivadas de desespero com a ambição desmesurada de Ramos Horta, as jogadas de Xanana e outros episódios como o idealismo do partido de um só homem, João Carrascalão, e as longas histórias de almoços e jantares com os timorenses sobreviventes da Segunda Grande Guerra, sempre a clamarem por justiça de parte da Austrália que para com eles tinha uma enorme dívida de sobrevivência de país independente. Dívida nunca liquidada, pois, o meu país [Austrália] sempre se limitou a explorar em proveito próprio os seus impotentes vizinhos.

A amizade é feita de encontros, destes reencontros de memórias, de vidas, que o tempo suspendera em animação. Falou-se também dos percursos dos diplomatas, bons, maus, e muito maus, que tinham sido enviados por Lisboa ao longo dos anos para Sidney e Camberra, das suas desventuras e seus amores proibidos, desvios e punições para postos remotos e sem importância como no Paquistão, Ucrânia, S. Tomé e Príncipe, em especial com relevo para o Cônsul-Geral que dormia com a empregada doméstica que trouxera de casa em Sintra. A sua promoção a embaixador fora, de facto, uma despromoção. Depois, falamos, como avós babados que éramos, das desventuras e aventuras dos netos, filhos, genros e quejandos, dos seus progressos, relatando percursos que um hiato de quase dez anos de convívio não permitira acompanhar. A vida era feita de momentos felizes que um mero jantar, em ocasiões frutidas e irrepetíveis permitia estreitar e revigorar. Despedimo-nos pelas 23 horas, sabendo ao fim de três horas que a amizade estará sempre lá, mesmo que os passos das suas vidas tenham deixado de se cruzar nas alamedas do quotidiano. São estas as alegrias da terceira idade.

*Por outro lado, não olvidemos que as cidades também têm uma vida própria e pode transmutar-se independentemente do que os próprios habitantes se não apercebem por viverem nelas.*

*Lisboa estava diferente, absolutamente mais limpa e com menos grafitti e mais civismo, havia papeleiras e cinzeiros nas ruas em frente aos prédios onde os párias leprosos dos fumadores podiam deixar as beatas ou priscas do seu vício socialmente condenável, desde que o governo decidira não ser aceitável fumar tabaco em locais fechados.*

*Era assim o mundo, longe iam os dias do glamour cinematográfico do cigarro descaído ao canto da boca dos atores da moda.*

*Agora as modas eram outras, como ser-se gay ou lésbico e era necessário garantir os seus direitos porque, como grupo, como componente social, o seu poderio político e económico assim o exigiam e vivíamos já no século XXI do politicamente correto.*

*Em Lisboa uma outra alteração se dera, as pessoas sabiam já indicar direções e apontar caminhos aos transeuntes forasteiros como nós.*

*Uma revolução pacífica se operara e ninguém dera conta.*

*A vida ao contrário dos rios não corre sempre na mesma direção, embora houvesse países apostados em descer os rápidos rumo ao abismo, mas esse não era o seu país, nem nele habitava.*

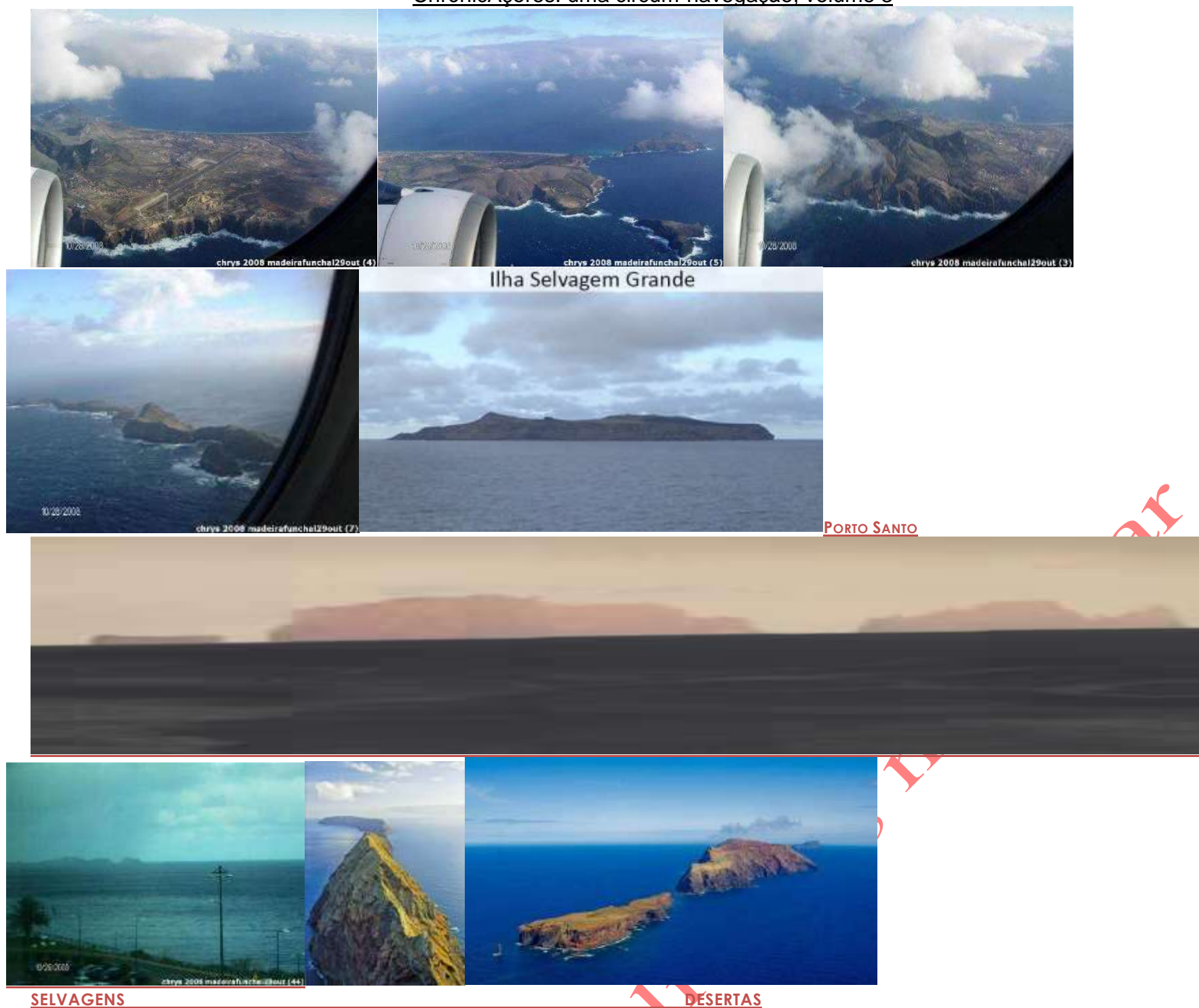
*O seu país, real ou imaginado, era ele quem o construía, dia após dia, utopia após utopia, numa galopante desfilada de morros e desfiladeiros que se entretinha a ultrapassar como se fossem meros morros ou pequenas dunas, castelos de areia que ele, mar, tinha por obrigação alisar.*

Na manhã seguinte, livre de trabalho levantei-me para um pequeno-almoço tardio e fizera o tempo render até que o seu filho gémeo mais velho me viesse visitar para irmos almoçar juntos, numa cumplicidade que, até aí, nunca existira. Incómodos de princípio, até porque a esplanada da Irlandesa estava impraticável devido às ventanias ciclónicas que nessa manhã se tinham abatido sobre a cidade com muita chuva. Acabamos, e ainda bem, por ir mais acima na mesma rua Alexandre Herculano onde um pequeno café (Pastelaria Herculano) tinha algumas mesas abrigadas para poderem almoçar. Acabamos a falar de banalidades e não só, de planos futuros quer a nível emocional quer a nível profissional e estabeleceu-se uma pequena ponte para o entendimento que até aí nunca existira. O futuro dirá se sobrevive às intempéries.

A chuva, entretanto, fazia-se sentir e pelas 13.30 já eu estava no átrio do hotel esperando a médica australiana, que a cada passo que dava me obrigava a dar dois, vegetariana, amante da natureza e de passeios a pé, com mais que um metro e oitenta e uns cem quilos bem pesados. Simpática apesar de tudo e apologética pela chatice do trabalho que acabaria por se revelar pouco exigente e bem pago.

## 59.2. LISBOA - FUNCHAL

Para quem – como eu – nunca gostou do Alberto João Jardim e algumas linhas escrevi a ridicularizar a personagem e o político que reina na Madeira há duas décadas e meia, jamais esquecerei que a minha melhor memória dele se resumia a levar com uma chuva de perdigotos dele nas suas visitas à Austrália, quando eu era jornalista da LUSA e tinha de o ir entrevistar aos clubes madeirenses em Sidney. A Madeira era um local que prometi apenas visitar depois de o mesmo ser apeado do poder. Contudo, após hora e meia de voo, a Madeira revelou-se uma agradável surpresa depois de sobrevoar a inóspita ilha de Porto Santo que é constituída por uma barreira de areia esbranquiçada orlando a costa sul, um pequeno maciço no norte e o resto é plano, entrecortado a meio por uma pista de aviação ou aeródromo.



Porto Santo, visto do ar, parece que pouco se alterou desde que Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira ali chegaram em 1418. A população de menos de três mil almas é assoberbada por mais de dez mil turistas e o equilíbrio ecológico far-se-á sentir descomedido em breve.

Minutos depois de sobrevoar a ilha avista-se a ponta sul da Madeira, do velho Bartolomeu Perestrelo, rochedos e penhascos perdidos no mar como se algum gigante se tivesse esquecido de os buscar para lançar a sua fisga, enquanto um farol solitário observa lá do alto, guardião destas ilhas e ilhotas antes infestadas por piratas. O seu pico atinge 1832 metros e fica 660 km a oeste de Marrocos, no mesmo paralelo da mítica Casablanca e apenas a 440 km das Canárias (a mesma distância que separa Timor de Darwin). Tem apenas 57 km de comprimento e 22 de largura máxima numa área de 740,7 km<sup>2</sup>. A sua população ronda os 244 300, 80% dos quais vivem na costa sul e desses cerca de cem mil vivem na capital, Funchal. Uma enorme densidade populacional, das maiores da Europa, com 330 habitantes por quilómetro quadrado. Ao largo viam-se as Desertas (ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio) e no infinito horizonte algures 250 km a sul estariam as Selvagens e o seu santuário animal. A ilha da Madeira é um enorme casario que se espria monte acima, monte abaixo, entrecortado por estradas, túneis e autoestradas que sulcam os ares, pendurados por cima de profundos vales, todos virados a sul e à baía majestosa celebrizada nas imagens dos finais de ano com fogo-de-artifício do Funchal. O aeroporto inaugurado em 2000 está em estacas a uma considerável altura e impressiona pelo feito recente da sua arquitetura, no entanto a zona continua sujeita a ventos imprevisíveis e ao fator *wind shear* que assusta tanto passageiros como pilotos.

A inclinação íngreme do terreno por onde a auto-estrada, nos leva nos 25 km que separam o aeroporto da capital, fez evocar lutas ancestrais de David contra Golias, para subjugar este terreno árduo, conquistado palmo a palmo, rocha a rocha, numa clara manifestação da vontade suprema do homem sobre a natureza. Jardim ficará sempre como o homem que cavou túneis em toda a Madeira e nela fez estradas improváveis. De noite, tudo parece um enorme presépio descendo do alto dos montes, em cascata para a bela baía, ali mesmo onde o fogo-de-artifício marca a passagem de ano mais conhecida do Império Português. Os prédios, incluindo a maior parte dos hotéis, descem do nível da rua, aí uns 5, 10 ou 15 andares até ao nível inferior onde a história se repete. De súbito desceu-se ao nível do mar cuja temperatura era então de 23 °C comparados com apenas 19 °C de temperatura do ar, um desafio a que a minha colega médica australiana não poderia resistir antes de regressarmos. Belo presépio iluminado, enquanto na marina, os iates e os grandes barcos de cruzeiro deixam inequívoca a noção de que estamos numa terra que vive quase exclusivamente de e para o turismo.

*A parte velha do Funchal, elevada a cidade em 1508, onde ainda hoje se localiza o centro nevrálgico tem inúmeros edifícios do século XV bem preservados e pintados. Ao contrário de Lisboa aqui não se veem muitos edifícios como são meras carcaças devolutas aguardando demolição.*

*A Catedral, verdadeiro ex-libris, intacta desde a sua construção, foi a primeira Sé ultramarina. Nos anos 90 do século XV, D. Manuel I enviou o arquiteto Pêro Anes para trabalhar no desenho da catedral do Funchal, que ficou concluída em 1514.*

*No entanto em 1508, quando o Funchal foi elevado à categoria de cidade, já se celebravam missas no templo. Contudo, o coruchéu da torre sineira e mais alguns detalhes só vieram a ser finalizados cerca dos anos de 1517-1518.*

*Destacam-se ainda o Palácio de São Lourenço (trata-se da primeira fortaleza e foi construído entre 1529 e 1540), o Paço Episcopal (originalmente construído em 1567, posteriormente melhorado e ampliado que voltou a sofrer modificações nos séculos XVII e XVIII, apresentando assim características maneiristas e barrocas. Da original construção destaca para a arcaria do tipo "loggia" à italiana e para a capela de São Luís. Na primeira metade do século XX, foi beneficiado com obras para acolher o Museu de Arte Sacra do Funchal. Os seus arcos impressionam qualquer visitante que parece ter recuado no tempo e na história.*

*O Museu é constituído por coleções de pintura, escultura, ourivesaria e paramentaria, cronologicamente entre os séculos XV e XIX. É de realçar, ainda, a coleção de escultura flamenga, proveniente especialmente de Malines e de Antuérpia dos séculos XV e XVI, a qual chegou à Madeira no século XVI na*

### Crónica Açores: uma circum-navegação, volume 3

chamada época áurea da produção açucareira. Os painéis flamengos distinguem-se não só pela sua grande qualidade como pelas grandes dimensões, pouco comuns nos museus da Europa. Ainda a salientar o Forte de São Tiago datado de 1614 quando o domínio quase absoluto dos Portugueses nas rotas do Atlântico Norte, não merecia qualquer cuidado especial na defesa das ilhas. Por esta razão, em 1566, o Funchal acabou por ser vítima dum terrível ataque desencadeado pelos corsários, mas, apesar da constante iminência de novo ataque, só em 1614 é que se construiu a Fortaleza de Santiago com o intuito de proteger a cidade.

Em 1767 foi ampliada e foi usada com fins militares até 1992, altura em que foi cedida ao Governo Regional que decidiu utilizá-la para fins culturais.



FORTE DE SÃO TIAGO

FORTE DO PICO

FORTE DO PICO

QUINTA VIGIA (OU QUINTA LAMBERT OU DAS ANGÚSTIAS)



CÂMARA MUNICIPAL FUNCHAL



CATEDRAL



O Forte de São João Baptista (Fortaleza do Pico) na zona de São Pedro, como reduto militar foi edificado no começo do século XVII, em forma de estrela com quatro baluartes pentagonais, cujo projeto foi provavelmente feito por Mateus Fernandes III. Já no século XX foi instalado aqui o Posto Rádio Telegráfico do Funchal, para além de outras antenas, passando o forte a ser conhecido pela população como Pico Rádio.

Nos dias de hoje este conjunto militar é ocupado pela Armada que dispõe de uma sala museu, sendo possível a partir do forte admirar uma bonita paisagem sobre o Funchal.

Havia ainda a assinalar o Teatro Municipal Baltazar Dias datado de 1888 e a Quinta Vigia (ou Quinta Lambert ou das Angústias) ilustrativa das mansões do século XVII onde viveu a Rainha Adelaide de Inglaterra, o Duque de Luchtenberg e a Imperatriz Amélia, sendo a atual residência do Presidente do Governo Regional...

### 59.3. ALGUMAS NOTAS SOBRE A HISTÓRIA

Nos finais do século XV, com base na exploração do açúcar, a Madeira torna-se um centro internacional de negócios de capitais alemães, mercadores italianos e flamengos, sob a Coroa portuguesa. A produção e distribuição do açúcar foi uma das bases do capitalismo mercantil internacional da época moderna.

O porto teve um enorme incremento, por ali passando os interesses e os agentes económicos da nova sociedade mercantil, como Cristóvão Colombo, então negociante de açúcar, que ali residiu e casou com Filipa Moniz, filha do falecido Capitão de Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo.

A importância do porto levou a que o pequeno burgo medieval fosse objeto de atenção especial de D. Manuel, mesmo antes de ser rei de Portugal.

Em 1486, como duque de Beja, dera ordens para se construir um núcleo administrativo central, entre o burgo medieval de Santa Maria Maior e a área senhorial de Santa Catarina e São Pedro, residência de João Gonçalves Zarco. Cedeu o "seu" Campo do Duque, mandando aí construir a Câmara, com Paço para os tabeliães e uma "Igreja Grande", que depois transformou em Sé. Tendo a sua mãe, a infanta D. Beatriz, instituído as alfândegas (1477), no Funchal e Machico, mandou levantar um importante edifício para Alfândega.

Dado o regime de ventos, todas as armadas da Europa com destino ao Atlântico Sul e ao Índico, passavam pelos seus mares. O mesmo sucedia com as armadas holandesas e inglesas rumo à América Central.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a ilha assegurou uma posição estratégica e comercial graças a um novo produto: o vinho da Madeira. A vinha fora introduzida pelos primeiros povoadores.

Em 1455, o navegador veneziano Luís de Cadamosto, ao visitar a Madeira, referia a excelência das uvas madeirenses.

Em meados do século seguinte, William Shakespeare fez referência aos vinhos da Ilha em algumas das suas peças. A sua fama seria tão importante, principalmente o malvasia, que o dramaturgo descreve que o duque de Clarence, irmão do rei Eduardo IV, escolhera morrer afogado num tonel deste vinho.

Nos séculos seguintes, são atribuídas aos vinhos madeirenses qualidades terapêuticas cuja excelência aumentava com as longas viagens marítimas, pelo que as grandes armadas a caminho das Índias Ocidentais e Orientais ali paravam para se abastecer.

No século XVIII, o almirante James Cook, tripulando o Endeavour (1768) e o Resolution (1772) lá esteve com especialistas, que descrevem a flora e a fauna da Madeira. A importância estratégica foi reconhecida pelo Almirantado Britânico em meados do século XVIII, levando a constantes levantamentos geodrográficos. Perante a instabilidade política na Europa, decorrente das campanhas napoleónicas, em finais de 1801 uma importante armada de mais de 100 navios ancorou os seus 109 navios na larga baía, desembarcando um contingente militar sob o comando do general Henry Clinton, que ali permaneceu enquanto decorriam as negociações no Continente.

Nova ocupação ocorreu quando os franceses invadiram a Península Ibérica, em finais de 1807. A corte portuguesa fugiu para o Brasil, não tendo ficado à mercê das forças napoleónicas, como ocorreu com a espanhola.

A Madeira conheceu uma ocupação mais longa, que se prolongou para além dos tratados de paz. Pela Madeira, a caminho do exílio em Santa Helena, passou o imperador Napoleão Bonaparte, que foi presenteado com frutas, livros e uma pipa de vinho.

No século XIX correu pela Europa a fama do clima, recomendado para terapia de doenças pulmonares. A Ilha torna-se uma importante estância de veraneio, por ali passando importantes cabeças coroadas, como as imperatrizes do Brasil, as arquiduchessas Leopoldina da Áustria (1817), e Amélia de Luchtenberg (1852). Pela Madeira passaram, em longas estadias, a rainha Adelaide de Inglaterra (1847), o príncipe Maximiliano Napoleão, duque de Luchtenberg (1850), e o futuro imperador Maximiliano do México e mulher, Carlota da Bélgica (Inverno de 1859-1860).

A figura mais marcante foi a imperatriz Isabel da Áustria, que ali se recolheu entre 1860 e 1861. A imperatriz Sissi, como ficou conhecida na bibliografia romântica, nunca esqueceu os momentos na Ilha, onde foi pela primeira vez fotografada, tendo regressado em 1893-94.

Os Habsburgo haveriam de ficar para sempre ligados à Madeira, ali tendo falecido no exílio, Carlos de Áustria, o último imperador, em 1922. O seu corpo repousa na igreja matriz de Nossa Senhora do Monte, frente à quinta onde passou os seus últimos dias. Foi reconhecido para beatificação em 2004.

Cite-se ainda o conde Alexandre Charles de Lambert, ajudante de campo do imperador da Rússia, que se fixou na Ilha nos inícios de 1863. Casado no ano seguinte, ali morreria antes do nascimento do seu herdeiro. O conde Carlos Alexandre de Lambert, nascido na Madeira a 30 de dezembro de 1865, depois marquês de Lambert, foi um dos pioneiros da aviação francesa, atribuindo-se-lhe a invenção dos hidroaviões.

O primeiro raide internacional sobre o Atlântico teve como destino o Funchal em 22 de março de 1921 e a viagem de Lisboa foi feita pelos pilotos Sacadura Cabral, Gago Coutinho e Ortins Bettencourt, com o mecânico Roger Soubiran, num F 3, com motores Rolls-Royce. Serviu de ensaio para a viagem que aqueles pilotos efetuaram no ano seguinte entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

Com o final da segunda Guerra Mundial as primeiras carreiras aéreas regulares com carácter turístico foram para o Funchal. O voo inaugural da Aquilla Airways ocorreu a 15 de março de 1949, iniciando-se as viagens regulares e comerciais a partir de 15 de maio seguinte, com hidroaviões que, procedentes de Southampton, amaravam na baía.

A pista do aeroporto da Madeira tinha má fama, pela curta pista que, cercada pelo oceano e por montanhas, tornava a aterragem complicada até para os pilotos mais experientes. Com uma pista de 1.400 metros, o Aeroporto foi inaugurado a 8 de julho de 1964, com toda a pompa e circunstância, pelo então Presidente da República, Américo Tomás, embora a primeira aterragem se tivesse dado em 1958. Em 19 de Novembro de 1977 ocorreu um trágico acidente, que custou a vida a 130 pessoas, quando um avião da TAP falhou a aterragem, caindo ao mar.

Em 1985 foi inaugurada a primeira ampliação da pista, para mais 200 metros. A pista original aumentada em 400 metros depois do incidente do Voo 425 da TAP em 1977, foi reconstruída em 2003, praticamente dobrando o tamanho da pista construída acima do mar.

Em vez de proceder a aterros, foram construídos 180 pilares com 70 metros de altura cada, que sustentam a construção. O aeroporto ganhou o Outstanding Structures Award do IABSE, considerado o Óscar da engenharia, num projeto do Eng.º Edgar Cardoso, completado por Segadães Tavares.

O Funchal foi elevado a cidade em 1508, e é na sua parte velha onde hoje se localiza o centro nevrálgico com inúmeros edifícios do século XV bem preservados e pintados. Ao contrário de Lisboa aqui não se veem edifícios que são meras carcaças devolutas aguardando demolição.

A Catedral, verdadeiro ex-libris, intacta desde a sua construção, foi a primeira Sé ultramarina. Nos anos 90 do século XV, D. Manuel I enviou o arquiteto Pêro Anes para trabalhar no desenho da catedral, que ficou concluída em 1514. No entanto, quando o Funchal foi elevado a cidade, já se celebravam missas no templo. Realce-se ainda o Teatro Municipal Baltazar Dias datado de 1888 e a Quinta Vigia (Quinta Lambert ou das Angústias) ilustrativa das mansões do século XVII onde viveu a Rainha Adelaide de Inglaterra, o Duque de Luchtenberg e a Imperatriz Amélia, sendo a atual residência do Presidente do Governo Regional.

Digno de menção o Forte de São Tiago construído em 1614 quando o domínio dos Portugueses nas rotas do Atlântico Norte, não merecia cuidado especial na defesa das ilhas. Por esta razão, em 1566, o Funchal acabou por ser vítima dum terrível ataque desencadeado pelos corsários.

Apesar da constante iminência de novos ataques, só em 1614 se construiu a Fortaleza de Santiago com o intuito de proteger a cidade dos piratas. Em 1767 foi ampliada. Foi sempre usada com fins militares até 1992, data em que foi cedida ao Governo Regional para fins culturais. O Forte de São João Baptista (Fortaleza do Pico) na zona de São Pedro, como reduto militar foi edificado no começo do século XVII, em forma de estrela com quatro baluartes pentagonais.

No século XX foi ali instalado o Posto Rádio Telegráfico e outras antenas, passando a ser conhecido como Pico Rádio. Hoje é ocupado pela Armada que dispõe de uma sala museu, com bonita paisagem sobre o Funchal.



NOVO AEROPORTO FUNCHAL



RESTAURANTE SANTO ANTÓNIO

#### 59.4. HÁ FUNCHAL E FUNCHAL

Voltando às minhas primeiras impressões da Madeira, constatei que havia inúmeros autocarros, muitos e modernos, a circularem a horas certas, e o trânsito cuja fama era de estar sempre congestionado fluía, sem abrandar desde as sete da manhã como pude observar na televisão local. Parece nunca parar até cerca da meia-noite. Só então a cidade respira e descansa dum dia mais, invadida por milhares de forasteiros que diariamente aqui desembarcam para uma estadia média de uma semana.

Cem mil dos 280 mil habitantes da ilha vivem na cidade, com 80% da população na costa sul. Há aqui progresso e desenvolvimento (de betão), aqui vê-se obra, motivo porque o Jardim volta sempre a ser reeleito com larga maioria. Aqui os políticos deram algo que se possa ver. Não contesto a falta de liberdade e nepotismo que possa existir, mas limito-me a observar o desenvolvimento económico da pequena ilha. Há inúmeras obras destinadas a facilitar a vida dos que vivem fora da capital, onde os preços imobiliários são mais convidativos.

No Funchal, assiste-se ao aparecimento da "máfia" russa que adquire prédios e propriedades como uma criança na loja de doces. O taxista que nos trouxe e nos levou ao aeroporto contou que na semana anterior andara com uma família russa que apenas gastara dinheiro vivo (al contado) tendo comprado um palácio ou mansão oitocentista, mais um apartamento de luxo sobranceiro ao mar num dos mais modernos condomínios, e duas viaturas topo de gama, tudo com uns trocos saídos duma pasta...

Outras cenas passadas em hotéis com russos assinalavam que a sua idade média é de cerca de 40 anos, que chegam acompanhados da mulher e filhos e colocam as jovens amantes de 20 anos no quarto ao lado. Mais do que uma vez surgia a mulher, ou a amante, nuas na receção do hotel a pedirem ajuda da ameaça de os maridos ou amantes as matarem. Logo surgia o russo pagando os estragos e pedindo desculpas por se ter excedido com a bebida, mesmo que nos dias seguintes a cena se repetisse. Esta é a nova fronteira, o faroeste, para os russos milionários feitos do nada, da noite para o dia. Pude avistar e ouvir vários nas escassas 24 horas que ali passei. Havia também um verdadeiro corrupio de turistas escandinavos, alemães, holandeses e até portugueses, em cada canto da cidade, em grupos ou isolados, mostrando o lado cosmopolitíssimo da ilha.

Tudo é feito para o turista e pelo turista. Tudo se paga desde o café expresso ao pequeno-almoço à água gelada, numa ótima manifestação da ótica de maximização do lucro ali existente. A mesma que quase me impedia de deixar o quarto pelas 13.30 pois queriam o mesmo vago pelas 12.00 certas. Foi preciso eu intervir junto da superiora hierárquica da receção para que nos autorizassem a deixar o quarto mais tarde, apesar de terem sugerido que eu e a colega médica australiana partilhássemos o quarto para mudar de roupa ao chegarmos das nossas reuniões de trabalho. Mesmo assim, ao chegar pouco depois das 12 horas já a chave eletrónica se recusava a abrir a porta pelo que tive de subir novamente à receção para eles alterarem o código.

Nota-se (neste hotel Regency Cliff na Travessa da Quinta Calaça) um tratamento impessoal, maciço, talvez devido ao facto de a nossa ser uma mera estadia de uma noite, facto anormal dado que a maioria das pessoas aqui passa uma semana ou mais. A cadeia Regency tem mais quatro hotéis no Funchal, o Regency Palace, o Club, o Chiado e o Regency Yacht.

Após o pequeno-almoço lá apanhamos um táxi (ela queria ir a pé os mais de cinco quilómetros que distávamos da cidade) até ao consultório dum médico inglês, nascido e radicado na Madeira há 27 anos, uma espécie de personagem saído duma cena de Hemingway ou quejanda. O médico meteu-nos no seu jipe e levou-nos a outra ponta da cidade ao laboratório de radiologia, onde os meus serviços eram desnecessários dado que o médico chefe era de origem madeirense

nascido na África do Sul e fluente na língua de sua majestade. O médico inglês acabaria por nos deixar no centro da cidade no exato momento em que a chuva desabara, uma vez mais. Tive de apanhar um táxi onde mais uma vez o condutor (este de idade avançada) foi capaz de comunicar em inglês antes de lhe dizer que falasse na língua de Camões. A minha colega australiana não almoçou para poder ir dar um mergulho nas quentes águas atlânticas, que se vislumbravam cem metros abaixo da varanda dos nossos quartos de hotel virado para a baía junto à Ponta da Cruz.

Eu fui almoçar logo que abrandou a chuva que nos perseguia desde a véspera, a um restaurante de grelhados (*Monumental Grill*) na Estrada Monumental Edifício Naval Mar Bloco A r/c - Loja B - S. Martinho onde degustei um ótimo *Fillet Mignon* de mui tenra carne local. Acabei o almoço mesmo a horas de vagar o quarto pelas 13.30 ficando no átrio a observar o movimento ininterrupto de hóspedes, e a vida que fervilhava cá fora na rua, enquanto o tempo não passava para nos levar de volta ao aeroporto, enquanto escrevinhava mais algumas notas deste Diário de Bordo. Foi ali mesmo que decidi voltar com a família, com mais calma e mais dinheiro para gastar pois aqui o dinheiro é rei e senhor.

Na véspera, poucas horas após a chegada, dois bons colegas e amigos da Universidade dos Açores, o António Bento (faleceria em 2016) e a São Figueira de Sousa e seu marido tinham vindo buscar-me para me levarem numa volta pela cidade. Fomos jantar e comer a típica espetada ao restaurante Santo António que granjeou fama pelos seus grelhados e, especialmente, pelos tradicionais "kebabs" típicos em plena Estrada da Ribeira Brava - Câmara de Lobos, João Gonçalves Zarco 656 - Estreito, sobranceira ao Funchal.

O Estreito fica a apenas 5 km de Câmara de Lobos. A grande especialidade desta casa, fundada em 1967, é espetada, um verdadeiro ex-libris. Vem acompanhada por batata frita e milho frito que eu nunca provara. Bastante saboroso era o "Bolo do Caco," uma espécie de pão com alho. As espetadas suspensas tinham um comprimento de um metro, sendo duas mais do que suficientes para os quatro convivas.

O bolo de milho cortado aos cubos assemelhava-se a tofu, mas era bem saboroso, acompanhando uma sala da mista e batatas fritas. A conversa foi posta em dia, recordando-se os momentos mais memoráveis dos Colóquios da Lusofonia e do último Encontro Açoriano onde haviam estado presentes. A conversa fluía naturalmente fruto da sede de quem vive como eu, quase um eremita a maior parte do ano, sem pares intelectuais com quem falar e ter uma conversa decente. Entre as 19 e as 24 horas passaram-se horas animadas, fortalecendo laços que os colóquios tinham cimentado para anos vindouros.

A gentileza e a bonomia dos presentes faziam uma pessoa sentir-se em casa. Prometi que lhes levaria a mulher e o meu filho na próxima visita para nos servirem de guias na insuspeita Pérola do Atlântico. Falamos da censura, do cinzentismo que a globalização trouxera, do carneirismo da educação e dos mínimos denominadores comuns, tanto mais que fora anunciada nesse dia, a proposta da famigerada Ministra da Educação de que nem uma só criança deveria chumbar até ao nono ano de escolaridade.

A pergunta que se impunha era para que servia ir à escola se não era para aprender, mas sim para passar de ano. Por que se não promulgava que todas as crianças nascidas em Portugal iam diretamente para o 9º ano? Era mais fácil, económico e impressionava os homens das estatísticas em Bruxelas. Falou-se da inação das universidades e politécnicos, das horas negras que se avizinham face à depressão global que nos ronda e sitia, juntaram-se planos e propostas para o futuro dos colóquios e sua projeção como motor da lusofonia nacional. Uma verdadeira delícia, horas que voaram sem que nos apercebêssemos.

### 59.5. FUNCHAL – PORTO 31 outubro 2008



Sempre me fascinaram as nuvens vistas do ar como castelos de neve, como montanhas de gelo em movimentos perpétuos, como flocos de açúcar como algodão doce daquele que se vendia nas feiras de antigamente. Fico sempre ensimesmado, fascino-me a observar as nuvens, de dentro do avião como se estivessem imóveis para toda a eternidade, tal como antigamente se comportavam os gelos eternos e a neve no Kilimanjaro.

Noutros casos, voam em direção oposta como se quisessem fugir ao seu volátil destino. Há-as de todos os tamanhos, cores e feitios e nunca sei como resistir ao desejo incontido de abrir a porta do avião e agarrá-las, apertá-las, esfarelá-las e, por fim, espalhá-las aos quatro ventos do mundo. Ainda hoje senti uma vontade irreprimível de ir fazer surf nelas, naquele imenso oceano de nuvens que separava o Funchal do Porto.

Mas nos céus havia outras, muitas outras, mais altas e misteriosas, quase invisíveis e essas eram etéreas, pareciam farrapos de nada arrancados à vida. Sombras quase invisíveis, talvez espíritos, quem sabe? Eram fugazes como o tempo sem deixar rastros nem assinaturas.

Um dia, eu sei, irei com elas, mas hoje ainda não posso, tenho uma viagem por acabar. Mas não irei sem aqui vos falar deste fascínio antigo que persigo sempre que estou a bordo dum avião. As que vi hoje eram um encanto, acumulavam-se como se fossem uma enorme família de milhões e milhões de nuvens de todos os formatos, ora crescendo-se ora reduzindo-se a fiapos, ora engrossando como enormes planícies de melancolia esbranquiçada que davam lugar a montes e montanhas.

Eu vi-as e elas fugiam-me sempre. Tinham medo de serem agarradas, até fugiam do meu olhar com medo de serem aprisionadas, ou devoradas por este monstro tonitruante de metal que as violava, perfurando-as como a espada de São Jorge trespassara o Dragão. Ficavam para trás, todas doridas, descompostas, sem a dignidade com que as vira apenas uns segundos antes. Mas cedo se recompunham e recomeçavam novo ciclo de vida através da água que a sua presença, quase sempre, augura. Se alguém as apanhar, antes de mim, pode quebrar este ciclo vital. Elas podem, subitamente, deixar de acumular o orvalho da terra para converter em chuvas que regam montanhas e fazem jorrar os rios. Sem elas não haveria vida na terra e não podemos interromper essa etapa, mesmo quando somos caçadores de nuvens frustrados como alguns que bem conheço.

<p>Cirros – vem de cirrus, cacho de cabelo, franja - como a penugem de aves - são as nuvens mais comuns, altas, delicadas, brancas, fibrosas, geralmente esbranquiçadas, com aspeto de penas ou flocos de lã. Pairam à altura média de 9 km. São finas e compridas e formam-se no topo da troposfera. Formam estruturas alongadas e permitem inferir a direção do vento àquela altitude (geralmente de Oeste). A sua presença é normalmente indicadora de bom tempo</p>		<p><b>Cirros-cúmulos</b> - aparecem sob forma de bolinhas muito pequenas e brancas, ordenadas em bancos ou campos de nuvens. São também constituídas por cristais de gelo, mas aparecem raramente. São menos vistas do que os cirros. Aparecem como pequenos puffs, redondos e brancos. Podem surgir individualmente ou em longas fileiras. Normalmente ocupam uma grande porção de céu.</p>	
---	---	--	---

<p>Cirro-estratos - mostram-se como véu esbranquiçado, fibroso ou liso, mais espesso que os cirros, constituído predominantemente por cristais de gelo. São as nuvens finas que cobrem a totalidade do céu. Como a luz atravessa os cristais de gelo que as constituem, dá-se refração, dando origem a halos. Na aproximação de uma forte tempestade, estas nuvens surgem muito frequentemente e, portanto, dão uma pista para a previsão de chuva ou neve em 12 - 24h.</p>		<p>Altos-cúmulos - são as nuvens denominadas vulgarmente de "carneirinhos", como que novelos, formadas por gotas de água líquida, com os bordos claros e zonas sombreadas no interior, reunidas em faixas alongadas. São nuvens médias que são compostas na sua maioria por gotículas de água e quase nunca ultrapassam o 1 km de espessura. Têm a forma de pequenos tufo de algodão e distinguem-se dos cirros-cúmulos porque normalmente apresentam um dos lados da nuvem mais escuro que o outro. O aparecimento destas nuvens numa manhã quente de Verão pode ser um sinal para o aparecimento de nuvens de trovoadas ao final da tarde</p>	
<p>Alto-estratos - são, na maior parte das ocorrências, nuvens em forma de véu uniforme, cinzento-azulado, raramente fibroso, através das quais o Sol e a Lua surgem enfraquecidos na sua luminosidade, como se os vissemos por um vidro fumado. Os altos-estratos contêm gotículas de água e cristais de gelo, além de flocos de neve e gotas de chuva. São muito semelhantes aos cirrostratos, sendo muito mais espessas e com a base numa altitude mais baixa. Cobrem em geral a totalidade do céu quando estão presentes. O Sol fica muito ténue e não se formam halos como nos cirrostratos. Uma outra forma de os distinguir é olhar para o chão e procurar por sombras. Se existirem, então as nuvens não podem ser alto-estrato porque a luz que as consegue atravessar não é suficiente para produzir sombras</p>		<p>Nimbo-estratos - espessas camadas de nuvens baixas, cinzentas-escuras, cuja base inferior é reforçada por nuvens esfarrapadas, que dão chuva ou neve contínuas. A precipitação pode não atingir o solo, por se evaporar antes. Os nimbo-estratos compõem-se, de gotas de água em temperaturas mais baixas que aquela em que ocorre a solidificação, gotas de chuva, flocos e cristais de neve, ou mistura de formas sólidas e líquidas. Estão associados aos períodos de chuva contínua (de intensidade fraca a moderada). Podem ser confundidos com alto-estrato mais grossos, mas os nimbo-estratos são em geral de um cinzento mais escuro e normalmente nunca se vê o Sol através deles.</p>	
<p>Estratocúmulos - nuvens brancas ou cinzentas, arredondadas, dispersas ou reunidas em bancos, distribuídas por uma camada horizontal pouco espessa. Contêm partículas de gelo misturadas com gotas líquidas. Nuvens baixas em filas ou agrupadas noutras formas. Normalmente consegue ver-se céu azul nos espaços entre elas. Produzem-se frequentemente a partir de cúmulos por altura do pôr-do-sol. Diferem dos altos-cúmulos porque a sua base é muito mais baixa e são bastante maiores. Raramente provocam precipitação, mas podem provocar aguaceiros no Inverno se se desenvolverem verticalmente em nuvens maiores e os topos atingirem uma temperatura de -5°C.</p>		<p>Estratos - vem de stratus, são nuvens típicas dos crepúsculos, baixas, alongadas e horizontais, em camadas uniformes, sem estrutura visível. São constituídas por gotas de água ou, se a temperatura for muito baixa, por partículas de gelo; a precipitação característica é o chuveiro. Habitualmente cobrem todo o céu e lembram um nevoeiro que não chega a tocar no chão. Normalmente não originam precipitação, que, a ocorrer, o faz sob a forma de chuveiro.</p>	
<p>Cúmulos - vem de cumulus, que quer dizer, montão de nuvens) são arredondadas no topo, majestosas, com o aspeto de montanhas de algodão, de base plana e quase horizontal. Indicam bom tempo e distam 1 a 2 km do solo. Surgem bastante isoladas, distinguindo-se assim dos stratocúmulos. Além disso, os cúmulos têm um topo mais arredondado. Estas nuvens são normalmente chamadas cúmulos de bom tempo, porque surgem associadas a dias soalheiros.</p>		<p>Cúmulos-nimbos - Quando na parte superior dos cúmulos muito desenvolvidos se forma a bigorna, constituída por granizo, neve ou gelo, obtém-se um novo tipo de nuvem, o Cúmulo-nimbo. São as nuvens mais vulgares de todas e aparecem com uma grande variedade de formas, sendo a mais vulgar a de um bocado de algodão. A base pode ir desde o branco até ao cinzento claro. São nuvens de tempestade, onde os fenómenos atmosféricos mais interessantes têm lugar (trovoadas, aguaceiros, granizo e até tornados). Estendem-se desde os 600 m até à tropopausa (12 000 m).</p>	

59.6. PORTO

Um dos meus amigos de longa data, mas que não via há mais de quatro anos foi ao aeroporto buscar-me e à companheira de viagem australiana. Esta estava intrigada e desconfiada, como é que um amigo após um longo dia de labuta se ia desviar do seu trajeto ordinário para ir buscar ao aeroporto um amigo que não via há anos? era impensável na Austrália isto acontecer, mesmo com pessoas de família quanto mais com amigos, mas o António Santos Costa lá estava. A colega médica australiana, cuja missão de serviço partilhei, não se cansava de fazer perguntas, onde é que ele trabalhava, e por que é que se ia desviar do seu rumo para ir ao aeroporto, mesmo depois de saber que íamos jantar juntos. Na Austrália ninguém se desviava, nem que fosse cinco minutos, para ir ao aeroporto buscar um amigo e uma desconhecida, nem mesmo sendo da família. Era uma noção alienígena, não-australiana. Que país era este, em que os amigos iam ao aeroporto, e depois levavam os convidados a jantar após hiatos de anos sem se verem? Assim acontecera, de facto.

O outro amigo, Óscar Malheiro, fora direto ao hotel onde nos esperava, depois da longa e chuvosa viagem num Airbus 320 da TAP, em plena noite de frio portuense a culminar este regresso do Funchal. O frio e a chuva, contudo, não impediram que se recordassem gentes e factos de há uns 14 anos a esta parte. Falou-se dos vivos e dos mortos, que estes já iam engrossando o número daqueles que deixaram de partilhar momentos passados comuns. Eram percursos que só a amizade podia unir e nenhuma diáspora, nenhum silêncio ou distância podiam afetar. Fomos a um restaurante em Leça da Palmeira, o Farol (na Rua Sarmiento Pimentel 360, 4450-790 Matosinhos) uma cervejaria mesmo em frente à costa, perto da antiga piscina e a uns 200 m do farol da Boa Nova. O turnedó estava magnífico, soube maravilhosamente bem e a conversa e os fios da meada que se foram tecendo deu para que as conversas convergissem num fluxo constante até cerca da meia-noite. Amanhã terminaria a minha primeira grande missão ao serviço de Sua Majestade Isabel I da Austrália e II de Inglaterra, a que se seguiria a monotonia eremita e o retorno à banalidade e à calma vida nos Açores.

Dormi bem nesse magnífico e recente hotel que era o *Sheraton Porto Hotel and Spa* o único de 5 estrelas nesta estadia, ao contrário do *Marquês de Pombal* e do *Regency Cliff* que eram apenas de 4 estrelas. Este fica na R. Tenente Valadim, por detrás do antigo *Hotel Meridien* que agora se chama *Park Atlantic Porto*. O quarto suntuosamente grande tinha banheira spa visível através dum vidro translúcido, ao lado da cama *Queen Size* (a maior). Todos estes hotéis se caracterizavam por terem wi-fi, internet gratuita, uma notável melhoria desde que estivera em hotéis de categoria superior. Tal como nas manhãs e noites anteriores falei para casa a indagar do filho e da mulher e da sua reação a esta primeira ausência prolongada do lar. Obviamente que as saudades eram mútuas.

Na manhã seguinte o despertar pela hora habitual das 07.21 (eram apenas 6:21 nos Açores) para tomar o pequeno-almoço no Restaurante Porto Novo que dispunha de separação entre fumadores e não-fumadores e um ótimo serviço de mesa, excelente para tomar o café expresso bem curto, a habitual "italiana", que lamentei não ter podido ter na véspera - a acompanhar o pequeno-almoço do Funchal e acabei por tomar no bar do hotel pela módica quantia de 1,25 euros mais IVA... Depois saímos sob chuva pouco intensa, para um táxi descaracterizado, um Mercedes preto, cujo condutor, arrogantemente maldispósito, se insurgira contra a pergunta normal sobre o local do taxímetro invisível para caçar turistas incautos. Este condutor tal como todos os que o precederam falava inglês numa notável manifestação das mudanças

registadas em Lisboa, Porto e Funchal no que toca a serviço a clientes estrangeiros. Fomos a um médico na rua Aires de Ornelas, já de certa idade, adepto das novas tecnologias, que mantinha registos de todos os seus clientes emigrantes ou estudantes para a Austrália, Canadá e EUA desde há 25 anos. Depois, mandou o motorista privativo levar-nos num Audi à clínica (GAER) na Praça da Batalha onde se acumulavam mais de duas centenas de pacientes pelos 3 andares das instalações ao lado da Messe Militar. O dono era um médico castiço, com mais de 80 anos, incapaz de ouvir o que estávamos ali a fazer e apesar de falar mal inglês não me deixava interpretar e insistia em não me deixar falar. Estava prestes a reformar-se e felizmente o seu mais jovem substituto e futuro gestor iria conseguir trocar algumas impressões comigo e com a médica australiana. Apanhamos um táxi de regresso ao Sheraton e despedimo-nos com um café expresso à italiana para mim e um Capuccino para ela com a habitual tigela ou pastel de nata que devorara copiosamente ao longo destes dias em que trabalhamos juntos. Agradeceu os meus serviços e vim para o quarto fazer e desfazer malas, uma vez mais.

Dado que tínhamos acabado muito antes da hora prevista telefonei à minha vetusta matriarca com os seus 85,5 anos e fiz-lhe a surpresa de lhe fazer companhia para o almoço. É sempre agradável poder conversar com aqueles entes queridos quando menos o esperam. Meti-me numa limusina exclusiva do hotel e fui ter com ela ao Café Cenáculo onde a família se desloca religiosamente em procissões diárias desde o início da década de 1960. Sentia-se, era palpável, o orgulho dela no café, junto das amigas da mesma idade, pela missão do filho, tão bem remunerada e com tantas vantagens, bem longínqua dos tempos difíceis que passara em Portugal no terrível *Anno Horribilis* de 1975. Com medo de que não apreciasse devidamente a pescada cozida com todos, e, como sou um amante das carnes, encomendara já um bife na caçarola que iria degustar em casa enquanto ela esperava pela vinda da filha para almoçar. Lá me falou das suas queixas e seus achaques ósseos, contando algumas novidades locais da família e do resto. Acabamos por almoçar juntos. Mais tarde viria das aulas a minha irmã e ainda pudemos trocar algumas impressões. Pelas 15 horas já lá tinha o motorista e a limusina para me levar ao aeroporto, onde cheguei, fiz o check-in e aguardei o embarque para Lisboa onde teria de mudar de avião e de transportadora rumo aos Açores.

A mulher e o filho esperavam-me e depois conduzi pela sinuosa estrada do costume até à nossa aldeia onde o frio já se fazia sentir. Entreguei-lhes as lembranças que fora acumulando ao longo dos aeroportos por onde passara e fui deitar-me, satisfeito por ter visto amigos e aproveitado os momentos livres para exercitar este cérebro que aqui desfalece à mingua por falta de exercício oral ou conversacional. Lembrei-me mais uma vez de como o governo português apenas uma vez me oferecera uma viagem em categoria turística na *Air France* de Lisboa para Timor para cumprir o SMO e outra vez fora para vir de Sidney a uma conferência na Universidade Minho, como o governo australiano se tinha mostrado (mais uma vez) pródigo com este concidadão.

E era isto que vos vinha aqui contar, com mais 6500 milhas ganhas em quatro dias.

## CRÓNICA 60 DO HALLOWEEN A OUTRAS TRADIÇÕES SEMELHANTES, 1-22 NOVEMBRO 2008

### 60.1.1. DIA DE BOLINHOS OU DIA DE TI BOLINHOS

É milenária a origem das comemorações do dia 1 de novembro, designado como o "Dia de Todos os Santos". Nalgumas aldeias de Portugal, ainda se comemora duma forma curiosa este feriado. Na tradição popular, o Dia de Todos os Santos, é conhecido pelo "Dia do Bolinho" ou "Pão de Deus" conforme a região. As crianças em pequenos grupos com as suas sacolas de pano, andam de porta em porta, desde manhã cedo, por ruas e vielas, repetindo o "Ó tia! dá bolinho?". Em meios rurais, há ainda quem leve a rigor esta tradição preparando bolinhos com massa, noz, passas e frutos secos.

*Para os católicos no dia 1 de novembro é hábito a ida ao cemitério para aí depositarem flores nas campas dos que já abandonaram a slides terrenas. No dia 2 de novembro é o Dia de Finados.*

*Na época de Cristo, na Irlanda, Reino Unido e França, os celtas comemoravam o ano novo no dia 1 de novembro. Isto representava o fim do verão e o início do outono, a época das colheitas, antecedendo a escuro e fria invernia, sinónimo de temporais e morte. Os Druidas consideravam o dia 31 de outubro como o "Samhain" (Senhor da Morte e Príncipe das Trevas) ou o "Dia das Almas", celebrando a passagem entre a vida e a morte e onde reinava o espírito duma prática fantasmagórica.*

*Com o advento cristão, já no século VII, o Papa Bonifácio IV designou o dia 1 de novembro como "Dia de Todos os Santos" e consequentemente a noite de 31 de outubro passou a ser chamada de "Noite de Todos os Santos" e assim se alterou uma celebração de cariz profano.*

### 60.1.2. PERÍODO PRÉ-CRISTÃO

*Acreditava-se que os espíritos dos mortos voltavam para visitar os seus familiares em busca de calor e mantimentos, pois o inverno aproximava-se com o reinado do Príncipe das Trevas.*

*Os Druidas invocavam forças sobrenaturais para acalmar os espíritos, que raptavam crianças, destruíam colheitas plantações e matavam os animais das quintas.*

*Nessa noite, acendiam-se fogueiras nas colinas para guiar os espíritos ou para espantarem as bruxas. A inclusão de feiticeiras, fadas e duendes nesses rituais, resulta da crença pagã de que, na véspera do Dia de Todos os Santos havia espíritos que se opunham aos ritos da igreja de Roma, e vinham ridicularizar a celebração de Todos os Santos. Supunha-se que os fantasmas pregavam partidas e causavam acontecimentos sobrenaturais.*

### 60.1.3. PERÍODO CRISTÃO

*Com o decorrer dos anos, a comemoração do Halloween tornou-se alegre e divertida, sem os aspetos tenebrosos da tradição céltica, tornando-se divulgada na América pelo influxo escocês após 1840.*

*Alguns dos costumes foram mantidos e outros mudados. As Jack-O-Lanterns eram feitas com nabos e passaram a ser feitas com abóboras, sendo um símbolo de origem irlandesa.*

### 60.1.4. JACK-O-LANTERN

*A lenda fala de Jack que não conseguiu entrar no céu por ser muito avarento, tendo sido expulso do inferno por pregar partidas ao próprio diabo. Foi, então, condenado a vagar eternamente pela terra carregando uma lanterna para iluminar seu caminho.*

*Outra versão conta a seguinte história: um homem bêbedo e agressivo chamado Jack bebeu demais e o Diabo descera à Terra para levar sua alma. Jack, pediu para ele o deixar viver e beber mais um copo. O Diabo cede, mas Jack não tem dinheiro para pagar e o Diabo transforma-se em moeda na sua carteira. Só que o fecho tem o formato de uma cruz, fazendo com que o Diabo suplique para sair. Jack, então, resolve propor libertar o Diabo e ficar vivo por mais um ano. O Diabo concede o pedido a Jack, que resolve mudar seus hábitos, passando a ser menos violento com sua família. No ano seguinte, exatamente no dia 31 de outubro, o Diabo volta e reclama a sua alma. Jack convence-o a pegar uma maça numa árvore próxima e sem que ele perceba, risca uma cruz no tronco com um canivete. O Diabo foge e promete só retornar dez anos depois. Mas Jack não aceita e diz que só irá libertá-lo se ele nunca mais aparecer. O Diabo concorda mais uma vez. Mas passa-se um ano e Jack morre. É impedido de entrar no céu, e vai para o inferno, onde a sua entrada é recusada pelo Diabo, que fica com pena da alma de Jack e oferece-lhe um pedaço de carvão que usa para iluminar um nabo esculpido em forma de lanterna. Ela vai iluminar os caminhos do espírito de Jack. Daí o nome Jack O'Lantern, uma alma errante vagando pelo mundo dos vivos.*

### 60.1.5. "TRICK OR TREAT" (TRAVESSURAS OU GOSTOSURAS)

Também originária da Irlanda, onde as crianças iam de casa em casa pedindo provisões para as comemorações do Halloween, em nome da deusa Muck Olla. Esta tradição ganhou roupas extravagantes, máscaras e todos se vestem carnavalescamente como fantasmas, bruxas, duendes, gnomos, Dráculas, Frankenstein, ou outras formas aterrorizadoras.

Vão batendo de porta em porta, carregando abóboras iluminadas com velas, pedindo doces e dizendo: "Trick or Treat". Quem não lhes dá nada recebe uma pequena vingança. O nome de Halloween, adaptado de "All Hallows Eve", significando véspera de Todos os Santos.

As fogueiras eram acesas nas casas durante as comemorações. Os vivos que não queriam ser possuídos apagavam o fogo para que o local parecesse ser frio e indesejado, além de se vestirem com fantasias de criaturas assustadoras e desfilar na vizinhança para afugentar os espíritos que vagavam.

Conta a lenda que na festa de Samhain, as fogueiras das casas eram acesas a partir das brasas de uma fogueira sagrada.

Para levar a brasa, os moradores usavam um nabo como se fosse um lampião.

Daí, os irlandeses, assim como Jack, passaram a esculpir nabos e também beterrabas e usá-los como lanternas ou lampiões quando emigraram para a América, não encontraram nabos e beterrabas em grande quantidade, tendo que os trocar por abóboras.

## 60.2. DA ESTRADA INACABADA - DA ÁGUA QUE RAREIA (Cuidado! Há um cidadão que não se cala na Lomba da Maia)

Artigo subsequentemente publicado nos jornais:

<http://www.correiodosacores.net/view.php?id=15668> 15 novembro 2008 [Opinião] <http://www.correiodosacores.net>

Diga Leitor / Carta ao Diretor | 2008-11-18 12:34 <http://www.acorianooriental.pt/noticias/view/176948>

**FALTA DE CHUVA ORIGINA CORTES DE ÁGUA NA RIBEIRA GRANDE**

**DIÁRIO AÇORES**

Regional 13/11/2008 08:11:8

A falta de chuva na ilha de São Miguel está a obrigar a Câmara Municipal da Ribeira Grande a efetuar cortes noturnos no abastecimento de água em algumas zonas do concelho, anunciou ontem a autarquia.

Segundo o vereador Jaime Rita, a pouca pluviosidade registada está a diminuir a pressão de água nas zonas altas do concelho, o que implica cortes noturnos para que os depósitos possam recuperar a sua capacidade.

O responsável autárquico da divisão de águas e serviços urbanos explicou à agência Lusa que "o verão prolongado" está "a afetar um pouco os caudais" no concelho, particularmente nas zonas altas, onde a falta de pressão de água é mais notada.

"Devido à falta de chuva, as nascentes estão a debitar muita pouca água para os reservatórios, insuficiente para manter o abastecimento normal 24 horas por dia, daí que a água corra com menor pressão", precisou.

É o caso das localidades de Lomba da Maia e de São Pedro, Lombinha da Maia, Lugar da Ribeira Funda e Burguete. A situação tem levado a autarquia a proceder a cortes de abastecimento entre as 22h00 e o início da manhã do dia seguinte.

"A água que se está a gastar é, muitas vezes, superior àquela que as nascentes debitam", observou o vereador. Segundo Jaime Rita, a população daquelas zonas está devidamente avisada para a necessidade do fecho do abastecimento de água durante a noite, um procedimento que "terá que ser feito enquanto não chover o suficiente". Com o objetivo de contornar este problema, a autarquia tem contado com a colaboração dos bombeiros, que "têm injetado água nos depósitos", acrescentou. O vereador admitiu, contudo, que, a manter-se a situação de "falta de chuva", poderão ocorrer cortes de água com "mais frequência".

Recentemente, a autarquia anunciou um investimento de oito milhões de euros, até 2009, em obras de abastecimento de água na zona poente do concelho, que vai permitir acabar com a falta de água sentida durante o verão nas freguesias do Pico da Pedra, Calhetas e Rabo de Peixe. O PSD da Ribeira Grande já considerou que o recente anúncio da Câmara Municipal sobre os investimentos no abastecimento de água ao concelho "está longe de constituir a varinha mágica", alegando que os problemas persistem nesta área.

"Este anúncio está longe de constituir a varinha mágica deste executivo camarário, quando, ainda por cima, as dificuldades no abastecimento de água voltaram a acentuar-se nos últimos dois anos na zona poente do concelho, devido à evidente expansão urbana que se verifica em Rabo de Peixe, Calhetas e Pico da Pedra", salientou a comissão política concelhia.

Esta notícia tem andado a desassossegar o cidadão da Lomba da Maia que não se cala. Esta falta de água e seus cortes tiveram início em agosto 2008, ainda em pleno verão, mas só agora foram anunciados em 13 de novembro quando a situação passou a ser crítica. Estes cortes de água, ignorados pelo resto da população da Ilha Verde, foram já sentidos pelo preço do consumo de água que disparou, pois, o ar sai sobre pressão e faz os contadores dispararem pela água não consumida, mas pelo ar com que ela se anuncia todas as manhãs. Não se compreende que os investimentos sejam todos na "Faixa de Gaza", lá onde estão os beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido, Rendimento de Inserção Social (esse subsídio de desincentivo ao trabalho que o Ferro Rodrigues inventou há uns anos, cheio de boas intenções e pelo qual espero que arda no inferno do desemprego profissional que criou).

Ou será que isto faz já parte da campanha de reeleição por esses habitantes estarem, obviamente, mais inclinados a votar no partido que lhes dá todas as benesses? Assim, esquecidos, UMA VEZ MAIS, estão os habitantes das terras altas do concelho da Ribeira Grande ["É o caso das localidades de Lomba da Maia e de São Pedro, Lombinha da Maia, Lugar da Ribeira Funda e Burguete"], por serem poucos, menos vocais e por APARENTEMENTE não se importarem em serem continuamente discriminados. Essa "Faixa de Gaza" que ocupa a zona plana da Ribeira Grande, da Ribeirinha a Rabo de Peixe, é onde a maioria dos investimentos da autarquia foi feita neste mandato.

Nós aqui, na Lomba da Maia, é que pagamos o preço da falta de água, pois é a nós que eles cortam a água para que não falte aos outros. pelas 21 horas é que temos de desligar as máquinas de lavar a louça, pois, a água nem para as sanitas corre...e se queremos água de novo o melhor é levantarmo-nos lá pelas seis da manhã a ver se tomamos um duche às pinguinhas lembrando-me o tempo em que vivi em Timor nos anos 1970 e a água escorria de um bidão de óleo, cortado a meio a pairar sobre uma fogueira, para ir para a improvisada canalização e nos dar a sensação de que estávamos a tomar banho de duche.

O RESTO DA ILHA NEM SE APERCEBEU.

Continuam todos felizes, sem se darem conta da falta de água aqui na Costa Norte, a esvaziarem os depósitos do autoclismo em vez de os encherem de garrafas de água cheias ou de tijolos para preservarem a água que temos. Esta ilha não para de me espantar. Desde que cá cheguei, biliões de litros de água vieram diretamente das nuvens para as ribeiras que os despejam no mar. Um equilíbrio perfeito com a natureza, mas que esqueceu a presença humana. Espero que alguém já tenha lido alguma coisa sobre as mudanças climáticas que se avizinham e comece a construir reservatórios maiores antes de esta ilha se começar a parecer com a metade seca da ilha de Santa Maria ou com a aridez das Canárias e de Cabo Verde. Nessa altura será tarde demais, a menos que nas terras altas como na Lomba da Maia tenhamos reservatórios suficientes para as nossas necessidades e deixemos de depender dos outros que não cuidam de nós como nos prometeram antes de serem eleitos para defenderem os nossos interesses. Ser vocal e "palestiniano" na Ribeira Grande tem imensas vantagens, mas não desisto de ser da Lomba da Maia, de me identificar com esta e por esta perseverar.



LER UMA BOA POESIA,  
VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL,  
DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS.  
GOETHE

*Inédito não publicado, não citar*

## Badana 1

Na lenda havia um Rei Artur, Sir Galahad, cavaleiros da Távola Redonda e uma busca do Santo Graal. Aqui não há nem Dom Quixote, nem Sancho Pança nem moinhos de vento, contra os quais espadanar.

Há apenas um aprendiz de escriba, cavaleiro da poesia e utopia, temeroso e aventureiro, sequioso na sua aprendizagem constante de outras línguas, hábitos e culturas.

De Trás-os-Montes, sua matéria desconhecida, partiu à conquista do "Iulic" em Timor Português, dos hippies em Bali (Indonésia), sobrevivendo a um "Anno Horribilis" no Verão Quente (1975, Portugal), atravessando as Portas do Cerco (na China de Macau), percorrendo os Estados da Austrália Ocidental, Vitória e Nova Gales do Sul, com breves passagens pelas Índias, pelo Oriente do Meio e seus emirados, metade da Europa, da Ásia e parte do Pacífico Sul, antes de redescobrir o Brasil, Portugal e outros países

Por fim, iria aterrar como um milhafre, Buteo buteo rothschildi, na ilha de S. Miguel (Açores) donde partiu em conquista fugaz de Santa Maria, Faial, Pico, Graciosa, S. Jorge, Terceira, Flores e Corvo.

Se na pátria Austrália descobriu uma tribo aborígine a falar crioulo português há mais de 450 anos, na provecta Bragança descobriu a sua matéria e nos Açores descobriu o que o mundo desconhecia, uma literatura distinta.

Esta viagem leva o leitor num périplo pelo mundo enquanto o autor vai cronicando, como Marco Polo, ou Fernão Mendes Pinto a sua vida, as terras, as gentes e os costumes e tradições. Da análise política, social e pessoal parte à descoberta de culturas. Recupera as origens, retorna ao seio duma Lusofonia sem raças, credos ou nacionalidades, até se radicar nesta "Atlântida" onde irá desvendar, divulgar e dilatar desveladamente uma fértil açorianidade literária, fundíbulo de autonomias e independências por cumprir.

### Badana direita



[chrys@lusofonias.net](mailto:chrys@lusofonias.net) -

J. Chrys Chrystello (n. 1949-) cidadão australiano que não só acredita em multiculturalismo, como é disso um exemplo. Nasceu numa família mesclada de Galego-Português, Brasileiro (carioca), Alemão, do lado paterno, Português e marrano transmontano do materno.

Publicou em 1972 o seu primeiro livro "Crónicas do Quotidiano Inútil, vol. 1" (poesia).

O exército colonial português levou-o a viver em Timor (setº 1973- jun 1975) onde foi Editor-chefe do jornal local (A Voz de Timor, Díli) antes de ir à Austrália em 1975 decidir adotá-la como pátria.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor. Durante mais de duas décadas escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

De 1967 até hoje dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa).

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas na Companhia de Eletricidade de Macau. Em Macau foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM/ Rádio 7/ Rádio Macau / TDM e RTP Macau e jornalista para a TVB - Hong Kong.

Viveu em Perth, radicou-se em Sydney (e migrou para Melbourne). Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural do país.

Foi Jornalista no Ministério Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no Ministério Federal da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.

Divulgou desde 1985 a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Durante mais de vinte anos (1984-2004) foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Tradutor e Intérprete (Ministério Estadual da Imigração, Ministério de Saúde de Nova Gales do Sul).

Foi Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters).

Lecionou Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes em Sidney na UTS (Universidade de Tecnologia de Sidney).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS (1999-2005).

Foi Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido (2000-2012)

Foi Revisor (Translation Studies Department) da Universidade de Helsínquia (2005-2012).

Foi Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores. (2008 a 2012)

Em 1999, publicou a sua tese "Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975" (ensaio político), esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou a 1ª edição da monografia "Crónicas Austrais 1976-1996".

Em 2005 publicou o "Cancioneiro Transmontano 2005"

Nesse ano publicou (e-book DVD) outro volume da trilogia "Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter".

Entre 2006 e 2010, traduziu, entre outras, obras de autores açorianos para Inglês: Daniel de Sá (Sta. Maria ilha-mãe; O Pastor das Casas Mortas; S. Miguel: A Ilha esculpida; e Ilha Terceira, Terra de Bravos), de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dorés (Ilhas do Triângulo, coração dos Açores numa viagem com Jacques Brel).

Em 2011 traduziu a Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos para inglês

Em 2012 traduziu de Caetano Valadão Serpa "Uma pessoa só é pouca gente, o sexo e o divino."

Desde 2005 traduziu vários excertos de obras de dezenas de escritores açorianos integrados em projetos dos Colóquios da Lusofonia (Antologias).

Em 2009 publicou o volume 1 da trilogia "Crónica Açores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, (esgotado)" cronicando as suas viagens pelo mundo.

Em 2011 publicou o volume 2 da trilogia "Crónica Açores: uma Circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores" (ed. Calendário das Letras).

Em outubro de 2012 lançou a sua obra completa de poesia "Crónica do Quotidiano Inútil (vol. 1 a 5)", a assinalar os 40 anos de vida literária.

Em 2015 lançou a 4ª edição de "Crónicas Austrais 1978-1998".

Também em 2015 editou a obra completa dos 3 volumes da "Trilogia da História de Timor"

Em 2015 fez a revisão e compilação da obra de Dom Carlos Ximenes Belo, "Padre Carlos da Rocha Pereira. Missionário açoriano em Timor", vol. 1 da série Missionários Açorianos em Timor, ed. AICL e Moinho Terrace Café

Em 2017 lançou o seu opus magister "Bibliografia Geral da Açorianidade" em 2 vols (1600 pp. com 19500 entradas) e teve vários trabalhos (ensaio e poesia) publicados em antologias.

Em 2017, reviu, adaptou e traduziu para inglês o livro "O Mundo Perdido de Timor-Leste" de José Ramos-Horta e Patricia Vickers-Rich

Lançou em 2018 "Fotoemas", foto e-book, com fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores, de Chrys Chrystello edição e-livro <http://www.blurb.com/books/8752953-fotoemas>

Em 2018, fez a revisão e compilação de "Missionários açorianos em Timor" vol. 2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas

Em 2018 finalizou o volume 3 de "Crónica Açores uma circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores" cronicando as suas viagens pelo mundo

Completo a Crónica do Quotidiano Inútil vol. 6 (Obras completas de poesia)

Considera marcantes a Palestra proferida na Academia Brasileira de Letras (29.3.2010) com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, e ser admitido (5.10.2012) como Académico Correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa).

É Editor dos Cadernos (de Estudos) Açorianos da AICL, publicação online,

2019 Nomeado Vice-presidente de PPdM - Oceania - Vice-Presidente para a Oceânia do Movimento Poetas do Mundo

2019 Nomeado membro do Pen International (Açores)

Preside, desde 2010, à Direção da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia que organiza desde 2001-2002, Colóquios da Lusofonia (30 edições, 2 ao ano).

<https://www.lusofonias.net/mais/chrys-cv.html> [www.lusofonias.com](http://www.lusofonias.com)

Programa do colóquio da lusofonia

DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES

**VOL. 3 ANO 2008 SEM CORTES  
(CRÓNICAS 49 A 60 - 2008)**

Versão inédita não totalmente editada



**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO**  
**DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES**  
VOLUME 3



J. CHRYS CHRYSTELLO 2017

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA, LER UMA BOA POESIA, VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL, DIZER  
ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS. GOETHE